

ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA

REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DO ANO 2011

NO

AUDITÓRIO «PAULO QUINTELA»

DE

BRAGANÇA

SIGLAS

AM	Assembleia Municipal
CEE	Centro de Educação Especial
CDU	Coligação Democrática Unitária
CDS/PP	Centro Democrático Social/Partido Popular
GNR	Guarda Nacional Republicana
IVA	Imposto Sobre o Valor Acrescentado
NERBA	Núcleo Empresarial da Região de Bragança
NERCAB	Núcleo Empresarial da Região de Castelo Branco
NERGA	Núcleo Empresarial da Região da Guarda
PCP	Partido Comunista Português
PAOD	Período de Antes da Ordem do Dia
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social-democrata
TGV	Transporte de Grande Velocidade

Quinta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Bragança, realizada em 16 de dezembro de 2011, no Auditório «Paulo Quintela» de Bragança.

SUMÁRIO	Pág.
DIVERSOS: Presenças e faltas	233
Membros que pediram substituição	10
Membros convocados	10
Instalação – Membros	10
Quórum	7,107
Expediente	8
Intervalo para almoço	107
Moções:	
1 – Reforma da Administração Local	27
2 – Transportes de doentes	42
3 – Benefícios fiscais	47
4 – Facturação da água	231
Requerimentos:	
1 – Despesas /almoço	87
2 – Atribuição da verba gasta com o almoço a uma IPSS	90
Proposta - Documento Verde-Reforma da Administração Local	146
Proposta/Recomendação – Bragança Capital do Nordeste Transmontano	227
Prolongamento dos Trabalhos	216

ORDEM DE TRABALHOS	Pág.
1 -ATAS - Leitura, discussão e votação da ata da Quarta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Bragança/ Quadriénio 2009/2013, realizada em 16 de dezembro de 2011	11
2 - PÚBLICO - Período de intervenção.	12
3 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:	27
4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:	56
4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município.	56
4.2 -DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:	148
4.2.1 - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO	148

DE 2012 – ORÇAMENTO; PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS; PLANO DE ATIVIDADE MUNICIPAL E MAPA DE PESSOAL;	
4.2.2 – 4.2.2 - EXTINÇÃO DA EMPRESA MMB-MERCADO MUNICIPAL DE BRAGANÇA, EM;	201
4.3 – TOMADA DE CONHECIMENTO E DISCUSSÃO sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança: 4.3.1 - BRIGANTIA ECOPARK - PROPOSTA DE AUMENTO DO FUNDO SOCIAL PELA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA;	216
4.3.2 – AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL RODOVIÁRIO – DECISÃO DA NÃO ADJUDICAÇÃO E REVOGAÇÃO DA DECISÃO DE CONTRATAR	222
4.4 – A solicitação do Grupo Municipal da CDU, com vista ao exercício da competência prevista na alínea a) do n.º 1 do Art.º 87.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação introduzida pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, e Art.º 18.º do Regimento da Assembleia Municipal de Bragança, DISCUSSÃO SOBRE “O DESENVOLVIMENTO DO CONCELHO DE BRAGANÇA – DINAMIZAÇÃO DAS ÁREAS: ECONÓMICA, SOCIAL, CULTURAL E AMBIENTAL”	225
4.5 – A solicitação do Grupo Municipal da CDS/PP, com vista ao exercício da competência prevista na alínea a) do n.º 1 do Art.º 87.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação introduzida pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, e Art.º 18.º do Regimento da Assembleia Municipal de Bragança, DISCUSSÃO SOBRE “AS TAXAS E ÍNDICES INCIDENTES NA FATURA DE ÁGUA AO CONSUMIDOR NO CONCELHO: a) INCIDÊNCIA SOBRE A ESPECIFICIDADE COMO TAXA NO DESIGNADO “ QUOTA DISPONIBILIDADE; b) O PRINCÍPIO DO CONSUMIDOR/PAGADOR E O CUSTO DA ÁGUA PAGO NO MEIO RURAL	230

INTERVENÇÕES

Nome	Página (s)
Amândio Gomes	139,213
António de Almeida	43,51,97,103,182,208,221,230
Anibal Morais	29,145
António Pires	112
António Sá	191
Augusto Moreno(Público)	14
Bruno Veloso	27,29,90,91,211,213
Eduardo Malhão	45,50,140,228
Leonel Guedes(Público)	12
João Alves	33
Jorge Novo	176
Jorge Pereira	95

José Brinquete	41,44,50,107,185,189,210,225,229
José Lourenço	174,
Luís Fernandes	113,139,198
Luís Pires	170,193,195,197,
Luís Vale	11,54,99,190,211,
Norberto Costa	143
Nuno Reis	30,177,196,
Pedro Fernandes	110
Presidente da Câmara	70,100,147,160,169,204,207,214,222,232
Presidente da Mesa	10,11,12,14,26,29,30,31,32,33,34,35,36,37,38,39,40,41,42,43,44,45,47,49,50,51,53,54,55,70,87,88,89,90,91,92,93,94,95,96,97,99,100,102,103,107,110,111,137,139,140,143,145,148,160,166,168,169,170,174,176,177,182,185,188,189,190,191,195,197,198,199,200,204,205,207,208,209,211,213,214,215,216,220,221,224,225,228,229,230,232,233
Primeiro Secretário	193
Telmo Afonso	32,
Vitor Alves	103
Vitor Pereira	30,

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

Nome	Página (s)
António de Almeida	49,87,167,205,
Eduardo Malhão	88,100,
José Brinquete	97,168,
Luís Pires	49,220
Nuno Reis	195
Paulo Hermenegildo	189
Pedro Fernandes	89

DECLARAÇÕES DE VOTO

Nome	Página (s)
Amândio Gomes	93

António de Almeida	36,45,91,200,233
Bruno Veloso	40,54,147
Eduardo Malhão	34,93,
Fernando Paula	89
João Rodrigues	34
Jorge Novo	38
José Brinquete	39,90,92
Luis Fernandes	12
Luís Pires	36,200,232
Luis Silvestre	92
Luís Vale	12,37,
Fátima Renovato	92
Telmo Afonso	39,
Victor Pereira	35,94,

DEFESA DA HONRA

Nome	Página (s)
António de Almeida	95
João Rodrigues	41
Telmo Afonso	40

----- Aos **dezasseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e onze**, realizou-se no Auditório “Paulo Quintela” de Bragança, a **Quinta Sessão Ordinária** da Assembleia Municipal, tendo o seu início às nove horas e fim cerca das vinte horas, na qual participaram noventa e quatro membros, dos noventa e nove que a constituem, com a seguinte **Ordem de Trabalhos**:.....

1- ATAS: Leitura, discussão e votação da ata da Quarta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Bragança/ Quadriénio 2009/2013, realizada em 30 de setembro de 2011.....

2- PÚBLICO – Período de Intervenção.....

3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:.....

4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município.

4.2 -DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:

4.2.1 – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2012 – ORÇAMENTO; PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS; PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL E MAPA DE PESSOAL;

4.2.2 - EXTINÇÃO DA EMPRESA MMB-MERCADO MUNICIPAL DE BRAGANÇA, E.M.

4.3 – TOMADA DE CONHECIMENTO E DISCUSSÃO sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:

4.3.1 - BRIGANTIA ECOPARK - PROPOSTA DE AUMENTO DO FUNDO SOCIAL PELA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA;

4.3.2 – AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL RODOVIÁRIO – DECISÃO DA NÃO ADJUDICAÇÃO E REVOGAÇÃO DA DECISÃO DE CONTRATAR.

4.4 – A solicitação do Grupo Municipal da CDU, com vista ao exercício da competência prevista na alínea a) do n.º 1 do Art.º 87.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação introduzida pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, e Art.º 18.º do Regimento da Assembleia Municipal de Bragança, DISCUSSÃO SOBRE “O DESENVOLVIMENTO DO CONCELHO DE BRAGANÇA – DINAMIZAÇÃO DAS ÁREAS: ECONÓMICA, SOCIAL, CULTURAL E AMBIENTAL”. ..

4.5 – A solicitação do Grupo Municipal da CDS/PP, com vista ao exercício da competência prevista na alínea a) do n.º 1 do Art.º 87.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação introduzida pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, e Art.º 18.º do Regimento da Assembleia Municipal de Bragança, DISCUSSÃO SOBRE “AS TAXAS E ÍNDICES INCIDENTES NA FATURA DE ÁGUA AO CONSUMIDOR NO CONCELHO:

a) INCIDÊNCIA SOBRE A ESPECIFICIDADE COMO TAXA NO DESIGNADO “ QUOTA DE DISPONIBILIDADE;

b) O PRINCÍPIO DO CONSUMIDOR/PAGADOR E O CUSTO DA ÁGUA PAGO NO MEIO RURAL”.

QUORUM - Verificada a existência de quórum deu-se início aos trabalhos cerca das nove horas e trinta minutos e foram presentes:

EXPEDIENTE: Alínea n) do n.º 1 do artigo 46º. A da Lei nº. 5-A/2002 de 11 de janeiro. -----

RELAÇÃO CRONOLÓGICA DE DOCUMENTAÇÃO ENTRADA NOS SERVIÇOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A PARTIR DE 30 DE setembro DE 2011

Data	Remetente	Assunto
03/10	Leonel Guedes - Funcionário do Parque Natural de Montesinho	Pedido da parte respetiva da Gravação áudio da Sessão da Assembleia 30 de setembro de 2011, onde o Sr. Presidente da Câmara, referiu o nome do Exmo. Sr. Leonel
03/10	Luís Filipe Fernandes	Pedido da parte respetiva da Gravação áudio da Sessão da Assembleia 30 de setembro de 2011, onde o Sr. Presidente da Câmara referiu o nome Exmo. Sr. Luís Filipe Fernandes
10/10	Chefe do Estado-maior do Exército – General –José Luís Pinto Ramalho	Convite para o Sr. Presidente da AM para o dia das comemorações do Exército.
11/10	Mensageiro de Bragança	Convite para a apresentação do livro figuras notáveis e notórias Bragançanas.
12/10	Chefe do Estado-maior e Secretário do Governo Civil de Bragança	Convida o Sr. Presidente para um Cocktail a realizar no Governo Civil de Bragança.
17/10	CMB	Abastecimento de água a Bragança
17/10	Alcídio Augusto Castanheira	Carta Educativa de Bragança
17/10	Alcídio Augusto Castanheira	Conselho Municipal Educação
17/10	Ana Guedes de Almeida	Solicitação de informações sobre Projeto Alto Sabor e Águas de TMAD
18/10	Luís Filipe Fernandes	Pedido de informação sobre Intervenção Sr. Presidente Câmara na Sessão de 30/09
20/10	STAL	Petição - Não à redução de autarquias e de trabalhadores
20/10	ANMP	Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2012
21/10	CMB	Orçamento participativo do Município de Bragança
26/10	Grupo Parlamentar do PCP	Acusa receção das moções: Túnel do Marão” e “Portagens-A4”
26/10	CMB	Convocatória-Reunião Conselho Municipal Educação
27/10	Grupo Parlamentar do PCP	Segurança Rodoviária no IP4 e na construção da autoestrada transmontana
28/10	ANMP	Proposta de Lei Orçamento Estado 2012
03/11	Grupo Parlamentar do CDS/PP	Acusa receção da Moção “ Túnel do Marão”
07/11	CMB	Informações sobre Intervenção Sr. Presidente Câmara na Sessão de 30/09/2011
08/11	CMB	Informações sobre Projeto Alto Sabor e Águas de TMAD
09/11	Casa Civil do Presidente da República	Acusa a moção “Portagens A4” - aprovada na Sessão da AM de 30 de setembro de 2011
10/11	CMB	Conselho Municipal de Educação
14/11	Coordenador Comissão Adm. Autárquica	Conferência–Documento Verde-Reforma Adm. Local
16/11	Ministério da Economia e do Emprego	Acusa a receção da moção enviada relacionada com o

		Túnel do Marão.
16/11	Assembleia da República Comissão da Economia e Obras Públicas	Acusa a receção da moção enviada relacionada com as Portagens da – A 4
18/11	CMB	Convite ao Exmo. Presidente da AM para participar na Receção oficial a Sua Ex.ª o Embaixador de Israel em Portugal
21/11	Luis Filipe Fernandes	Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro
21/11	CMB	Benefícios Fiscais à Interioridade – IRC
21/11	Grupo Parlamentar do PSD	Acusa receção da moção - Túnel do Marão
25/11	Residência do Concelho de Ministros Gabinete do Primeiro Ministro	Acusa a receção da Moção - Túnel do Marão
25/11	Câmara Municipal de Bragança	Reavaliação da Rede Nacional de Emergência e Urgência
30/11	Mensageiro de Bragança	Convite –Apresentação do Livro “A Vida e Obra do Abade de Baçal”
30/11	Luis Filipe P. Fernandes	Solicitação de elementos – valores pagos com pareceres/estudos
30/11	José Saraiva Brinquete	Proposta de agendamento de um ponto na ordem de trabalhos da Sessão da AM de 16 de Dezembro

**RELAÇÃO CRONOLÓGICA DE DOCUMENTAÇÃO EMITIDA A PARTIR DE 30 DE setembro DE
2011**

Data	Destinatário	Assunto
04/10	CMB	Pedido de parecer jurídico – Senhas de Presença e subsídio de transporte
10/10	Dr. Leonel Alberto Guedes	Envio da certidão relacionada com o pedido da Gravação áudio feito em 3 de setembro
10/10	Dr. Luís Filipe Fernandes	Envio da certidão relacionada com o pedido da Gravação áudio feito em 3 de setembro.
04/11	Presidentes de Junta de Freguesia	Conferência- Documento Verde da Reforma da Adm. Local
17/10	CMB	Conselho Municipal Educação
17/10	CMB	Carta Educativa de Bragança
7/11	Luis Filipe Fernandes	Informações sobre Intervenção Sr. Presidente Câmara na Sessão de 30/09
11/10	Várias Entidades – 9	Envio da Moção “Túnel do Marão ”
12/10	Várias Entidades - 56	Envio da Moção “ Portagens –A4”
13/10	CMB	Envio Senhas de Presença e Boletins Itinerários
18/10	CMB	Solicitação de informações sobre Projeto Alto Sabor e Águas de TMAD
18/10	CMB	Pedido de informações sobre Intervenção Sr. Presidente Câmara na Sessão de 30/09
17/10	CMB	Conselho Municipal de Educação
24/10	- Palestrantes no Colóquio a realizar nos dias 14 e 15 de novembro; - Membros da AM; - Comunicação Social; - Várias Entidades	Envio convite -Reabilitação urbana no contexto das novas políticas urbanísticas
08/11	Ana Guedes Almeida	Informações sobre Projeto Alto Sabor e Águas de TMAD
09/11	Coordenador da Comissão de Educação- Alcídio Augusto Castanheira	Conselho Municipal de Educação

14/11	Dr. João Almeida Dr.ª Maria José Moreno Eng. Mota Andrade	Convite para participar como palestrante na Conferência- Documento Verde da Reforma da Adm. Local
14/11	Membros da Assembleia	Convite – Conferência- Documento Verde da Reforma da Adm. Local
14/11	Comunicação Social	Convite – Conferência- Documento Verde da Reforma da Adm. Local
30/11	CMB	Solicitação de elementos – Despesas com pareceres/estudos

I - ASSEMBLEIA MUNICIPAL.....

MANDATOS-MEMBROS:

JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:

PSD: Joaquim Eduardo Rodrigues Queirós; Carlos Abílio Moreno; António Manuel Teixeira Batista .

PS: Vanda Marisa Graças Espírito Santo; Marisa Rodrigues Gomes Alexandre; Sandra Marisa Rodrigues Valdemar

CDS/PP: Ana Cláudia Veloso Guedes de Almeida;

Movimento Sempre Presente: Cristina Maria Rodrigues Afonso; José Fernando Cameirão; Armando José Morais;.

MEMBROS SUPLENTE CONVOCADOS:.....

PSD: Maria Eugénia Cerqueira Barreira Afonso; Maria Natália Rodrigues Alves; António Nuno Neves Pires;

PS: Fernando Carlos da Silva Paula; Maria Celina Silva Paula; Maria Aurora Correia;.....

Movimento Sempre Presente: Hugo Manuel R. Pereira; Jorge Manuel Xavier Laranjinha; Paula Cristina Liberato Soeiro;

INSTALAÇÃO – Carlos Bruno Afonso (Substituto Legal do Presidente da Junta de Freguesia de Donai), Portador do Cartão de Cidadão n.º 12136826 2ZZ0, residente na Freguesia de Donai, Concelho de Bragança.....

----- **Presidente da Mesa** – Bom dia, Srs. Deputados. Temos quórum, podemos iniciar os trabalhos.

----- Então iríamos começar os trabalhos desta quinta sessão ordinária do ano de dois mil e onze com o ponto 1.

----- Provavelmente alguns dos Srs. Deputados podem não ter reparado na hora, na hora que constava na convocatória desta Sessão, que houve uma alteração, aqueles que tiveram a oportunidade de ver, é que normalmente os trabalhos estavam convocados para se iniciarem às

nove e meia, mas nunca começámos antes das dez da manhã, e por isso, no seio na Comissão Permanente, se decidi alterar o horário da convocatória, com o início dos trabalhos às nove da manhã para iniciarmos, provavelmente, com quórum, muito perto das nove e meia.

----- Nesse sentido, hoje, e porque é a primeira vez e atendendo ao facto que muitos de vocês não repararam nessa particularidade, hoje há tolerância para pessoas que venham mais tarde do que seria normal, após a convocatória de trinta minutos, depois começamos a iniciar a marcação de faltas, mas fica aqui então esta chamada de atenção, porque de hoje em diante e até alteração decidida pela Comissão Permanente, provavelmente durante este mandato já não acontecerá tal alteração, as convocatórias das Assembleias Municipais passam a ser efetuadas para as nove da manhã, relembro que trinta minutos depois, a partir das nove e meia, serão iniciadas a marcação de faltas. Muito obrigado pela vossa atenção e compreensão, Srs. Deputados, vamos dar início à sessão, peço por isso aos Srs. Deputados que tomem os vossos lugares e se faça silêncio.

----- Bom, antes de mais também queria dizer o seguinte, e volto a lembrar mais adiante, mas já está aqui um número substancial de Deputados, que a Exma. Câmara Municipal deu-nos a indicação para informar os Srs. Deputados que hoje há um almoço para os membros da Assembleia que vai decorrer no términos desta primeira sessão, da sessão da manhã, vai decorrer no “Restaurante Tulipa” e para que haja agilidade de processo no que diz respeito à ação do restaurante, necessitávamos de saber quem pretende ir ao almoço, ou ao contrário, se houver alguém que não tem disponibilidade de ir a esse almoço que coloque os braços no ar, nós fazemos a contagem.

----- Muito obrigado Srs. Deputados.

----- Então posto isto, vamos iniciar a sessão com o ponto 1.....

PONTO 1 – ATAS: Leitura, discussão e votação da ata da Quarta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Bragança/ Quadriénio 2009/2013, realizada em 30 de setembro de 2011.

----- **Presidente da Mesa** - Alguma nota que os Srs. Deputados queiram fazer? Correção ao texto, alguma discussão?

----- Deputado Luís do Vale, tem a palavra.

----- **Luís Vale** – Sr. Presidente da Mesa, Sra. e Sr. Secretário, Sr. Presidente Sr. Vereador, Membros desta Assembleia, Presidentes de Junta, público em geral, bom dia a todos.

----- Sr. Presidente, na última Assembleia eu entreguei-lhe um documento, por escrito, e pelo que pude perceber, na ata, esse documento não constava da ata, nem em anexo, eu não recebi a ata, mas visualizei-a e não me pareceu ver esse documento, não é suposto ele aparecer em ata?

----- O documento que lhe entreguei por escrito.....

----- Mas, ou eu me engano ou ele não está na ata.

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Sr. Deputado.

----- Vamos verificar esse aspeto e proceder à devida correção, caso não esteja aqui presente o documento transcrito, de acordo com o documento que foi entregue.

----- Muito obrigado por essa indicação, vamos tomar a devida nota.

----- Mais alguma intervenção ou pedido de esclarecimento sobre o documento “ata”? Não, então vamos proceder à votação da ata da AM do dia 30 de setembro.

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A ATA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM ZERO VOTOS CONTRA, QUATRO ABSTENÇÕES E SESENTA E UM VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SESENTA E CINCO MEMBROS PRESENTES.**

----- Declarações de voto?

----- -

----- **Presidente da Mesa** - Mas eu solicitava, Sr. Deputado ou coloca essa declaração de voto por escrito, ou faz a declaração ao microfone para ficar gravado e ser transcrito, mas, Luís, se for o caso, nessas questões, podia ser feito por escrito.

----- **Luís Vale** – O meu voto foi em abstenção porque não participei em grande parte dos trabalhos, foi por isso.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Declaração de voto de Luís Filipe Fernandes, do PS.

----- **Luís Fernandes** – Bom dia a todos. Dizer, também, que o meu voto de abstenção foi tal como o do Deputado anterior, razão de não ter estado presente nesta Assembleia anterior.

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Não há mais declarações de voto, vamos passar, agora, ao período de intervenção do público.....

PONTO 2– PÚBLICO – Período de Intervenção.

----- **Presidente da Mesa** - Sei que há pessoas que querem manifestar a sua opinião eu peço então a inscrição. Inscrevo Leonel Guedes e o Sr. Engenheiro Augusto Moreno. Tem a palavra, então, o Sr. Leonel Guedes.

----- Lembro aos membros do Público que vão intervir que o período destinado à intervenção do Público é, no máximo, de um total de 30 minutos

----- **Leonel Guedes** – Para todos muito bom dia, cumprimento o Sr. Presidente da AM, também a respetiva Mesa, bem como os Srs. Deputados da AM e o Público presente.

----- Para quem não me conhece, eu sou o Leonel Guedes, sou técnico do Parque Natural de Montesinho. O meu pedido para me pronunciar perante esta Assembleia, fica-se a dever ao meu nome ter sido referido na última Assembleia, relativamente à visita ao Parque do Sr. Secretário de Estado, Daniel Campelo, no dia onze de agosto.

----- Pois bem, o Sr. Secretário de Estado, em visita a esta área protegida, agendou uma reunião em Vinhais com os dois Presidentes de Câmara, Câmara de Bragança e Câmara de Vinhais. Após esta reunião o Sr. Secretário de Estado entendeu visitar o local da instalação da Barragem das Veiguinhas. No seguimento da visita ao Parque, pelo que a viatura que eu conduzia foi a única a deslocar-se ao local, fiz-me acompanhar, ou acompanharam-me, nessa viagem, o Sr. Secretário de Estado, o Diretor do DGACN (Departamento de Gestão das Áreas Classificadas do Norte), o Diretor Adjunto da Área do Planeamento e também da Conservação, bem como o Sr. Presidente da Câmara. No decorrer da viagem fomos conversando sobre vários temas, eu fui prestando alguns esclarecimentos sobre a área protegida até que chegamos ao local. Lembro-me de ter questionado o Sr. Presidente se a cota do espelho de água da barragem chegaria ao caminho onde nos encontrávamos, ao qual ele me respondeu que não, e que ficaria muito abaixo. A conversa ficou por aqui.---

----- Adiantamo-nos até ao local onde foi feito um açude da barragem do rio Sabor que tem o transvase para a Barragem, lembro-me também de ter questionado o Sr. Presidente, nessa altura, se fazia ideia de quantos metros cúbicos eram “transfegados” para a barragem, ao qual ele me respondeu que não. Nesse momento estávamos só os dois, uma vez que o Sr. Secretário de Estado e os Diretores do DGACN estariam mais à frente, onde foram depois pronunciados e explicados a razão dos resultados do projeto de estudo de Impacto Ambiental, por o Diretor Adjunto do Planeamento, e a conversa foi somente esta.

----- Pois bem, lamento que o Sr. Presidente tenha interpretado as minhas questões como possíveis influenciadoras neste processo, não tinha por tão importante que pudessem influenciar o Sr. Secretário de Estado, ou os meus superiores. Citando palavras proferidas na última Assembleia, pelo Sr. Presidente, relativamente à minha pessoa, que passo a citar.

----- “Lamentavelmente temos dentro do Concelho, pessoas, pessoas que fazem asneiras, que lutam contra o desenvolvimento do Concelho, é pena que um cidadão de Bragança, neste caso foi o Leonel Guedes que o fez, há muita gente que é adversa, que é adversa”. Citei.....

----- Cumpre-me informar aqui, e perante esta Assembleia, que nunca fiz parte de qualquer Comissão de Estudo de Impacto Ambiental relativamente à Barragem das Veiguinhas, e que nunca

em dia algum me ouviram dizer que era contra ou a favor da Barragem. Já agora e para concluir, quando questionei o Sr. Presidente da Câmara sobre a cota máxima da Barragem, se chegaria ao caminho, informo que o projeto inicial chegava mesmo a submergir este caminho, pois tinha um paredão de quarenta e seis metros de altura. O Sr. Presidente era, na altura, Chefe de Divisão de Obras da Câmara Municipal e sabe perfeitamente daquilo que eu estou a falar. No entanto o projeto tem vindo a sofrer várias alterações ao longo destes anos, e sei que o último que foi analisado, e é deste que eu estou a falar, não do que está agora em análise, que eu este não o conheço, relativamente a esse, Sr. Presidente, a cota máxima ia aos mil duzentos e vinte metros e o caminho situa-se a mil duzentos e vinte e quatro metros, ou seja, ficava a quatro metros do caminho.....

----- Bom, realmente errei! Influenciei? Não sei. Mas em democracia devemos admitir os nossos erros e continuar a ter a liberdade de questionar e ao que eu conheço e quem me conhece sabe que sempre lutei e hei de continuar a lutar pela minha terra. Tenho dito, obrigado a todos e um Bom Natal. -

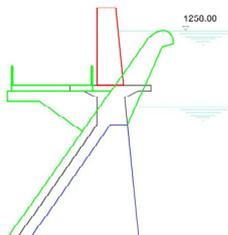
----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado, Sr. Leonel Guedes, pela vossa intervenção.

----- Agora pedia então que o outro elemento do público, o Sr. Engenheiro Augusto Moreno, viesse aqui ao microfone fazer a sua intervenção, tem a palavra.

----- **Augusto Moreno** – Sr. Presidente da Câmara, Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores, eu vou fazer a minha apresentação.....

----- Sou Engenheiro Civil, natural de Bragança, neto de um Presidente da Câmara, antigo, Augusto Moreno, e venho aqui para dizer alguma coisa sobre a Barragem de Veiguinhas e sobre o Parque Natural de Montesinho.

ALTERNATIVA MF



PROJECTISTA

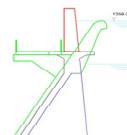
M. H. MORENO FERREIRA
ENGENHEIRO CIVIL (FEUP)
OE Nº3265

COLABORADORA

ANDREIA M. M. FERREIRA
ENGENHEIRA CIVIL (FCT-UNL)
OE Nº 58270

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA – 16 DE DEZEMBRO DE 2011

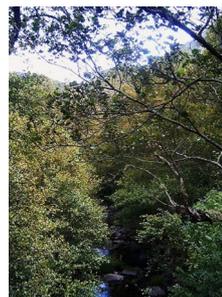
ALTERNATIVA MF



• OBJECTIVO

– ALTERNATIVA À CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE VEIGUINHAS

- ✓ MENOR CUSTO
- ✓ MENOR TEMPO DE EXECUÇÃO
- ✓ MENOR IMPACTO AMBIENTAL
- ✓ GARANTIR ÁGUA PARA CONSUMO,
A 100%, NO VALOR DE 4,24X10⁶ m³/ANO
- ✓ CENTRALIZAR O SISTEMA DE CAPTAÇÃO
E TRATAMENTO DE ÁGUA PARA CONSUMO
- ✓ PRODUÇÃO DE ENERGIA



Rio Sabor – Vista do Parque Natural de Montesinho
FONTE: http://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_Sabor

----- Eu fiz um estudo alternativo à Barragem de Veiguinhas em que concluo que o meu estudo custa metade do dinheiro, tem menor custo, tem menor tempo de execução, cerca de metade, ou menos de metade, tem menor impacto ambiental, garante água para consumo a cem por cento, e é, por assim dizer, equivalente nas produções de energia e nos consumos, e na água para consumo a Veiguinas.

ALTERNATIVA MF



- SOLUÇÃO PROPOSTA

- SOLUÇÃO A – ALTEAMENTO DE 6m DA BARRAGEM DA SERRA SERRADA

	SERRA SERRADA ACTUAL	SERRA SERRADA ALTEADA ALTERNATIVA MF
ÁREA DA BACIA HIDROGRÁFICA	7,200 Km ²	7,200 Km ²
NÍVEL PLENO DE ARMAZENAMENTO, NPA	1.252 m	1.258 m
CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO, C	1,500 X 10 ⁶ m ³	4,014 X 10 ⁶ m ³
ÁREA MOLHADA	264.700 m ²	416.050 m ²
NÍVEL MÍNIMO DE EXPLORAÇÃO, NmE	1.442 m	1.248 m
CONSUMO MÉDIO ANUAL	1,82 X 10 ⁶ m ³ /Ano	4,240 X 10 ⁶ m ³ /Ano

----- O que é que consta a solução? E agora recorda-me outra coisa, o que proponho fazer para a questão da Barragem é exatamente a mesma coisa que fiz há 30 anos para a Serra da Estrela, é uma Barragem que há na Serra da Estrela e que tem as mesmas características que tem a Serra Serrada, a diferença de altura são dois metros,.....

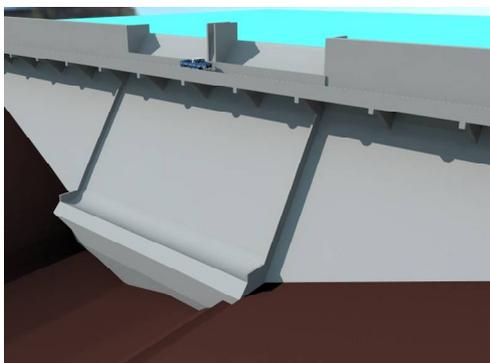
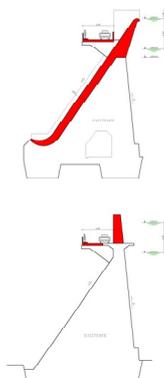
----- Para essa Barragem eu fiz um *alteamento* de seis metros, resolvi um problema,

ALTERNATIVA MF

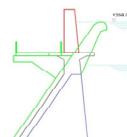


- SOLUÇÃO PROPOSTA

- SOLUÇÃO A – ALTEAMENTO DE 6m DA BARRAGEM DA SERRA SERRADA

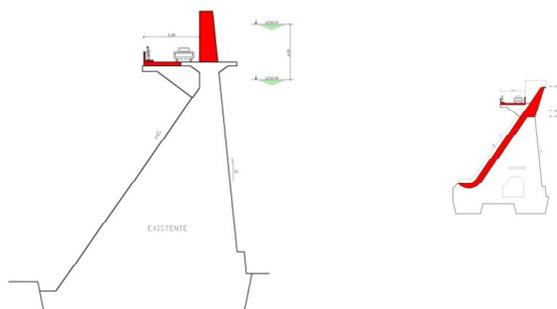


ALTERNATIVA MF



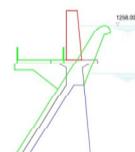
- SOLUÇÃO PROPOSTA

– SOLUÇÃO A – ALTEAMENTO DE 6m DA BARRAGEM DA SERRA SERRADA



----- E portanto eu liguei a solução para o problema do Parque de Montesinho da mesma maneira que fiz para a Serra da Estrela, resolvi um problema, quer dizer não se podia fazer a Barragem porque o Sr. Presidente da Câmara da Covilhã não permitia, e com razão, que se esvaziasse a Barragem, para se fazer esse estudo era necessário esvaziar a Barragem de dois anos. ..

ALTERNATIVA MF



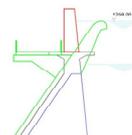
- SOLUÇÃO PROPOSTA

– SOLUÇÃO A – ALTEAMENTO DE 6m DA BARRAGEM DA SERRA SERRADA



água, e aqui está a característica, a estrada continua a mesma, a elevação da Barragem é um muro que se vê ali à direita. O que é que eu faço? Em vez de fazer uma construção monstruosa, que é a Barragem de Veiguinhas, que tem fundações, profundidade, que atingem 15 metros, são aqueles bocadinhos que ali está, 6m de altura, um aumento ali da estrada, são coisas mínimas, onde é que se vai buscar a força? É precisamente a esses cabos que estão cá em baixo.
----- Portanto é uma coisa simples.

ALTERNATIVA MF



- SOLUÇÃO PROPOSTA

- SOLUÇÃO A – ALTEAMENTO DE 6m DA BARRAGEM DA SERRA SERRADA

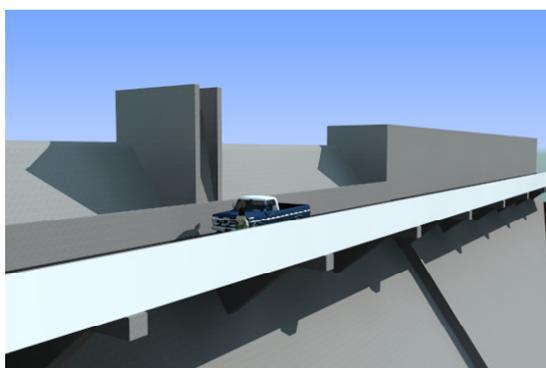


ALTERNATIVA MF



- SOLUÇÃO PROPOSTA

- SOLUÇÃO A – ALTEAMENTO DE 6m DA BARRAGEM DA SERRA SERRADA



----- E Então é, agora está aqui, isto é o pleno armazenamento à cota atual, à cota 1252m.
 ----- Agora está aqui a planta da Barragem não se altera nada, não se mexe em nada, põe-se só esta camada de betão e os cabos que vão lá em baixo ao pré-esforço.
 ----- Isto é como fica a Barragem, esta é a estrada que lá existe e eu acrescentei mais 4m.
 ----- Aquilo são as partes ali em cima, que sobem, só da Barragem.
 ----- Aqui estão as características. Isto aqui é um problema grande. Ora, sucede uma coisa, os caudais que eu indico no projeto, que eu entreguei o projeto na Câmara Municipal, entreguei às Águas de Trás-os-Montes, entreguei na Agência Portuguesa do Ambiente e entreguei à Quercus para se poderem pronunciar a tempo de se poder estudar e remediar este projeto.
 ----- E então que sucedeu? O Sr. Diretor da Escola Agrária permitiu que eu tivesse acesso às precipitações de Lama Grande, isso quer dizer que: há mais 20% ou 30% de caudal para abastecer do que com os dados que tínhamos até aqui, e está ali, o ano num século, 2004/2005, que foi em 100 anos, o mínimo caudal, para os mínimos temos ali - total do consumo: 5,75 milhões de metros cúbicos, superior ao valor de 4,24. O que é que isto quer dizer? Que os consumos estão assegurados muito mais, mais vinte, trinta por cento, quarenta por cento do que aquilo que é necessário.
 ----- A produção de eletricidade, nós somos partidários que é uma obrigação, para um país que tem 70% de dependência energética, tirar o máximo partido da queda que tem a Serra Serrada, e então, estudamos variadíssimas gestões de caudais em que incluímos sempre a possibilidade de *turbinar* e produzir energia elétrica, e sem afetar o consumo, uma gestão de caudais muito interessante que fica automaticamente ligada à Barragem e que, quer dizer, porque talvez mais 30% a 40% de *turbinagem* do que aquela que teria só se *turbinassem* a parte do Consumo.

ALTERNATIVA MF



- SOLUÇÃO A – ALTEAMENTO DA BARRAGEM DA SERRA SERRADA

ESTUDO ENTRE 2001 A 2006 COM PRECIPITAÇÃO DE LAMA GRANDE

Ano Hidrológico	Caudal Entrado [Mm³]	Volume em Stock		Total Consumo [Mm³]	Total Turbinado [Mm³]	Volume Excedente [Mm³]
		Máx	Min			
		[Mm³]	[Mm³]			
2001 / 2002	7,243					
2002 / 2003	8,284	4,014	1,464	5,750	6,312	0,054
2003 / 2004	9,655	4,014	2,632	5,750	8,902	0,149
2004 / 2005	6,209	3,634	1,614	5,750	6,750	
2005 / 2006			1,190			
TOTAIS	31,39			17,25	21,96	0,20
MÉDIA ANUAL	7,85	3,89	1,90	5,75	7,32	0,05
DESVIO PADRÃO	1,47	0,22	0,64	-	1,39	0,07
MÁXIMO	9,66	4,01	2,63	5,75	8,90	0,15
MÍNIMO	6,21	3,63	1,46	5,75	6,31	

2004/2005 - ANO DE MAIOR ESTIAGEM EM 100 ANOS

----- Impactos Positivos - Muitos destes impactos positivos são os mesmos que tem Veiguiñas, isto não é um exclusivo desta, que é: centralização da captação da água; água de boa qualidade; assegura o abastecimento a Bragança, uma satisfação a mais que cem por cento.

----- Curto prazo de excussão, o nosso prazo de excussão não se chegará a ser metade de Veiguiñas, porque Veiguiñas, quer dizer, e nem sei os volumes, precisa de ter o projeto, que já está em projeto de quase execução, que não tivesse as quantidades de escavações da rocha, de betões, para se poder medir e dizer que Veiguiñas demora mais que três anos, de certeza, a construção de Veiguiñas.

----- Segundo - O Parque Natural, vai receber uma agressão tremenda, porque basta ver isso, são 15 metros máximos de escavação.

ALTERNATIVA MF



• SOLUÇÃO A – ALTEAMENTO DA BARRAGEM DA SERRA SERRADA

➤ IMPACTOS POSITIVOS

- ✓ CENTRALIZAÇÃO DA CAPTAÇÃO DE ÁGUA
 - EVITA CONSTRUÇÕES ACESSÓRIAS (ETA'S, ESTAÇÕES DE BOMBAGEM, ETC.)
 - SIMPLIFICA A REDE DE TRANSPORTE DE ÁGUA
 - DIMINUIÇÃO DA PERDA DE ÁGUA NO TRANSPORTE

- ✓ ÁGUA DE BOA QUALIDADE

- ✓ ASSEGURA O ABASTECIMENTO DE ÁGUA A BRAGANÇA
 - ESTUDO REALIZADO COM BASE NA PRECIPITAÇÕES NUM PERÍODO DE 30 ANOS
 - SATISFAÇÃO DE 100%

----- E depois, continuam os impactos positivos.

----- 8 GWh, sem afetar o abastecimento , porque isto aqui é que é importante.

ALTERNATIVA MF



- SOLUÇÃO A – ALTEAMENTO DA BARRAGEM DA SERRA SERRADA

➤ IMPACTOS POSITIVOS

- ✓ CURTO PRAZO DE EXECUÇÃO
 - RESOLUÇÃO DO PROBLEMA DE ABASTECIMENTO EM MENOR TEMPO
- ✓ ENCARGOS NO CUSTO DA ÁGUA PARA O CONSUMIDOR REDUZIDOS
 - INVESTIMENTO DE BAIXO CUSTO
 - APROVEITAMENTO HIDROELÉCTRICO AMORTIZA O EMPREENDIMENTO
- ✓ PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉCTRICA MÉDIA ANUAL DE 8GWh
 - SEM AFECTAR O ABASTECIMENTO
 - ESTUDO REALIZADO COM BASE NA PRECIPITAÇÕES NUM PERÍODO DE 30 ANOS

----- 16 800m³, não sei qual é Veiguiñas, quais são os volumes, mas são volumes que devem ser de seis, sete, oito vezes superiores a este.

----- O volume de construção é só nos muros de ligação da Barragem aos terrenos, não precisa de obras de acessos.

----- Este é que é muito importante, pela parte do ambiente, passa de 42 para 48, tem mais 6m de água, nunca mais se fariam aquelas lagoas.

ALTERNATIVA MF



- SOLUÇÃO A – ALTEAMENTO DA BARRAGEM DA SERRA SERRADA

➤ IMPACTOS POSITIVOS

- ✓ VOLUME DE BETÃO ≈ 16.800m³
 - REDUZIDO CONSUMO DE RECURSOS NATURAIS
 - BAIXAS EMISSÕES DE CO₂
- ✓ POUCO VOLUME DE ESCAVAÇÃO
- ✓ NÃO NECESSITA DE OBRAS PARA ACESSOS
- ✓ AUMENTO DO NÍVEL DE EXPLORAÇÃO DA BARRAGEM
 - PODE PASSAR DE 1.242m PARA 1.248

----- Este é o fecho, tem a estrada existente, ali é a água do lado direito, está a verde, e isto não quer dizer que seja obrigatório, mas que é que nós propomos? Um museu ao ar livre, à chuva, ao sol, onde estão todas as espécies naturais do Parque de Montesinho, ficavam lá gravadas com a sua

etiquetazinha a zinco, para conhecimento, seria um museu para as populações, para os estudantes, para toda a gente, e o muro ficava gravado, quando é da betonagem nós podemos fazer em baixo relevo a gravação, o desenho as figuras de toda a fauna que há, do lobo, do Ouriço Cacheiro, da raposa, de tudo isso, porque a baixo e é uma lição, quer dizer, o Parque - tenho ido lá, agora, várias vezes -deixava de ser uma coisa passiva para ser uma coisa ativa com as populações, com estudantes, há aqui uma Escola Agrária Superior, que já fazem as coisas e o Parque tornava-se, na parte de cultura, de muito interesse.

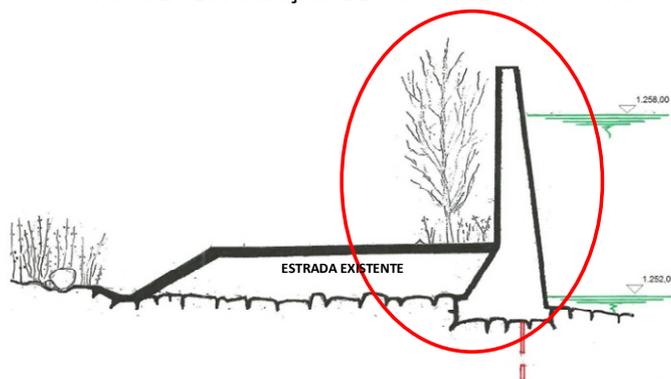
ALTERNATIVA MF



- SOLUÇÃO A – ALTEAMENTO DA BARRAGEM DA SERRA SERRADA

➤ IMPACTOS NEGATIVOS

- ✓ MURO DE FECHO COM ALTURA VARIÁVEL (1 A 6m)
 - PROPÕE-SE A CRIAÇÃO DE UM MUSEU VIVO – À CHUVA, AO SOL E À NEVE



----- Aqui está a Barragem da Cova do Viriato, isto é a Barragem da Serra da Estrela, de que eu falei, fi-la há 30 anos, aqui se pode ver quais são as fases, aqui à esquerda está uma *partezinha* pequena que era a barragem antiga, que é aquela que está ali com um cabo no meio.

----- Isto era o projeto oficial que estava, não se podia fazer, era preciso fazer uma outra Barragem em baixo, até conseguir água para se poder fazer esta, demorava dois anos, aquela parte de cima o betão tem de retrair, quando o betão se deita ele retrai-se e se retraísse ali provocava *fendilhações* a montante.....

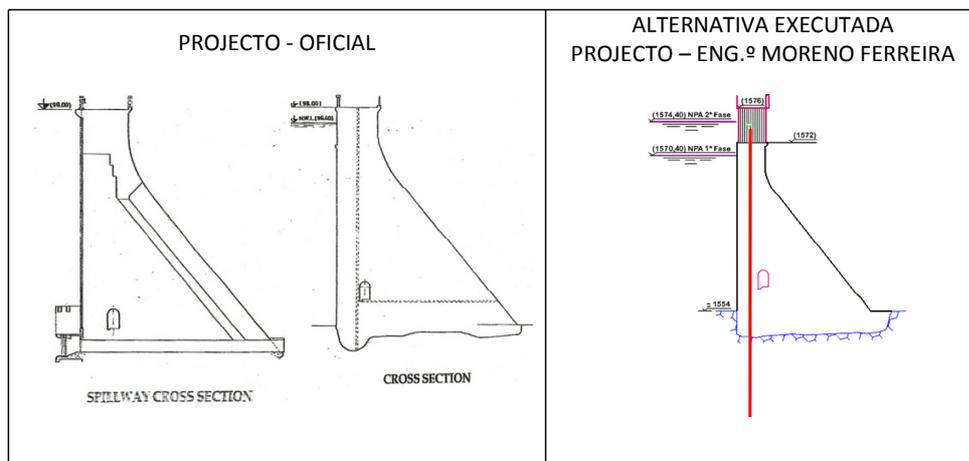
----- Então o que é que se faz com o cabo pré-esforço? É independente da água que está na Barragem, e então o que é que se fez? Subiu-se aquele bocadinho ali, primeiro furou a barragem, meteram os cabos, betonou-se aquela parte de cima, verificar a ancoragem, aperta-se a quê? O peso que aqui é necessário à custa de betão, de muito dinheiro, ali é um cabo de pré-esforço, o que é que se vai buscar? O granito cá em baixo, é simples e independente da quantidade de água que tem a barragem.
 ----- Quer dizer isto na Serra Serrada ninguém notava a construção, coisa simples.

ALTERNATIVA MF



- BARRAGEM AMPLIADA EM PORTUGAL PELO MESMO SISTEMA

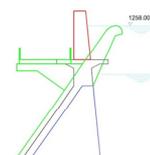
➤ COVA DO VIRIATO – SERRA DA ESTRELA, 1981/82



----- Segundo lugar - Este Projeto pode ter ainda um outro benefício, quer dizer, como ele é feito por altura, por um levantamento, pode-se dividir aquilo a meio, e numa primeira secagem impedir, quer dizer, dar-lhe 500m³ de início à Barragem para suprir a falta, quer dizer, vamos supor que a Barragem está em crise, a água, chegou a estiagem, pretendem fazer aquilo com os camiões, aqui não há camiões, seriam precisos para darem provimento, eu sei lá, talvez centenas de camiões, aquilo que eu posso dar fazendo só metade da Barragem e noutra estiagem outra metade da Barragem, isto é uma coisa de grande importância.
 ----- O que é que sucede? Durante 3 anos vão ter os mesmos problemas que tiveram este ano, e assim nós eliminamos os problemas todos.
 ----- Agora, é uma comparação entre os dois. As vantagens, mesmas, dos primeiros, são as mesmas vantagens de Veiguinhas e alternativa MF.
 ----- Como vêm não há qualquer comparação, a não ser os dois primeiros sinais, a serra serrada alteada, resolve todos os problemas, a baixo custo, em pouco tempo, pode até fazer uma coisa, por

exemplo, se tivesse sido adjudicado em março, o Projeto, a execução de Serra Serrada alteada, quando chegasse a estiagem do próximo ano ela já tinha mais do que tem hoje, 500 mil metros cúbicos, portanto não se notava, quer dizer, tinha sido eliminado esse risco.

ALTERNATIVA MF



• ANÁLISE COMPARATIVA - SERRA SERRADA ALTEADA VS VEIGUINHAS

	ALTERNATIVA MF	VEIGUINHAS
-GARANTIA DE ABASTECIMENTO DE 100%	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
-MAIOR PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉCTRICA	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
-MENOR CUSTO DE EXECUÇÃO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
-MENOR TEMPO DE EXECUÇÃO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
-MENOR VOLUME DE BETÃO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
-MENOR VOLUME DE ESCAVAÇÃO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
-MENOR ÁREA DE INTERVENÇÃO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
-MENOR IMPACTO SOBRE O SISTEMA ECOLÓGICO FLORA, VEGETAÇÃO, HABITATS. FAUNA TERRESTRE	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
-MENOR IMPACTO SOBRE O SISTEMA ECOLÓGICO ECOSISTEMAS AQUÁTICOS	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
-MENOR IMPACTO NA PAISAGEM	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

----- Aqui é o projeto que está em consulta pública, Parque Natural a Parque Industrial.
 ----- Alternativa MF - Rio Sabor em estado selvagem.
 ----- Muito obrigado.

ALTERNATIVA MF



- ANÁLISE COMPARATIVA - SERRA SERRADA ALTEADA VS



OBRIGADO PELA ATENÇÃO



----- **Presidente da Mesa** – No que diz respeito ao período de intervenção do público, não há questões, não se podem levantar questões, no entanto quero transmitir aos Srs. Deputados que existe um Documento que foi entregue aqui pelo Sr. Engenheiro, fica aqui depositado, de resto, tanto quanto sei, já está um documento igual na Câmara Municipal, fica depositado nos Serviços de Apoio à Assembleia, este documento que foi entregue pelo Sr. Engenheiro, para a consulta que os Srs. Deputados entenderem.

----- De resto quero informar que o projeto de Veiguiñas encontra-se, neste momento, em discussão pública, discussão pública que começou em outubro e termina em 31 de dezembro deste mês. Já sabemos que o Sr. Engenheiro fez também as suas questões para objeto de discussão pública, os Srs. deputados também têm a possibilidade de o fazer, ler este documento e questionar a Agência Portuguesa do Ambiente até ao prazo 31 de dezembro, portanto não podemos dentro do Regimento fazer questões sobre a intervenção do público, de qualquer forma muito obrigado pela sua exposição e lembro, mais uma vez, este documento fica depositado para consulta dos Srs. Deputados Municipais.

----- Muito obrigado Sr. Engenheiro pela sua exposição no âmbito da intervenção do público.

----- Srs. Deputados terminado o período dedicado à intervenção do público, passamos ao

----- **PONTO 3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.**

----- Vamos proceder então ao registo de pedidos de inscrição para o Período de Antes da Ordem do Dia, Srs. Deputados tem apalavra, desde já José Brinquete, Bruno Veloso, Eduardo Malhão, Guedes de Almeida e Luís do Vale.

----- Nós, hoje a Mesa da Assembleia e na sequência de conversas tidas no seio da Comissão Permanente independentemente da ordem de inscrição, vamos conceder a palavra de forma intercalada aos representantes das diversas forças políticas para que não aconteça o que aconteceu na última Assembleia, membros das forças políticas que estavam inscritos e que tendo-se esgotado o Período de Antes da Ordem do Dia, que é de 60 minutos, não tiveram a oportunidade de fazer a sua intervenção. Portanto, hoje, há, por parte da Mesa, esta gestão de intercalar as intervenções de acordo com a bancada, donde são originários os intervenientes.

----- Então eu vou só lembrar, a ver se a Mesa não se esqueceu de registar alguma intervenção, registamos: Bruno Veloso; José Brinquete; Eduardo Malhão; Luís do Vale; Sr. Presidente da Junta de Pinela; Aníbal, do PSD; Dr. Amândio, do PSD e Guedes de Almeida.

----- Tem a palavra o Sr. Deputado do PS, Bruno Veloso.

----- **Bruno Veloso** – Muito bom dia a todos, Sr. Presidente da AM, caros colegas, Presidentes de Junta, demais Público em geral, Comunicação Social.

----- Eu passaria de imediato, Sr. Presidente, à leitura de uma moção que o PS aqui apresenta a propósito da Reforma da Administração Local e que passaria a ler:

“MOÇÃO

REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL

O “Documento Verde da Reforma da Administração Local”, da responsabilidade do atual governo, estabelece orientações e critérios absolutamente errados, no que à reforma administrativa do território concerne.....

Ao ignorar temas centrais como a regionalização ou um novo enquadramento dos poderes municipais, o governo amputou parte significativa do que deveria ser fundamental em matéria de reforma da gestão territorial do país.....

Por outro lado, apresentar a reorganização das freguesias como instrumento de poupança dos recursos públicos é demagógico e enganador. A despesa com as 4.259 freguesias portuguesas representa apenas 0,13% do PIB nacional. Isso revela bem que não é nesta instância da Administração que as medidas de contenção da despesa pública têm efeito.....

Esta reforma não respeita, ainda, o vínculo identitário das populações com o seu território, impondo mudanças artificiais, que desestruturam completamente as relações de eleitores e eleitos impondo, no caso concreto do nosso concelho, um redução drástica de freguesias de acordo com critérios artificiais de uma álgebra difícil de compreender e reveladora de que esta iniciativa pretende apenas efetuar um corte cego naquele que é, em muitos casos, o único elo de ligação entre o estado e as populações.....

O Governo não diferencia critérios competentes para executar a reforma administrativa em contexto urbano e em contexto rural, não preservando as necessidades das populações e o papel fundamental desempenhado pelas juntas de freguesia.

Uma Reorganização Administrativa do Estado deve ser o resultado de uma reflexão inclusiva dos diversos órgãos de poder Local e das populações e não uma reorganização imposta, unilateralmente. O modelo de organização deve encontrar soluções de racionalidade, onde impere o bom senso e não contribua para a degradação social e territorial, do nosso mundo rural, já de si, desertificado.....

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Bragança delibera:.....

- Promover sessões de esclarecimento e auscultação das Assembleias de Freguesia e Populações em todas as Juntas de Freguesia do Concelho de Bragança, através dos representantes dos Partidos e Movimento Independente com representação nesta Assembleia durante o próximo mês de janeiro.
- Dar conhecimento da mesma ao Sr. Presidente da República, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, ao Governo, à ANMP, à ANAFRE e a todos os órgãos de comunicação social.....

O Grupo Municipal do PS,

a) Bruno Veloso”

----- **Presidente da Mesa** – Srs. Deputados, encontra-se na Mesa para discussão e votação esta moção do PS, Deputado Bruno Veloso.

----- Pedido de esclarecimentos dos Srs. Deputados? Pedidos de esclarecimentos sobre a moção?

----- Não há pedidos de esclarecimentos.

----- Intervenção sobre a moção? Há uma intervenção do Deputado Aníbal, do PSD.

----- **Aníbal Morais** – Muito Bom dia a todos, cumprimento o Sr. Presidente, os Srs., Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Sr. Vereadores, Srs. Deputados, Comunicação Social, Público em geral.

----- Ora bem, em relação a esta proposta apresentada pelo Deputado Bruno Veloso, nós já tínhamos reunido na Comissão Autárquica e já tínhamos abordado essa questão, aquilo que ficou determinado é que antes de partir para essa opção seria feita uma reunião para auscultar os Presidentes de Junta bem como o Executivo Municipal, e só a partir daí é que se poderia passar para essa solução.

----- Repara, quando nós vamos falar às populações podemos estar aqui a criar um grave problema, porque muitos deles não estão informados, percebe?

----- -

----- **Aníbal Morais** - Sim, sim, mas eu acho que essa informação, de início, deve partir dos Presidentes de Junta e da sua Assembleia.

----- Disse.

----- **Presidente da Mesa** – Uma intervenção do Deputado Bruno Veloso.

----- **Bruno Veloso** – Na sequência da intervenção do Aníbal, só dar dois esclarecimentos. Eu acho que os Presidentes de Junta já têm este período aberto há muito tempo e está calendarizado também no Livro Verde e têm, de facto, toda a oportunidade e a proximidade que lhes confere com as populações, de o fazerem. O Órgão “Assembleia Municipal” não sei porque é que têm que auscultar o Sr. Presidente de Câmara para tomar iniciativas junto daqueles que também nos elegeram e explicar o que está em causa, e ouvir aquilo que as populações pretendem, é tão simples quanto isto, portanto nada tem a ver com ter que ouvir o Sr. Presidente de Câmara, ou uma Assembleia Municipal, que o pode fazer.

----- Relativamente a promover alguma Sessão, também se falou nisso, bem, eu julgo que essa sessão também já aconteceu, portanto nós o que achamos é que deveremos ir, enquanto membros da AM, deslocar-nos às populações, que também é essa a nossa função, a explicar essa,

----- **Bruno Velosos** - Eu sei, eu sei, Sr. Deputado, que o Sr. Deputado não quer, eu entendo e entendo o porquê, Sr. Deputado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- **Presidente da Mesa** - Pedido de esclarecimento por parte do Dr. Nuno Reis? Já passamos o período de esclarecimento, mas pode fazê-lo enquanto intervenção, se quer colocar alguma questão.

----- **Nuno Reis** - Muito Obrigado, Sr. Presidente. Muito rapidamente para dizer que eu confesso que não compreendo o teor desta moção, por este motivo, como disse o deputado proponente da moção, os Presidentes de Junta e as Assembleias de Freguesia desde que o Livro Verde foi apresentado, já puderam promover as sessões e os debates que entenderam com as suas populações, além disso os Srs. Presidentes de Junta e os Srs. Presidentes de Assembleia de Freguesia tiveram a oportunidade no âmbito da sua autonomia e da sua competência de convidar quem entenderam para esses esclarecimentos e quem achavam mais habilitados, confesso que eu não compreendo, honestamente, mas, se calhar, é uma dificuldade minha, porque motivo e ao abrigo de que regime e de que disposição legal é que esta AM vai impor às Assembleias de Freguesia ou às Juntas de Freguesia, que convoquem Membros desta AM para ir, desculpem a expressão, evangelizar os Autarcas de Freguesia e de lhes dar explicações, quando eles neste período podiam tê-lo feito e até agora não o fizeram, até porque tanto quanto sei até ao momento não houve nenhum Membro desta Assembleia que quando solicitado para se deslocar a participar em debates, sessões, assembleias, pedidos de esclarecimento, workshops, formações ou o que entendessem, se tivessem recusado a fazê-lo. Confesso, Sr. Presidente, que não percebo qual é o alcance da Moção, não percebo porque motivo pretende a Assembleia condicionar a autonomia e a liberdade das Assembleias em conduzirem nas suas Freguesias estes processos. Bom, temos mais um momento do PS, espero que me esclareçam, espero ficar esclarecido, mas, até ao momento, honestamente, não percebo porque motivo teríamos nós que aprovar esta moção. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado Sr. Deputado, um pedido de intervenção do Dr. Deputado Vítor Prada Pereira, do PS.

----- **Vítor Pereira** – Muito bom dia, cumprimentar o Exmo. Executivo, Exma. Mesa, Srs. Deputados, Comunicação Social, Público em Geral. Eu venho aqui prestar alguns esclarecimentos até porque me compete, porque pertenço à Comissão Autárquica, e realmente eu dei este lamiré, é

evidente que não iria dizer que iria apresentar uma moção, porque não tinha decidido, aliás o PS não tinha decidido se apresentaria ou não moção sobre isto, o que é facto é o seguinte, é que aquilo que nós combinámos na Comissão Autárquica não tem nada nem colide, de maneira nenhuma, com o que se vai passar aqui, a Comissão Autárquica decidiu chamar os Presidentes de Junta, é isso que vai dizer o Aníbal a seguir, nem me vou adiantar mais, para depois termos uma reuniões com os Presidentes de Junta, também com o Sr. Presidente de Câmara, com o Executivo, com toda essa gente toda, mas isto não colide, de maneira nenhuma, com aquilo que nós queremos.....

----- E eu disse, na altura, no Comissão Autárquica, e para responder, desde já, ao Nuno Reis, o seguinte: Muitos dos Presidentes de Junta, em conversa que eu tenho tido com alguns Presidentes de Junta, não se sentem minimamente esclarecidos, nem preparados para tocar o sino da ladeia e esclarecer as suas populações. O problema que se passa é esse, o que é que nós queremos, ou o que é que pretendemos com estas sessões nas Assembleias de Freguesia e com as populações dessa mesma Freguesia? Levar os grupos municipais que estão aqui representados, e cada um de si dá a sua opinião sobre o que efetivamente se pode, usando os critérios do dito Verde, o que se pode passar nessas ditas Freguesias. Para quê, para quê? Nós sabemos que no final do mês de janeiro acaba o período da discussão pública sobre o dito Livro Verde. Ora bem, aquilo que o PS teme e eu já disse isto, porque isto não é segredo nenhum, nem é golpe, se temos algum golpe na manga para fazer seja o que for, aquilo que nós tememos, aliás disse isso na Comissão Autárquica, aquilo que nós tememos é que as populações, vai chegar o mês de junho e as nossas populações das nossas quarenta e seis Freguesias não sabem rigorosamente nada do que é que se está a passar,

----- Eu estou a falar das Freguesias do mundo rural, não estou a contar com a Sé, não estou a considerar as urbanas, como a sua Freguesia, eu também sei que são quarenta e nove, já fiz, se calhar, mais campanhas autárquicas do que o Sr. Deputado, portanto tenho obrigação de saber isso, portanto aquilo que nós queremos é que as populações não cheguem a junho, e não saibam minimamente aquilo que se está a passar, nós o que queremos é esclarecer, e por isso propomos que sejam as mais diversas forças políticas intervenientes nesta Assembleia a participar nesse debate, sobe pena, sobe pena, dos Srs. Presidentes de Junta, das próprias Freguesias, mais tarde serem acusados pelas suas próprias populações de não informarem absolutamente nada do que se está a passar, porque eu, eu não tenho a certeza, mas quase, quase, que me levaria a afirmar que ainda nenhuma Assembleia de Freguesia, neste momento, discutiu o assunto,.....

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Deputado Vítor Prada Pereira, não me está a ouvir?.....

----- **Vítor Pereira** – Ou se houve, muito poucas, e portanto... ..

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Deputado, eu já o chamei à atenção por diversas vezes, terminou o seu tempo, o seu grupo, lamento mas tenho que lhe tirar a palavra,

----- **Vítor Pereira** – Portanto o objetivo é simplesmente isto, Nuno, só informar, mais nada, que as pessoas estejam ao corrente disso, mais nada..

----- **Presidente da Mesa** – Eu peço o favor aos Srs. Deputados para se restringirem ao vosso período de tempo, e concentrados que estão nas vossas representações não devem deixar de ter o ouvido atento às indicações que o Presidente da Mesa vos dá, por várias vezes tentei que o Sr. Deputado tivesse a atenção que estava a terminar o tempo e não tomou a devida atenção.

----- Bom, ainda existe um pedido de intervenção por parte do Sr. Presidente de Junta de Espinhosela, Telmo Afonso.

----- Eu quero lembrar a todos os Srs. Deputados que quando falam em nome do Grupo, das moções, e portanto o período é de três minutos, vocês ultrapassaram largamente esse tempo.

----- **Telmo Afonso** – Sr. Presidente da Assembleia, Sra. Secretária, Sr. Secretário, Sr. Presidente da Câmara, Sr. Vereador, Srs. Deputados, caros colegas Presidentes da Junta, Público em geral e Comunicação Social. Eu como Presidente da Junta, digo-te, Vítor, que me senti muito ofendido com as tuas palavras do chamamento de ignorância, posso ser ignorante e sou ignorante em muitos assuntos que de certeza sou, agora, eu, Presidente da Junta e os outros Presidentes da Junta que estamos aqui, penso que nos devemos sentir ofendidos, porque eu não me vejo a ter que dar explicações como Presidente de Junta, aqui, a vir a dizer “Ámen” e todos os outros Presidentes de Junta, e mesmo a própria Câmara Municipal, a serem ouvidos um a um pela Comissão Autárquica ou pela aqui Assembleia Municipal, e porque é que a Assembleia Municipal não pode ser ouvida também pelas Assembleias de Freguesia?

----- Mas, as Assembleias de Freguesia sabem aquilo que querem, as aldeias, a população, sabem aquilo que querem, o PS assinou o documento da Troica em que previa esta reorganização Autárquica,

----- Esta, é uma, mas o problema, ... o PS ainda não tem nenhum, ainda não propôs nenhuma, que eu saiba, está bem?

----- Agora, e as pessoas da aldeia de França, ò! Vítor, as pessoas da aldeia de França, de onde és natural e que és do meio rural e que o deves ser com muito orgulho, devem-se também sentir ofendidas, as pessoas têm a 4ª classe, mas sabem ler, sabem escrever, sabem ouvir e sabem falar, e sabem aquilo que querem, eu se for a Espinhosela, as pessoas sabem que vão ser agrupados a um

lado qualquer, atenção que eu não estou aqui a dizer que as pessoas em termos sociais vão ganhar, provavelmente vão perder, mas vão perder seja qual for o agrupamento.

----- Portanto eu só vim aqui manifestar a minha indignação, como Presidente da Junta, e com este chamamento de ignorante, senti-me ignorante quando te referiste ali aos Presidentes de Junta.

----- Tenho dito.

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Sr. Presidente de Junta.

----- Ainda há um pedido de intervenção, é verdade que não está esgotado, eu julgo que do Presidente de Freguesia de Gimonde, o que eu gostava é que sinceramente é que quando houvesse a indicação por parte da Mesa para as inscrições que elas fossem feitas logo imediatamente, dado que dá alguma dificuldade de gestão do tempo quando os intervenientes são do mesmo Grupo Municipal.

----- Bom, peço silêncio aos Srs. Deputados, tem a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Gimonde, Vítor Alves.

----- **João Alves** – Cumprimento o Sr. Presidente da Assembleia, e os respetivos Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Sr. Vereador, caros Colegas da Assembleias, Público em geral, Comunicação Social.

----- Eu vejo, não tive acesso antecipado à moção do PS sobre esta ida dos Grupos Municipais às aldeias a explicar a Reorganização Administrativa, mas também não sou como o Telmo, tão taxativo, penso que se eu bem percebi é só uma disponibilidade dos Membros da Assembleia poderem deslocar-se às aldeias no mês de janeiro, que não há nada de mal, eu penso que toda a gente deve estar disponível inclusive também estes membros da Assembleia, será um gesto de boa vontade, se é assim eu penso que vai no bom caminho, é evidente que se houver algum grupo que não queira participar nesse debate, esse aí não vai e pode efetivamente prescindir disso, mas esta disponibilização ainda que possa ser, como alguns dizem, inerente às nossas funções deputados municipais, mostramos um gesto de boa vontade, e penso que o debate da Reorganização Administrativa é extremamente importante para a sociedade Portuguesa, não só para o nosso Concelho mas para toda a sociedade Portuguesa.

----- Os prazos do Livre Verde são bastante apertados, para que possamos ter um debate profundo sobre o mesmo, e se o quisermos cumprir penso que todos devemos estar disponíveis para um grande debate, para a troca de ideias, para a troca experiências e para tudo depois possa correr muito melhor, que isto vai ficar pelo menos para vinte anos. Obrigado.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente.....

----- Estão terminadas as intervenções previamente inscritas, vamos passar à votação desta moção.

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA MOÇÃO SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO REPROVADA, COM VINTE E SETE VOTOS CONTRA, TRINTA E UMA ABSTENÇÃO E VINTE E CINCO VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE OITENTA E TRÊS MEMBROS PRESENTES.**

----- **Presidente da Mesa** - Srs. Deputados, procedemos à chamada para declaração de voto, quem pretende fazer declarações de voto?

----- Eduardo Malhão, Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alfaião, Vítor Prada Pereira, Luís Pires, Guedes de Almeida, José Brinquete, Luís do Vale, Jorge Novo e Telmo Afonso.

----- **Presidente da Mesa** - Tem a palavra para a sua declaração de voto, o Sr. Presidente da Junta de Alfaião, o Sr. João Rodrigues.

----- **João Rodrigues** – Muito bom dia a todos, cumprimento a Exma. Mesa, o Sr. Presidente da Câmara e o Sr. Vereador, e os digníssimos Membros desta Assembleia.

----- Votei contra porque eu estive presente numa reunião de esclarecimento sobre esta matéria em que participaram nomeadamente o Sr. Deputado do PS, um elemento do PCP, e um Deputado do PSD, e essa reunião foi aqui neste mesmo espaço, ao nível das pessoas bem pensantes e supostamente mais esclarecidas sobre a matéria, e digo-lhes que vinha para ser esclarecido e saí daqui menos esclarecido, portanto ninguém foi capaz de nos dizer, de acrescentar algo mais, ou esclarecer as dúvidas que nós aqui tínhamos, e votei contra porque receio que isso vá acontecer da mesma forma em Alfaião, em que as pessoas então não sabendo, acabem por não saber mais nada, porque se àquele nível, desculpem, se àquele nível ninguém nos soube esclarecer, e quero dizer que a Assembleia de Freguesia de Alfaião está aberta a todos os esclarecimentos, simplesmente nós sabemos muito bem aquilo que queremos, o interesse que temos, e sabemos que tem de haver alguma reforma no Estado, a este nível, gostaríamos que não houvesse aí dispersões, para que a Reforma se execute e vá em frente, e o que queremos, sobretudo, garantir é que a ligação das nossas gentes, das nossas populações, a quem nos governa não termine, queremos manter a mesma ligação que temos, como tivemos até agora. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Tem a palavra, agora, para a declaração, o Sr. Deputado Eduardo Malhão, peço, por favor, de se restringirem à declaração de voto.

----- **Eduardo Malhão** – Muito bom dia a todos, apenas para informar que irei a apresentar uma declaração de voto à Mesa, na medida em que esta é uma medida fraturante e reconheço que o

Livro Verde tem algumas matérias críticas, contudo gostaria aqui de sublinhar, na minha dupla qualidade, de membro desta Assembleia e de Presidente de Assembleia de Freguesia, que não é admissível que a A.M tenha uma interferência direta no órgão que é autónomo, não tem qualquer tutela sobre a Assembleia de Freguesia. Hoje mesmo, na minha Freguesia, iremos ter a reunião ordinária da Assembleia de Freguesia, do mês de dezembro, e iremos precisamente, porque já está agendado, debater esse assunto. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado, chamo, agora, para a sua declaração, o Deputado do PS, Vítor Prada Pereira.

----- **Vítor Pereira** – Dizer o seguinte: Nós não queremos, ao contrário do que diz o Telmo, chamar ignorantes a ninguém, nós sabemos e respeitamos toda a gente, sabemos que esta matéria é uma matéria muito confusa, aliás os últimos intervenientes aqui o disseram, sabemos que isto é uma matéria *facturante*, é verdade, saberemos, no futuro, das implicações que isto pode trazer, e é por isso mesmo, por esta série de razões, que nós queremos que as populações sejam informadas e debatam efetivamente aquilo que se irá futuramente passar, e o Sr. Presidente da Junta de Alfaião acabou por dizer tudo, acabou por dizer que as pessoas não estão esclarecidas, apressou por dizer que ele próprio ficou confuso no debate, e portanto se as pessoas não forem informadas, se não lhe for levada informação, é que assim é que não terão a mínima possibilidade de ser esclarecidas e de debater seja o que for, e eu só queria, o Partido Socialista só queria, ao contrário do que perceberam os Srs. Presidentes de Junta e ao contrário do que disse também o último interveniente, nós não queremos imiscuirmo-nos em nada, em poderes de ninguém, nós só queremos é informar. Porque, Srs. Presidentes de Junta, futuramente os Srs., se calhar, depois, vão-me dar a razão daqui a uns tempos, daqui a uns meses, quando a população lhes pedir contas e se lhes disser que não sabiam do que se iria passar e depois nas costas ser lhe feita qualquer tipo de reforma, e era para isso que eu os queria chamar atenção, não quiseram ouvir, perceberam ao contrário, tenho muita pena, só que acima de tudo nós pretendemos é que as pessoas estejam informadas, e vamos fazer tudo para isso aconteça.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.....

----- Continuo a chamada, agora, para o Sr. Deputado do PS, Luís Pires, para a sua declaração de voto. --

----- Quero dizer, aproveitando enquanto o Sr. Deputado não chega ao microfone, para pedir que façam declarações de voto e não intervenções, senão vejo-me obrigado a fazer corte da palavra.

----- **Luís Pires** – Muito bom dia a todos, Sr. Presidente da Mesa, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Vereadores, distinta Assembleia, Público em geral.

----- Permitam-me, antes de mais nada e para aclamar um pouco as hostes, que desejo a todos, em nome do Grupo Municipal do PS, umas Boas Festas e que este ano que está a terminar com alguma dificuldade, que seja um hospício para um Novo Ano melhor, duvido, mas esperemos que seja. --

----- Relativamente à minha declaração de voto, apenas afirmar que só podia ser a favor disto, porque realmente se vocês pensarem um bocadinho esta situação surgiu precisamente pela falta de diálogo, e pela falta de dialogo entre os Srs. que vieram do Estrangeiro e falavam um Inglês esquisito, e os Portugueses falavam em Inglês esquisito, e quando viram lá escrito num documento que nós tinha-mos não sei quantas “municipalité” eles pensavam que aquilo eram municípios e não eram assembleias e então viram aquele número e assustaram-se, e disseram assim: “ estes gajos tem três vezes mais que os outros países, é preciso cortar”. Quando era um erro! Portanto isto surgiu de um problema de comunicação, aquilo que nós queríamos aqui fazer era ser facilitadores e face à falta de informação, e reafirmo aqui, falta de informação, eu próprio tenho extrema ignorância nesta matéria, mas posso-vos dizer que feitos os cálculos aplicar o Livro Verde, aquele que anda aí na voga, eu não sei se há muita gente nesta Assembleia que saiba quantas freguesias é que nós vamos ter em Bragança?

----- Eu deixo esta pergunta só para ver se a questão de ignorância é ou não verdade, apliquem rega e esquadro como irá acontecer se nós não tomarmos uma decisão e se não tivermos nenhum elemento que nos permita chegar a uma conclusão, meus caros amigos, pergunto-vos, fica no ar e por isso eu votei a favor, quantas freguesias ficarão, a rega e esquadro, com o documento na nossa zona? Alguém sabe? Obrigado.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. O Sr. Deputado deixou uma questão, devia ter feito uma declaração de voto, fez um pedido de esclarecimento.

----- Sr. Deputado Guedes de Almeida, tem a palavra para fazer a sua declaração de voto, peço-lhe que seja conciso e eu vou dizer de seguida porquê. É que o tempo está a esgotar-se para o Período de Antes da Ordem do Dia.

----- **António de Almeida** – Muito bom dia a todos, e cumprimento o Sr. Presidente da Mesa da AM, nesta primeira intervenção, os Srs. outros restantes membros da Mesa da AM, Sr. Presidente da Câmara Sr. Vereador. A declaração de voto é esta, eu votei a favor da moção apresentada pelo PS exclusivamente por um elemento que é fundamental em democracia, é a discussão pública, e é a

informação das populações em tudo aquilo que lhes diga respeito, porque a verdade, até este momento, é que as populações andam totalmente desinformadas seja sobre que matéria for e são depois surpreendidas com o estado das coisas a que nós chegamos, onde agora se apela tanto à participação e à vontade do povo nas decisões governamentais ou de quem nos governa, neste caso numa reforma administrativa que é tão importante, e considera, a força política que eu represento, que este debate não vai levar a conclusão nenhuma, porque considera também que a reforma administrativa e esta discussão poderia servir para isto, fosse feita na globalidade, não começar pelas Freguesias, começar pelas Assembleias Municipais, Câmaras Municipais, e eventualmente até criar uma outra determinada estrutura administrativa que possam chamar-se regiões administrativas ou qualquer coisa, nunca por aqui.

----- De qualquer forma o voto foi favorável porque se considera fundamental tudo que diga respeito ao interesse público, ao interesse das pessoas da comunidade e neste caso dos Portugueses, que haja uma discussão pública diversificada, fundamentada, bem discutida e portanto sem qualquer interesse de intromissão de uns órgãos perante os outros, é apenas um direito à informação, foi nesse sentido que eu votei a favor da moção.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Luís do Vale, do Bloco de Esquerda.

----- **Presidente da Mesa** – Não há problema... não, penso que não, até porque o seu nome nem consta aqui, de facto, nas declarações de voto, que é uma falha da Mesa.

----- **Luís Vale** – Obrigado Sr. Presidente. Votei favoravelmente esta proposta do PS porque ao contrário do que se...

----- **Presidente da Mesa** – Peço desculpa, Sr. Deputado, por esta interrupção.

----- Há as inscrições! O Sr. deputado está inscrito em segundo lugar, está inscrito em segundo lugar, foi primeiro Bruno Veloso e a seguir é o José Brinquete. Quando fiz a chamada você foi dito em primeiro lugar, mas a inscrição de facto aqui no registo feito pela Sra. Secretária foi feito primeiro o nome do Bruno Veloso, não há perturbação está já de seguida.

----- Peço desculpa, Sr. Deputado Luís do Vale, declaração de voto, é houve uma interrupção aqui porque pensei que, assim o Sr. Deputado estava a crer fazer a declaração de voto em primeiro lugar e nem sequer estava aqui inscrito neste momento. Tem a palavra, peço desculpa.

----- **Luís Vale** – Obrigado, Sr. Presidente. Votei favoravelmente esta proposta do PS porque ao contrário do que transpareceu aqui da discussão, não entendi como qualquer tentativa de intromissão dos assuntos das Assembleias de Freguesia.

----- Só queria dizer o seguinte: de facto eu compreendo que aos Presidentes de Junta lhes interesse mais a questão da Reorganização do Território, mas de qualquer forma convém lembrar a toda a gente que este Documento Verde inclui outros eixos fundamentais como o setor empresarial local, a gestão municipal e intermunicipal de financiamento e a democracia local. E tendo em conta este último eixo, e tal como o interveniente atrás disso, a mim também me preocupam as questões de democracia local e penso que no final de contas este processo vai ser imposto por Lisboa e não vamos ser tidos nem achados em qualquer divisão administrativa.

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra, agora, para a sua declaração de voto, o Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Santa Maria, Jorge Novo.

----- **Jorge Novo** – Bom dia Sr. Presidente, aproveito para cumprimentar a Sra. e Sr. Secretário, Sr. Presidente da Câmara, Sr. Vereador, Srs. Membros da Assembleia, Comunicação Social e Público.

----- A minha declaração de voto vai no sentido de explicar porque é que me absteve, não obstante ter uma vontade genuína de votar contra, por causa dos pressupostos e por causa da menorização das Assembleias de Freguesia e sobretudo por não considerar a sua autonomia, votei na abstenção pelo seguinte motivo, porque eu acho importante haver o maior esclarecimento possível e a maior disponibilidade das pessoas para esse mesmo esclarecimento, mas deixo aqui as perguntas:

----- O que é que se sabe sobre as competências? Os Senhores já sabem!

----- O que é que sabem sobre recursos financeiros para alocar essas competências? Os senhores já sabem!

----- O que é que sabem sobre o estatuto de eleito local? Os Srs. já sabem!

----- O que é que já sabem sobre a lei eleitoral autárquica? Os Srs. já sabem!

----- Não o sabem, portanto tenho muitas dúvidas que sobre o esclarecimento possível que seja facultado às Assembleias de Freguesia, possam acrescentarem alguma coisa daquilo que já, e muito bem, as Assembleias de Freguesia tem feito.

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra, para a sua declaração de voto, o Sr. Presidente de Freguesia de Espinhosela, Telmo Afonso.

----- **Telmo Afonso** – Bom dia mais uma vez a todos. O meu voto, como é óbvio, só poderia ser contra, e faço minhas as palavras do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, porque nenhum de nós, aqui nesta Assembleia, pode dar mais alguma coisa de novo às Assembleias de Freguesia e às pessoas das Freguesias. Quando tivermos alguma coisa para lhes dizer e que lhe leve alguma coisa de novo em termos de organização, competências, financiamento, etc., etc., tudo bem, neste momento, como não há nada de novo não vejo necessidade nenhuma de estar a oscular e de estar a fazer reuniões com as Assembleias e com as pessoas da Freguesia, por isso mesmo só podia votar contra. Obrigado.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra, para a sua declaração de voto, o Sr. Deputado José Brinquete, da CDU.

----- **José Brinquete** – Sr. Presidente da AM, eu estava lá do meu lugar a chamar-lhe a atenção, que achava estranho o Sr. Presidente antes de dar a palavra para declarações de voto disse os nomes que estavam inscritos, e depois o meu desapareceu daí, não sei como é que desapareceu, apagou-se, a caneta é invisível, é? Há qualquer coisa esquisita nisso. Mas eu pedi para transmitir que a CDU votou favoravelmente esta proposta sobretudo pelo espírito que ela tinha e nunca me passou pela cabeça que pudesse ser interpretada entre a AM imiscuir-se na Assembleia de Freguesia. No entanto isso pode ser resultado de uma escassa prática de relações entre os órgãos, porque se a AM aprovasse esta proposta tinha também o apoio dos Presidentes de Junta que aqui têm assento.

----- De qualquer maneira a intervenção do Eduardo Malhão trás uma boa notícia que é, em São Pedro dos Serracenos vai haver a discussão deste ponto, creio que está na ordem de trabalhos, mas é só a nível de Assembleia de Freguesia, eu muito gostaria que houvesse sessões explícitas e convocadas expressamente para isso, e claro que podemos sempre dizer que vamos a um debate e que não percebemos nada, mas o problema pode até não ser dos esclarecedores, pode até ser da própria pessoa.....

----- E o Sr. João Rodrigues teve aqui este testemunho, que não percebeu nada e foi mais confuso, e eu comecei-me a lembrar sobretudo dos contributos que a Deputada do PSD deu para esse debate.

----- Por último dizer que acho que a proposta também era muito ambiciosa, porque fazer 4quarenta e nove sessões num mês equivaleria as duas por dia, mas mesmo que não fossem todas se conseguissem fazer algumas era interessante, porque podemos vir a ter muitos casos parecidos

com o do Telmo Afonso, o Telmo Afonso está muito satisfeito com a extinção das Freguesias, está a pensar que a sede fica na dele, mas vai dar o dito por o não dito quando a população souber que ele é a favor da extinção da sua Freguesia, depois estamos cá para ver o seu comportamento.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Há ainda dez segundos para o PS fazer uma declaração de voto, para intervenção de Bruno Veloso, dez segundos para intervenção de voto.

----- Devo lembrar que temos vinte minutos ainda para o Período Antes da Ordem do Dia, vejam Sr. Deputados, desde as 10h20 que estamos com esta moção!

----- **Bruno Veloso** – Com a sua devida benevolência, Sr. Presidente, uma declaração de voto, poderia ser uma defesa da honra porque há, de facto, um mau entendimento sobre aquilo que é o espírito da moção e sobre aquilo que está na moção. O que nós pretendíamos era ir junto das populações e que cada um dos grupos presentes nesta Assembleia pudesse explicar qual é o seu entendimento, auscultar as populações, e, de facto, conseguirmos produzir algum trabalho. Obviamente que isso nunca, mas nunca, seria desprezar as Juntas de Freguesia, minorizar a sua importância, muito pelo contrário, o objetivo disto é exatamente dar ênfase também ao poder e àquilo que se discute que são as Juntas de Freguesia. Portanto qualquer tentativa de impor ao PS um desprezo das Assembleias Municipais eu só posso interpretar com alguma má fé. Não podia estar mais de acordo também com aquilo que disse o José Brinquete.

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado, pela sua rapidez.

----- Telmo Afonso pretende usar a figura de defesa da honra, tem a palavra.

-----

----- Defesa da honra, Sr. Presidente de Junta de Alfaião?

----- **Telmo Afonso** – Mais uma vez, bom dia. Ó! Sr. Deputado José Brinquete, por amor Deus, o Sr. anda ouvir coisas que eu não digo, anda ouvir coisas que não digo, nunca me ouviu dizer que eu era a favor do agrupamento de Freguesias, provavelmente também nunca disse que era contra, podia-me ter ouvido dizer que o agrupamento de Freguesias não ia reduzir em nada, em despesas, em verba a sair do orçamento de Estado, e até disse publicamente que as pessoas em termos sociais iam perder, principalmente no meio rural, as pessoas idosas.

----- Agora dizer que eu era a favor do agrupamento de Freguesias não o disse nunca, nunca,

----- Não está na ata escrito, eu posso ser a favor do agrupamento de Freguesias, dependendo ainda, que ninguém sabe, a não ser que o Sr. tenha alguma coisa na manga e que saiba, em relação às competências e aos financiamentos, e que nós aqui provavelmente não sabemos, nesta AM.

----- Eu não sou contra o esclarecimento das populações, pelo contrário, eu gostava também de saber mais em relação a esta reforma administrativa, mas acho que sei tanto como o Senhor, sabemos muito pouco em relação... é defesa da honra porque pôs palavras em mim que eu não disse. -

----- **Presidente da Mesa** – Bom, Sr. Presidente de Junta, terminou, é um minuto para a defesa da honra, terminou, tenho que lhe tirar a palavra, peço desculpa.

----- Sr. Presidente de Junta da Freguesia de Alfaião, tem um minuto para a sua defesa da honra.

----- **João Rodrigues** – Então eu também diria assim, respondendo ali ao meu amigo Vítor Prada Pereira, eu não fiquei confuso, eu já fiz o meu trabalho, já recebi três brochuras sobre o Documento Verde li-as, passei a palavra aos mini líderes de opinião da minha Freguesia, para refletirem sobre isso, já falei à população de Alfaião, não somos nós tantos para passar a palavra e vamos ter na Assembleia do dia vinte e nove também este ponto da ordem também para esclarecer a população, mas se quiserem ir a Alfaião, é com muito agrado e com muito gosto que eu o recebo na minha Assembleia de Freguesia ou noutra reunião que entendam realizar.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Está terminado este ponto. Srs. Deputados, vamos proceder à chamada do seguinte interveniente, Sr. Brinquete.....

----- Sr. Deputado José Brinquete tem a palavra para a sua intervenção e eu quero chamara a atenção que faltam vinte minutos para terminar o Período Antes da Ordem do Dia.

----- **José Brinquete** – Bem, caro amigo João Rodrigues, fiquei a saber que na sua terra existiam mini líderes, provavelmente o Sr. João é o grande líder.

----- **Apresentou, por escrito, o seguinte:**.....

----- *“Exmo. Senhor*

----- Presidente da Assembleia Municipal de Bragança

----- Passados 6 meses de governação do Governo da direita PSD/CDS está cada vez mais claro que os seus propósitos confessados e explícitos são os de empobrecer os Portugueses e o País. Aliás, na senda da evolução das principais economias capitalistas que confirmam a tendência de aprofundamento da crise económica e financeira mundial e de recessão da tríade do capitalismo (EUA, EU e Japão).

----- Na União Europeia e perante a evidência da recessão económica, da generalização da chamada «crise da dívida», do completo falhanço dos chamados «pacotes de resgate» e da perspetiva de uma implosão da União Económica e Monetária do Euro como instrumento de domínio económico e político, o grande capital, os governos das principais potências – com destaque para a Alemanha e França – e as instituições europeias, lançam-se em novas fugas para a frente visando concretizar pela força os ataques contidos nos chamados «pacotes de resgate».....

----- É precisamente neste quadro que se deve entender a submissão da troika portuguesa PSD/PS/CDS ao Pacto de Agressão da troika estrangeira que roubam os trabalhadores e o povo e, afundam o País.....

----- É neste quadro, ainda, que se deve entender a Greve Geral, do dia 24 de novembro, como – Um momento maior da luta dos trabalhadores portugueses.

----- Também no distrito de Bragança a Greve Geral se fez sentir com a adesão de muitos trabalhadores dos setores público e privado.....

----- Em resposta ao Pacto de Agressão que está a tingir brutalmente Portugal e os portugueses, a multiplicação e ampliação da luta envolvendo milhões de trabalhadores e outras camadas da população, conheceu no tempo mais recente um grande impulso.

----- Daqui saudamos todos os trabalhadores que tiveram a coragem de aderir a estas importantes lutas e muitas outras camadas da população que de uma forma ou doutra manifestaram o apoio a estas lutas.

----- A cada dia que passa há mais razões para rejeitar o Pacto de Agressão acordado entre o PS, PSD e CDS com a União Europeia e o FMI.

----- Porque se trata de um roubo infame aos trabalhadores e ao povo português que, a não ser travado, arrastará Portugal para o desastre.

----- Repetindo as mentiras de anteriores governos, estas medidas – mais exploração – menos salários – mais desemprego – não são nem excecionais, nem inevitáveis.....

----- Pela nossa parte reafirmamos e dizemos que – Há alternativa a este rumo de desastre, com uma política patriótica e de esquerda.”

----- De seguida vou apresentar ao Sr. Presidente da Assembleia uma proposta de moção.

----- **Presidente da Mesa** – Passo a ler a Moção entregue pelo Deputado José Brinquete:.....

“MOÇÃO

----- Em maio deste ano, o Governo/PS decidiu restringir o quadro legal de atribuição de transportes de doentes (Despacho nº 7861/2011, de 17 de maio), excluindo desse apoio os doentes considerados não urgentes pelos serviços, mesmo as situações especiais de utentes que carecem de tratamentos prolongados e continuados.....

----- Esta medida veio por em causa a garantia da universalidade e igualdade no acesso de todos os portugueses aos serviços públicos de saúde, como garante a Constituição da República Portuguesa.

----- No distrito de Bragança deixaram de ser atribuídos a muitos doentes os transportes de que necessitam para acederem a consultas e tratamentos, sendo que, alguns são doentes oncológicos que ficam privados dos cuidados de saúde a que têm direito.

----- Sem transporte estes utentes, de baixas reformas e residentes em localidades isoladas, não podem aceder às consultas e aos tratamentos de que necessitam porque não têm condições para suportar os respetivos custos.

----- Acresce ainda que, na Comissão de Saúde da Assembleia da República, o Senhor Ministro da Saúde interpelado pelo PCP disse que o Governo pensava revogar este Despacho, o que até agora ainda não aconteceu.

----- Porque a situação é dramática para muitos doentes, nomeadamente idosos e muitas famílias do nosso concelho, colocando em causa o direito à saúde,.....

----- *A Assembleia Municipal de Bragança reunida em sessão, de 16 de dezembro de 2011, decide:*

----- 1. Propor ao Governo a tomada de medidas urgentes, mesmo que transitórias, que assegurem a atribuição de transporte a todos os doentes que dele necessitem, justificado clinicamente, garantindo a universalidade de acesso.

----- O eleito da CDU,

----- a) José Brinquete”

----- **Presidente da Mesa** - Pedidos de esclarecimentos sobre esta moção?

----- Pedidos de inscrição para intervenção sobre esta moção?

----- Um pedido de intervenção de Guedes de Almeida. Tem a palavra o Sr. Deputado.

----- **António de Almeida** – Mais uma vez bom dia. Efetivamente pelo mérito da moção é de votar, no entanto com o devido respeito considera-se que irá aqui haver.... relativamente às intenções do atual Governo esse direito está assegurado e tem sido assegurado inclusivamente em Bragança eu tenho conhecimento, e além do mais está consagrado constitucionalmente, as pessoas

que carecem, que não têm meios para fazerem os seus tratamentos, isto é para ter o acesso à saúde, aos cuidados médicos que lhes são prescritos, têm um meio de recurso que é o Ministério Público, e há casos já concretos, agora poder-se-á dizer que as administrações que estão à frente desses cuidados, no caso concreto a Unidade Hospitalar do Nordeste que não será zelosa ao ponto de ver quem precisa e quem não precisa, e há alguma violação dos direitos das pessoas que não têm meios a recorrer e os obrigam a ir pelos seus próprios meios, muitas vezes sem meios económicos para terem que pedir dinheiro emprestado, essa é outra matéria.

----- Pronto eu acho que o desvio da recomendação seria para que efetivamente na Unidade Hospitalar do nosso Distrito, no Centro Hospitalar do Nordeste haja um levantamento adequado que permita que permita, de imediato, saber quem pode e quem não pode pagar os meios de deslocação, porque constitucionalmente e já aí há exemplos recentes de há um mês, pessoas que puseram lá - eu vou ao Ministério Público, eles procederam à deslocação sobre tudo para tratamentos de quimioterapia em Macedo de Cavaleiros. Portanto esse direito salvaguardado por lei, haverá é falta de zelo relativamente, digam os assim, à administração do Centro Hospitalar do Nordeste.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado, pela sua intervenção.....

----- Vamos passar à votação.

----- -

----- **Presidente da Mesa** - José Brinquete, não foi pedido de esclarecimento, foi uma intervenção. Mas pretende fazer alguma intervenção complementar? Tem a palavra faça o favor.

----- **José Brinquete** – Eu só queria esclarecer melhor, o seguinte: Há um despacho de maio, ainda do Governo anterior, que é extremamente limitativo na medida em que para ter direito é preciso que o rendimento seja o “IA”, que são cento e oitenta e tal euros de rendimento pela família toda, mas mesmo assim pela pressão que os serviços têm, o Centro Hospitalar, sobre tudo de não gastar muito dinheiro, eu conheço mesmo casos de gente que tinha um rendimento ainda inferior aos cento e oitenta euros e teve que pagar transporte aos Bombeiros e o próprio Ministro da Saúde na Comissão de Saúde da Assembleia da República como se pode constatar em atas, perante uma interpelação do Deputado Agostinho Lopes, disse que o Governo também não concordava com esta situação e que iria revogar para despacho, e o que se pretende é, de uma forma civilizada, relembrar o Ministro e o Governo de que precisam revogar o mais depressa possível porque há um drama enorme em muita gente.

----- Porque o Dr. Guedes de Almeida diz que se pode recorrer ao Ministério Público, mas quem é que tem capacidade para recorrer?.....

----- Depois aqui pode-se pedir dinheiro emprestado, mas as soluções do tratamento da saúde não se compadece com o pedido de dinheiro emprestado.

----- Portanto seria uma forma de alertarmos o Governo que pode que pode até tomar medidas e a proposta é, medidas urgentes, e depois sair o Decreto mais tarde, isso é perfeitamente possível. ..

----- Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Vamos passar então à votação desta moção apresentada pela CDU.

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA MOÇÃO SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE, ESTANDO MOMENTANEAMENTE OITENTA E TRÊS MEMBROS PRESENTES.**

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto? Guedes de Almeida tem a palavra.

----- Registamos apenas uma intenção de declaração de voto.

----- **António de Almeida** - Deixei perceber logo que iria votar favoravelmente porque é um direito constitucional o direito à saúde, é um direito fundamental.

----- O que eu sugeri na minha intervenção foi que a política deve ser neste sentido, como já foi no tempo da Ministra Leonor Beleza, por exemplo. O hospital ou os serviços que são responsáveis têm que tratar e depois apresentam a conta, não podem é nunca recusar o tratamento por falta de dinheiro. Primeiro tratam e depois apresentam a conta, foi assim que já funcionou. Depois pode haver recurso ao Tribunal, como há, por exemplo, através das execuções fiscais ou das execuções Camarárias, portanto há depois processos, agora não podem é recusar o tratamento dizendo que é por falta de meios, e este, portanto, acho que apenas deve voltar ao que já foi, no tempo da Ministra Leonor Beleza era assim, tratava-se e depois mandava-se a conta.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Portanto terminadas as declarações de voto, tem a palavra, agora o Sr. Deputado Eduardo Malhão, do PSD, para a sua intervenção.

----- **Eduardo Malhão** – Sr. Presidente da Mesa, Sra. Secretariaria da Mesa, Sr. Secretário da Mesa, Sr. Presidente do Executivo, Sr. Vereador, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Presidentes de Junta, minhas Sras. e Meus Srs.

----- A todos as minhas saudações festivas, com um voto de um feliz e um Santo Natal a todos vós, extensivos naturalmente às vossas famílias, também votos que o ano de 2012 seja um ano de

mais esperança e acima de tudo de mais confiança no futuro do País, penso que será um objetivo para todos nós esperar e ansiar que o 2012 seja de facto um ano muito mais positivo para a vida coletiva de todos nós.

----- Gostaria de começar por ilustrar a minha mensagem principal, pegando numa frase que embora lapidária e sintética, expressa bem exatamente essa mensagem e que é da autoria de um dos maiores poetas da humanidade de todos os tempos, seu nome Luís de Camões e que passo a citar. --

----- “Um fraco Rei faz fraca a forte gente”. No limite define o líder, é a sua responsabilidade moral e a sua capacidade de visão, isto é a sua *perseverança*, a sua temperança, a sua honra, a sua palavra

----- O antigo estadista Português posto perante a possibilidade de não ter que devolver aos Estados Unidos as ajudas recebidas no âmbito do Plano Marshall, aplicado no Pós Segunda Guerra Mundial, fez questão de pagar honradamente até ao último tostão, dando assim uma grande lição ao Mundo, que os Portugueses são pessoas cumpridoras e pessoas de bem, sabem honrar os seus compromissos e honrar as suas contas. Todos sabem obviamente o seu nome, embora nem todos gostem de o pronunciar mas eu pronuncio-o com todo o gosto, António Oliveira Salazar.

----- Agora vejam o oposto expresso nestas afirmações de uma nova classe política - Portugal deve marimbar-se para os credores, ou, ainda pior, Portugal pagar a dívida é uma brincadeira de criança da escola primária.

----- Está explicado pois porque chegamos aqui e quem são os responsáveis efetivos pelo colapso económico e pela pobreza moral, intelectual e cultural do nosso País.

----- As lideranças e as elites políticas ou talvez, melhor dizendo, a sua falta, efetivamente a falta de estadistas, de verdadeiros líderes nacionais e regionais enfraquece a sociedade civil e retira confiança aos cidadãos, como diz Camões - torna fraca a forte gente.

----- A *pulverização* de múltiplos e minúsculos centros de poder, que apenas decidem e promovem políticas de capelinha a partir do alto do campanário favorece e fortalece cada vez mais o centralismo, curiosamente abolido constitucionalmente com a constituição democrática de 1976, e inclina cada vez mais o País para o Litoral onde vivem 3/4 da população e onde se concentram 4/5 do rendimento nacional.

----- Temos depois, ainda, senadores, barões, castas, e muitos privilégios, Portugueses de primeira, Portugueses de segunda, os bons e os maus, os de esquerda e os de direita, os exploradores e os explorados, em suma: um País; dois sistemas; múltiplos antagonismos;

desequilíbrios; ritmos e protagonismos, quais cultos de personalidade, vassalagens, ou super egos. O político eleito democraticamente pelo povo e ressalvo que há felizmente boas e raras exceções, isso é a exceção, não é a regra, é um novo Rei Omnipresente e Omnisciente, sabe tudo, que opina sobre tudo, fala com as luzes, qual iluminado e abriga os seus súbitos debaixo do seu manto. Com isto o País vai ficando cada vez mais triste, mais resignado, e mais passivo, preferindo apoiar e bater-se pela legalização do aborto e do casamento de pessoas do mesmo sexo, à materialização da Constituição que criou formalmente as regiões administrativas há precisamente trinta e cinco anos.

----- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a regionalização será uma realidade mais cedo do que tarde, e este, contrariamente ao que muitos afirmam, se calhar é um bom momento, não é possível parar o vento com as mãos, antecipemos o futuro e façamos parte da mudança, com um grito de liberdade e de resiliência abrindo caminho ao debate nesta Assembleia e nos órgãos locais dos vários partidos, sem qualquer preconceito e sem orientações de diretórios políticos. O sinal contra a corrente, em contra ciclo, que o atual Governo deu ao eliminar os benefícios fiscais à interioridade, no âmbito do Orçamento de Estado para 2012, representa uma rotura com princípios básicos e fundamentais de solidariedade e de justiça fiscal para com as regiões desfavorecidas, como é o caso da nossa. Com o Governo Regional investido de poderes tributários o clique seria de sinal positivo e em sentido contrário, portanto mais amigo do emprego e da economia regional, em suma das empresas, dos cidadãos.

----- As regiões autónomas dos Açores e da Madeira são exemplo de uma maior competitividade fiscal, favorecendo as famílias através de taxas, ao consumo, mais baixas, como o IVA e sobre impostos petrolíferos, tornando, de facto, a vida de todos muito mais fácil, é certo que ainda ontem surgiram notícias que a Assembleia Regional apresentou uma proposta no sentido de equiparar as taxas do IRC e IRS às do Continente, mas até aqui beneficiaram, de facto, dessa medida importante de salva guarda.

----- Posto isto, irei apresentar uma moção que deposito na Mesa e a quem peço, obviamente, para proceder à sua leitura.

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Passo a ler, então, a moção apresentada pelo Sr. Deputado Eduardo Malhão, do PSD.

“MOÇÃO

1 - Considerando que as empresas do interior, nomeadamente das zonas fronteiriças, como é o caso das do Distrito de Bragança, caracterizadas maioritariamente por micro e pequenas empresas de

estrutura familiar, competem num mercado cada vez mais global, concorrencial e competitivo, com custos de produção mais elevados comparativamente com as empresas sedeadas do lado de Espanha, onde os custos de energia são mais baixos, designadamente os combustíveis, os quais beneficiam de uma carga fiscal mais competitiva e amiga das empresas e dos consumidores, situação recentemente agravada com o aumento de 10% no nosso país nas tarifas de eletricidade e gás, só por via direta da alteração do IVA, passando este da taxa intermédia para a taxa normal;.....

2 – Considerando que o Distrito de Bragança por estar afastado geograficamente dos principais mercados de matérias-primas e de consumidores do país, da Europa e do Mundo, e também devido ao seu clima rigoroso e agreste e à sua topografia acidentada, próprios de zonas de montanha, como é o caso, agrava ainda mais as faturas energéticas e da logística de transportes rodoviários, situação esta extremada pela recente introdução de portagens na A-23, na A-24 e na A-25, implicando, de forma indireta, que as matérias-primas e os produtos acabados incorporem estes acréscimos de custos no preço final, penalizando ainda mais as famílias e as empresas da região.....

3 – Considerando ainda que o atual ciclo económico marcado pela recessão, pelo aumento exponencial do desemprego, pela crise das finanças públicas e pela falta de confiança dos mercados financeiros internacionais, exige políticas em contraciclo de estímulo ao crescimento económico, designadamente através do desagramento da excessiva e inoportuna carga fiscal, quer para as famílias quer para as empresas, como única forma de vencermos os desequilíbrios estruturais das contas públicas e assim sairmos da armadilha do défice e do endividamento externo em que nos encontramos;.....

A Assembleia Municipal de Bragança, reunida em sessão ordinária de 16/12/2011, deliberou propor ao Governo o seguinte:

1 – **A manutenção dos benefícios fiscais à interioridade em sede de IRC, como um instrumento fundamental e imprescindível para a preservação do emprego nas regiões deprimidas do interior e para a coesão social, económica e territorial;.....**

2 – **A adoção de políticas estruturais e fiscais para as regiões desfavorecidas do interior, que tenham um impacto direto e efetivo na economia regional, e que sejam promotoras da criação de valor económico e potenciadoras dos recursos endógenos, estimulando assim a fixação de população e de empresas, e favorecendo por esta via a criação de emprego e colocando-nos em igualdade de circunstâncias e de benefícios com outras regiões do país mais favorecidas, nomeadamente com os Açores e com a Madeira.**

Mais deliberou remeter a presente moção ao Senhor Presidente da República, ao Senhor Presidente da Assembleia da República, ao Senhor Primeiro-Ministro e a todos os Grupos Parlamentares dos partidos representados na Assembleia da República.

Propõe-se ainda o envio para conhecimento e divulgação da presente moção a todas as Instituições públicas e associativas da região, bem como a todos os órgãos da comunicação social regional.

O Grupo Municipal do PSD,

a) António Eduardo Fernandes Malhão”

----- -

----- **Presidente da Mesa** - Ponto 2? Vou ler então, a pedido do Luís Pires, o primeiro parágrafo do ponto 2.

----- “ A adoção de políticas estruturais e fiscais para as regiões desfavorecidas do interior, que tenham um impacto direto e efetivo na economia regional, e que sejam promotoras da criação de valor económico e potenciadoras dos recursos endógenos, estimulando assim a fixação de população e de empresas, e favorecendo por esta via a criação de emprego e colocando-nos em igualdade de circunstâncias e de benefícios com outras regiões do país mais favorecidas, nomeadamente com os Açores e com a Madeira.”

----- Pedidos de esclarecimentos sobre esta moção? Guedes de Almeida e Luís Pires. Guedes de Almeida tem a palavra para o seu pedido de esclarecimento, peço que seja conciso e célere quanto possível.

----- **António de Almeida** – Eu ia sugerir ao proponente da moção, que fala aqui em benefícios fiscais em termos de IRC, que fosse acrescentado também, barra IRS, apoio à empresa pressupõe que efetivamente sejam os empresários e também os trabalhadores terão que se deslocar para trabalhar nessas empresas, e também que fosse acrescentado, que fossem criadas linhas especiais de crédito de acesso à banca para criação, desenvolvimento e melhoramento das suas empresas.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Há um pedido de esclarecimento já formulado, Luís Pires, do PS, tem a palavra.

----- **Luís Pires** – Muito bom dia, mais uma vez. Eu concordo com estas duas solicitações anteriores e vou ser *preciosista* só numa coisa, há ali um ponto na introdução em que ele fala em “distância de matérias primas”, só lhe vou propor que ponha “algumas matérias primas”, porque se

vamos a ser corretos e, na minha ótica de desenvolvimento, há matérias primas na nossa região que nos permitiriam ser sustentáveis. Portanto nesse caso não teríamos distância, e isso depois vai entroncar com aquele ponto que eu pedi para me referir, portanto se for possível fazer essa alteração.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Srs. Deputados.

----- Cabe, agora, a palavra ao Sr. proponente da moção

----- **Eduardo Malhão** – É evidente que acolho com todo gosto essas sugestões, e agradeço o vosso contributo, que isso é perfeitamente pacífico e enquadra-se obviamente no interesse e no espírito da moção, muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Fica aqui esta resposta positiva por parte do Sr. proponente da moção, estamos agora em condições, julgo eu, para inscrições que existam para intervenções, registamos duas intenções de intervenção, José Brinquete, tem a palavra, seguido de Guedes de Almeida.

----- **José Brinquete** – Sr. Presidente da AM, era para dizer que eu considero esta moção extremamente importante, e portanto a CDU vai votar favoravelmente, mas chamava a atenção para duas coisas: a primeira é de que noutros momentos mesmo o núcleo empresarial de Bragança, o NERBA, de qual o Eduardo Malhão agora é o Presidente, chegou a fazer propostas com alguma profundidade sobre medidas para a dinamização da economia na região, e muito mais completas. E porque é que é importante mais completas? Porque a moção pode ser um primeiro passo e esta questão que eu estou a levantar poderia ser para o NERBA agarrar-se, é porque uma ou outra medida desgarrada não faz efeito nenhum, quer dizer, mesmo em relação ao IRC, que é importante, nós estamos num distrito em que a esmagadora maioria das empresas não paga IRC, isso também é outro problema, como é que possível uma empresa sistematicamente, durante muitos anos, não pagar IRC. Mas as medidas têm que ser em conjunto e até têm que ser medidas de choque, uma terapia de choque.

----- O Dr. Henrique Ferreira, nosso querido amigo, como vocês conhecem, escreveu um artigo no Mensageiro de ontem que eu chamo a atenção para a sua leitura, que é muito pequeno mas é muito elucidativo, em relação aos Concelhos do Distrito que são a esmagadora maioria que têm um envelhecimento de 300 e 400%, estes concelhos estão moribundos, como ele diz e eu estou de acordo, e mesmo Bragança não pode cantar de galo porque aumentou não sei quantos, quinhentos e sessenta ou quinhentos e cinquenta e tal pessoas em dez anos. Portanto, para além desta moção que vai ter o apoio da CDU, nós fazíamos uma recomendação, se fosse possível, que o NERBA, agora

com sangue novo e com manifestações de vontade diferentes, novo, pode não ser na idade, mas até é na idade, mas eu digo novo porque é uma direção nova e arejada, precisava de agarrar isto com outra força e com os estudos que já existem quer do NERBA de noutros tempos, quando teve alguma dinâmica, quer mesmo a nível nacional, na Assembleia da República estão depositadas propostas de resolução para o interior de vários partidos e designadamente do meu, onde há um conjunto de medidas extremamente importantes, e isso como fator negocial com o Governo eu acho extremamente importante.....

----- A segunda recomendação, se me é permitida, é a seguinte, é de que o problema que temos em Bragança existe, como eu tenho dito aqui algumas vezes e penso que não é novidade para ninguém, existe desde de Trás-os-Montes até à serra Algarvia, e se é verdade que Bragança tem a força que tem, o peso político que tem, então há que juntar forças e criar aliados e o NERBA também podia ter a dinâmica de procurar fazer qualquer coisa que diga ao País que o interior do País está a ser destruído, despovoado e que se juntasse com o Núcleo Empresarial de Castelo Branco, ou da Guarda, ou de Vila Real, ou do Alentejo, quer dizer porque costuma-se dizer que a união faz a força, e portanto aproveitando uma excelente moção que aqui está, ficavam estas recomendações.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado,

----- Dr. Guedes, tem a palavra para a sua intervenção. De seguida o Sr. Deputado Eduardo Malhão.

----- -

----- Sim, na sequência dos trabalhos, tem tempo de intervenção, pode usa-lo, mas vamos esperar pela intervenção de Guedes de Almeida que pode também acrescentar algo à sua reflexão.

----- **António de Almeida** – Esta AM trouxe aqui reflexões que são bastante importantes, mas eu vou aqui congratular-me, o Sr. Eduardo Malhão proponente desta moção, na sua intervenção anterior referiu aqui, falou de estadistas, e teve a coragem de falar aqui num estadista que teve um comportamento, e por comparação não falou de outros estadistas que nos levaram a esta situação que hoje vivemos, e este é que foi o grande mal de toda esta região e todo este País, mas eu falo mais e sempre falei em nome do Concelho de Bragança e até do Distrito de Bragança, e é um ponto de reflexão que deve permanecer doravante, quem são os bons e quem são os maus estadistas, quem são os bons ou os menos bons políticos, quem defende ou quem não defende o interesse das populações, o que está em causa são as pessoas, não há mais ninguém, não são os interesses pessoais.

----- Esta moção é importante e falou aqui até em regionalização, que teria a ver com aquela intervenção sobre o Livro Verde, acho que temos que começar por qualquer sítio que dê voz às populações, que informe as populações e em que as populações participem na resolução dos seus problemas, não podem só ser ouvidas para votar, que neste momento já nem votam, falta saber se é democrático ou não são democráticos os poderes que estão instituídos, metade da população não vota, nem vai às urnas, nem quer saber, portanto isto é que tem que ser despoletado e é que tem que ser incentivado, as pessoas devem participar na resolução dos seus problemas.....

----- E há questões que também nos tocam aqui, não é só o poder central é o poder local, quando estamos numa época de contenção, nós vemos, por exemplo, cortou-se à iluminação pública e vemos que neste momento, no Natal, se calhar gastou-se mais do que o ano passado na cidade de Bragança. E mais, foi dado dinheiro à economia, por exemplo, de Guimarães, e não foi dado, por exemplo, ao falecido Maurício, ou à empresa que ele deixou, isto é uma questão a levantar noutro ponto da agenda de trabalhos.

----- Por exemplo, há aqui gastos que são desnecessários, o almoço de hoje, para mim é desnecessário, e é desnecessário na maneira em que parece tutelado pela Câmara Municipal quando devia ser a AM a oferecer o almoço à Câmara Municipal, quer dizer há aqui uma inversão de valores, se fosse perguntado às populações as populações não queriam isto, não querem isto, no fundo quem é que vai pagar o almoço? São as populações. Nós estamos aqui a ganhar a nossa senha de presença, não se trata de populismo, isto trata-se de realidade. Por exemplo nesta Câmara as empresas estão a definhar neste Concelho, há empresas, algumas vão paralisar, o ano passado, em dois mil e dez, houve dezasseis pedidos de falência de empresas, que já arrumaram, empresas de nome nesta cidade, há empresas que vão fechar talvez em dois mil e doze, precisamente porque a autarquia não colabora, não ajuda e talvez nem queria saber do estado de vida das empresas.....

----- E gastou-se, por exemplo, o dinheiro com o Dia do Exército, não se sabe quanto, será um ponto a questionar, se tiraram daqui os quartéis porque é que o Exército esteve em Bragança, quer dizer, quando acabaram com os quartéis vem para aqui os militares, pelos visto estiveram aí a passear, mas essa é outra questão também teve custos para o Concelho de Bragança e que podia, de certa forma, diminuir os problemas das empresas e do setor empresarial e das pessoas sediadas neste Concelho.....

----- E é por isso que vou votar favorável esta moção porque acho que pode ser o início de uma espécie de grito de Ipiranga, falar em regionalização, falar em novos poderes para a população, para as pessoas e não como se disse aí quem ouviu a rádio há pouco sobre o Livro Verde, que dois

Deputados que são eternos, quer dizer, a representar este Distrito, disseram que com a A4 vai vir a revolução. Que revolução é que vem com a A4? Será a debandada total das pessoas, se não houver uma inversão de valores sobre os custos que vão ser tributados às pessoas que vão, sem qualquer outra alternativa, utilizar essas estradas para se deslocarem, em problemas de saúde, portanto isto mais alguns anos alguns concelhos estão envelhecidos, o Concelho de Bragança não irá fugir à regra. Portanto há que efetivamente as populações tomarem mão do poder e elegerem quem efetivamente defenda os seus poderes e comecem de certa forma a terem uma voz ativa, começar a gritar, que efetivamente as coisas não podem continuar da maneira em que estão a seguir, que há que mudar o rumo, há que defender os seus interesses, há que poupar, mas há que poupar, todos.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- O Sr. Deputado Eduardo Malhão tinha pedido a palavra para concluir, ou continuar a sua intervenção.

----- **Eduardo Malhão** – Muito rapidamente apenas para agradecer também o contributo do Sr. Deputado da CDU, embora eu não esteja aqui na qualidade de Presidente do NERBA, obviamente, mas uma vez que deixou aí algumas achegas gostaria de lhe lembrar que o NERBA tem já no âmbito do “Projeto-Competir” uma parceria com NERVIR, com o NERGA que é o Núcleo Empresarial da Guarda, e com o NERCAB, que é o Núcleo Empresarial de Castelo Branco.....

----- Para além disso lembraria também que na passada quarta-feira foi aprovada, por unanimidade, em sede de Conselho Empresarial Regional, a necessidade de se fazer uma petição pública precisamente para puxar por estas questões da economia regional e da potenciação dos recursos endógenos.

----- Depois relembra-lhe, se ler bem o ponto nº2, aí fala, claramente, de uma forma abrangente e diz, “a adoção de políticas estruturais” - aqui cabe obviamente tudo - “que tenham impacto direto e efetivo” - e que não seja apenas discurso - “na economia regional, e que sejam promotoras da criação de valor económico”, penso que isto diz tudo.

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Vamos passar à votação desta moção apresentada pelo Sr. Deputado Eduardo Malhão, do PSD. --

----- APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA MOÇÃO SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE, ESTANDO MOMENTANEAMENTE OITENTA E TRÊS MEMBROS PRESENTES.

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto? Não há declarações de voto.

----- Tem a palavra o Sr. Deputado Luís do Vale, do Bloco de Esquerda.

----- Sr. Deputado Luís do Vale, peço-lhe o favor de esperar um pouquinho.

----- Eu já tinha feito a chamada para as declarações de voto, eu acho que vamos ter que, se calhar, ter mais atenção, declaração de voto.

----- Tem a palavra, para a declaração de voto, o Sr. Deputado Bruno Veloso, do PS.

----- **Bruno Veloso** – Antes de mais, saudar-me e congratular o proponente desta moção, pela iniciativa apresentada e também dizer que de facto nós defendemos o interesse das populações e é patente a forma como votámos nesta moção, e também ficamos contente que muitas destas propostas também tenham sido apresentadas pelo PS na Assembleia da República aquando do debate do Orçamento do Estado, e ficamos contentes que o Deputado Malhão tenha reconhecido exatamente esse trabalho e nós naturalmente ficamos satisfeitos.

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra o Sr. Deputado Luís do Vale, do BE, para a sua intervenção.

----- **Luís Vale** – Obrigado, Sr. Presidente.

----- **Apresentou, por escrito, o seguinte:**.....

----- “Quando Pedro Passos Coelho se apresentou em campanha eleitoral, trouxe consigo a ideia de que seria necessário alienar a participação do Estado nas empresas públicas. Como sabem o BE defende que o Estado deve preservar a sua posição maioritária nos setores estratégicos da sociedade portuguesa, tais como a energia, as comunicações e os transportes, a banca, entre outros. Desses setores e empresas há uma que em particular nos preocupa e, a mim, me inquieta. A privatização das águas de Portugal. Bem sabemos que esta privatização não estará na primeira linha do património público a alienar, mas também não temos dúvidas que em breve, essa intenção será concretizada.

----- Alertados que estamos para essa intenção e conscientes do bem comum, consideramos que a água e a sua distribuição não devem ser oferecidas à exploração e à especulação do mercado, e porque essa intenção vai além do que foi acordado com a troika, tudo faremos para impedir essa privatização, pois para além de a encarecer para os consumidores, haverá desinvestimento na sua

qualidade, conservação e transporte. Ou seja, em nome da racionalização de custos e da lógica empresarial da obtenção de lucros e mais-valias, põe-se em risco a saúde dos cidadãos, que passam a pagar mais por um serviço pior. Tal como escreve Ugo Mattei na edição Portuguesa do Le Monde Diplomatique, deste mês de dezembro e a propósito do Direito contra as Privatizações, e paço a citar: “Na mentalidade moderna, explorar os bens comuns – através de um consumo que resulta inevitavelmente na sua privatização em favor daqueles que conseguem usufruir e tirar proveito mais eficazmente – é visto como natural”. Fim de citação

Meus senhores e minhas senhoras,

----- Olhando para o panorama partidário nacional, facilmente percebemos as diferentes sensibilidades e perspetivas: o PSD e com ele, amarrado e a bater palmas, o CDS, decretarão com a brevidade possível essa privatização; no PS percebe-se alguma indefinição e alguma dificuldade em tomar uma posição que seja consensual; registamos também a oposição do PCP, logo dos verdes também, ao referendo acerca da privatização da empresa das Águas de Portugal, a pretexto de que tal votação aceita que se possa escolher sobre tal assunto. Ora, só com a confiança ou fé numa salvífica mudança de opinião da maioria PSD e CDS se pode esperar que o parlamento impeça tal privatização, já anunciada, possibilitando que se prescindisse do instrumento referendário.....

----- O Bloco de Esquerda está certo de que a direita não mudará de opinião, mas deverá ser confrontada com um debate em toda a sociedade, exigindo que a palavra seja dada a todos os eleitores, com a convicção de que esse referendo é a única via possível de oposição, que será o último instrumento legal para combater e impedir essa privatização.

----- Num ambiente europeu de austeridade, sempre aliada a uma forte autoridade, temos assistido e não por acaso, a uma renacionalização da água por toda a Europa – veja-se o caso italiano ainda neste verão. Não se percebe, portanto, este impulso liberal em Portugal. Mais, olhemos para a realidade local e regional, o que ganharam os vários municípios e seus munícipes com a privatização da distribuição da água!? Pouco ou nada, dizem eles e sabemos nós.

----- O que ganhou Bragança com a adesão aos serviços multimunicipais!? Nada ou muito pouco, dizem eles e sabemos nós. Na ata da reunião da C.M. de 28/11/2011, disponível na internet, é possível verificar que o próprio executivo não acredita na sustentabilidade da ATMAD e está insatisfeito com os serviços prestados e com os preços praticados. Não entendemos nem aceitamos que se qualifique de retrocesso o abandono do sistema integrado e multimunicipal, pois na verdade e tal como o Sr. Presidente admite, será sempre preciso salvaguardar situações em que a adesão real nunca se concretizou. Ninguém mais além dos serviços municipalizados poderiam garantir, justa

e equitativamente, a qualidade e quantidade no abastecimento de água. É mais do que tempo de iniciar esse processo de rutura e chamar a nós esta responsabilidade. Sr. Presidente, faça-o.

----- O Bloco de Esquerda não tem dúvidas da importância desta questão, nem da dimensão do negócio fabuloso que se apresenta para os privados, e por isso iremos combater essa privatização por decreto. Defendemos que devem ser os portugueses e as portuguesas a manifestarem-se e, aí, também acreditamos que teremos uma grande maioria da população contra essa privatização. O referendo será uma mobilização social contra a austeridade e contra a autoridade.”

----- Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Infelizmente terminou o Período de Antes da Ordem do Dia, já com uma tolerância substancial por parte da Mesa, peço desculpa aos Srs. Deputados que se encontravam inscritos para este momento deste ponto da agenda, mas não vão poder fazer a intervenção, e isto vem na sequência do que eu disse na reunião da Comissão Permanente, lamentavelmente não consegue, a Mesa, controlar o que diz respeito às moções, o número de moções e as votações, declarações de voto, que conduzem a esta situação que se repete. Alguns elementos hoje não poderão fazer a intervenção dentro do Período de Antes da Ordem do Dia, não quisemos cortar, pela segunda, vez a sua intervenção e demos-lhe tolerância, quero que entendam que a tolerância que foi dada foi na sequência, de facto, de não ter concedido a palavra ao Deputado Luís do Vale, na última Assembleia.

----- Terminou o tempo de Antes da Ordem do Dia, e quero só fazer aqui, antes de entrarmos no ponto seguinte, uma informação ao Sr. Deputado Luís do Vale, que na Certidão Geral da Ata, consta, de facto, na página cinco, a transcrição do documento:

----- “Luís do Vale apresentou, por escrito, o seguinte: Exmo. Sr. Presidente da Mesa da AM, o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, etc. etc.” está aqui, consta no fim da página 5 e início da 6, da certidão geral da ata da reunião de 30 de setembro. Portanto está de facto esclarecido relativamente a essa matéria.

----- Muito bem, Srs. Deputados, entramos agora no período da ordem do dia.

----- Luís do Vale, pretende uma fotocópia desta página? Não, muito bem.

----- **Luís do Vale** – Não.....

----- **Presidente da Mesa** - Então eu dou a indicação à Assembleia que vamos então partir para o

PONTO 4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:.....

PONTO 4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município.

- ESTADO E VIDA DO MUNICÍPIO -

Conforme alínea e) do nº.1 do art.º 53 da Lei 5-A/2002, apresento para apreciação a presente informação escrita da situação financeira do Município e das atividades e decisões mais relevantes tomadas pela Câmara Municipal, no período que decorreu desde a última Sessão da Assembleia Municipal, que teve lugar a 30 de setembro de 2011, até à presente data, envolvendo processos agendados para reunião de Assembleia Municipal e outros assuntos, de que se faz uma síntese das principais matérias.

1 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

1.1 - Divisão Financeira

1.1.1 - Secção de Contabilidade

Com reporte ao período acumulado a 30 de novembro de 2011, a execução bruta do Orçamento da receita é de 76,66% (no montante de 29.291.142,04€), para um Orçamento da despesa paga de 75,66% (no valor de 28.909.246,88€). De forma global, as Grandes Opções do Plano atingiram até 30 de novembro de 2011 uma execução financeira de 60,24% (8.330.001,98€), provenientes de pagamentos do Plano Plurianual de Investimentos no montante de 7.053.996,93€ e decorrentes de pagamentos do Plano de Atividades Municipal no valor de 1.276.005,05€. As despesas foram orientadas principalmente para as funções sociais, com um valor de despesa paga de 7.228.970,66€. O Plano Plurianual de Investimentos apresenta uma execução financeira de 58,50% e o Plano de Atividades Municipal, constituído pelas atividades mais relevantes da autarquia atingiu, até à referida data, uma execução financeira de 72,07%.

A evolução da estrutura da dívida a terceiros regista - em 30 de novembro - uma diminuição de 2.788.752,02€, ou seja, de -18,37 pontos percentuais, comparativamente a 1 de janeiro de 2011.

De 01 de setembro a 30 de novembro de 2011 foram deliberados, em reunião de Câmara, apoios financeiros para as Juntas de Freguesia no montante de 92.269,00€, e Subsídios e Participações para Associações e Instituições sem fins lucrativos no valor de 206.381,04€.

1.1.2 - Setor de Taxas, Contencioso, Gestão Patrimonial e Aprovisionamento

No período de 1 de janeiro a 30 de novembro de 2011 o total da receita arrecadada foi de 894.225,54€ representando um saldo negativo de 53.793,34€ (-6,02%), comparativamente ao período homólogo.

Durante o período de 13 de setembro a 30 de novembro de 2011, foram abertos 27 procedimentos por Ajuste Direto e 1 procedimento por Concurso Público referentes a aquisição de bens e serviços. Tendo decorrido a fase de adjudicação de alguns procedimentos, o valor total adjudicado perfaz 557.380,94€+IVA. Em termos patrimoniais foram adquiridos e inventariados 293 bens móveis, no valor de 30.515,13€;

registou-se 1 estudo, no valor de 12 250,80€; registaram-se 16 empreitadas, no valor de 7.145 .911,72€. Realizaram-se 3 escrituras de compra de prédios, no valor de 692.087,60€.

1.2 - Divisão Administrativa

- Setor de Expediente Geral e Arquivo

No âmbito desta Divisão, destacam-se para além da atividade diária de preparação de agendas para Reunião de Câmara e Assembleia Municipal as seguintes tarefas: produção de certidões; registo e classificação de documentos, neste capítulo, de referir a entrada, de cerca de 6.100 documentos e requerimentos; foram emitidos nesse período 13 certificados de Registo de Cidadãos da União Europeia. Deu-se início durante o mês de novembro, a uma nova fase do processo de desmaterialização e gestão documental, que incidiu no registo e envio pela aplicação do atendimento da correspondência afeta ao Departamento Administrativo e Financeiro.

No âmbito do **Arquivo** foi dada continuidade à introdução de 381 registos na aplicação informática ArqHist, que se destina à gestão da documentação histórica. Este Setor prestou apoio nas seguintes tarefas: - Levantamento dos alvarás de Cemitério do Toural, em 6 livros de registos de alvarás, concretizado com a conceção de uma base de dados que permite a busca automática da informação, destinada à utilização pela Divisão de Ambiente, que passa a colaborar diretamente com o Arquivo quando há necessidade de se realizarem averbamentos, passando a ser efetuados no original, evitando a dispersão de dados e mesmo a sua perda; - Tendo em vista a procura mais eficaz de informação, foi processada informaticamente a listagem dos Processos de Urbanismo existentes no Arquivo.

1.2.1 - Secção de Recursos Humanos – No período em análise, esta Secção procedeu ao acompanhamento de 8 procedimentos concursais (tempo indeterminado, tempo determinado/termo resolutivo certo e incerto) e 9 processos de aposentações. Estão a decorrer 4 estágios no âmbito do PEPAL IV e 12 estágios não remunerados/ Curriculares/Qualificação Emprego/Vida Emprego. Dada continuidade ao processo de informatização dos processos individuais dos colaboradores.

- Gabinete de Sistemas de Informação e Comunicação

Para além das tarefas normais de funcionamento do Gabinete, durante o período a que o presente relatório respeita, foi dada continuidade às tarefas inerentes à implementação do Projeto de Modernização Administrativa, sendo de destacar:

- Gismat: Foi dada continuidade ao projeto de revitalização das aplicações SIG, com ênfase no apoio prestado na implementação da aplicação IRM (Infraestruturas de redes municipais).
- Gestão documental – Foi iniciado o circuito de gestão da correspondência entrada na autarquia.

- Modernização do parque informático: Decorreu a configuração e instalação de 56 equipamentos (PC's e estações de trabalho). Através da instalação destes equipamentos, distribuídos pelos diversos serviços autárquicos, o Município de Bragança moderniza uma parte significativa do seu parque de equipamento, eliminando problemas decorrentes da utilização de equipamentos obsoletos o que terá um impacto positivo no trabalho realizado pelos colaboradores da autarquia.
- RJUE: Foi feita a integração da aplicação de Urbanismo com o Portal RJUE (Regime jurídico da Urbanização e Edificação).
- Solução de printing: Procedeu-se à instalação de 18 equipamentos multifuncionais que vieram substituir grande parte do parque de impressão (são retirados cerca de 100 equipamentos). Os equipamentos instalados em rede, em locais estratégicos, podem ser acedidos pelos vários serviços. Com esta solução reduzem-se custos e uniformiza-se o parque de impressão, cópia, fax e digitalização.
- TIC nas Escolas: No âmbito deste projeto todas as escolas sob tutela da autarquia serão dotadas de quadros interativos, computadores com ligação à Internet, impressoras multifunções, videoprojectores, redes locais, software office, conteúdos didáticos e formação. São abrangidas 16 escolas / 43 salas de aula, através do investimento de 267.329,32€.

O principal website do Município de Bragança registou, de 1 de outubro a 05 de dezembro, um total de 62.176 visitas (média de 942 visitantes por dia). Os restantes endereços autárquicos foram visitados, no mesmo período, 3.751 vezes (109/dia).

Assim, o site do Museu Ibérico da Máscara e do Traje foi procurado por 1.000 cibernautas, o do Centro de Arte Contemporânea por 2.905 pessoas, enquanto que o endereço do Teatro Municipal recebeu 2.692 visitas e da Biblioteca Municipal 575.

Relativamente ao Facebook 4.245 “amigos” e 1.085 fãs seguem diariamente as atualizações do Município.

2 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, SOCIAL E CULTURAL

2.1 –DIVISÃO SOCIOCULTURAL E TURISMO

Serviço de Animação e Equipamentos Culturais

Centro de Arte Contemporânea – No Núcleo de Exposições Temporárias foi inaugurada, no dia 15 de setembro, a exposição de José Rodrigues “Travessias do Desenho e da Escultura” que vai estar patente até 08 de janeiro 2012. Nas sete salas de exposição destinadas à pintora Graça Morais, encontra-se patente desde o dia 30 de setembro a exposição “Terra Quente – Terra Fria”.

Nos meses de setembro, outubro e novembro foram realizadas 28 visitas/jogo solicitadas por escolas e instituições e visitaram o espaço 4.108 pessoas.

Museu Ibérico da Máscara e do Traje - Nos meses de 13 visitas guiadas, solicitadas por escolas e instituições da cidade e de vários pontos do país e estrangeiro.

Teatro Municipal de Bragança – Durante os meses de setembro, outubro e novembro realizaram-se 17 espetáculos com 22 sessões. De destacar a coprodução/residência artística com o ACE Teatro do Bolhão que culminou com a apresentação do espetáculo “Terra Quente Terra Fria” a partir da obra de Graça Morais. Destaca-se, ainda, o Festival Internacional Douro Jazz, na sua oitava edição, que este ano contou com a participação de 51 músicos de 6 países, apresentando 43 espetáculos em quatro cidades de Trás-os-Montes e Alto Douro. Realizaram-se concertos em Vila Real, Bragança, Lamego e Chaves, no âmbito das parcerias estabelecidas já para as edições anteriores.

Bibliotecas Municipais - Continuação na indexação e catalogação do acervo documental. Nos meses em análise foi executado o tratamento técnico e catalogação informatizada de 1484 monografias e efetuada a correção de 3436 registos. No período em questão, registou-se a presença de 6928 em todos os serviços existentes na Biblioteca. Na secção infantil foram desenvolvidas algumas atividades, tais como: desenho e pintura, projeção de filmes e hora do conto, tendo sido registada a presença de 500 crianças.

Biblioteca Adriano Moreira - Nos meses em análise registou-se a presença de 498 pessoas neste espaço.

Centro Cultural Adriano Moreira – De 14 de outubro a 14 de novembro estiveram patentes, no âmbito das Comemorações do Dia do Exército em Bragança, uma exposição de índole histórica evocativa das campanhas de África que recorda os 50 anos das Campanhas de África (1961-1974), um dos períodos mais significativos para a sociedade portuguesa do século XX, e uma exposição de pintura e de literatura com obras executadas ou escritas por militares ou familiares de militares. Foram inauguradas no passado dia 3 de dezembro as exposições temáticas “Os Diabos nas Festas de Inverno em Trás-os-Montes e Província de Zamora” e dos trabalhos dos concursos da Mascararte 2011 – V Bienal da Máscara.

Setor de Animação, Produção e Turismo - Durante os meses analisados foram atendidos 4331 turistas.

2.2 –DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, DESPORTO E JUVENTUDE

Serviço de Educação

No dia 2 de novembro, realizou-se mais uma Reunião do Conselho Municipal de Educação, onde foram prestadas informações sobre o ano letivo 2011/12, nomeadamente número de alunos e turmas do ensino público e do ensino privado. Foi referida a evolução positiva no que diz respeito aos alunos do ensino pré-escolar e do 1º ciclo, revertendo o decréscimo de alunos sentido nos últimos anos.

O Sr. Dr. João Amado, responsável do Agrupamento de Exames Nacionais do distrito de Bragança apresentou os resultados dos exames nacionais no Concelho, temática importante para a análise do sucesso e insucesso dos alunos do concelho. Foi, ainda debatida a questão da ação social escolar. Neste ponto, foram apresentadas iniciativas implementadas nas escolas e procuraram-se algumas soluções conjuntas para atenuar as dificuldades sentidas pelas famílias num período em que estão, economicamente, mais fragilizadas.

O Conselho Municipal de Educação contou com a presença do Diretor Regional de Educação do Norte, Sr. Dr. João Grancho que referiu a vontade de iniciar, proximamente, reuniões para debater a rede escolar no concelho.

Serviço de Desporto e Juventude

No âmbito do projeto “Bragança Saudável, Bragança Solidária” realizaram-se as 3 últimas caminhadas do ano, nas freguesias de Rebordãos, Zoio (Refoios) e França (Montesinho), num total aproximado de 40 km, contando com 135 participantes.

No dia 1 de outubro iniciaram-se as Classes Orientadas da Piscina Municipal com 959 inscritos nas modalidades de Natação para Bebés, Hidroginástica, Adaptação ao Meio Aquático, Aprendizagem Adultos e Crianças, Aperfeiçoamento e Competição, e iniciaram as suas atividades anuais os grupos institucionais que frequentam a Piscina Municipal no período da manhã: IPB, CHNE, APADI, CEE, ASCUT, Obra Kolping, programa “+ Idade + Saúde”, CSP dos Santos Mártires, Escola Miguel Torga e programa “Mexa-se em Bragança”.

Está em fase de preparação o Torneio de Escolas de Natação, a realizar dia 17 de dezembro, com a participação de equipas representativas de Alijó, Chaves, Vila Real, Mirandela e Bragança.

Serviço de Ação Social

No período que medeia entre a última sessão da assembleia municipal e o início do mês de dezembro de 2011 realizaram-se 187 atendimentos sociais para avaliação e diagnóstico sobre diferentes situações socioeconómicas. Ainda neste período, foram realizadas 9 visitas domiciliárias

no âmbito de vários processos de apoios sociais entre outras visitas regulares aos bairros sociais da Mãe d'Água, Coxa e Previdência, pertença do MB.

No decurso da intervenção no bairro social da Mãe d'Água, no âmbito da melhoria da eficiência energética, foram realizadas visitas técnicas de acompanhamento das obras e reuniões de trabalho com a participação de técnicos do serviço de ação social e da empresa adjudicatária com o objetivo de sinalização e verificação de alguns constrangimentos e o delineamento de estratégias de atuação com vista à sua resolução, bem como no sentido de efetuar um levantamento de possíveis imóveis vagos ou com ocupação irregular. Deste trabalho resultou a sinalização de alguns imóveis que apresentavam fortes indícios de se encontrarem devolutos. Foram acionados os meios legais para recuperação da posse dos mesmos tendo em vista a sua reabilitação e o realojamento de agregados familiares que requereram e aguardam a atribuição de habitação social, processo em curso.

Foi, entretanto, iniciado o processo para atualização de rendas dos bairros sociais dado que, passadas três décadas da construção e realojamento de algumas famílias, os valores das rendas permaneceram inalterados apesar das transformações familiares e alterações socioeconómicas ocorridas, o que significa que ainda existem agregados familiares a pagar uma renda mensal de 2,00€, montante inferior à renda mínima no âmbito do Regime de Renda Apoiada - 1% do Salário Mínimo Nacional, correspondendo a 4,85€, não obstante o facto de existirem disparidades de rendimentos das famílias residentes nos bairros.

Importa referir que, desde a transferência do Património do IGAPHE para o município, o MB requalificou a área envolvente dos bairros sociais, conferindo-lhe maior atratividade e, conseqüentemente, melhor qualidade de vida aos residentes, procedeu à reparação e requalificação de vários apartamentos, melhorando os seus níveis de conforto, e, presentemente, está a realizar obras em todos os blocos habitacionais do bairro social da Mãe d'Água com vista à melhoria da eficiência energética e qualidade estética. Assim, e numa ótica de justiça social e igualitária, o processo de atualização de rendas nos três bairros sociais, permitirá aos arrendatários com poucos recursos suportar uma renda adequada à sua condição económica e aos arrendatários cuja situação económica evoluiu pagar uma renda em conformidade com o rendimento per capita disponível.

Estão a ser realizados os trabalhos técnicos de implementação dos projetos imateriais “Carta Social do Concelho de Bragança”, “Guia de Boas Práticas de Intervenção social do Concelho de Bragança” e “Plataforma Informática de Monitorização de Apoios Sociais”, enquadrados na candidatura ao QREN do Programa de Ação “Nova Mãe – Requalificação e Reintegração Urbana da Zona da Mãe d'Água”, e integrados nas ações 1 a 3, do EIXO II – Equipamentos sociais e dinamismo das respostas sociais,

do Plano de Ação 2011 do Conselho Local de Ação Social do Concelho de Bragança. Foi já apresentado e aprovado o relatório de progresso da 1.ª fase dos trabalhos no qual se destaca a conceção do logótipo da rede social e o estudo prévio da plataforma informática, bem como a recolha da informação sobre as entidades a integrar na carta social e no guia das boas práticas.

3 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

3.1 – Divisão de Obras Municipais: Foram, neste período, abertos 6 concursos, com um valor base de 3.271.554,34€+IVA, nomeadamente:

- Reconversão Urbanística do Forte S. João de Deus e Remodelação dos edifícios da Sede do Município – Fiscalização (125.000,00€); - Construção do novo espaço da feira (1.698.113,20€); - Parque Verde da Coxa (150.000,00€); - Construção do recinto de promoção e valorização de Raças Autóctones (1.155.441,14€); - Construção da Ciclovia na zona envolvente do IPB e 2.ª fase de ligação ao CCV - Trabalhos Complementares (adjudicada pelo montante de 137.470,00€).

Foram adjudicadas obras no valor de 9.797.371,50€+IVA, destacando-se o projeto de Reconversão Urbanística da zona do Forte S. João de Deus - Remodelação dos edifícios da sede do Município (9.630.091,50€).

Outras obras a decorrer: - Início das obras de requalificação de edifício para instalação de Sedes de Associações de Santa Maria; - Ciclovia do Fervença - 2.ª fase (acesso ao Centro Ciência Viva); - Ciclovia e Praça da Mãe d'Água; - Melhoria da Eficiência Energética do Bairro Social da Mãe d'Água; - Construção da Circular Interior – Troço da Mãe d'Água;- Pavimentações no Bairro do Campo Redondo; - Recuperação de 2 edifícios no centro histórico para residências universitárias (Domus Universitária); - Execução de saneamento em Frieira, Vila Boa e Lagomar; - Pavimentação da via municipal Santa Comba de Rossas-Rebordaínhos; - Construção do Centro de Convívio do Zoio;

Assinado, no dia 05 de dezembro o Contrato e Auto de Consignação para Reconversão Urbanística do Forte S. João de Deus e Remodelação dos edifícios da Sede do Município, tendo as obras inicio nesse dia.

3.2 - Divisão de Urbanismo – O relatório de atividades reporta ao primeiro dia útil do ano até ao final do mês de novembro, comparando valores em período homólogo. Face aos indicadores monitorizados realça-se que do conjunto das operações sujeitas a licenciamento e a comunicações prévias, 63% destas ações reportaram-se ao espaço rural, registando-se assim um acréscimo em 6% ao que já era tendência no ano de 2010, acompanhando igualmente as emissões de licença de utilização no espaço rural, 65% no conjunto das ações.

O valor da receita apurado foi de 212.411,64€, cabendo 2153 guias emitidas, acompanhando igual tendência de decréscimo em 7,71%, face às 2333 guias emitidas em 2010.

No conjunto das operações urbanísticas, ou seja, o somatório das ações relacionadas “licenciamento e comunicações prévias”, regista-se um abrandamento de 14,51%.

4- DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS

4.1- Divisão de Águas e Saneamento

Nos meses de setembro de outubro foram produzidos, na Estação de Tratamento de Água de Bragança, 493.989 m³ de água . Nas análises efetuadas para verificação da qualidade da água humana, tratada na ETA de Bragança e em todos os sistemas do meio rural, e em sistemas independentes verificou-se que os parâmetros de controlo de rotina se encontravam 100 % em conformidade.

No mês de outubro, as reservas de água na albufeira de Serra Serrada, encontravam-se apenas em 12% da sua capacidade máxima. Perante esta precária situação, foi implementado um Plano de Contingência para abastecimento de água a Bragança, tendo a operação decorrido no período de 17 a 24 de outubro, com recurso a camiões cisterna do Município e das Associações de Bombeiros Voluntários de Bragança, Vimioso, Miranda do Douro, Macedo de Cavaleiros, Mirandela e Vila Flor, tendo sido transportados 7.500 m³ (ou seja, o transporte de água equivalente a um dia de baixo consumo) desde Macedo de Cavaleiros a partir do sistema em alta do Azibo. O total de custos da operação foi de 61 364,82€ compreendendo os custos: combustível – 19 986,82€; motoristas – 2 650€; quilómetros – 33 444€; alimentação – 984€ e água – 4300€, significa que o custo mensal de transporte para um mês de consumo custaria cerca de 2,2 milhões de euros, superior ao estimado pela Proteção Civil Nacional (1,8 milhões de euros).

No meio rural foram executados os seguintes trabalhos: - Labiados: Substituição de conduta de água (3.000,00€ +IVA); - Freguesia do Parâmio: Conclusão da elaboração de 224 novos contratos referentes à colocação de contadores nas aldeias de Maças, Fontes Parâmio e Zeive; - Espinhosela: Em fase de conclusão a elaboração de novos contratos referentes à colocação de contadores nas aldeias de Terroso, Cova de Lua e Vilarinho; - Martim: Substituição de conduta de água (3 500,00€ +IVA).

No Setor do Saneamento executados os seguintes trabalhos: - S. Pedro de Sarracenos: Alteração da rede de saneamento para correção do traçado (8.153,00€); -..... Loteamento Emílio Esteves (Campo Redondo): Deteção de ligações das águas pluviais ao coletor de águas residuais; Casa do lavrador/ciclovía da Mãe D’Água: Execução de um coletor de águas pluviais; - Em fase de aprovação de estudo prévio encontra-se os projetos de saneamento para as localidades do Zeive, Maças, Vila

Franca e Bragada; - Em curso os trabalhos das empreitadas de saneamento nas localidades: lote 1 – Frieira, Vila Boa e Lagomar (495 394,40 €) e lote 2 – Parâmio, Gondesende e Terroso (468 790, 99€); Foram, ainda, realizados os seguintes trabalhos: desobstrução em coletores (111); limpeza de fossas (72); mudanças de nome de clientes (399); execução de novas ligações (58); substituição de contadores (186); reparação de fugas (74).

4.2. Divisão Ambiente – No âmbito desta Divisão foram executados os seguintes trabalhos:

- Avivamento de linhas e passadeiras na cidade de Bragança, nomeadamente na Braguinha e Bairro S. João de Brito. Foram efetuados trabalhos de pintura dos estacionamento da Avenida Brigadeiro Figueiredo Sarmiento, e pinturas rodoviárias no Bairro do Pinhal e Fraga Selvagem; - No que concerne a sinalética vertical, foram efetuadas 31 reposições de sinais vandalizados, tendo sido colocados 11 sinais novos; - Desenvolvidas 5 ações de manutenção de parques infantis; - No âmbito das comemorações do Ano Internacional das Florestas, foi organizada uma exposição subordinada ao tema “Floresta para todos” que esteve patente na Norça/Norpesca/Norcastanha-2011. Esta atividade só foi possível com a participação ativa de Centro de Educação Especial, e das Associações LEQUE, APADI e ASCDUT que se envolveram desde de início na proposta de integrar pessoas com necessidades especiais nas comemorações do Ano Internacional das Florestas, concebendo produtos muito interessantes com materiais provenientes da floresta; - Reeditado o flyer alusivo à Defesa da Floresta Contra Incêndios, no sentido de sensibilizar e informar a população sobre as obrigações em matéria de limpeza (gestão de combustíveis) de terrenos particulares;

- No âmbito do controlo de animais errantes, procedeu-se à captura de 128 animais. A captura destes animais contribui para a melhoria das condições de segurança e higiene pública; - Campanha de Vacinação Antirrábica, de Controlo de outras Zoonoses e de Identificação Eletrónica, com a realização de 223 profilaxias antirrábicas e identificados 69 canídeos; - Manutenção de todos os espaços verdes, na monda e limpeza de canteiros, limpeza de folhas, corte de relva, poda de sebes e limpeza geral dos espaços. Preparação de todos os canteiros e floreiras para plantação de flores de inverno; - O Serviço Municipal de Proteção Civil esteve presente na organização do processo relativo ao plano de contingência de abastecimento de água a Bragança, prestou apoio na elaboração do Plano de Emergência Interno da Barragem de Gostei e acompanhou todas as ocorrências de fogos florestais e urbanos do concelho de Bragança.

No dia 29 de setembro, na cidade de Pombal, o Município de Bragança recebeu pelo 5.º ano consecutivo a Bandeira Verde, atribuída pela Associação Bandeira Azul da Europa, resultado da

pontuação obtida em 2010 (55,5 %), a segunda melhor pontuação desde que o Município participa na ECOXXI, o que continua a justificar e a estimular um maior grau de envolvimento e de performance por parte do município e parceiros.

4.3- Divisão de Mobilidade e Energia

Desde janeiro foram transportados no STUB 241.351 passageiros, correspondendo a um aumento de 0,5% relativamente a igual período de 2010. O n.º de utentes nas linhas urbanas aumentou 4,1%, enquanto que o n.º de passageiros das linhas rurais decresceu 4,0%.

Os autocarros de turismo efetuaram, desde janeiro, 152 serviços ocasionais, transportando 4.918 passageiros tendo percorrido 28.446 Kms.

Relativamente ao Aeródromo, foi desencadeado o procedimento para aquisição de serviços de elaboração do Manual de Aeródromo, adjudicado à empresa CONSULGAL, por € 30.000,00 + IVA.

Verificaram-se, nos 11 primeiros meses de 2011, 3182 movimentos de aeronaves e 5600 embarques ou desembarques de passageiros. O que corresponde, em relação ao mesmo período de 2010, a um aumento de 9,1 % nos movimentos das aeronaves e a um aumento de 15,1 % no número de embarque e desembarque de passageiros.

No que respeita à carreira regular, verificou-se em relação ao ano de 2010, um aumento de 17,5 % no número de embarques e desembarques de passageiros (total de 4.905 passageiros) e uma diminuição de 0,6 % nos movimentos das aeronaves (total de 935 movimentos (-6 em relação ao ano de 2010)).

Estão em fase de conclusão as obras da garagem para o carro de combate a incêndios. Foi instalada internet banda larga via wireless nas instalações aeroportuárias, no sentido de facilitar a consulta eficiente dos utilizadores aos serviços essenciais, como a meteorologia, a Navegação Aérea e Instituto de Aviação Civil.

Procedeu-se à adjudicação do fornecimento de iluminação de Natal pelo montante de 39.200€ + IVA.

Outras atividades/assuntos relevantes:

- No dia 19 de outubro realizou-se, em Bragança, o Encontro Living Lab, por onde passaram alguns dos melhores especialistas do setor da construção. A Associação para a Construção Sustentável Living Lab visa tornar a construção sustentável a prática comum e integrada, já, diversas instituições públicas e privadas a nível europeu.

- Decorreram, em Bragança, as Comemorações do Dia do Exército com a realização de um conjunto de eventos que permitiram envolver, para além de mais de uma centena e meia de representantes e principais responsáveis da área da defesa, segurança e proteção civil nacional, alguns milhares de

cidadãos de Bragança e da região, destacaram-se a exposição de pintura e histórica em 14 de outubro, um Corta-mato escolar em 19 de outubro, com elevada participação de alunos de todas as escolas e agrupamentos da Cidade, uma Exposição Estática de Capacidades e Meios do Exército de 19 a 23 de outubro, as Jornadas Académicas que realçaram Bragança no contexto de defesa nacional, nomeadamente na luta desenvolvida aquando das Invasões francesas, e ainda uma Demonstração de Atividades Gimnodesportivas e um Concerto pela Banda Sinfónica do Exército no Teatro Municipal de Bragança. Estas Comemorações culminaram no dia 23 de outubro de 2011, com a realização de uma Missa de Ação de Graças e Sufrágio, presidida pelo Bispo das Forças Armadas, D. Januário Torgal Ferreira, seguida de uma Parada e Desfile Militar, com mais de mil militares, presidida por Sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional, Dr. José Pedro Aguiar Branco. Releva-se o facto das Comemorações do Dia do Exército terem contado com o apoio do Município de Bragança e ter-se constituído também como uma oportunidade de afirmação da necessidade de coesão territorial que o País deve prosseguir.

- No dia 29 de outubro, e pelo 5.º ano consecutivo, o Município de Bragança e os Ayuntamientos de fronteira assinaram, junto ao marco n.º 408, situado entre as aldeias de Rio de Onor e Rihonor de Castilla, a “Ata de Reconhecimento da Fronteira” relativa ao ano de 2011, que posteriormente foi remetida para a Comissão Internacional dos Limites entre Portugal e Espanha, tutelada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros. Ato contínuo, teve lugar a apresentação do livro “Rio de Onor, lugar de saberes e sabores”, de Fernando Costa, editado pela Câmara Municipal de Bragança e a Junta de Freguesia de Rio de Onor, que se segue ao livro editado em 2008, do mesmo autor, “Rio de Onor, viagens de memória”, significando ambas as edições uma recolha preciosa de informação e uma mais-valia de promoção da Freguesia e do Concelho de Bragança.

- No dia 16 de novembro de 2011 decorreu no Centro de Exposições do Núcleo Empresarial do Distrito de Bragança (NERBA) o I Encontro Ibérico de Cooperação Empresarial, envolvendo empresários e associações empresariais do Distrito de Bragança e das Províncias de León, Zamora e Astorga, promovido pela Município de Bragança e pelo Consulado de Portugal em León.

Da parte da manhã mais de 60 empresários de ambos os lados da fronteira, reunidos em 3 grupos de trabalho (Indústria, Turismo e Serviços e Comércio), partilharam experiências, desafios e problemas comuns, e refletiram sobre as formas de cooperação com o objetivo de criar melhores condições e mais coesão económica e, por esta via, contribuir para a coesão territorial da região fronteiriça.

As conclusões e reflexões finais incluem a necessidade de melhorar as acessibilidades entre Bragança – León e Quintanilha – Zamora. O Presidente do Conselho Económico e Social Dr. José Silva Penada proferiu uma conferência sob o tema “A cooperação empresarial transfronteiriça na Macro Região do Nordeste Peninsular: potencialidades e desafios”, tendo criticado a possibilidade de o Governo aumentar a taxa de IRC, aplicada às empresas do Interior, para 25%, medida que vai “empobrecer o Interior e é necessário que este incentivo se mantenha, de forma a inverter o processo de desertificação”. Defendeu, ainda, que se podia aproveitar “a Reforma da Administração Pública para descentralizar e deslocalizar alguns serviços para outras regiões, conforme as necessidades, o que representaria mais coesão e competitividade para o País”.

No encerramento o Secretário de Estado das Obras Públicas e Transportes, Dr. Sérgio Silva Monteiro, garantiu que, relativamente às acessibilidades para as regiões do Interior, reivindicadas pelos empresários durante o Encontro, “o Governo quer colocar este assunto no centro da agenda de Portugal e de Espanha”.

- Enviada uma comunicação a Sua Excelência o Primeiro-Ministro, Deputados dos Distritos de Bragança, Vila Real, Guarda e Viseu e outras entidades, expressando preocupação e discordância pela Revogação do Regime de Benefícios Fiscais aplicável à Interioridade previsto na Proposta de Orçamento de 2012, que em sede de IRC estabelece a eliminação de todas as taxas reduzidas aplicáveis às empresas, passando as do Interior a ser abrangidas pelo regime normal, sendo assim aplicável a taxa de imposto de 25%, o que corresponde a um agravamento do imposto em 40% ou 60% conforme a situação das empresas. Referido que esta medida será extremamente penalizador para a dinamização da economia e para a fixação de novas empresas, sendo estas fundamentais para a criação de postos de trabalho e para a sustentabilidade das regiões, e desta região de Bragança em particular, pelo que se considera que os benefícios fiscais devem ser mantidos e que outras medidas de política pública sejam encaradas para o reequilíbrio do território, nomeadamente aproveitar o processo de reforma administrativa para, estrategicamente, desconcentrar alguns serviços de Lisboa para cidades do interior que desempenham funções de equilíbrio regional.

- Nos dias 14 e 15 de novembro decorreu, no Auditório Paulo Quintela, o colóquio sobre a temática “Reabilitação Urbana no Contexto das Novas Políticas Urbanísticas”, promovido pela Assembleia Municipal e com a presença de especialistas dessa área.

- No dia 15 de novembro a Embaixadora da República da Polónia em Portugal, Katarzyna Skórzynka, visitou Bragança, tendo reunido na Câmara Municipal com o executivo da Câmara Municipal, os

representantes da ACISB, do NERBA e do IPB para debaterem a importância e oportunidades de cooperação entre Bragança e a Polónia.

- No dia 29 de novembro o Embaixador de Israel em Portugal, Ehud Gol, visitou Bragança, sendo recebido na Câmara Municipal, onde reuniu com o executivo e os representantes do NERBA e do Instituto Politécnico de Bragança.

- De 01 a 07 de dezembro de 2011, decorreu a 5.ª edição da Mascararte - Bienal da Máscara subordinada ao tema “O Diabo nas festas de inverno” e que procurou dar os primeiros passos para a recuperação da tradição do Diabo, da Morte e da Censura, que desfilavam pelas ruas de Bragança na quarta-feira de cinzas.

- No âmbito do Protocolo celebrado entre Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e o Município de Bragança está a decorrer, em Bragança, o “I Curso Pós-Graduado sobre Direito e Interioridade”, estando inscritos cerca de 40 alunos. Trata-se do 1.º Curso Pós-Graduado sobre Direito e Interioridade, realizado fora das instalações da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e decorre da realização dos Cursos de Direito e Interioridade realizados em Bragança em 2008, 2009 e 2010. É uma realização apoiada pela Câmara Municipal, como forma de vencer as distâncias e a interioridade da região, que tem limitado o acesso à formação pós-graduada dos cidadãos residentes no Nordeste de Portugal.

Assuntos tratados em Reunião de Câmara Municipal:

Aprovada a proposta de edição, por parte do Município de Bragança, do livro “Grupo Desportivo de Bragança - percurso histórico 1943-2011”, em número de 500 exemplares propriedade do Município de Bragança.

No âmbito do Processo AIA N.º 2445 – Reforço do Abastecimento de Água a Bragança, apreciação de conformidade EIA, foi aprovada por unanimidade a proposta favorável à conclusão do “Aproveitamento Hidráulico do Alto Sabor”, com a construção da Reserva de Água de Montesinho a enviar à Agência Portuguesa de Ambiente para consideração no âmbito da Consulta Pública. Ainda sobre esta temática foi dado conhecimento da deliberação tomada pelos municípios da Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes e pela Comunidade Intermunicipal do Douro, de apoio à construção do Aproveitamento Hidráulico do Alto Sabor.

No sentido de dinamizar e apoiar o comércio tradicional foi aprovada a isenção de pagamento de taxa, na primeira hora, durante o mês de dezembro, nos Parques Subterrâneos da Praça Camões e da Praça Cavaleiro de Ferreira.

Aprovado o orçamento e plano de atividades da Terra Fria Carnes, Lda, para o ano de 2012. Fruto do rigor e transparência na gestão da empresa e do bom desempenho dos trabalhadores, o número dos clientes aumentou no corrente ano, registando-se um aumento de atividade muito significativo a partir do mês de março. A quase totalidade dos talhos de Macedo de Cavaleiros são clientes bem como a Cooperativa Agro- Pecuária mirandesa que passou abater, em Bragança, a partir de julho de 2011, os vitelos de Raça Mirandesa criados no concelho.

Comparativamente com o período homólogo do ano de 2010 (mês de outubro) registou-se um aumento de 74,8% no abate de bovinos (254ton/445ton); um aumento de 25,7% no abate de pequenos ruminantes (25ton/32ton) e um aumento de 209,9% no abate de suínos (9ton/28ton).

A quantidade de abates efetuados até 31 de outubro de 2011 representa um aumento de 74,8% relativamente a 2010 estimando-se que no fim do ano se atinja o montante de 603 972 Kg ou seja, mais 249 608 Kg que no ano anterior.

Dado conhecimento da comunicação enviada ao Presidente da Comissão Nacional de Emergência e Urgência relativa à posição do Município de Bragança sobre as condições de acesso do Sistema de Saúde na Emergência e Urgência no distrito de Bragança.

O Presidente da Câmara Municipal
António Jorge Nunes, Eng.º Civil

----- **Presidente da Mesa** - Antes de passar a palavra ao Sr. Presidente quero reforçar, porque já é meio-dia menos dez, reforçar aquela indicação, porque alguns Deputados não estavam presentes, mas já perceberam até nas palavras de alguns Deputados que vai haver um almoço que se vai realizar no restaurante o Tulipa, por indicação e convite da Câmara Municipal de Bragança, procedemos ao registo de pessoas que não estavam interessados em participar nesse almoço, mas para os Srs. Deputados que na oportunidade em que eu fiz essa informação não estavam presentes, reforço então este convite endereçado pela Câmara Municipal aos Srs. Deputados, almoço no restaurante Tulipa quando terminarmos a sessão do período da manhã.

----- Sr. Presidente da Câmara tem a palavra para apresentação da informação escrita que remeteu a esta Exma. Assembleia Municipal de Bragança.

----- **Presidente da Câmara** – cumprimento o Sr. Presidente da AM, os Srs. Secretários da Mesa da AM, os Srs. Vereadores, os Srs. Presidentes de Junta de Freguesia, os Srs. Deputados Municipais, Comunicação Social, Público presente.

----- A informação relativa ao Estado e Vida do Município foi distribuída aos Srs. Deputados, vou completá-la com alguma informação adicional, também como síntese da informação fornecida.

----- Ao nível da estrutura da dívida a terceiros, no período que decorre 1 de Janeiro a 30 de Novembro de 2011, em que se verifica uma diminuição de 18,37 pontos percentuais, equivalente a cerca de 2,8 milhões de euros.

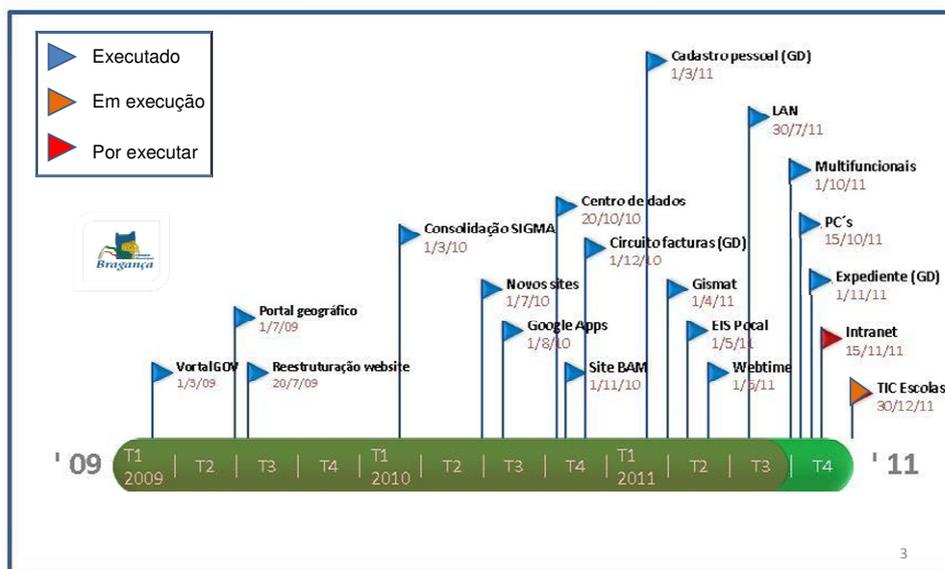
----- A execução orçamental da receita, até 30 de Novembro de 2011 é de 76,66%, o que significa que no final do ano teremos um bom nível de execução.....



----- Dar nota da evolução do projecto de modernização administrativa, iniciado em 2009, ao qual temos dedicado especial atenção e que se articula com o projecto da requalificação das instalações do antigo Forte de São João de Deus, estando identificados os principais momentos e projetos associados.

Projectos de Modernização Administrativa

Principais marcos



----- Uma referência às obras adjudicadas, no valor de 9,8 milhões de euros, dos novos concursos que estão a decorrer, dos quais se salienta, neste momento: a reconversão urbanística do Forte São João de Deus, na parte da fiscalização; o Parque Verde da Coxa; a construção do Recinto Promoção e Valorização de Raças Autóctones; a construção do novo Espaço da Feira, o que no conjunto totaliza 12,93 milhões de euros de investimento em curso.



2. Obras e Projectos

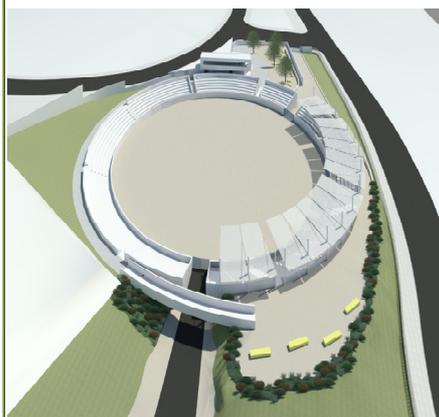
Obras adjudicadas	9.797.372
Reconversão Urbanística da zona do Forte S. João de Deus - Remodelação dos edifícios da sede do Município	9.630.092
Substituição de conduta de água no loteamento Municipal de Santiago	24.810
Construção da Ciclovía na zona envolvente do IPB e 2.ª fase de ligação ao CCV - Trabalhos Complementares	137.470
Beneficiação urgente de um imóvel no Bairro do Sol	5.000
TOTAL OBRAS	9.797.372
Valores em euros (sem IVA)	
Obras em concurso	3.128.554
Reconversão Urbanística do Forte S. João de Deus e Remodelação dos edifícios da Sede do Município - Fiscalização	125.000
Parque Verde da Coxa	150.000
Construção do recinto de promoção e valorização de Raças Autóctones	1.155.441
Construção do novo espaço da feira	1.698.113
TOTAL (obras em concurso+adjudicadas)	12.925.926






2. Novos projectos

RECINTO DE VALORIZAÇÃO DE RAÇAS AUTÓCTONES



Custo Obra: 1,16 M€;
Projecto a candidatar a fundos
comunitários (PROVER)



5

----- Parque Verde da Coxa, uma imagem de requalificação de um espaço urbano que dará continuidade ao Parque Verde, designado Parque da Brasileira, e que embelezará uma área interessante.



2. Novos projectos

PARQUE VERDE DA COXA (Custo da obra: 150 m€) – obra em concurso



6

----- O espaço da Feira, portanto com uma base de concurso de um vírgula sete milhões de euros.



2. Novos projectos

CONSTRUÇÃO DE NOVO ESPAÇO PARA A FEIRA



Custo Obra: 1,70 M€;
A decorrer concurso público

7

----- Estamos a ultimar a expansão da Zona Industrial, aguardando a conclusão do estudo de impacto ambiental para podermos candidatar este projecto a fundos comunitários: O projeto envolve a construção de 46 lotes, lotes de média dimensão, podendo a generalidade do lotes ser agregados para responder a pedidos de instalação que requeiram maiores áreas.



2. Novos projectos

AMPLIAÇÃO DA ZONA INDUSTRIAL DAS CANTARIAS

Custo Obra estimada: 4,5 M€ Obra a candidatar a fundos comunitários

ÁREA TOTAL DE TERRENO A LOTEAR	303.023 m ²
NÚMERO DE LOTES	46
ÁREA TOTAL DE LOTES	132.496 m ²
LOTES DE 1.770 m ² a 4.082 m ²	Com possibilidade de junção de dois ou mais
ÁREA MÁXIMA TOTAL DE IMPLANTAÇÃO DAS CONSTRUÇÕES	46.238 m ²
ÁREAS DAS CONSTRUÇÕES	756 m ² a 2 058 m ²
ÁREA TOTAL DE CONSTRUÇÃO	55.480 m ²



8

----- Também o Parque de Ciências e Tecnologia, cujo concurso público internacional está a decorrer, neste momento, com uma base de concurso de sete milhões de euros, e cujo concurso termina dia 20 deste mês, prevendo-se para o mês de Março/Abril, o início das obras.



2. Novos projectos

PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA de Trás-os-Montes -Brigantia EcoPark

Valor base da obra:7,00 M€; a decorrer concurso público internacional



9

----- As obras da requalificação do Forte São João de Deus que, com o IVA atingem o valor de 10,21 milhões de euros, estão iniciadas, tendo sido assinado o contrato a 5 de Dezembro e elaborado o respetivo auto de consignação na mesma data.



2. Obras e Projectos

REQ. DO FORTE S. JOÃO DE DEUS – PROJECTO ECOPOLIS E ECODOMUS

Custo Obra:10,21 M€

Assinado, no dia 05 de Dezembro, o contrato e auto de consignação, e iniciadas as obras



10

----- Está em execução o trabalho da Circular Interior da Mãe D'Água, com prazo de execução de 10 meses, prevendo-se a sua conclusão para o final do mês de Junho.

 **2. Obras e Projectos**

CIRCULAR INTERIOR DA MÃE D'ÁGUA
Custo Obra: 778.092,85€ Prazo de Execução: 10 meses

18/10/2010

11

----- Temos também a segunda fase da ciclo via do Fervença em fase final de conclusão de obra.

 **2. Obras e Projectos**

CICLOVIA DO FERVENÇA – Ligação CCV (Extensão: 850 m;
Custo Obra: 889.813,87€); Prazo execução: 6 meses



12

----- Uma imagem da ciclo via da Mãe D'Água, um excelente trabalho de engenharia, pensamos com uma requalificação de elevadíssima qualidade em termos de projecto, portanto para a praça da Mãe D'Água que está a imagem do lado direito e o corredor, o antigo corredor ferroviário onde está incluído um passeio pedonal e a ciclo via, que terá continuidade até à avenida Abade de Baçal.



2. Obras e Projectos

CICLOVIA DA MÃE D'ÁGUA (Extensão: 1 km) e **PRAÇA**
Início: Março de 2011; **Custo Obra: 924.961,68€**





13/12/2011

Bragança EcoCidade

13

----- Também a reabilitação de edifícios no bairro social da Mãe D'Água, que envolve oito blocos, cento e vinte e quatro apartamentos, trezentas e dezasseis pessoas residentes, está com óptimo ritmo de execução, com prazo de execução de dez meses, portanto prevemos que no limite até 30 de Junho de 2012 também esteja concluída esta intervenção.



2. Obras e Projectos

MELHORIA DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DO BAIRRO SOCIAL DA MÃE D'ÁGUA

Custo Obras: 611.733,59€; Prazo execução: 10 meses

8 Blocos; 124 apartamentos; 316 pessoas



Previsão de redução de 52% no que toca ao consumo energético, o que corresponde a uma diminuição nos gastos em cerca de 577 euros, anuais, por fracção



----- Repavimentações que têm ocorrido respectivamente no bairro da Misericórdia que está concluída. Repavimentação do Campo redondo que está em curso e cuja pavimentação será feita nos meses de abril, maio, do próximo ano, Junho, a data mais previsível para conclusão.



2. Obras e Projectos

REPAVIMENTAÇÕES NA CIDADE

Bairros do Campo Redondo e da Misericórdia; Custo Obras: 496.200,00€



----- Também foi repavimentada a rua das Finanças, estava já com uma situação de alguma degradação. A rua Miguel Torga foram repavimentadas e pintadas, naturalmente.



2. Obras e Projectos

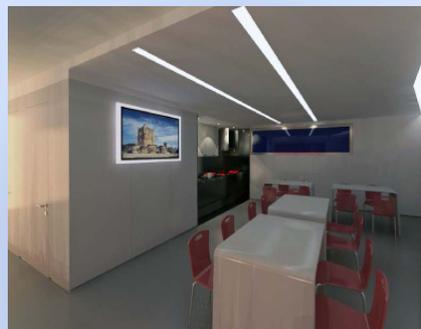


----- As residenciais ou projectos de recuperação no Centro Histórico para residências universitárias estão a decorrer a um ritmo razoável, prevendo-se também a sua conclusão até 30 de Junho do próximo ano.



2. Obras e Projectos

REQ. EDIFÍCIOS NA ZONA HISTÓRICA (Projecto Domus Universitária)
Custo Obra: 830.468,03€; Prazo execução: 10 meses



17

----- Escola de dança, adaptação da Escola do Loreto para esta finalidade, está o trabalho em curso.



2. Obras e Projectos

ESCOLA DE DANÇA

Custo Obra: 257.303,34€ ; Prazo execução: 10 meses



18

----- Os saneamentos de Frieira, Vila Boa e Lagomar estão a decorrer, essa empreitada está a decorrer a bom ritmo, execução de saneamento em Terroso, Gondesende e Parâmio está também iniciada, estão iniciados os trabalhos.



2. Obras e Projectos

EXECUÇÃO DE SANEAMENTO EM FRIEIRA, VILA BOA E LAGOMAR

Custo Obra: 670.090,66€; Prazo execução: 18 meses



EXECUÇÃO DE SANEAMENTO EM TERROSO, GONDESENDE E PARÂMIO

Custo Obra: 468.790,99€; Prazo execução: 18 meses

19

----- Pavimentação da estrada de Rebordainhos/Roças está concluída, pintada, faltará alguma sinalização ainda, eventualmente, e o apuramento dos trabalhos realizados para avaliar alguma folga eventual.

 **2. Obras e Projectos**

PAVIMENTAÇÃO DA VIA MUNICIPAL ROSSAS-REBORDAÍNHOS
Custo Obra: 238.608,12€; Prazo execução: 6 meses



20

----- A estrada para Alfaião também foi concluída.

 **2. Obras e Projectos**



CONCLUÍDA A PAVIMENTAÇÃO DA VIA MUNICIPAL S. PEDRO SARRACENOS-ALFAIÃO (Custo Obra: 359.880,38€)

----- Em eventos realizados ou apoiados, destacam-se como mais relevantes os seguintes:.....

 **3. Eventos**



19 Out.: Encontro Living Lab
- Construção Sustentável -

22

----- A comemoração do Dia Nacional do Exército,

 **3. Eventos/Acontecimentos**

14-23 Out.: Comemorações do Dia do Exército



Exposição no CCAM

Corta-mato - Quinta da Trajinha

23



3. Eventos/Acontecimentos

14-23 Out.: Comemorações do Dia do Exército



Jornadas Académicas “O Exército nas Crises Nacionais”



Parada militar com a presença de Sua Excelência O Ministro da Defesa

24

----- A Norça, Norcastanha & Norpesca, evento que decorreu com regularidade e com boa participação e actividades bem estruturadas.



3. Eventos/Acontecimentos

27 a 30 Out.: X Norça, Norpesca & Norcastanha
+ de 15 mil visitantes



25

----- Foi iniciado o primeiro curso de Pós-Graduação sobre Direito e Interioridade, promovido pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa.

 **3. Eventos/Acontecimentos**

04 Nov.: Início da 1.ª Pós-graduação sobre Direito e Interioridade



26

----- E também destacar o evento realizado entre empresários de Bragança e Associações empresariais de Bragança, da zona de Leon e Astorga, tendo estado no encerramento o Sr. Secretário de Estado de Obras Públicas, Transportes Comunicações.

 **3. Eventos/Acontecimentos**



27

----- Também salientar a visita da Embaixadora da Polónia e do Sr. Embaixador de Israel, onde estiveram presentes as Associações Empresariais e o Instituto Politécnico.

 **3. Eventos/Acontecimentos**



15 Nov.: Visita da Embaixadora da Polónia

29 Nov.: Visita do Embaixador de Israel

28

----- E finalmente destacar a 5ª edição da Bienal da Máscara, a Mascararte, tendo sido inaugurada a sede da Academia Ibérica da Máscara, localizada na Cidadela, em edifício recuperado com apoio financeiro da Câmara Municipal.

3. Eventos/Acontecimentos



29

3. Eventos/Acontecimentos



30

3. Eventos/Acontecimentos



----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

----- Srs. Deputados, pedidos de esclarecimentos? Registo pedido de esclarecimento de Guedes de Almeida, José Brinquete, Luís do Vale, Eduardo Malhão, inscrições para pedidos de esclarecimento.

----- Tem a palavra Sr. Deputado Guedes de Almeida para o seu pedido de esclarecimento.

----- **António de Almeida** – Eu vinha para uma intervenção, mas entretanto enquanto estava sentado e meditando sobre as intervenções anteriores até este momento, e tudo o que aqui foi dito, eu redigi um requerimento que vou ler eu porque está manuscrito e o Sr. Presidente não irá entender bem e tem a ver com o seguinte.....

----- Foi aqui anunciado, antes de começar estes trabalhos, que iria a haver um almoço, hoje, pago pelo Presidente da Câmara Municipal de Bragança. Eu vou ler já o requerimento.

“REQUERIMENTO

O Grupo Parlamentar do CDS/PP, tendo em conta os seguintes fundamentos:.....

1 – A autonomia do Órgão Assembleia Municipal de Bragança, órgão deliberativo e fiscalizador do Município de Bragança;.....

2 – O período de crise económica e de contenção na vida das pessoas, empresas e de todos os municípios de Bragança;

3 – Que a Assembleia Municipal reunida hoje, dia 16 de dezembro/2011, assuma a sua plena autonomia e hierarquia, recomendando aos seus membros que suportem por si próprios, o custo do almoço pré-anunciado como “pago” pela Câmara Municipal - sinónimo Executivo Municipal, afastando a imagem de ser esta Assembleia Municipal um Órgão tutelado pelo atual executivo.....

O Requerente,

a) António Guedes de Almeida”

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Srs. Deputados, este requerimento que deu entrada é sujeito a votação imediata, sem qualquer discussão, é assim que determina o Regimento, pelo que vamos passar a votar este requerimento.

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI O MESMO REQUERIMENTO SUBMETIDO A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA RELATIVA, COM UM VOTO CONTRA, SETENTA E OITO ABSTENÇÕES E DOIS VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE OITENTA E UM MEMBROS PRESENTES.**

----- Bem, perante o facto, Srs. Deputados, vamos almoçar, e cada um vai pagar do seu bolso o almoço, porque a Exma. Câmara, enfim, a questão pode-se colocar agora se é possível ainda sendo meio-dia, se é possível desmarcar essa iniciativa.

----- -

----- **Presidente da Mesa** – Não? Bom, então peçam desculpa, não é inoportuno devido a esta contingência agora ocorrida... ..

----- -

----- **Presidente da Mesa** - Pedido de esclarecimento? Sim. Eduardo Malhão tem a palavra, eu depois conluo a minha intervenção.

----- **Eduardo Malhão** – Apenas para dizer que não me repugna nada pagar o almoço, aliás eu sou a favor que não haja almoços grátis, também não me repugnava nada que pagasse a Câmara, estamos aqui todos a trabalhar em prol da causa pública, muitos dos Srs. Deputados abdicam da sua senha de presença a favor de instituições, também não me repugnava nada. Contudo penso que estar a fazer um convite às pessoas sem dizer qual é a ementa e qual é o custo, não é? As pessoas estão a dizer que estão a pagar uma coisa e não sabem se é caro, se é barato, se tem dinheiro na carteira ou se não tem, devia pelo menos haver uma informação aqui para a Assembleia de qual era o custo desse almoço.

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado Sr. Deputado.

----- Já temos a informação do custo do almoço, é vinte euros, e a ementa é Polvo e Bacalhau, o tradicional, os dois pratos.

----- Um pedido de esclarecimento solicitado pelo Sr. Deputado Pedro, da bancada do PSD.

----- **Pedro Fernandes** - Bom dia Sr. Presidente, Sra. e Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Membros da Assembleia.....

----- Eu só gostava de fazer aqui um pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado do CDS/PP, saber se em coerência com aquele requerimento que apresentou aqui, hoje, em relação aos cortes nos custos considerados excessivos por parte do Município, se o Grupo Municipal do CDS/PP vai passar a prescindir também das ajudas de custo para a AM.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Não sei se quer responder à questão, Sr. Deputado Guedes de Almeida?

----- -.....

----- **Presidente da Mesa** - Uma declaração de voto? Muito bem. Tem a palavra, para a sua declaração de voto, o Sr. Deputado do PS, Fernando Paula.

----- **Fernando Paula** – Exma. Mesa, Exmo. Sr. Presidente, Sr. Vereador, Membros da Assembleia, eu quero dizer que votei favoravelmente este documento porque eu, por norma, nunca fui a nenhum almoço pago pela Câmara Municipal, e penso que nesta altura de crise seria de bom-tom a Câmara Municipal conter-se no pagamento destes almoços na A.M e outros almoços e jantares que faz quando vêm imensas comitivas ao Concelho de Bragança. E sugeria à Câmara Municipal que no futuro também quando organizasse jantares ou almoços que fossem mais curtos e que fosse rodando os restaurantes. Eu pergunto - Porquê sempre no Tulipa? Pergunto porquê, pois é tradição Natalícia, muito bem. E no futuro que este dinheiro revertesse para Associações de caráter social. ...

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado, pela declaração de voto.....

----- -.....

----- **Presidente da Mesa** - Um requerimento à Mesa, onde é que está o requerimento?

----- Muito bem, peço que seja feito de imediato.

----- Peço desculpa, ainda há uma declaração de voto relativamente àquele requerimento, que a Mesa não tinha registado, peço desculpa, primeiro a declaração de voto e a seguir o vosso requerimento..

----- José Brinquete, confesso que eu não vi a sua intenção de fazer declaração de voto, não vi e estava atento, mas pronto, não há problema nenhum, tem direito à sua declaração de voto.

----- Declaração de voto, José Brinquete, da CDU.

----- **José Brinquete** – Eu absteve-me neste requerimento, porque devo dizer que não avaliámos as verdadeiras repercussões da medida que aqui foi tomada, e eu ali, meio a brincar, até disse que foi um momento esquerdista desta AM, para não dizer irresponsável, porque? Porque tínhamos que partir de vários pressupostos.....

----- O Primeiro é de que a Câmara Municipal fez um convite à AM como vem sendo tradicional e não é por aí que eu penso que está o problema dos gastos. Depois porque havia de certeza um compromisso com o Restaurante, porque eu também estou de acordo que se mude de Restaurante, mas isso é outra coisa, é que neste momento preciso há um compromisso para nós almoçarmos à uma, o Polvo já está cortado, já está cosido, o Bacalhau e não sei quê, e tal, e agora só nos resta, porque cada um tem que assumir as suas responsabilidades, só nos resta que aqueles que se inscreveram para o almoço tem mesmo que ir porque votaram, porque se não estão a ver para a cidade de Bragança e para o Restaurante a Tulipa a vergonha pela qual vamos passar.

----- Está dito.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Corroboro as palavras do José Brinquete e antes de dar a palavra do Sr. Deputado Bruno Veloso, chamar a atenção dos Srs. Deputados que, de facto, o restaurante estava já preparado para servir refeições, portanto apelo à vossa compreensão e que vamos almoçar todos, os que não manifestaram a intenção de não ir, para irmos almoçar de facto ao Restaurante Tulipa.

----- Tem a palavra o Sr. Deputado Veloso para um requerimento que vai dar entrada na Mesa de forma verbal e de seguida de forma escrita.

----- **Bruno Veloso** – Exatamente, Sr. Presidente. Antes de mais dizer que também eu irei ao almoço, considero que, de facto, este requerimento apresentado pelo CDS é de alguma forma populista e em demasia e o requerimento que eu faço é uma sugestão, estará naturalmente nas despesas e nos gastos da Câmara Municipal, o qual agradeceríamos a forma como tem sido tradicional a oferta deste almoço, mas uma vez que isso também já estaria contemplado nos gastos aquilo que eu proponha a esta Assembleia é que recomenda-se à Câmara Municipal que utilizasse essa verba destinada, que já não vai utilizar, para promover um jantar de Natal junto de uma Entidade Social para pessoas carenciadas, utilizando essa verba, e era essa a minha proposta.

----- Muito obrigado,

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Srs. deputados vamos ter que votar este requerimento, de imediato, não está nada escrito, tomem a atenção, é um requerimento, não tem discussão, é para votação imediata.

----- Não sei se estavam atentos, é preciso algum esclarecimento adicional? O que propôs o Sr. Deputado Bruno Veloso é que a verba que eventualmente a Câmara Municipal iria gastar com estes sessenta almoços... ..

----- -

----- **Presidente da Mesa** - Se pode dar uma achega? Pode, Sr. Deputado.

----- **Bruno Veloso** – Bem, parece-me que está a haver algum burburinho, acho que esta proposta tinha naturalmente toda a boa bondade, mas eu talvez me tenha explicado mal, quando muito que o pagamento do nosso almoço pudesse servir para se fomentar de facto esse almoço com alguma Instituição Social, e era isso que eu propunha, ou seja, uma vez que já há um acordo da Câmara com o restaurante, que seja utilizada esta verba, que a gente vai pagar voluntariamente, para promover um almoço junto de uma Instituição Social com pessoas carenciadas, basicamente é isto. ---

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- -

----- **Presidente da Mesa** - Peço desculpa, Sr. Deputado, eu vou-vos explicar. Há um requerimento e o requerimento ao entrar na Mesa não há discussão para o requerimento, o requerimento é uma figura Regimental para o qual não está consagrada a discussão, é a votação imediata, dei a palavra ao proponente do requerimento para acrescentar algo que poderá não ter sido dado, que ele não foi escrito, ainda, temos que conviver com a informação que foi feita, o requerimento foi feito de forma verbal. Portanto não há discussão para o requerimento, não há intervenções sobre esta matéria, há sim votações e declarações de voto.

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI O MESMO REQUERIMENTO SUBMETIDO A VOTAÇÃO, TENDO SIDO REPROVADA, COM QUARENTA E CINCO VOTOS CONTRA, DEZASSEIS ABSTENÇÕES E VINTE VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE OITENTA E UM MEMBROS PRESENTES. ..**

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto, Srs. Deputados? Declaração de voto de: Guedes de Almeida, José Brinquete, Luís Silvestre, Vítor Prada Pereira e Fátima Renovato.....

----- Tem a palavra para a sua declaração de voto Guedes de Almeida.

----- **António de Almeida** – Eu votei contra porque acho que populista foi este requerimento, aliás o Sr. Presidente apresentou aqui, e lido no relatório, desviar este dinheiro para instituições

quando há aqui subsídios já atribuídos a estas instituições, isso é que é populismo, a dizer não foi, mas foi para pobrezinhos, política de pobrezinhos, é rejeitado precisamente pelo Grupo Parlamentar que eu represento. Portanto o voto foi contra nesse sentido e apenas não tem a ver com o convívio de Natal, é com a surpresa com que é apresentado o convite – vamos almoçar, o Sr. Presidente Convida - eu acho que devia ser ao contrário, devia estar agendado, haverá um almoço, quem quer vai, a AM convida a um convívio. Mesmo assim, partindo de um princípio que nesta fase nós estamos aqui a ganhar senhas de presença, não temos que ganhar mais nada, e aqui respondo também ao meu amigo Pedro, o direito a ajudas de custo está contemplado seja onde for, eu sei a quem se quer referir, mas que diga o nome, que cortem na lei, estamos aqui a falar em direitos, não estamos aqui a falar em suplementos ao direito, a lei não admite suplementos ao direito sobretudo quando se trata de questões que têm alguma ilegalidade, nós quando debatemos aqui o orçamento, estudo apertado, aumenta o preço da água, aumenta o preço das obras e há dinheiro para almoços pago pelo Executivo, eu acho que isto, nesta fase, deve ser religiosamente respeitado por quem está aqui eleito pelo povo.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra, agora, para declaração de voto, o Sr. Deputado José Brinquete.

----- **José Brinquete** – É muito rápido, é para dizer que votei contra porque também considero este requerimento populista, se o outro era irresponsável e populista, este é populista ao quadrado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado, pela sua declaração de voto.

----- Tem a palavra, agora, para a sua declaração de voto, Luís Silvestre.

----- **Luís Silvestre** – Na votação anterior, do primeiro requerimento, absteve-me e neste votei contra já para não correr o risco do que aconteceu no primeiro, porque até que ponto, e isto porque eu tinha feito um ponto de ordem à Mesa e a Mesa não o aceitou, até que ponto nós podemos interferir com a execução e com o dia a dia do trabalho do Executivo. O Executivo toma decisões e tomou uma decisão que tem a ver com o convidar esta Assembleia ir a um almoço, não estou a por em causa se estamos de acordo ou não com o almoço, esta Assembleia não tem competência para anular uma decisão do Executivo, desta forma, não tem, não cabe nas competências desta Assembleia fazer isso.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra, para a sua declaração de voto, a Sra. Deputado Fátima Renovato.

----- **Fátima Renovato** – Bom dia a todos, cumprimento o Sr. Presidente da AM, Secretários, Presidente do Município e Vereadores. Ora bem, eu só venho aqui pelo seguinte, são duas

situações, duas propostas que aqui apresentaram e que eu acho que realmente foram, a primeira apresentada, em minha opinião, devia ser rejeitada, atendendo ao momento em que foi apresentada, acho que não é às doze horas que se apresenta uma proposta destas quando efetivamente já está tudo programado, as pessoas inscreveram-se e acho que anda o carro na frente dos bois, quer dizer, faz-se uma coisa e depois é que se vai votar ao contrário, isto é lamentável, eu concordo que efetivamente cada um pague o seu, mas vamos pensar no futuro, já o ano passado se falou na mesma coisa e acho que agora se devia pensar de outra maneira e que não é agora realmente em cima da hora que se vai dizer não, as pessoas agora são obrigadas a ir, cada um é que sabe as linhas com que se cose e desculpem utilizar esta expressão, e acho que foi feito um bocado ao contrário e que podia efetivamente, atendendo ao momento em que foi apresentada, ter sido visto de outra maneira, eu não me inscrevi para o almoço, portanto tenho alguma força para estar a dizer isto, portanto não é essa a situação, mas lamento que isto tenha acontecido porque somos todos idóneos e portanto pensamos todos da mesma maneira, penso eu.

----- Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sra. Deputada.

----- Tem a palavra, para declaração de voto, o Sr. Deputado do PSD, Eduardo Malhão.

----- **Eduardo Malhão** – Mais uma vez bom dias a todos, acabamos de assistir aqui a um dos piores momentos desta Assembleia, que eu me recorde e estou aqui há cerca de 14 anos, isto é um *fadiver*, é uma prova que as pessoas se preocupam com as questões minúsculas, que não tratam os problemas sérios de uma forma pragmática e objetiva. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Sr. Deputado Amândio Gomes, do PSD, tem a palavra para a sua declaração de voto.

----- **Amândio Gomes** – Bom dia a todos, eu venho aqui só para agradecer ao Sr. Presidente da Câmara a amabilidade que teve em convidar esta Assembleia para o almoço de confraternização numa época como é a época Natalícia, e dada a referencia com que ele fez o convite, realmente penso que deviríamos ter aceiteado, a exemplo de anos anteriores. Contudo, e já mais do que uma vez, eu manifestei o desejo de que neste tipo de almoços cada um pagasse o seu, e eu faço muito gosto em eu pagar. Só que não concordo com a indicação do segundo requerimento na medida em que entendo que a Assembleia não tem nada que mandar no meu dinheiro, eu pago, pago, está pago, agora, esse dinheiro em vez de tal, de ser para pagar um almoço, ir para o almoço de uma Instituição. Bom, eu quando quero dar dinheiro a uma Instituição, eu dou, mas sou eu que decido, não é mais ninguém, de maneira que, mais uma vez, os meus agradecimentos ao Executivo por nos

ter convidado, embora, neste momento, e se outra indicação, e já não vai ser tomada, eu pago, com todo o gosto, o meu almoço.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra, agora, para a sua declaração de voto, o Deputado Vítor Prada Pereira, do PS.

----- **Vítor Pereira** – Eu não vou acrescentar nada àquilo que já foi dito, dizer simplesmente que o requerimento que o Bruno Veloso apresentou foi com a melhor das intenções, e aquilo que causou este celeuma e este *sururu* na sala, foi exatamente que ele não se expressou muito bem na primeira intervenção que fez. Depois de ser aprovado indevidamente, e as pessoas tem que dar a mão à palmatória quando realmente cumprem ou não tem atitudes ou quando não têm comportamentos menos corretos, e é indevido, o Luís pôs o dedo na ferida, é indevido, nós não temos competências para entrar no domínio das competências do Presidente de Câmara, não temos, e como tal este requerimento é ilegal e ninguém melhor que o Guedes de Almeida saberá dizer-nos isso, que uma coisa é Executivo e outra coisa é a AM, e há competências que são próprias do Presidente de Câmara, que foi o que ele fez aqui, e de oferecer um jantar é uma competência própria do Presidente de Câmara, independentemente de concordarmos ou deixarmos de concordar.

----- Agora, o Bruno expressou-se mal, o objetivo é - já que caímos na asneira de aprovar um dito requerimento, que na minha opinião não é correto nem é legal, então,, pelo menos, cada um de nós oferecia esse dinheiro, já que não poderemos entrar na dita competência do Presidente, oferecia a uma Instituição de caridade, ou uma Instituição Social. Evidente que também não é o objetivo, Sr. Deputado do PSD, Dr. Amândio Gomes, não é objetivo de nós querermos imiscuirmo-nos na opinião ou no bolso de ninguém, não é nada disso, antes pelo contrário, era um gesto de boa vontade, tal e qual como disse e muito bem, na quadra Natalícia que estamos a viver, só por isso. E portanto eu acho que iria, quase, cair na tentação de pedir ao Guedes de Almeida para retirar o requerimento, mas não vai, já foi votado.

----- Não sei qual é o requerimento que eventualmente, parece que está alguém a pedir um requerimento, mas foi um ato menos feliz e portanto eu acho que também não podemos perder muito tempo, vamos mas é almoçar porque também a barriga já me está a dar horas, até logo. Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Finalizamos as declarações de voto, com a declaração de voto do Sr. Deputado, que prescinde, Deputado Nuno Reis,

----- Muito bem, Sr. Deputado. Estão terminadas as declarações de voto.

----- O Sr. Deputado Guedes de Almeida pede a palavra para defesa da honra, e estivemos meia hora a discutir esta matéria do almoço.

----- **António de Almeida** - Eu vou invocar a figura da defesa da honra porque falou-se aqui numa questão de ilegalidade. Os pressupostos do requerimento são claros, apenas diz para a Assembleia recomendar aos seus Membros que paguem do seu próprio bolso. A deliberação do Sr. Presidente da Câmara, a AM, pelos menos não consta na ordem de trabalhos, não tomou qualquer conhecimento prévio que ele ia oferecer o almoço, para a Assembleia se pronunciar, portanto terá sido verbal. O problema também seria facilmente resolvido e aqui o que eu questiono é apenas, eu foco no requerimento que o Executivo Camarário quer tutelar esta Assembleia, e é a isso que eu quero dar dignidade, porque seria fácil resolver o problema, dizer assim: o Sr. Presidente da AM convida e a Câmara depois transfere, portanto realizar-se-ia o almoço, pois não há essa vontade, há aqui uma figura subjacente que é, quem convida é o Sr. Presidente da Câmara, porque se houvesse intenção de haver efetivamente um convívio dos Membros desta Assembleia, o problema resolvia-se de imediato, e não havia aqui discussão de cada um, era assim, faz-se o almoço mas é o Sr. Presidente da Assembleia que convida, tem verbas para isso, e é contra isso, a fundamentação do meu requerimento é essa. E depois também no aspeto legal um requerimento pode ser apresentado a qualquer momento e depois tem a palavra para a sua defesa, foi apenas isto.

----- **Presidente da Mesa** – Tem que terminar, tem um minuto para defesa da honra.

----- **Presidente da Mesa** - Eu vou-lhe dar a palavra, o Sr. Deputado quer fazer a apresentação desse requerimento? Tem a palavra.

----- Há outro requerimento, Srs. Deputados há meia hora que andamos a falar sobre esta questão do almoço,

----- **Jorge Pereira** - Bom dia, Sr. Presidente da Mesa, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados da Assembleia.

----- Isto foi aqui uma confusão gerada ali pelo Sr. Guedes de Almeida, em que o Movimento Sempre na medida em que não acha que isto que aconteceu aqui seja correto, e na medida que a Assembleia pode alterar as decisões da própria Assembleia, mas a Assembleia não pode alterar as decisões do Executivo, o Movimento Sempre Presente vem aqui entregar um requerimento para pedir a anulação da aprovação do requerimento anteriormente feito pelo Sr. Guedes de Almeida, já agora a Câmara Municipal terá algum peru gordo para dar ali para o Natal ao Sr. Guedes de Almeida, também fica a questão não sei.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Srs. Deputados, peço a atenção dos Srs. Deputados, vão-me desculpar mas eu não vou por este requerimento à discussão, embora esta decisão da Mesa, sem eu ter entretanto falado com os dois secretários, os Srs. Deputados podem não corroborar esta minha atitude, mas eu quero-vos dizer o seguinte, isto aqui é uma AM, deviam tratar-se as coisas de uma forma séria, e a Assembleia expressou a sua opinião, e se este requerimento vem contrariar uma outra decisão tomada há alguns minutos pela Assembleia, andamos aqui de facto a fazer algo que não me parece bem, escrever de facto sobre o molhado, embora esta minha decisão de não aceitar este requerimento para votação, possa ser contestada pelo Movimento Sempre Presente e o Sr. Deputado colocando à Assembleia, contrariando esta decisão da Mesa, se entender que o deve fazer, faça-o, eu não o levo a discussão à Assembleia, pelo facto de entender que ainda há poucos instantes foi feita uma intenção e uma expressão de vontade dos Srs. Deputados e este requerimento vai exatamente em contra, isto não abona em bem das posições tomadas pelos Srs. Deputados tomadas nesta sala. Por isso peço a todos caso haja de facto uma intenção do Sr. Deputado de pedir à Assembleia que se renuncie sobre esta minha decisão, que é a minha decisão, eu quero chamar a atenção que de facto devemos estar aqui numa atitude séria e não dizer uma coisa agora e logo de seguida dizer o contrário. Por isso Sr. Deputado eu rejeito este requerimento para decisão.

----- Tenho dito.

----- Não havendo intenção de contrariar esta minha decisão, já vi que não há, prosseguimos os trabalhos.

----- Nesse sentido, ainda estamos no período de esclarecimentos, ao Estado e Vida do Município apresentado pelo Sr. Presidente da Câmara, dou a palavra, agora, a José Brinquete, da CDU, para formular o seu pedido de esclarecimento. Muito obrigado, Srs. Deputados.

----- -.....

----- Sr. Deputado, o Senhor usou o seu tempo para o requerimento! Se gastou um minuto e meio tem cinco minutos ainda, penso que quer continuar.

----- Sr. Deputado Guedes de Almeida tem cinco minutos tem.

----- Eu pensei que o Sr. tinha terminado o seu pedido de esclarecimento, atenção, se o Sr. tem uma inscrição a seguir, vai gastar o tempo!

----- Sr. Deputado Brinquete lamento, é aguardar um bocadinho, pelo pedido de esclarecimento.

----- Faça o favor, Sr. Deputado, tem a palavra.

----- **António de Almeida** – Eu vou debruçar-me sobre o relatório apresentado pelo Sr. Presidente sobre o Estado e Vida do Município. Aqui no Departamento Administrativo e Financeiro, no ponto um, fala aqui que no dia um de setembro a trinta de novembro de 2011 foram deliberados em reunião de Câmara apoios financeiros para as Juntas de Freguesia num montante de noventa e dois mil, e subsídios e comparticipações para Associações e Instituições sem fins lucrativos no valor de duzentos e seis mil trezentos e oitenta e um euros. O que eu perguntava aqui é que espécie de ápios é que foram feitos e a quais instituições sem fins lucrativos a que foram dados esses subsídios.

----- Já no Setor de taxas, contenciosos, gestão patrimonial e aprovisionamento, fala aqui logo no dia um, no período de um de janeiro do corrente de 2011 o total da receita arrecadada foi de oitocentos e noventa e quatro mil, duzentos e vinte e cinco, representando um saldo negativo de menos seis virgula zero por dois, comparativamente ao período homólogo, perguntar ao Sr. Presidente a que é que se deve, se efetivamente estarão averiguadas as razões deste saldo negativo relativamente ao período homólogo de 2010.

----- Depois fala aqui - registou-se um estudo no valor de onze mil, duzentos e cinquenta euros e oitenta cêntimos - A que se refere especificamente este estudo?

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado penso que da parte da Câmara não entenderam a sua questão.

----- **António de Almeida** – É na primeira, Sr. Presidente, ao fundo, é quase a penúltima linha.

----- E para já era só isto.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra, agora, José Brinquete.

----- **José Brinquete** – Sr. Presidente da AM, queria colocar duas ou três questões para esclarecimento, posso aguardar, porque são muito importantes, e para o Sr. Presidente da Câmara ouvir, então estamos em condições? A primeira questão que pretendia colocar era esta, para mim foi uma grande surpresa a apresentação do projeto aqui feito sobre o alteamento da Barragem da Serra Serrada, e em primeiro lugar quero dar os parabéns ao Sr. Eng. Civil, que eu não tinha o prazer de conhecer, e que é uma ilustre figura aqui da cidade de Bragança, e com descendentes também ilustres da primeira República, os parabéns porque é uma iniciativa, pelo que parece, pessoal e própria e veio iluminar no sentido de haver luz e não no sentido de retirar, veio iluminar uma saída que me parece, a ter pés para andar, fantástica. Poderemos voltar ao assunto noutros momentos, o tempo não dá para dizer muito mais.

----- A pergunta que eu faço ao Sr. Presidente da Câmara, muito concreta, é, quando é que o Sr. Presidente da Câmara teve conhecimento deste projeto? Isso é que vai ser uma peça fundamental para o futuro da solução do reforço de água ao Concelho de Bragança.

----- Segunda questão é sobre o assunto que eu trouxe aqui há um ano ou mais, em janeiro de 2010, portanto já vai para 2 anos, sobre as “Construções Bom Sucesso” e uma urbanização que estão a construir na Veiga de Gostei. Eu coloquei algumas dúvidas e algumas preocupações e o Sr. Presidente da Câmara, como consta da ata, dissipou-mas todas, disse que o projeto estava completamente legal e que não havia problemas nenhuns e eu, como qualquer de vocês, agora passo por lá e vejo que a obra já começou a ser construída e duas ou três medidas me dizem que não sei se o Sr. Presidente da Câmara já reviu a posição que tinha, é que o construtor cortou todo o fuste que ali existia, de divisão entre o lameiro, portanto todas as árvores, o que, salvo melhor opinião, é um crime, na medida em que estava em reserva agrícola, a não ser que tenha autorização.

----- Depois construiu uma espécie de muro de Berlim, ou muro de vergonha, para dividir as cheias das casas que vão ser construídas e agora está a começar a construir até na terceira fase, não é na primeira, e a terceira fase é mesmo aquela mais próxima do rio. E então a primeira pergunta era esta - o Sr. Presidente da Câmara mantém a posição que teve e que está na ata de janeiro de 2010?

----- A segunda pergunta é a seguinte - o Gabinete da CDU foi informado que vários habitantes se dirigiram, por escrito, há um ano e meio, à Câmara Municipal pedindo esclarecimento e que não obtiveram resposta, e que também se voltaram a dirigir, por escrito, há um mês e tal e que voltaram a não ter resposta. Ora, sendo certo que o Código do Processo Administrativo obriga qualquer entidade pública a responder no prazo de dez dias, Sr. Presidente da Câmara, diga-nos aqui na frente de todos nós, porque é que não cumpre as leis deste país, nesta matéria.

----- Em relação a Gimonde - O gabinete da CDU recebeu moradores de uma zona de Gimonde, mais concretamente do caminho dos atalhos, colocando a seguinte questão. Eles estão sem água, já há lá seis moradias e uma a construir-se, se não estou em erro, e foram à Câmara Municipal e o Sr. Vice Presidente da Câmara, que não está aqui neste momento, creio eu, que lhe disse que não está previsto nos planos fornecer-lhe água, disse-lhe outras coisas, agora também não interessam para já, que até me parece que não foram muito a propósito de um Vereador a receber os moradores. Mas também colocaram o problema ao Presidente da Junta e que o Presidente da Junta disse que ia resolver o problema e que nunca mais resolveu. Então é aceitável que em Gimonde, voltamos a falar

de Gimonde, uma terra tão importante para nós e tão querida, onde inclusive se como a melhor posta quase do mundo e arredores, é possível haver gente que não tem direito à água? Gostava de ter informação sobre isso.

----- Por último dizer que o gabinete da CDU também recebeu moradores da rua Acácio Mariano e da Adrião Amado, dizendo que se sentem discriminados porque estas duas ruas, que ainda por cima têm marca do Arquiteto Viana de Lima, têm, neste momento, os pisos, os passeios, a iluminação e muitas mais coisas ligadas à requalificação, completamente degradadas, e é em pleno coração da cidade. Bem, e que ainda por cima, dizem eles, que têm lá a prostituição ao ar livre.

----- A pergunta que eu faço ao Sr. Presidente da Câmara é se está prevista alguma medida para estas duas ruas que são importantíssimas e onde moram também cidadãos e que estão no centro da cidade para colmatar também estes problemas que eu referi.

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado, tem a palavra, agora, para o seu pedido de esclarecimento, Luís do Vale, do Bloco de Esquerda.

----- **Luís do Vale** – Obrigado, Sr. Presidente.

----- **Apresentou, por escrito, o seguinte:**

----- “Sr. Presidente da Câmara, ficámos a saber, pela comunicação social, que a Câmara Municipal deu início a um processo de consulta acerca de um conjunto de projetos a realizar em 2012 ao qual decidiu o Executivo dar o nome de Orçamento Participativo. Por diferentes razões não participei nas duas últimas reuniões desta Assembleia, mas não me recordo de nalgum momento o Sr. Presidente ter dado a conhecer esta iniciativa. De qualquer forma, ainda que de uma forma incipiente e tímida, queremos entender esta iniciativa como um primeiro passo naquilo que poderia vir a ser um verdadeiro processo de orçamento partilhado com as populações. Portanto, registámos com agrado a iniciativa. No entanto, não conseguimos obter qualquer dado relativo ao processo, ou seja, não está disponível qualquer informação acerca do mesmo: nem no site da Câmara, nem em atas da C.M., nem nos documentos disponibilizados para esta reunião, nem existe qualquer referência no documento “Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal” para o ano de 2012. Portanto, gostaríamos de perguntar ao Sr. Presidente o seguinte:

a) - Qual o balanço que faz desta iniciativa?

b) - Qual foi a participação dos munícipes?

c)-- Qual foi o projeto mais votado?

d) - Vai ser tida ou não em conta, no Orçamento de 2012, essa votação?

e) - Vai haver ou não uma institucionalização do Orçamento Participativo em Bragança?

f) -- Há ou não a consciência da importância desta ferramenta gestão? Vai ou não implementar nos orçamentos dos anos seguintes esta ferramenta?

É que o Bloco de Esquerda pensa que estão mais do que reunidas todas as condições para a efetivação desta partilha da gestão municipal em Bragança.

Uma nota só, relativa à ata da reunião do executivo camarário de 28 de novembro, para manifestar o meu desagrado com a unânime pressa verificada na adoção do novo acordo ortográfico. É que sendo para mim uma preocupação permanente o cuidado com o nosso Português – falado, lido ou escrito, custa-me superlativamente aceitar este tipo de imposição. Sr. Presidente, qual foi a pressa? Obrigado.”

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Sr. Deputado Eduardo Malhão, tem a palavra para colocar os seus pedidos de esclarecimento.

----- **Eduardo Malhão** – Renovo os meus cumprimentos, e eu que não gosto de tratar de questões minúsculas, gosto de tratar de coisas essenciais, mas isto é apenas uma pequena retificação para memória futura, porque este documento sobre o Estado e Vida do Município mais tarde será depositado naturalmente no Arquivo Municipal e será objeto de consulta. E quando se refere que no dia 16 de novembro de 2011 decorreu no Centro de Exposições do Núcleo Empresarial do Distrito de Bragança, NERBA, o Primeiro Encontro Ibérico de Cooperação Empresarial, envolvendo empresários e Associações empresariais do Distrito de Bragança e das Províncias de León, Zamora e Astorga, isto é verdade, mas não é verdade que tenha sido promovido pelo Município de Bragança e pelo Consulado de Portugal e León, foi promovido pela NERBA, pela ACISB, pelo CEL (Conselho Empresarial Liones) e pelo Turismo Porto Norte. Fica o esclarecimento e peço o favor de corrigirem esta informação. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Terminaram os pedidos de esclarecimento, tem a palavra a Exma. Câmara para proceder às respostas.

----- Srs. Deputados estão aí ao fundo de pé, até às 13 horas vamos estar nos trabalhos, temos mais um quarto de hora, tem de ser, senão depois não temos tempo suficiente do período de 4h depois da parte de tarde para dar sequência aos trabalhos.

----- **Presidente da Câmara** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

----- Resposta ao Sr. Deputado Guedes de Almeida, relativamente aos subsídios, participações para Associações e Instituições sem fins lucrativos, concedidos no período - Não tenho uma listagem presente mas nas actas da reunião de Câmara estão identificados, bem como o motivo da atribuição do subsídio.

----- A questão da redução da receita corrente arrecadada a nível da Secção de Taxas e Licenças, Contencioso, Gestão Patrimonial e Aprovisionamento – Neste momento não consigo fazer a desagregação do valor, são várias as rubricas envolvidas. Se necessário podemos fornecer informação desagregada, se solicitada.

----- Quando à terceira questão, do valor do estudo - Trata-se de um estudo contratado no ano de 2010 à GESTELUZ, que fez a avaliação relativa à empresa Terra Fria Carnes e à empresa MMB.EM. Foi pago uma vez que os estudos foram concluídos, não se referindo a um novo estudo contratado, mas a um estudo adjudicado em 2010 mediante um concurso dirigido a quatro empresas.

----- Relativamente ao Sr. Deputado José Brinquete - O Engenheiro José Moreno reuniu comigo já há algum tempo, não sei precisar a data, enviei esse trabalho para as Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, neste momento a Agência Portuguesa do Ambiente dispõe do documento também para avaliação da eventual sustentabilidade da solução, quer em termos de Engenharia, não só a nível de civil, mas também a nível de outras especialidades, e é em sede da Agência Portuguesa do Ambiente, com as equipas técnicas que estão a fazer a avaliação das várias soluções em presença, mas também de sugestões adicionais que surjam durante o período da discussão pública, que essa solução será avaliada, portanto não é a nós que nos compete, a Agência Portuguesa do Ambiente vai avaliar, sendo que as equipas técnicas tinham já dado indicação de que esta solução não tinha sustentabilidade conforme a indicada, mas eu não tenho competência para poder dizer mais nada, a APA avaliará.

----- Quanto à questão do licenciamento urbanístico no fundo da Veiga - Sr. Deputado, enquanto não tiver nada em contrário manterei integralmente a declaração feita a esta AM.

----- Já quanto à resposta a cidadãos que se dirigiram à Câmara Municipal, eu sei que a resposta foi dada, avaliada técnica e juridicamente, não sei precisar as datas, foi novamente avaliada de forma detalhada e por isso, tenho que reafirmar, em consciência, os serviços agiram num quadro de legalidade no licenciamento daquela operação. Se o Sr. Deputado Brinquete tiver alguma dúvida em aspectos concretos relacionados com áreas de inundação, com a reserva agrícola, solicita-nos essas indicações e o nosso serviço fornece, podemos dar alguma informação adicional de tudo o que

entender relacionado com o licenciamento da operação, podemos fornecer ao Sr. Deputado sem qualquer omissão, como é nossa obrigação.

----- Quanto ao Sr. Deputado Luis Vale - Orçamento Participativo - Não houve grande participação, houve cerca de oitenta participantes no processo, seleccionaram-se dois dos projectos, eu iria falar nisso na parte da apresentação do Plano Plurianual de Investimentos, e os dois projectos que foram seleccionados, mesmo assim com a pouca participação, estão incluídos no investimento, tencionamos dar-lhe seguimento e continuar a fazer esse exercício que não é um exercício fácil, para todos os efeitos o Município já fez o investimento, em termos do programa informático que permite continuar a desenvolver, no próximo ano, e incentivar o Orçamento Participativo, mas permite ao Município também através dessa aplicação informática relacionar com os cidadãos, por exemplo, promovendo um inquérito relativamente a um projecto, a uma acção, a uma iniciativa e obter a sensibilidade dos cidadãos para esse efeito.

----- Quanto ao senhor deputado Eduardo Malhão, tem razão na observação feita, trata-se de um erro no texto, o encontro foi realizado pelas entidades que salientou, o NERBA esteve empenhado de forma muito ativa. A Câmara trabalhou para aproximar empresários e associações empresariais, e as conclusões deste encontro foram muito positivas, cumprindo os objetivos previstos. É positiva a ideia de constituírem uma comunidade empresarial de cooperação transfronteiriça, um passo muito grande, parabéns, tenho que dizer que de facto tanto o NERBA como as restantes entidades, cada um da sua forma, deu um contributo necessário para que este encontro tivesse sido um êxito e será seguramente, a base de outros encontros futuros.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente.....

----- Feitas estas respostas às questões, está, agora, aberto o período para inscrições para intervenções.

----- Vou ler então as inscrições pedidas para os períodos de intervenção, sem prejuízo dos grupos Municipais que tiverem tempo de seguida depois ainda poderem utilizar o tempo como entenderem com as inscrições que é da vossa responsabilidade, temos: Vítor Alves, Presidente da Junta de Freguesia de Gimonde; Guedes de Almeida; José Brinquete; Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Pinela; Sr. Deputado Pedro, do Grupo Municipal do PSD; Luís Filipe Fernandes, do PS; Eduardo Malhão, do PSD; Amândio Gomes, do PSD e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Parada, que há pouco estava inscrito mas foi prejudicado por se ter esgotado o tempo do Período Antes da Ordem do Dia.

----- Muito bem, então ainda temos dez minutos, vamos dar a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Gimonde, Vítor Alves. Tem a palavra.

----- **Vítor Alves** – Eu escuso já de cumprimentar a digníssima Mesa e os representantes do Município aqui presentes e os colegas, já o fiz anteriormente, no entanto tinha-me esquecido, era para desejar a todos um Bom Natal e um feliz ano de 2012, com muitas verbas para as Freguesias, que bem nos fazem falta, isto apesar de hoje termos de pagar o almoço, paciência!

----- Relativamente à questão que aqui pôs o Sr. Deputado do PCP e relativamente a Gimonde, a água que falta nos atalhos da fonte, uma rua que foi construída recentemente e que agora também está incluída no PDM, nós temos de facto alertado a Câmara para a necessidade de colocar água e saneamento naquela via e temos tido uma resposta positiva por parte da Câmara, sendo que as verbas não são disponibilizadas de um dia para o outro, e nós sabemos que o nosso Município, tal como todo o País, está em contenção, fez bem colocar essa questão e pensamos que no próximo ano tudo se encaminhará para que tal seja resolvido, aliás também já falei com o Sr. Presidente por causa do asfalto, é uma rua que serve oito moradores, está ainda em terra batida, o asfalto é um bocadinho mais complicado porque é um bocadinho caro, mas eu tenho tido, da parte da Câmara, uma disponibilidade, um interesse em fazer esse investimento e estamos a contar que, pelo menos, parte deles se faça já no próximo ano e depois no ano seguinte talvez o resto.

----- Por isso mesmo queria agradecer a oportunidade que o Sr. Deputado me deu de vir aqui, também à Câmara pela disponibilidade que tem tido para nos ajudar.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta.

----- Tem a palavra o Sr. Deputado Guedes de Almeida para a sua intervenção. Tem sete minutos para a sua intervenção, Sr. Deputado, neste período.

----- **António de Almeida** – A minha intervenção vai no sentido que depois de ouvir o Sr. Presidente da Câmara e de lido o Relatório que apresentou a esta Assembleia, que revela até este período, que estamos praticamente no fim do ano, e ele refere-se até 30 de novembro de 2011, que efetivamente o exercício da administração do Concelho, caminha a passo de caracol, isto é, vai andando ao sabor do ritmo da crise. No entanto há aqui elementos que são importantes, eu questioneei o Sr. Presidente sobre os pontos da atribuição de subsídios às Juntas de Freguesia, irei ler o que está nas atas, qual foi o objetivo, para que foi o objetivo, mas são sempre bons quaisquer subsídios às Juntas de Freguesia, que é uma maneira de ajudar a resolver problemas, que são aqueles mais próximos e vividos mais imediatamente pelas populações que representam. Também junto das instituições de solidariedade social, aliás este concelho será, este foi um dos lemas meus,

o Solar do Idoso, portanto faz vem em tratar dos velhinhos, porque quando desaparecerem irá desaparecer praticamente também, isto é uma figura um bocado trágica, mas caminhamos para isso se não forem invertidas as políticas, será quase um deserto também humano.

----- No Setor de Taxas e Licenças, revela-se aqui de facto que há uma "involução" económica ou da atividade económica por parte das empresas, há uma redução efetivamente no recebimento de taxas que correspondeu, até este período, de cinquenta e três mil e tal euros, isto em termos de licenças quer dizer que há muita coisa que deixou de se fazer, ou não há capacidade económica e financeira para as pessoas realizarem aquilo que eventualmente queriam, ou sonhavam, ou desejavam.

----- Relativamente a este projeto, a este pagamento de um projeto, doze mil, duzentos e cinquenta euros, o Sr. Presidente disse para o que foi, para a GESTELUZ, logo iremos discutir isto, eu considero, na minha opinião, que seria desnecessário, a situação e foi aqui levantada pelo CDS seria esta, como vai ser a do Matadouro, não era preciso estudo nenhum, era fazer as contas dentro de casa e dizer assim - temos que fechar -. Portanto isto foi mais um dispêndio de doze mil e duzentos euros feito por uma empresa que certamente conhece a nível geral os parâmetros gerais, como é que labora o Mercado Municipal, não conhece a realidade, eventualmente não conhece o interior, foram-lhe pagos doze mil, duzentos e cinquenta contos, para chegar à conclusão que tem que fechar, que é o que vai ser discutido logo, e isso já foi dito, já podia ter fechado há mais tempo, doze mil e quinhentos euros, o estudo, são dois mil e quinhentos contos, ainda é dinheiro.

----- Relativamente ao relatório, o serviço de ação social, o trabalho desenvolvido pela autarquia é positivo, tudo o que seja apostar no bem estar das pessoas é positivo, de qualquer forma continua a haver, e desde, eu vou aqui lembrar, eu chamo-lhe saudoso, com todo o respeito, José Luís Pinheiro, que o Município de Bragança deixou de apostar, apostar no bom sentido, para ganhar na construção de habitação económica. Os bairros que existem, exceto um mais antigo, foram todos da iniciativa, do pensar, do crer e da vontade do Eng. José Luís Gomes Pinheiro, a partir daí tem havido "remendos", iniciativas com o carácter que para mim, na minha perspetiva e na perspetiva das pessoas, não tem aquele caris social. E eu lembro aqui também iniciativas sociais, que é conhecido pelo bairro "Fim de Semana", hoje é um grande bairro, as pessoas investiram, tinham alguma possibilidade de investir, quer dizer, houve uma filosofia diferente e essa filosofia social deixou de existir desde que o Eng. José Luís Pinheiro deixou de ser o Presidente da Câmara Municipal de Bragança.

----- Neste momento, esta política, evidentemente que há alguma atenção relativamente aos mais carenciados em aspetos de habitação, há no entanto aqui, certamente irá ser debatido mais logo, mas decorreu aqui o dia do Exército. Eu aqui remonto novamente ao mandato de José Luís Pinheiro, o Exército nunca teve respeito por esta cidade, desrespeitou esta cidade, não entendo como é que agora Bragança depois de ter sido “espoliada” das unidades militares que tinha, existem em Chaves, em Lamego, em Vila Real, quase juntinhas, e recebe aqui, sem ter quartéis, o dia do Exército!

----- Quanto é que custou à Câmara? Houve promessas para alguma coisa ou foi só para verem os militares? Isto, lembrando a maneira antiga, hoje até já nem há sopeiras, portanto qual o sentido de trazer o Exército até Bragança? Não se entende! E quanto é que custou? Foi só para dizer que há mais gente em Bragança, que houve mais gente nesse dia? O retrocesso desse dia do Exército em Bragança? Nenhum! Quanto custou? Segundo números que me chegaram, custou caro à Câmara, foi-me dito que inclusive houve oficiais que trouxeram os filhos e as esposas e tudo e a Câmara terá pago tudo!

----- Isto é um esclarecimento, Sr. Presidente, eu estou a pôr isto a título de questão, será bom que se esclareça todas estas dúvidas que pairam no ar, até por uma questão das pessoas não especularem indevidamente, mas teve um custo efetivamente, porque efetivamente também lembro no tempo do Eng. José Luís Pinheiro houve uma luta, houve manifestações públicas pela retirada das unidades militares, na altura houve uma contrapartida que foi o Instituto Politécnico de Bragança, quer dizer, e a partir daí pelo menos no discurso, eu não o ouvi todo, eu nesse dia não estava, se o Sr. Presidente tivesse reclamado que sendo uma zona de fronteira que aqui houvesse pelos uma unidade militar que faria talvez mais lógica no aspeto de defesa da presença de Portugal também a nível militar junto de uma fronteira, e não existir por exemplo em Vila Real, não existir em Lamego, não existir em Viseu, quase tudo junto, e isto está completamente como aconteceu com as vias ferroviárias, isto é, há um silêncio total da Administração Autárquica perante o espólio que é feito pelo Terreiro do Paço, e isto não foi lembrado neste dia do Exército.

----- O Sr. Presidente da Câmara também fala aqui, fez bem, que foi enviada uma comunicação a Sua Excelência, o Senhor Primeiro Ministro e Deputados do Distrito, o Primeiro Ministro talvez tivesse feito bem, que é novo, fazer esta recomendação de terem retirado o benefício no IRC às empresas, aos Deputados é chover no molhado, não estão lá para isto, estarão lá para outra coisa, ao Senhor Primeiro Ministro fez bem.

----- Mas há mais, Sr. Presidente, eu acho que deve mobilizar as pessoas e hoje foi aqui apresentada uma moção, é preciso vir para a rua e gritar e dizer que nós queremos ser também beneficiários da solidariedade nacional. O Sr. Presidente tem referido números, que são flagrantes, do desprezo, do abandono a que estamos voltados. O Sr. Presidente referiu que do IVA arrecadado a nível nacional só zero vírgula dois correspondem ao Distrito de Bragança, quer dizer, isto não é nada, isto é um deserto, mesmo em termos de economia empresarial e pessoal, também das pessoas, profissional.

----- E, Sr. Presidente, era isto, e apenas mais um reparo, eu tentei aproveitar que numa altura de crise e quando aqui foi aprovado nesta Assembleia que as luzes apagassem mais cedo nalgumas vias, nalgumas artérias da cidade, totalmente, noutras parcialmente, o que está a acontecer, que esteja às escuras, que tivesse apostado na iluminação do Natal e sem saber com que custos, que também aqui eu venho sugerir me seja informado.

----- Também foi aqui pedido o prazo, acho que o Sr. Engenheiro me terá dito, o Sr. Engenheiro que apresentou o projeto, um estudo dele para a Barragem das Veiguinhas, ele terá também contactado inicialmente o mentor desse projeto que foi o Eng. José Luís Pinheiro, que já o terá enviado à Câmara há algum tempo, há bastante tempo, há alguns meses, e que não obteve qualquer *fidbek*, estar agora a integrar este projeto que mereceria um tratamento mais adequado por parte desta Assembleia junto do.... eu acho que é secundarizar a qualidade e as intenções deste projeto, acho que este projeto deverá ser agendado para vir ser discutir a esta Assembleia, trazer cá mais pormenores, porque segundo os custos uns são menores, poderá ser um benefício para que efetivamente seja mais facilmente aprovado e para seja construída a Barragem das Veiguinhas.....

----- E vou terminar agora, Sr. Presidente, apenas para aqui referir uma coisa. Eu acho muito bem, e é o último ponto, que a Câmara apoie atividades culturais, lançamentos de livros e lançamento de obras culturais com qualidade, e aqui refiro-me, não pode ser a qualquer preço, e eu aqui vou referir uma apresentação, também não vou questionar custos, que não tem qualidade! Quando é aqui lançado um livro sobre as figuras ilustres de Bragança misturar pessoas, eu ia dizer, com um perfil complementemente *contratante*, e que não são de maneira alguma figuras tipificadoras, digamos assim, e abonadoras de Bragança, que a Câmara esteja por trás desse apoio e sobretudo quando há familiares de pessoas que nem sequer foram consultadas se podiam ou não ser publicadas os seus registos de vida, muitos deles deturpados, nesse livro completamente confuso, misturando pessoas e personalidades.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. Neste momento é a uma e cinco, vamos suspender os trabalhos para o almoço, recorde que o local do almoço será no restaurante “O Tulipa” e deveremos recomeçar muito provavelmente às duas e meia, vamos ver se há celeridade no servir do almoço e até breve, até já.

----- **INTERVALO PARA ALMOÇO** - Neste ponto da agenda de trabalhos foi interrompida a sessão, tendo-se reiniciado novamente, depois de verificada a existência de quórum, cerca das catorze horas e trinta minutos.

----- **Presidente da Mesa** – Vamos iniciar os trabalhos, peço silêncio, vamos conceder a palavra ao Senhor Deputado da CDU, José Brinquete, para fazer a sua intervenção.

----- Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Rebordãos, fazia o favor de não fazer comentários com o Sr. Dr. Guedes de Almeida, que devia tomar o seu lugar, peço o obséquio, para ouvirmos a intervenção do Sr. Deputado José Brinquete.....

----- **José Brinquete** – Sr. Presidente da AM, boa tarde, e boa tarde também a todos os membros da Assembleia e à respetiva Câmara.

----- Há uma questão ainda do ponto anterior que tem a ver com as “Construções Bom Sucesso”, para dizer ao Sr. Presidente da Câmara que não tenho razão nenhuma para por em causa a palavra que deu aqui e que respondeu por escrito aos munícipes que se lhe dirigiram, mas logo no imediato, no espaço do Público, estava um desses munícipes que diz que não recebeu nenhuma resposta! E até disse que a segunda carta que tem um mês, mês e meio, chamava a atenção, que não recebeu nenhuma resposta em relação à primeira e até agora também não receberam nenhuma em relação à segunda! Portanto, parece-me que há que esclarecer isso para que fiquemos com toda a verdade.

----- Eu, neste ponto vou ser muito breve, mas gostava de dizer duas ou três palavras sobre duas ou três coisas e começava pela Mascararte, que decorreu no início do mês, em Bragança. E queria-vos dizer que preferia que aqui viesse dar os parabéns à Comissão Organizadora e às personalidades nela envolvidas, mas não o posso fazer. Eu tinha grandes expectativas, na medida em que era a 5.ª Mascararte, e sendo como é uma iniciativa que todos certamente partilhamos, única, que mais ninguém pode realizar no País, eu esperava que houvesse uma correção das fragilidades que a Mascararte e a Bialal continuam a ter.....

----- Há um ou outro elemento que é positivo, eu não posso esquecer que aquelas máscaras que foram feitas e que depois foram colocadas no Teatro Municipal e que ali ficaram durante os seis dias, é uma coisa nova, quem visitava Bragança via toda aquela cenografia. Não posso esquecer

também que a queima do diabo, neste caso de dois diabos, também tiveram alguma espetacularidade, mas devo dizer que estamos ainda nos primórdios do que pode ser uma verdadeira Mascararte. E se eu perco algum tempo e dou alguma atenção a este evento é porque sou daqueles que acredito que pode ser um “ex libris” de Bragança, e de Bragança também como capital do Nordeste Transmontano. E, por isso, muito brevemente diria que a Mascararte perdeu uma boa oportunidade de mais uma vez afirmar o evento a nível regional, a nível nacional e a nível internacional.

----- Eu, antes da iniciativa, não vi nenhum Jornal nacional, nem nenhuma Televisão, nem nenhuma Revista a tratar esta iniciativa. E porque é que isto é importante? É porque, antes, na produção, é fundamental que o País conheça a iniciativa, que saiba as datas e que as pessoas possam organizar a sua vida para virem a Bragança. E também me pareceu que continuaram a tratar os artesãos, continuaram ou até pioraram, a tratar os artesãos com os pés.....

----- Também na primeira e na segunda houve uma experiência muito positiva que foi de trazer especialistas sobre o fenómeno das máscaras e da Festa dos Rapazes e de toda a magia que há à volta das máscaras, que os há! E de grande valor, a nível nacional, este ano não tive conhecimento que se tivesse apostado nisso. E pareceu-me muito, esta insistência de fazer a mascararte antes das festas dos rapazes, que é aí que está o valor todo do filão, pareceu-me que o calendário tem muito a ver com os funcionários públicos, e não tenho nada contra os funcionários públicos, pelo contrário, mas com o espírito de funcionário público que há de pior, para ajeitar o calendário à sua vida profissional e aos seus horários, na medida em que eu sou daqueles, e hei de insistir sempre nisso, e penso que até não estou sozinho, falo com muita gente e toda a gente está de acordo comigo, de uma forma geral, sou daqueles que penso que a mascararte realizada no meio urbano, sobre tradições que são do meio rural, devia ter um intrusamento com as iniciativas e as próprias tradições do meio rural, e devia de ser, como já foi, chamar a atenção que as primeiras que foram nessa época, foram exatamente quando acontece o solstício de inverno, isto trás alguns transtornos para os tais ditos funcionários públicos.

----- Portanto pareceu-me que sendo a 5.ª não mexeu, não abalou, não teve repercussão nacional, salvou-se um bocadinho uma ou outra reportagem que depois deu a nível nacional e algumas que até foram captadas no primeiro dia mas que só deram quando a mascararte já estava fechada.....

----- Daqui destaco, e não tenho sociedade com a SIC, mas daqui destaco uma reportagem que a SIC fez, muito boa, muito positiva. E depois nós culminamos com uma situação que eu não encontro

explicação, que é, depois de acabar a mascararte, dois dias depois a grande exposição de máscaras e a grande exposição sobre os rituais de inverno é inaugurada dois dias depois no Museu Abade de Baçal! Quer dizer, o que é que se anda a fazer para que o artesão que neste momento é provavelmente um artesão que vai ficar para a história do Nordeste Transmontano, mas que já é hoje um artesão de uma qualidade e de uma criatividade muito acima dos restantes, que é o Amável Antão, o que é que levou a que este homem não estivesse inserido na mascararte e que inaugurasse no dia nove uma exposição, que eu vos digo! Quem não viu não passe nem mais um dia sem a ver, porque o que ele tem ali no Museu Abade de Baçal é uma autêntica relíquia para todos nós.

----- Portanto fica aqui o registo de quem gosta muito da bialnal mas que lhe parece, ou por falta de dinheiro, ou por falta de sensibilidade, ou por falta de vontade, não está a conseguir fazer deste evento um evento com repercussões a nível do País e até a nível do estrangeiro.

----- Depois queria-vos dizer, queria, sobretudo, dirigir-me ao Sr. Presidente da Câmara, dizer-lhe que alguns munícipes da Rua Eng.º Amaro da Costa colocaram uma situação que é a seguinte: As obras que estão a acontecer na Escola Secundária Abade de Baçal e que são importantes, no fundo, mas que são muito demoradas, também sabemos, que esse aspeto não quero criticar, a primeira empresa foi à falência, mas estão-se a fazer naquela rua, uma situação que é: lama constante, quando chove, e pó em grande quantidade, quando o tempo está bom, e as máquinas a carregar coisas andam constantemente, naquela avenida, não sei porque é que não aconteceu ainda nenhum acidente, sem qualquer sinalização.

----- Eu não sei se estou a dirigir esta preocupação para o sítio certo, mas como o Município é responsável pela via pública, precisava de intervir, porque nós sabemos que a legislação diz que os camiões não podem sair das obras sem serem devidamente lavados, não podem deixar as estradas sujas, aliás acontece isso com a RESIN, nós não vimos nenhum camião a deixar porcaria pelo chão quando se desloca para o aterro, penso que é Vale Freixoso, não é? Que é ali vizinho da Dr.ª Madalena. Portanto há ali uma situação insustentável que precisava de ser corrigida.

----- Um outro aspeto é que, dizem-me habitantes lá de cima da Serra, que a estrada que vai para a Serra tem um troço, entre Martim e Melhe, cerca de quatro quilómetros, que neste momento está em muito mau estado. E esta estrada já começou a ser utilizada por muita gente para fugir ao pandemónio da IP4, que é outra tortura, passa por ali. Também não sei se o Município de Bragança pode interferir, eu penso que pode e deve, em conjunto com o Município de Vinhais, porque esta estrada mesmo para passeio turístico, mas sobretudo para os habitantes daquela região, merece ter um piso como deve ser.

----- Mas também me refiro à estrada do Penacal, claro que hoje já há fuga de ir pela IP4, quem vai para Izeda, para Coelhoso, Paradinha, etc., mas não podemos abandonar a estrada do Penacal. E também habitantes daquela região, de Grijó, de Carocedo, de Paredes, dizem-me que existem pontos problemáticos, depois da ponte, todos conhecem, há um fontanário que cujas águas entram na estrada e criam gelo. Ora, sabermos que com uma pequena obra se podem desviar aquelas águas para o sítio correto. E também, antes de Carocedo há uns estradões, que com as moto 4 e com os jipes, trazem para a estrada areia que torna perigosa a condução. Isto também se resolve com muita facilidade.

----- Por último e em relação ao antigo edifício do Banco de Portugal, onde está atualmente, e muito bem, a Fundação Afonso Henriques, dizem-me cidadãos ali do Castelo e da Costa Grande, que havia nos subterrâneos daquele edifício um arquivo muito numeroso que tanto pode ser documentos importantes como de papeis para irem para o lixo. Mas o que eu queria saber, se fosse possível, e se o Sr. Presidente nos informasse, é se esses papéis foram devidamente tratados, ou seja, se foram observados e se foram avaliados para irem para o lixo ou para serem guardados, porque aquele edifício tem uma história muito grande e quem sabe até poderiam estar ali documentos importantes que são importantes também depois para o conhecimento da nossa história. Obrigado Sr. Presidente.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Em a palavra, agora, o Sr. Deputado Pedro, da Bancada do PSD.

----- **Pedro Fernandes – Apresentou, por escrito, o seguinte:**

----- “Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr.^a e Sr. Secretários, Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores, Srs. Membros da Assembleia Municipal, Srs. Presidentes de Junta, Comunicação Social, minhas Senhoras e meus Senhores.

----- A realidade que hoje vivemos, em que a economia nacional está em recessão, com altas taxas de desemprego, e que é difícil encontrar soluções para estes problemas, a liderança social-democrata do Município de Bragança não baixou os braços nesta tentativa de impulsionar a economia local e a criação de emprego.

----- Desta forma, e baseado nas políticas ambiental e energética nacionais e internacionais defendidas no estudo “Tenoparque Ecoenergético de Bragança” o PSD, no executivo municipal, desenvolve a criação do projeto que hoje conhecemos hoje como Brigantia EcoPark, que se enquadra no conceito de Ecocidade, envolvendo outras entidades públicas importantes como o Instituto Politécnico de Bragança e empresas privadas especializadas na dinamização deste tipo de

projetos como a PortusPark. Este Parque de ciência e tecnologia, um investimento de sete milhões de euros, pretende acolher empresas de base tecnológica, de baixo impacte ambiental voltadas para os clusters da ECO-ENERGIA, da ECO-CONSTRUÇÃO, do ECO-TURISMO e dos ECO-PRODUTOS, aproveitando assim os recursos naturais da nossa região, criando uma área de incubação, outra de laboratórios de investigação e outra para apoio às empresas, incentivando desta forma a criação de emprego jovem e qualificado na região e tentando fixar os jovens que na região escolhem o Instituto Politécnico de Bragança como entidade valorizadora do seu percurso educativo e futuro profissional.....

----- Minhas Senhoras e meus Senhores:

----- O Brigantia Ecopark terá, ainda, como objetivo a exportação de conhecimento, de desenvolvimento e investigação do conceito ECO, aproveitando simultaneamente o potencial humano da nossa terra e a sua localização estratégica na Península Ibérica para estimular o desenvolvimento de laços privilegiados com Centros tecnológicos e Instituições universitárias no espaço ibérico para a criação de verdadeiras redes de conhecimento com potencial económico, impulsionado assim o estreitamento de relações entre o mundo empresarial e o claustro académico.

----- O Grupo Municipal do PSD nesta Assembleia felicita o executivo municipal pela forma determinada, afirmativa e positiva com que conduziu todo o processo de candidatura ao financiamento público deste importante projeto para a afirmação de Bragança e das suas gentes, sobretudo, face às resistências que foram criadas por muitos decisores políticos e burocratas que insistem em querer condenar o interior em geral e o Nordeste Transmontano em particular ao isolamento e à desertificação. É com um misto de satisfação e esperança que o PSD Bragança olha o anúncio do lançamento do concurso para a construção do Parque de ciência e tecnologia de Bragança, no passado dia 26 de outubro. Estando convictos de que será possível ir para o terreno e iniciar a execução da construção já durante o próximo ano com a sua previsível conclusão ainda antes do final do atual mandato autárquico, ou seja, até 2013. Esta obra, que tem como objetivos centrais a criação de emprego e a dinamização de novas oportunidades para as atividades económicas, aproveitando a transformação de ideias inovadoras em produtos e serviços, constitui mais um passo no caminho do desenvolvimento e modernização do concelho, assumindo-se, simultaneamente como mais um desafio e uma oportunidade para as gentes da nossa terra”

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem, agora, a palavra, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Pinela.

----- **António Pires** – Muito boa tarde a todos, cumprimento a Mesa, o Executivo Camarário, Deputados desta Assembleia, Presidentes de Junta de Freguesia, Comunicação Social.

----- A intervenção que eu trago aqui, hoje, que é a primeira vez que venho aqui a este sítio, tem a ver com o Documento Verde da Reforma da Administração Local. Esta intervenção foi preparada para o Período de Antes da Ordem do Dia mas como não foi possível naquela altura vamos fazê-la agora.-

----- Segundo o Documento Verde da Reforma da Administração Local a redução do número de freguesias, pela sua aglutinação, tem como objetivo a criação de novas freguesias com maior dimensão e escala, originando assim mais descentralização e atribuição de novas competências. Estas novas freguesias vão ser criadas tendo em conta critérios demográficos e geográficos.....

----- O município de Bragança, segundo os critérios demográficos e geográficos do Documento Verde está incluído no nível três, que engloba os municípios com densidade populacional menor que cem habitantes por quilómetro quadrado. Neste nível tem como primeiro critério a criação de apenas uma freguesia urbana na sede do Município, e como segundo critério a criação de freguesias com o mínimo de quinhentos habitantes na área predominantemente rural.....

----- No entanto, na maioria dos municípios do Distrito de Bragança, tais como os vizinhos de Vinhais e Vimioso, devido ao facto de terem tido uma redução de população de dez por cento da sua população no levantamento censitário de dois mil e onze, podem ser criadas freguesias com um mínimo de trezentos habitantes, e num raio superior a quinze quilómetros da sede do município, este valor mínimo baixa para cento e cinquenta habitantes. Como não há grande diferença entre as características das freguesias rurais dos diversos municípios do Distrito, não se compreende a aplicação de critérios diferentes para a criação de novas freguesias, nem se justifica também a divisão entre freguesias criadas a menos de um raio de quinze quilómetros e a mais de quinze quilómetros das sedes do Município.

----- Este último critério pode levar a situações muito injustas, como exemplo, se fosse aplicado no Município de Bragança, as freguesias de Grijó de Parada, com duzentos e noventa e dois habitantes, e a de França com duzentos e trinta e nove, nas localizadas num raio inferior a quinze quilómetros de Bragança, não podiam sozinhas formar freguesia, e as freguesias de Sendas, com cento e oitenta e três habitantes e a de Quintela de Lampaças, com duzentos e quinze, tendo estas últimas significativamente menos habitantes que as primeiras, como existem a mais de quinze quilómetros, já podem. A distância a Bragança não pode justificar esta discriminação, pois na

situação atrás referida, as condições de acesso rodoviário até são bem mais difíceis para Grijó de Parada e França.....

----- No processo de criação de novas freguesias no meio rural, para não haver estas injustiças, visto não haver motivo para discriminar as freguesias quanto à sua localização dentro do Município, e entre freguesias de municípios diferentes da região, devia haver somente um critério com um número mínimo de habitantes, adequado à realidade demográfica e geográfica do nosso meio rural. Este número mínimo de habitantes, tendo em conta a importância atribuída às atuais juntas de freguesia no desenvolvimento sócio-económico do meio rural, seria tal que permitisse apenas a aglutinação de pequenas freguesias e que conduzisse no presente a uma redução mais sensata e menos drástica do atual número de freguesias, podendo, daqui a alguns anos, podia ser no próximo censo, serem feitos novos ajustamentos tendo em conta as mudanças ocorridas.

----- Para terminar faço um apelo aos colegas Presidentes de Junta, para que se unam e lutem contra discriminações injustas no processo de criação de novas freguesias. Desejo também a todos um Bom Natal e um Próspero Ano Novo. Muito obrigado.....

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado, Sr. Presidente da Junta.....

----- Tem a palavra, agora, para a sua intervenção o Sr. Deputado do PS, Luís Filipe Fernandes.....

----- **Luís Fernandes** – Muito boa tarde a todos, já aqui vim há bocado mas não tive a oportunidade de formalizar os votos de Boas Festas a todos os presentes e saudar e cumprimentar as duas Mesas e também os aqui presentes.....

----- A minha intervenção neste ponto tem a ver com uma intervenção que houve na última Assembleia, na qual eu não estive presente, em que se discutiu aqui a questão de Veiguinhas e onde o Sr. Presidente da Câmara teve a delicadeza de juntar o meu nome a um rol de situações em que ele de certo modo quis passar para a minha pessoa e para um trabalho que eu fiz na região, como ónus, digamos, de quem ler as declarações e nós vamos ter a oportunidade de as ler, de que teria sido esse trabalho feito por mim, como tese de Mestrado defendida na Faculdade de Ciências de Lisboa, como um trabalho responsável pelo chumbo do estudo de impacto ambiental na última reunião desta Comissão onde esse estudo foi chumbado.....

----- Pois bem, eu não estava cá, tive conhecimento de um camarada meu que me telefonou, eu estava no estrangeiro, e que me disse o que se estava a passar e eu fiquei perplexo, mas porquê? O que é que se passa? Eu nunca tive nenhuma intervenção, e era uma pergunta e um desafio que eu fazia ao Sr. Presidente da Câmara, que dissesse nesta Assembleia, uma intervenção, quer oral, quer escrita, um parecer, qualquer conversa formal ou informal que eu tivesse tido onde eu me

pronunciasse contra a Barragem de Veiguiñas! Nunca o fiz porque entendo que nas três soluções que foram apresentadas para estudo de impacto ambiental Veiguiñas tinha pernas para andar, fiquei com algumas dúvidas hoje de manhã, com o projeto que apareceu, fiquei com algumas dúvidas mas isso é uma questão que poderemos esclarecer no futuro.....

----- Pois bem, chegado a Portugal eu tive que me inteirar do que se passava e pedi à Mesa que me fornecesse cópia da certidão das declarações do Sr. Presidente da Câmara.

----- **Apresentou, em power point o seguinte:**

vida do Município, se encontram as seguintes intervenções:

----- **Presidente da Câmara – Veiguiñas! Veiguiñas!**

----- Cumprimento o Sr. Presidente da AM, Srs. Secretários da Mesa, Srs. Presidentes de Junta, Srs. Deputados, Público presente.

----- Os tempos são difíceis, mas a paciência também tem que ser ponderada, os desafios, fazem-se apelos a todos.

----- Começo por responder à questão colocada pelo Sr. Amândio Gomes, relacionada com o ponto de situação de Veiguiñas.

----- Até ao momento foram apresentados 4 estudos de impacto ambiental, e 7 procedimentos. Um procedimento pode ser um estudo que não chega à fase de impacto ambiental, complementa outro passo. O primeiro foi elaborado pela Hidrotécnica Portuguesa, que trabalhou a solução Veiguiñas, foi o gabinete técnico que elaborou o sistema integrado do Alto Sabor e que foi reprovado em 1998 por se localizar no Parque Natural de Montesinho, a declaração de desconformidade foi localizada, se no Parque Natural de Montesinho.

----- Em 2005 a ProSistemas, outra equipe, já elaborou o estudo que conduziu, estou a falar já nas datas finais, os estudos iniciaram antes, que em 2005 conduziu à aprovação da solução Azibo por se localizar fora do Parque Natural de Montesinho. A AGRI-PRO, em 2010 foi decidido um novo estudo apresentado por uma outra empresa, a AGRI-PRO, noutra consórcio de empresas, foi decidida a não conformidade por ter sido considerada insuficiente a justificação das alternativas, em particular a não avaliação de soluções mistas com águas subterrâneas, neste caso de Cova de Lua, solução já abandonada em 2005 pela própria Comissão de Avaliação, mas retomaram este processo. E retomaram este processo sabendo-se que a produtividade deste aquífero é muito baixa, é utilizada, todos os anos, em conjunto com as restantes alternativas que o Município dispõe, todas as disponibilidades existentes no Município são utilizadas num sistema que é precário, é o sistema de bombagem do Sabor na zona do Parque do Campismo, é o sistema de bombagem do Baceiro, é o sistema de bombagem de Cova de lua, é o aproveitamento ao longo do ano, das águas que escorrem para o Canal no sentido de ser preservada a água armazenada em Serra Serrada, que é uma capacidade muito limitada, muito baixa e que dá para 4 meses. †.

----- Porquê esta questão em Cova de Lua? Esta desconformidade foi baseada fundamentalmente nessa questão, porque se tratou de um erro de avaliação, que já tinha sido descartada, como disse, solução que envolve a capacidade máxima de Cova de Lua, são 150 000m³, corresponde a 15 dias de abastecimento de água à cidade, ela não funciona sozinha, funciona em complemento com outros, portanto o período de tempo em que está ligado o sistema de bombagem de Cova de Lua, é cerca de um mês e meio, as condutas são de pouca capacidade, complementam os sistemas, mas o volume real debitado de Cova de Lua são na ordem de 150 000m³, são 15 dias de abastecimento de água à cidade.

1

Esta é a certidão das declarações onde o Sr. Presidente da Câmara, e isto não foi por mero acaso discutida, isto foi arquitetado, numa primeira fase o Dr. Amândio Gomes faz uma pergunta ingénua - como é que está Veiguiñas? - e a seguir o Sr. Presidente da Câmara trás um rol devidamente escalonado e com os dados todos, portanto isto foi preparado para ser aqui apresentado, onde o Sr. Presidente da Câmara defende aqui que Cova de Lua, portanto foi o local onde é que eu fiz o estudo, só tem 150 000 metros cúbicos, ou seja, só dá para quinze dias de água para abastecimento a Bragança.....

----- Agora aqui temos as declarações que o Sr. Presidente da Câmara proferiu em relação ao meu estudo e à minha pessoa.

----- **Apresentou, em power point o seguinte:**

----- Trata-se de um erro cometido numa tese. Porque é que foi retomada esta questão de Cova de Lua e levou novamente a ser reprovado este estudo? Trata-se de um erro cometido numa tese de mestrado, apresentada pelo Dr. Luís Filipe, que confundiu quantidades de água que circulavam subterraneamente no aquífero, durante o inverno, período das chuvas, com água efectivamente armazenada e que teve que ser contrariada, nessa fase ainda, por um estudo, por um Hidrogeólogo, que mesmo assim não foi considerada essa avaliação por parte desse Hidrogeólogo, no entanto teve que se recorrer, de seguida, à contratação do Centro de Geosistemas do Instituto Superior Técnico, que confirmou que o aquífero de Cova de Lua não tem potencial para ser integrado em qualquer situação alternativa, em qualquer situação alternativa, toda a documentação da Câmara, de sistemas de bombagem, identifica nisto, ou seja: Esta tese de Mestrado seria chumbada, de forma inequívoca, por um Hidrogeólogo sénior, foi o que teve que acontecer através de um Centro de Estudos do Laboratório de Engenharia Civil. Há aqui uma situação perfeitamente indesejável.

----- Neste momento, na sequência dessa situação, foram solicitados esclarecimentos adicionais que têm a ver com as previsões de consumo indicando, os consumos projectados são excessivos para aquilo que é o consumo real da cidade. Pois bem, teve que se demonstrar que as previsões de projecção de consumos, dos estudos iniciais para o ano 2051 foram ultrapassados com os censos de 2011, quer em termos de população, foi superada a capacidade hoteleira prevista, foram superados os postos de trabalhos criados na indústria, estes elementos adicionais serão apresentados agora, foram hoje apresentados, que era a data limite, numa prorrogação de prazo que se tinha solicitado, assim como a integração de soluções diversas. Foram estudadas, assim: Veiguinhas, Castrelos, Parâmio, Gostei, Rebordãos, Parada, Azibo, numa área que envolveu a avaliação de uma área de 1 500km². As soluções todas elas foram identificadas numa área vastíssima, o desnível entre o Azibo e Serra Serrada é de 700m, Azibo está a 600m, Serra Serrada, ou Veiguinhas, estão a 1 300m. Recusámos esta solução como solução economicamente e ambientalmente inviável.

----- “ Trata-se de um erro cometido numa tese. Porque é que foi retomada esta questão de Cova de Lua e levou novamente a ser reprovado este estudo? Trata-se de um erro cometido numa tese de mestrado, apresentada pelo Dr. Luís Filipe, que confundiu quantidades de água que circulavam subterraneamente no aquífero, durante o inverno, período das chuvas, com água efectivamente armazenada e que teve que ser contrariada, nessa fase ainda, por um estudo, por um Hidrogeólogo, que mesmo assim não foi considerada essa avaliação por parte desse Hidrogeólogo, no entanto teve que se recorrer, de seguida, à contratação do Centro de Geosistemas do Instituto Superior Técnico, que confirmou que o aquífero de Cova de Lua não tem potencial para ser integrado em qualquer situação alternativa, toda a documentação da Câmara, “ tal, tal, não percebi depois aqui esta parte final ---

----- Esta é uma primeira parte da intervenção, mas a outra segunda parte, que eu acho mais gravosa, porque esta parte anterior é uma questão técnica que eu posso em qualquer altura e em qualquer forma rebater com quem percebe destes assuntos, agora esta aqui é que eu acho que é gravosa e que não podemos deixar passar de qualquer modo.

----- Apresentou, em power point o seguinte:

5300-011 Bragança

Sua referência	Sua comunicação	Nossa referência	Data
		Of. N.º 9270	28 de Outubro de 2011

ASSUNTO: “Pedido de informações sobre intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal na Sessão da AM realizada no passado dia 30”.

Tendo presente a solicitação apresentada pelo Membro da Assembleia Municipal, Luis Filipe Pires Fernandes, relacionadas com declarações feitas na Assembleia Municipal de 30 de Setembro último, relativas ao processo de reforço do abastecimento de água a Bragança, nomeadamente a questão colocada pelo senhor deputado Dr. Amândio Gomes, informo V. Ex.ª que não consta da minha intervenção referência à existência de qualquer documento do chumbo da tese de mestrado uma vez que tal só poderá ocorrer em sede de avaliação académica.

A ideia foi a de que essa tese no que respeita à indicação da quantidade de água disponível como recurso subterrâneo existente em Cova de Lua, teria que ser reavaliada, considerando o seguinte face aos estudos realizados:

No ano de 2002, foi iniciado estudo designado de Proposta de Definição de Âmbito do EIA submetido à apreciação no ano de 2003, relativo ao abastecimento de água a Bragança considerando, face aos estudos anteriores já elaborados, ser necessário clarificar o âmbito dos estudos a realizar, a submeter a apreciação do Ministério do Ambiente de modo a que o promotor pudesse enquadrar o trabalho a desenvolver para efeitos de apresentação de novo EIA. A Comissão de Avaliação considerou que nas soluções a estudar, deveria ser incluído um sistema misto de abastecimento que incluisse as origens de água subterrânea (Cova de Lua e Sabariz).

Na sequência desta Proposta de Definição de Âmbito, foi apresentado novo EIA, que veio a ser submetido a procedimento de AIA, tendo sido emitida no ano de 2005, Declaração de Impacte Ambiental favorável condicionada processo em que a hipótese de sistema misto de abastecimento de água não foi

----- “Esta tese de mestrado seria chumbada, de forma inequívoca, por um Hidrogeólogo sénior, foi o que teve que acontecer...”

----- Este “ foi o que teve que acontecer” é uma situação que vamos ter que discutir e que chegar a um consenso, o que é que o Sr. Presidente da Câmara queria dizer com “ foi o que teve que acontecer”

----- “através de um Centro de estudos do Laboratório de Engenharia Civil” que eu não faço ideia, nem ninguém faz ideia do que é isto! Há aqui uma situação perfeitamente indesejada.

----- Ou seja, pelo que ali está, o Sr. Presidente da Câmara diz que o estudo de impacto ambiental foi chumbado porque foi reavaliada a situação de Cova de Lua, em contrapartida com a Serra Serrada e que na minha tese há um erro, um erro grave, que induziu em erro tudo o resto e que a Comissão foi induzida em erro nesse projeto. Ou seja, o Sr. Presidente da Câmara contrata, o Presidente da Câmara ou as Águas de Trás-os-Montes, eu agora aqui não sei a quem é que hei de

dirigir, mas como o Sr. Presidente da Câmara referiu aqui suponho que ele está por dentro disto tudo. --

----- Ora bem, feito um ponto da situação, aqui, porque é que o meu nome aparece nesta salsada toda? Aparece sem qualquer intervenção minha, eu nunca dei um parecer, nunca fiz nada em relação a este estudo. Mas, acontece que em novembro de dois mil e dez, me telefona um colega meu, da Unidade de Águas Subterrâneas, do LNEG (Laboratório Nacional de Energia e Geologia), que é uma entidade que tem que emitir um parecer para a Comissão de Acompanhamento, e esse meu colega diz-me:

----- Ó! Filipe, eu tenho aqui um projeto de Veiguinhas, uma Barragem de Bragança, e tenho que dar um parecer. Tu conheces isto, o que é que tu achas?.....

----- Eu disse-lhe – Olha! Essa é uma guerra antiga da Câmara, quer construir uma barragem aqui para abastecimento de água a Bragança. Tu és um homem das Águas Subterrâneas, tens que ter cuidado porque Bragança não tem hipótese de ser abastecida por águas subterrâneas nem sequer tem hipótese de ter um sistema paralelo de abastecimento, tu vai lá ver o que vais fazer no parecer.

----- E ele disse-me assim: Olha! Eu vou mandar um parecer em que eu não posso dar um parecer favorável a esta situação porque o estudo que me chegou aqui não refere as águas subterrâneas de Bragança, e segundo a Lei Quadro da Água, as águas subterrâneas de Bragança têm que ser avaliadas, para bem ou para mal e portanto eu vou mandar isto para trás para que seja feita uma nova reavaliação das águas subterrâneas em contra ponto com as águas de superfície. E eu acho muito bem, porque eu defendo e continuo a defender e quero dizer ao Sr. Presidente da Câmara, eu nunca o fiz mas vou fazê-lo agora, em sede de discussão pública, eu vou emitir um parecer em que eu defendo que Cova de Lua, e há aqui muita gente que conhece Cova de Lua, que não fique no sistema como uma situação alternativa, mas deve ficar no sistema como uma situação complementar, que é diferente. No caso, nós temos barragens de abastecimento que ninguém sabe o que é que pode acontecer à água da barragem, pode ter um problema qualquer, momentâneo, uma contaminação que ninguém supõe, e depois como é que é? E temos ali Cova de Lua que nos pode dar para um mês, o Sr. Presidente da Câmara diz para um dia, mas eu digo que tem lá água para abastecer a Cidade de Bragança durante um mês, pelo menos. E é isso que eu defendo, que deve ficar no sistema como um complemento, não como alternativa.

----- Relativamente a esta situação eu pedi ao Sr. Presidente da Câmara que me fornecesse, naquela altura, duas situações: uma, o estudo do Hidrogeólogo que refere ali e em segunda parte, que me fornecesse um documento onde constasse o chumbo da minha tese, porque ele referia

dois estudos em questão. E diz-me aqui que o Eng. Luís Braga dos Santos, o tal Hidrogeólogo - com argumentos divergentes dos constantes da tese de mestrado em causa. E o Eng. Luís Braga dos Santos, com outro estudo, confirma que o volume estimado da reserva de água no aquífero subterrâneo em causa remete-o para a inviabilidade de integração em sistema “mista”.

----- Portanto, o Sr. Presidente da Câmara ou as Águas de Trás-os-Montes, e eu aqui ponho a ressalva, porque o dono da obra suponho que são as Águas de Trás-os-Montes mas a Câmara de Bragança estará por dentro disto tudo, tem estes dois estudos. O Sr. Presidente refere aqui a data de dois mil e onze, em que o estudo sofre a conformidade. E quem esteve atento à Comunicação Social, deu ideia que quando isto é feito, de que o projeto de Veiguinhas estava aprovado, e o Sr. Presidente da Câmara deu uma entrevista ou duas que deixou transparecer que o Projeto de Veiguinhas estava aprovado. Nada mais errado!

----- O que é que significa a conformidade? Pura e simplesmente, a Comissão de Acompanhamento do Impacto Ambiental diz - eu tenho em mão todos os elementos que a Lei exige e posso, agora, passar para a discussão pública, a base em que está agora, e quando essa discussão pública terminar, esses elementos voltam todos à Comissão de Acompanhamento para uma análise final de aprovação, ou não, do Projeto. Portanto ainda não está nada aprovado, nesta fase.....

----- Continuando, não sei se conseguem ler, o que é que está aqui? É o parecer desse meu colega, o Augusto Costa, que é o responsável da Unidade de Águas Subterrâneas do LNEG (Laboratório Nacional de Energia e Geologia), em que, em tal parecer, ele faz uma primeira abordagem onde diz: “as águas subterrâneas não são enquadradas neste estudo, eu quero que as águas subterrâneas sejam avaliadas, tenham interesse ou não interesse, porque a Lei Quadro da Água assim o exige”.

----- **Apresentou, em power point o seguinte:**

Parecer da UAS que foi incluído no Parecer do LNEG sobre Barragem de Veiguiñas.

No EIA em apreço não se encontram quaisquer referências ao descritor Hidrogeologia. Sendo o antigo sistema de abastecimento de água a Bragança essencialmente constituído por captações de água subterrânea, considera-se básico que fossem considerados em simultâneo os recursos hídricos subterrâneos e superficiais, de modo a fundamentar o dimensionamento do sistema de armazenamento de água superficial a construir, de acordo com as insuficiências sentidas no sistema antigo.

Deveria ter sido considerada a informação anteriormente fornecida pelo LNEG relativa aos recursos hídricos subterrâneos (ofício n.º xxx de xx de xxx de 2010), consultada a bibliografia aí indicada.

A água subterrânea deveria ter sido considerada, quer como origem complementar do novo sistema de abastecimento, quer na avaliação de eventuais impactes que este projecto terá no meio hídrico.

A opção pelo aproveitamento, em exclusivo, dos recursos hídricos superficiais, dentro da qual foram analisadas três alternativas, não foi fundamentada no presente estudo. Hipóteses sugeridas por Luís Filipe Fernandes, relacionadas com a recarga artificial do aquífero da Cova da Lua, de modo a explorar mais intensamente um reservatório natural subterrâneo com uma capacidade total de armazenamento estimada em 2 Hm³, não se encontra sequer referida no presente estudo.

O presente projecto é completamente omissivo em relação aos recursos hídricos subterrâneos quando, de acordo com a Lei Quadro da Água os recursos hídricos, quer superficiais quer subterrâneos deveriam ser considerados de forma integrada, afigurando-se o aproveitamento misto de origens superficiais e subterrâneas, como a solução técnica e ambientalmente mais sustentável.

Alfragide, 16 de Novembro de 2010
(Augusto Marques da Costa)

----- E é aqui, pela primeira vez, que o meu nome aparece! – “hipótese sugeridas pelo Luís Filipe Fernandes, relacionadas com a recarga artificial do aquífero de Cova de Lua, tal, tal “.

----- Porquê? Ele perguntou naquela altura – Ó! Filipe, tu não estudas-te Cova de Lua?

----- Estudei!.....

----- Pronto, então eles têm que complementar os teus estudos e dizer-nos se aquilo tem pernas ou não para andar.

----- É a primeira vez que aparece o meu nome.....

----- Depois disto este parecer vai à Comissão de Acompanhamento e em dezembro de dois mil e dez, o último estudo de impacto ambiental é chumbado. Em janeiro ou fevereiro, não me recordo bem, telefona-me o Sr. Eng. Paixão, como sabem, é o Administrador Chefe das Águas de Trás-os-Montes, dizendo-me –“ó! Dr. olhe, eu não conheço mas temos aqui um problema grave para resolver, foi-nos chumbado o estudo de impacto ambiental de Veiguiñas e precisamos que nos dê uma ajuda porque temos que fazer a avaliação das águas subterrâneas e o Sr. fez o estudo de Cova de Lua, tal, tal.....

----- E eu - perfeitamente, Sr. Eng.º, estou disponível, mas, como sabem, sou funcionário do Politécnico, em regime de exclusividade, só podemos fazer isto com pareceria com o Politécnico.....

----- Ele respondeu - Muito bem, eu vou ai a Bragança, vamos almoçar com o Presidente do Politécnico e estabelecemos aqui uma parceria.....

----- Eu fiquei à espera. Na semana seguinte esse mesmo Sr. Eng.º telefona-me dizendo que não pode vir a Bragança, que tem muito que fazer, que não pode estar comigo, se eu me importo de lhe fornecer o estudo. E eu, na boa fé, porque os estudos são públicos, são publicados - olhe estão comigo, quando quiser, tem os estudos à sua disposição.....

----- Respondeu - Então amanhã o meu motorista vai aí.

----- E veio. Levou os estudos, isto em fevereiro de dois mil e onze. Em maio de dois mil e onze, telefona-me este meu colega, o Augusto Costa, de Lisboa, dizendo – ó! Filipe, olha! Já tenho aqui o estudo isogeológico de Cova de Lua e Sabariz!

----- Já tens! Então quem o fez?

----- Olha, foi o Luis Ribeiro, aqui do Técnico. Mas isto não tem pernas por onde se lhe pegue, isto é a maior pouca vergonha, em termos de hidrogeologia, que existe, eu tenho a certeza absoluta que o Luis Ribeiro não foi a Bragança, não conhece Cova de Lua, fez, pura e simplesmente.....

----- E eu disse – Eu não comento, porque isso são questões pessoais, mas tu é que sabes.....

----- Respondeu - Então eu vou fazer um parecer em relação a este estudo.

----- Este colega Augusto, que por acaso é Doutorado no Técnico, na equipe do Luís Ribeiro.

----- **Apresentou, em power point o seguinte:**

Em 6 de dezembro de 2011 21:27, Manuel Oliveira <m.oliveira@hidromais.pt> escreveu:

> Caro Braga dos Santos

>

> Boa noite. Desculpa vir incomodar-te com este assunto, mas entendo

> que, em certas situações, nada melhor que nos esclarecermos directamente nas fontes.

> Em anexo envio-te 2 PDFs que contem as declarações do Sr Presidente da

> Câmara de Bragança e um extrato de um ofício enviado pelas ATM onde se

> afirma que as tuas conclusões sobre Cova de Lua são profundamente divergentes da tese

> do Luis Filipe de que fui o orientador. Com base nisso a intervenção

> do Presidente da Câmara é indesculpável e ofensiva o que irá merecer resposta.

> Porque na conversa da Gulbenkian não me transmitiste a ideia de "profunda divergência"

> e porque me disseste que poderias ceder-me esses elementos, tomo a

> liberdade de os solicitar para que não cometa nenhuma distorção do mesmo tipo que as que já se encontram ditas.

> Estou a pedir-te esses elementos porque, apesar de solicitados ao Sr

> Presidente da Câmara, há cerca de um mês, ainda não foram disponibilizados.

> Renovo as minhas desculpas por te maçar com estas coisas mas pelos

> dados que te envio também deves concluir que deve haver limites para

> as afirmações que se fazem, e que os visados tem direito a refutar o que foi afirmado.

> aguardo uma resposta com a brevidade possível.

>

> Um abraço amigo

>

➤MOliveira da Silva

----- O que é que temos aqui? Um email do meu orientador, Manuel de Oliveira, para o Professor Braga dos Santos, isto em dezembro, há poucos dias. Porquê? Porque nós pedimos ao Sr. Presidente da Câmara o estudo do Sr. Eng.º Braga dos Santos e nunca me foi fornecido, até hoje, tivemos que o arranjar de outra maneira, como pedimos quanto custaram à Câmara os dois estudos que encomendou, até hoje também não nos forneceu, onde ele pede esses documentos porque o Sr. Presidente da Câmara afirma que as suas conclusões sobre Cova de Lua são profundamente divergentes da tese de Luís Filipe, que foi o orientador. Com base nisso, a intervenção do Sr. Presidente da Câmara é indesculpável e ofensiva o que irá merecer resposta.

----- **Apresentou, em power point o seguinte:**

Meu Caro,

Este assunto do abastecimento a Bragança parece um romance...

Peço que me arranjes uma cópia do ofício das Águas de Trás os montes de onde tiraste aquela pérola.

A minha contribuição para este processo foi a que te referi e reenvio os ficheiros que ainda tenho no meu computador. Nas respostas à CAIA tive a meu cargo 3 questões (assinaladas no doc 3 a letra azul).

Lendo a acta da reunião de Câmara parece ser referido a equipa do técnico (o que não me admiraria, uma vez que a CENOR esteve envolvida neste processo e o CRVM foi associado deles nos PGRH).

Ajuda-me a deslindar esta meada.

Um Abraço

Braga dos Santos

Meu Caro Professor,

Anexo os documentos relativos ao abastecimento de Bragança e nos quais estive envolvido.

O Doc 1 foi a estratégia que apresentei previamente O Doc 2 foram as respostas que elaborei para 3 questões O Doc 3 é uma versão preliminar das respostas à Comissão de Avaliação de Impacto.

Analisa e diz-me onde é que eu faço juízos de valor sobre a tese de mestrado

Um abraço

Braga dos Santos

----- Resposta do Eng.º Braga dos Santos: “ Este assunto de abastecimento de água a Bragança parece um romance, peço que me arranje uma cópia do ofício das Águas de Trás-os-Montes e onde tratas-te aquela pérola. A minha contribuição foi a seguinte... ajuda-me a deslindar esta meada”.

----- Porquê? Porque vocês veem aqui estes nomes, são tudo empresas, empresas de Lisboa que estão aí metidas nestes estudos, onde o Eng.º Luís Ribeiro está metido.....

----- **Apresentou, em power point o seguinte:**

Os recursos do Alto Sabor (sem capacidade de armazenamento) permitem abastecer o sistema principal durante nove meses por ano (sem custos de bombagem). Nos meses do verão estão disponíveis Serra Serrada, rio Baceiro e as captações da Cova da Lua. Neste período o aquífero da Cova da Lua está sujeito ao valor máximo de stress (máxima evapotranspiração nos lameiros e maior extracção de água nas captações).

Do exposto resulta que a principal limitação do sistema de abastecimento de água ao Concelho de Bragança resulta de uma falta de capacidade de armazenamento (natural e/ou construído).

QUESTÃO 9:

Ver resposta do Eng. Samora

QUESTÃO 16:

Os aquíferos mais importantes conhecidos na zona em análise foram objecto de estudos realizados pelo Dr. Luis Filipe Pires Fernandes e que conduziram à elaboração de uma tese de Mestrado apresentada à Universidade de Lisboa em 1992. A partir daquela tese foi publicado, em 1996, pelo Instituto Politécnico de Bragança, um resumo alargado intitulado: "Hidrogeologia de dois importantes aquíferos (Cova da Lua, Sabariz) do maciço polimetamórfico de Bragança".

Foi com base neste trabalho que se elaboraram as respostas a esta questão.

Segundo email, porque o meu computador não conseguiu abrir os emails, pedi-lhe outro, e vem a seguir a mesma coisa, "envio-te isto", e diz-me: analisa e diz-me onde é que eu faço juízo de valor sobre a tese de mestrado.....

----- Em lado nenhum.

----- Uma parte do estudo do Eng. Braga dos Santos onde diz: os aquíferos mais importantes conhecidos na zona foram feitos pelo Luís Filipe.... Foi com base neste trabalho que se elaboraram as respostas a esta questão. O Eng. Braga dos Santos utilizou o meu trabalho para responder a isto. E diz:" acresce que no trabalho referido são sempre referidos os valores dos recursos hídricos subterrâneos renováveis, não são nem podem ser confundidos com recursos hídricos subterrâneos disponíveis (o que o autor diz, em nosso entendimento, é que atravessam atualmente os aquíferos de Cova de Lua dois hectómetros cúbicos, que é um grande problema que tem a Câmara de Bragança, para responder), respetivamente, não se tendo encontrado qualquer outra quantificação.

----- O que eu digo é que em Cova de Lua estão dois metros cúbicos, digo e mantenho, o que esses dois metros cúbicos não significa que seja a água que pode ser explorada de Cova de Lua, que é diferente. É que há aqui um problema, os senhores Engenheiros Civis estão habituados a trabalhar

com água que veem à superfície, não estão habituados a trabalhar com água que está lá em baixo, e mete-se-lhe uma grande confusão quando se fala em números grandes e esse estudo veio-me dar razão. -

----- **Apresentou, em power point o seguinte:**

Acresce ainda que a ocorrência de águas com um valor médio dos teores de nitratos de 19 mg/l, com amostras com valores acima do VMR (25 mg/l), parece estar associada à utilização frequente, na região do aquífero, de adubos químicos e orgânicos.

Acresce que no trabalho referido são sempre referidos os valores de recursos hídricos subterrâneos renováveis, que não são nem podem ser confundidos com recursos hídricos subterrâneos disponíveis. O que o autor diz, em nosso entendimento, é que atravessam, anualmente, os aquíferos de Sabariz e Cova da Lua 0,6 hm³ e 2 hm³, respectivamente, não se tendo encontrado qualquer outra quantificação dos seus recursos.

b) Recarga do aquífero da Cova da Lua.

Este aquífero cujo nível freático está à superfície ou muito próximo dela (comprovada pela existência dos lameiros) é alimentado naturalmente, todos os anos, até ao máximo da sua capacidade de armazenamento e drenado pela linha de água que o atravessa. Uma recarga durante o estio (quando o aquífero está mais deprimido) depende da água disponível no curso de água (que também estará com o seu caudal mínimo) e que, existindo, naturalmente carregará o aquífero.

Refira-se ainda que no trabalho de LFP Fernandes é referido que "no rio Baceiro, verificou-se um aumento brusco da carga bacteriana no mês de Setembro (1991), chegando mesmo a ultrapassar o valor máximo permitido para o número total de germens e para os coliformes fecais". Isto é, a água não teria a qualidade necessária para ser usada na recarga do aquífero. O autor referido atribui este facto, entre outros factores, à "redução do caudal do rio, que obriga a que a água praticamente fique estagnada no açude."

Pelos motivos referidos, entendemos que as soluções baseadas na exploração destes dois aquíferos, não serão fiáveis, quer no que diz respeito à qualidade da água, quer à quantidade disponível, não garantindo a criação de um sistema de abastecimento de água, a nível do Concelho, para o horizonte temporal do projecto.

----- Temos aqui um trabalho do Luís Ribeiro, outro trabalho que foi encomendado à Câmara de Bragança, com o qual o Sr. Presidente da Câmara veio dizer que chumbava a minha tese. Vejam! Quantas vezes o Luís Ribeiro faz referência ao meu trabalho? São oito referências. E no trabalho do Luís Ribeiro eu tenho com ele só duas divergências onde ele faz o cálculo da água existente em Cova de Lua, ele utiliza um valor que foi buscar à bibliografia geral e eu utilizo um valor que calculei durante bum ano a medir todos os dias os parâmetros.....

----- **Apresentou, em power point o seguinte:**



ESTUDO HIDROGEOLÓGICO E CARACTERIZAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES
HÍDRICAS DAS FORMAÇÕES INDIFERENCIADAS DAS BACIAS DA COVA DA LUA
E SABARIZ DO MACIÇO ANTIGO DE BRAGANÇA

LUÍS RIBEIRO

(Engenheiro de Minas, Prof. Associada com Agregação)

JOÃO NASCIMENTO

(Engenheiro de Recursos Hídricos, Mestre em Georrecursos)

CENTRO DE GEOSISTEMAS
INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO

9.5.2011

1

----- Estão aqui as conclusões do trabalho, eu desafio-vos a vós, a ter o trabalho comigo, posso-o fornecer a quem quiser, e desafio o Sr. Presidente da Câmara, onde é que o Luís Ribeiro diz que este sistema não pode ser integrado, como ele diz, em qualquer sistema de abastecimento a Bragança? .

----- Não o diz! Nunca! Nem pode dizê-lo, porque ele sabe que isso é incorreto.....

----- A bibliografia do trabalho, vejam, duas referências minhas, depois tudo bibliografia geral sem qualquer interesse, também o Luís Ribeiro pegou no meu trabalho para executar....

----- Está aqui o parecer, e é este parecer que hoje está na Comissão de Acompanhamento, é o parecer final do LNEG (Laboratório Nacional de Energia e Geologia) em relação a esse processo, onde diz assim: “verifica-se que o estudo hidrogeológico em apreço segue uma metodologia desajustada para a obtenção da resposta às questões que surgiram em sede de impacto ambiental, nomeadamente, tal,tal.....

----- Pelas razões apresentadas considera-se que a avaliação dos recursos hídricos subterrâneos do aquífero de Cova de Lua e da bacia de Sabariz não foram satisfatoriamente atingidas com o estudo em apreço.

----- **Apresentou, em power point o seguinte:**.....

1 OBJECTIVOS

O objectivo geral deste estudo é a estimação das disponibilidades hídricas subterrâneas das áreas das bacias da Cova da Lua e de Sabariz do maciço antigo de Bragança.

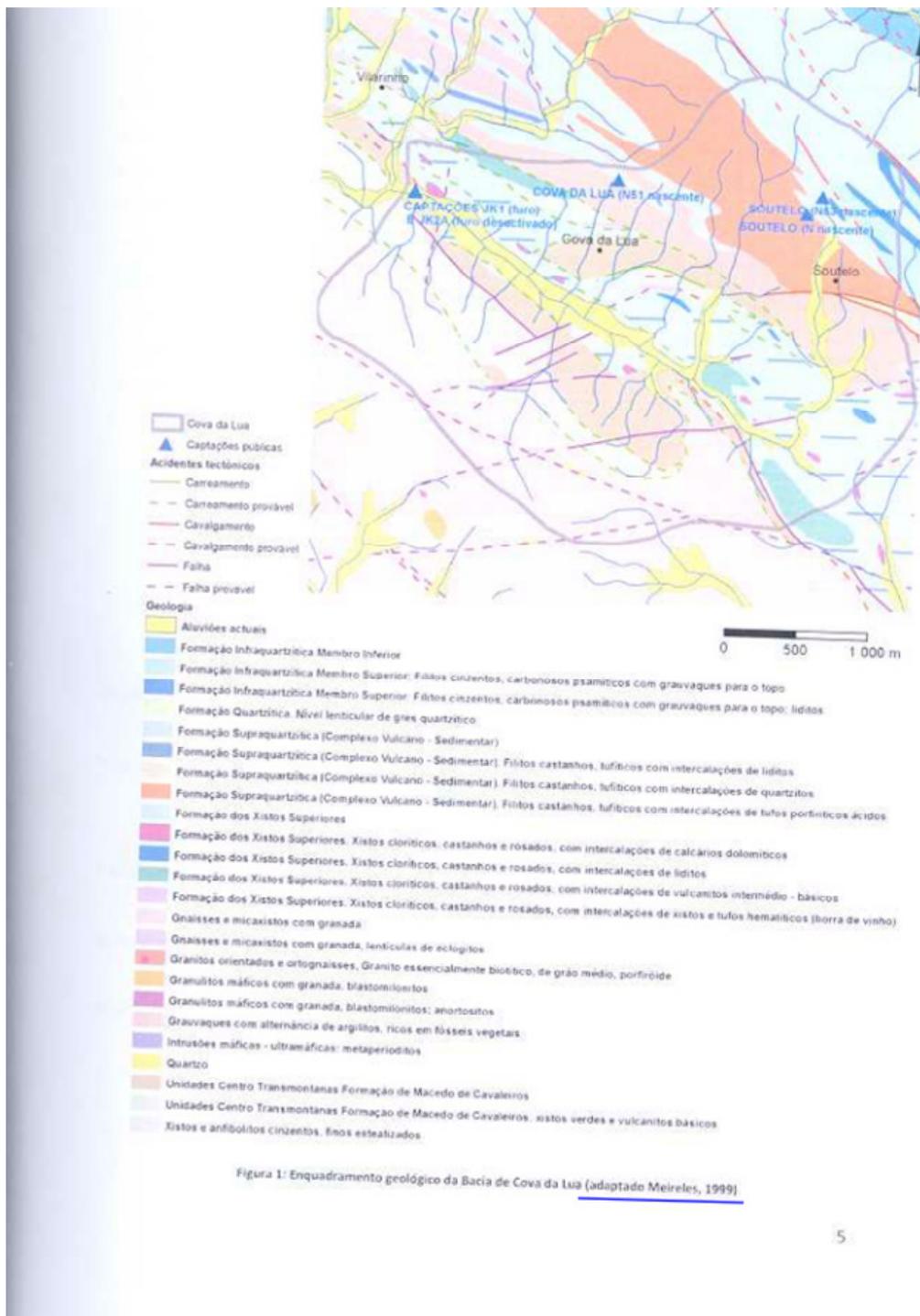
Os objectivos específicos são :

- a) A caracterização geológica e geomorfológica
- b) A caracterização hidrogeológica
- c) A estimação das taxas de recarga
- d) A caracterização da qualidade de água para fins de consumo humano.

2 ENQUADRAMENTO HIDROGEOLÓGICO DAS BACIAS DE COVA DA LUA E DE SABARIZ

Do ponto de vista hidrogeológico as bacias de Cova da Lua e de Sabariz inserem-se na Unidade Hidrogeológica designada de Maciço Antigo Indiferenciado. Esta unidade caracteriza-se essencialmente por sistemas fissurados resultantes da litologia predominante desta área, podendo ocorrer aquíferos porosos sustentados por depósitos recentes, como por exemplo aluviões ou coluviões, de onde se destaca pela sua produtividade o aquífero da Veiga de Chaves, cuja disponibilidade hídrica subterrânea é de 2,43 hm³/ano (Almeida et al, 2000)

Nos aquíferos fissurados a existência de descontinuidades geológicas é determinante para que ocorra circulação de água. Uma vez que a incerteza associada a este tipo de ocorrência é bastante elevada, existe uma forte heterogeneidade espacial das características hidráulicas neste tipo de aquífero dentro da mesma formação geológica. Poderá no entanto ocorrer um nível superior em que exista um comportamento intersticial, associado a espessuras consideráveis de alteração da rocha subjacente.



----- Sabem o que é que é isto aqui, meus amigos? É na Senhora da Hera, não é? Mas da Senhora da Hera aos furos são dois quilómetros, um quilómetro e meio. Isto aconteceu em noventa e dois. Sabem o que é que é isto? É o abatimento de uma estrutura cástica aqui para baixo.



Figura 2: Agrupamento das formações geológicas por comportamento hidrogeológico na bacia da Cova da Lua

Embora as intercalações calcárias ocorram em pequenos afloramentos a bordejar as aluviões da ribeira da Cova, elas desenvolvem-se em profundidade. Este facto é comprovado pelos perfis das sondagens JK1 e JK2A efectuadas para captação de água subterrânea para abastecimento público da C.M. de Bragança e pelas sondagens de prospecção geotécnica, levadas a cabo pela antiga Junta Autónoma de Estradas aquando da construção da E.N.308 (interpretadas por Fernandes, 1992).

3.4 CARACTERIZAÇÃO HIDROQUÍMICA E QUALIDADE DA ÁGUA

Não se conhece informação hidroquímica mais recente que a apresentada em Fernandes (1992). Neste trabalho foram feitas análises mensais em alguns pontos da bacia, incluindo na ribeira das Covas e na captação JK1, entre Janeiro e Setembro, desconhecendo-se o ano em que foram amostradas:

De acordo com as análises apresentadas pelo autor, conclui-se que as águas têm uma fácies bicarbonatada-cálcica, típica de rochas carbonatadas.

Do trabalho referido, com o intuito de se perceber a relação entre a ribeira e as intercalações de calcário, retém-se para o presente estudo a evolução dos iões cloreto e nitrato. O cloreto por ser conservativo e o nitrato por ter origem exclusivamente antrópica.

Desta análise realça-se a semelhança entre os valores de concentração de nitrato, assim como a sua evolução ao longo do período analisado, entre as amostras colhidas no rio e na captação JK1 (figuras 3 e 4). Da mesma forma, a concentração de cloreto apresenta a mesma variabilidade e concentração entre os dois pontos amostrados, à excepção do mês de Junho. Esta semelhança e rápida resposta da qualidade da água subterrânea à variação da qualidade de água superficial indicia uma forte relação hidroquímica entre a ribeira das Covas e as intercalações calcárias.

Saliente-se ainda os elevados valores de nitrato presentes nos vários pontos amostrados, tendo a amostragem de Janeiro indicado um valor perto dos 40 mg/L na captação JK1 e cerca de 30 mg/L na linha de água.

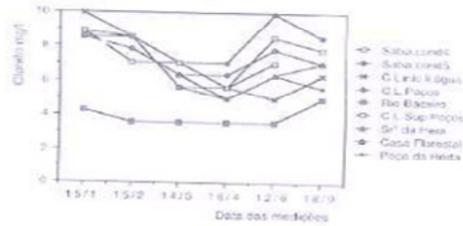


Figura 3: Concentração de Cloreto na bacia (Fernandes, 1992)
 ("C. Linic. L. Água" – linha de água, "C.L. Poços" – Captação JK1)

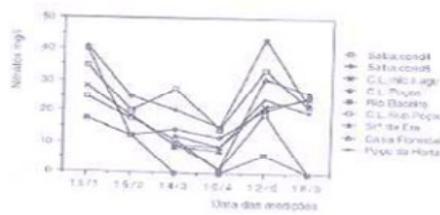


Figura 4: Concentração de Nitrato na bacia (Fernandes, 1992)
 ("C. Linic. L. Água" – linha de água, "C.L. Poços" – Captação JK1)

3.5 RELAÇÃO ENTRE A RIBEIRA DAS COVAS E AS INTERCALAÇÕES DE CALCÁRIO

A relação entre a ribeira e as intercalações de calcário é evidenciada pelo mesmo autor quando refere que aquando das primeiras chuvas se verifica que a totalidade da água do rio infiltra-se voltando a exsurgir a jusante:

"O nome da linha de água "Ribeira das Covas", provém exactamente da existência ao longo das tempos de abatimentos por toda o vale, os quais ainda hoje se verificam. Existem algumas zonas em que apesar de não se observarem sumidouros típicos, em épocas de alguma pluviosidade e quando se começa a verificar a escorrência superficial, a água subitamente deixa de correr e infiltra-se totalmente. Esta volta a aparecer um pouco mais abaixo, para novamente desaparecer uma centena de metros a jusante". (Fernandes, 1996 pág. 54)

O mesmo autor refere outra evidência que resulta da diminuição acentuada do caudal da ribeira após a entrada em funcionamento das captações JK1 e JK2A, chegando a alterar o regime de escoamento:

"Podemos considerar, contudo, a Ribeira das Covas como intermitente, já que existem diversas exsurgências que alimentam esta por grandes períodos. Esta situação era, no entanto, diferente antes de existirem as captações de abastecimento de água a Bragança, localizadas junto aos fornos de Vilarinho, onde, pelo menos, a partir daqui o curso era perene, ou seja, permanente." (Fernandes, 1996 Pág. 26)

Desta forma considera-se que a disponibilidade de água nas formações carbonatadas apresenta uma forte dependência da ribeira das Covas.

3.6 MODELO CONCEPTUAL

Considerando as características hidrogeológicas apresentadas e a sua disposição no terreno (Figura 2), assume-se para a bacia de Cova da Lua o seguinte modelo conceptual:

- o potencial das disponibilidades hídricas subterrâneas da bacia está relacionado com a existência de intercalações calcárias em formações xistosas e com o grau de fracturação das rochas metamórficas ígneas ou sedimentares;
- dadas as características das rochas contíguas às formações calcárias, considera-se que estas apresentam condições hidrogeológicas para armazenarem água subterrânea

- as intercalações de calcário, que serviram de base para a captação de água nos furos JK1 e JK2A, não têm uma área aflorante que lhes permita recarregar directamente pela precipitação, estando por isso dependentes da água que drenam das falhas e fracturas que atravessam e do caudal da ribeira, sendo este último o contributo mais importante - estes factos limitam o volume explorável anualmente;
- estas intercalações permitem a exploração de caudais elevados, no entanto, devido ao ponto anterior, não de uma forma sustentada;
- não se conhece com certeza a extensão das intercalações de calcário, no entanto, estudos geofísicos levam a crer que os afloramentos existentes à superfície possam estar em contacto em profundidade;
- a dimensão das aluviões não lhes permite o armazenamento anual de todo o potencial de recarga descrito no ponto anterior, não apresentando recursos comparáveis, por exemplo, ao aquífero da Veiga de Chaves;
- a recarga nas rochas fissuradas, representadas em cerca de 92% da área da bacia, deverá repartir-se por 1) drenagem pelas aluviões e pelas intercalações calcárias 2) contribuição para as linhas de água através de escoamento sub-superficial; 3) escoamento para as formações de áreas contíguas à bacia em estudo, uma vez que as principais falhas se desenvolvem para fora desta;
- a resiliência dos recursos hídricos subterrâneos associados a este tipo de formações fissuradas não permite 1) a extracção do mesmo volume de água durante todo o ano, e 2) um armazenamento inter-anual importante

Divergência

3.7 AVALIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES HÍDRICAS

Das formações existentes na bacia de Cova da Lua, sobressaem as formações carbonatadas e as formações fissuradas como as únicas com potencial de serem exploradas. No entanto, dadas as características hidrogeológicas das formações fissuradas, estas não apresentam condições de armazenamento para garantirem um volume constante.

Restam por isso as formações carbonatadas como potencial aquífero para o abastecimento público. Por essa razão, foram alvo neste estudo de uma avaliação da sua disponibilidade hídrica.

Nesta avaliação, procurou-se conhecer as dimensões das formações calcárias que influenciam a disponibilidade potencial na área da captação JK1. Esta informação teve por base os trabalhos de Fernandes (1992, 1996). Estimou a área destas formações com base no afloramento de

Uma vez que não se conhecem valores de porosidade eficaz dos calcários presentes na área em estudo, conhecendo-se os valores elevados de transmissividade, os elevados caudais explorados e a existência de grutas resultantes de carsificação (Fernandes, 1996), considerou-se que a porosidade eficaz destas formações equivaleria a formações calcárias carsificadas, atribuindo-se um valor máximo de 50%. (Hishcock, 2005).

**Profunda
divergência**

Considerando estes valores, calculou-se um valor de armazenamento máximo de 0.126hm^3 para as formações calcárias passíveis de exploração, resultado do produto do volume de rocha pela porosidade efectiva.

Sabendo-se que o regime de exploração anual deste aquífero passa pela extracção até esgotamento total do aquífero e que o volume extraído nos últimos 5 anos foi em média de 0.132hm^3 , poderemos concluir que aquele valor corresponderá a um valor aceitável para extracções anuais sem comprometer a sustentabilidade do recurso.

Como se verifica pela Figura 2 as rochas fissuradas são as que têm maior representatividade na bacia (cerca de 92% da área). Estas formações caracterizam-se pela fraca capacidade de infiltração, podendo em alguns casos excepcionais ocorrer condições para que esta apresente valores importantes do ponto de vista da recarga dos aquíferos. No entanto, neste tipo de formações é importante salientar a diferença entre recarga e disponibilidade efectiva para extracção. No caso da bacia da Cova da Lua, considerando um intervalo de taxa de recarga entre os 5 e 10%, típicos para este tipo de formações, poder-se-ia considerar um volume para recarga de 0.43 e $0.86\text{hm}^3/\text{ano}$, porém, apenas uma parte ínfima deste valor poderá ser captado, dado que a fracção principal deste volume alimenta as linhas de água por escoamento sub-superficial. Há ainda a considerar as trocas de água com as áreas contíguas à bacia, uma vez que o escoamento

**Profunda
Divergência**

5 CONCLUSÕES

As bacias de Cova da Lua e de Sabariz inserem-se na Unidade Hidrogeológica designada de Maciço Antigo Indiferenciado. Esta unidade caracteriza-se essencialmente por sistemas fissurados resultantes da litologia predominante desta área, podendo ocorrer aquíferos porosos sustentados por depósitos recentes, como por exemplo aluviões ou coluviões.

A recarga natural dos sistemas hidrogeológicos do Maciço Antigo é feita essencialmente a partir da infiltração directa da precipitação e através da influência de massas de água superficial, que se encontram em conexão hidráulica através de falhas e fracturas com os sistemas hidrogeológicos.

A maior parte da água que se infiltra vai contribuir para o escoamento sub-superficial, não constituindo por isso recarga efectiva das formações hidrogeológicas indiferenciadas que podem ser economicamente exploráveis.

Do ponto de vista hidrogeológico a bacia de Cova da Lua é constituída por depósitos aluvionares, rochas metamórficas, onde a circulação de água se dá essencialmente por fracturas e/ou descontinuidades e intercalações calcárias presentes nos xistos com características aquíferas importantes.

Os volumes de infiltração nas rochas fissuradas, que correspondem a 92 % da área da bacia, foram estimados entre 0.43 e 0.86 hm³/ano. Porém, apenas uma parte ínfima deste valor poderá ser captado, dado que a fracção principal deste volume alimenta as linhas de água por escoamento sub-superficial. Por outro lado a resiliência dos recursos hídricos subterrâneos associados a este tipo de formações fissuradas não permite a extracção do mesmo volume de água durante todo o ano, e um armazenamento inter-anual importante.

A dimensão das aluviões não lhes permite o armazenamento anual de todo o potencial de recarga não apresentando recursos comparáveis, por exemplo, ao aquífero da Veiga de Chaves localizado na mesma Unidade Hidrogeológica.

O maior potencial das disponibilidades hídricas subterrâneas da bacia está relacionado com a existência de intercalações calcárias em formações xistosas que constituem um aquífero com capacidade para armazenar água e onde foram executadas duas sondagens para captação de água para consumo humano.

O volume de água armazenado nessas formações carbonatadas foi estimado em 0.126 hm³ para uma porosidade efectiva de 50%.

Existe ademais uma forte dependência deste aquífero com a ribeira como comprova não só a semelhança entre os valores de concentração de nitrato e de cloreto observados na ribeira e na água captada no furo JK1, durante um determinado periodo de tempo, como a existência de sumidouros na área onde ocorre os carbonatos e da diminuição significativa observada do caudal da ribeira após a entrada em funcionamento das captações JK1 e JK2A.

Contração

Do ponto de vista hidrogeológico a bacia de Sabariz é composta por formações cristalinas e metamórficas, onde a circulação de água é efectuada essencialmente pelas fracturas do maciço e por aluviões. O funcionamento hidráulico dos aquíferos fissurados da bacia do Sabariz deverá ser semelhante ao comportamento das mesmas formações na bacia da Cova da Lua.

As rochas com maior representatividade são as do tipo fissurado correspondendo a 86% da área. A recarga poderá situar-se entre 0.11 e os 0.23 hm³ embora só uma ínfima parte possa ser explorado pelos motivos apresentados anteriormente.

A exploração de água subterrânea é realizada por galerias essencialmente no mês de Maio, em regime ininterrupto, com um volume de 0.0149hm³. Após este mês o caudal decresce para valores que não justificam a sua utilização.

Do ponto de vista qualitativo a água subterrânea captada em ambas as bacias apresentam valores de concentração de nitratos elevados, muito próximos do valor paramétrico legal (30 a 40 mg/L NO₃), o que pode inviabilizar o seu uso para consumo humano.

REFERÊNCIAS

- Fernandes, I. (1992) *Hidrogeologia de dois importantes Aquíferos (Sabariz/Cova de Lua) do Maciço Polimetamórfico de Bragança*. Dissertação apresentada à universidade de Lisboa para obtenção do grau de mestre. Lisboa.
- Fernandes, I. (1996) *Hidrogeologia de dois importantes aquíferos (Cova da Lua e Sabariz) do Maciço Polimetamórfico de Bragança*. Série Estudos. Instituto Politécnico de Bragança
- Almeida, C., Mendonça, J. J., Jesus, M. R., & Gomes, A. J. (2000). *Sistemas aquíferos de Portugal Continental*. Lisboa: Instituto da Água (INAG)
- FBO, HLC, DRENA, PROFABRIL, AGRIPRO AMBIENTE, 2001 - Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Minho – Relatório Final, Lisboa, INAG, 454 pp.
- Hiscock, K.M. (2005) *Hydrogeology: principles and practice*. Blackwell Publishing 385pp
- Meireles, C.; Santos, J. (1999) Carta Geológica de Portugal, na escala de 1:50 000 Folha 3 – D Espinhosela; E. Pereira e A. Ribeiro (coord.) LNEG

Estudo Hidrogeológico e caracterização das disponibilidades hídricas das formações indiferenciadas das bacias da Cova da Lua e Sabariz do Maciço Antigo de Bragança.

Parecer

Pretendia-se um estudo hidrogeológico que, partindo da informação existente (Fernandes 1992), procedesse a uma reavaliação das disponibilidades hídricas subterrâneas associadas às bacias de Cova da Lua e Sabariz, aprofundando aspectos como:

- Definição de características geométricas relevantes para o conhecimento do funcionamento hidráulico do aquífero da Cova da Lua, entre outros, a partir da reinterpretação/realização de ensaios de bombagem e recuperação;
- Reinterpretação de características quantitativas do armazenamento em aberturas cársicas e em fissuras do aquífero da Cova da Lua;
- Avaliação da relação hidráulica do aquífero da Cova da Lua com a Ribeira das Covas;
- Reinterpretação de características quantitativas do armazenamento em diferentes redes de fissuras da bacia de Sabariz, baseada na análise das curvas de esgotamento das captações (galerias de tipo mina);
- Avaliação do estado actual das captações existentes nas bacias anteriormente referidas, no sentido de interpretar a origem das reduções de produtividade;
- Por último, avaliar a possibilidade de implementação de um sistema de intensificação da recarga do aquífero da Cova da Lua e/ou da substituição das actuais captações em ambos os aquíferos.

Embora não sendo indispensável, esperava-se que as conclusões do estudo fossem suportadas, nos seus aspectos quantitativos, em modelos matemáticos de escoamento subterrâneo.

Verifica-se que o Estudo Hidrogeológico em apreço segue uma metodologia desajustada para a obtenção de respostas às questões surgidas em sede de AIA, nomeadamente:

1) Neste estudo refere-se frequentemente o trabalho coordenado pelo Prof. Costa Almeida (Almeida, *et al*, 2000) mas não foi considerada a informação específica relativa ao aquífero de Cova da Lua, retirado de Fernandes (1992), de onde se extrai o seguinte (pág. 21 do Vol. I):

Aquífero de Cova da Lua

O reservatório principal deste aquífero é constituído por blocos de natureza calcária, de idade silúrica, aparentemente descontínuos, como uma área de afloramento muito reduzida. No entanto, os recursos e a produtividade do sistema fazem supor que o volume total do reservatório deverá ser muito superior ao que se pode deduzir a partir da observação em superfície. É provável que exista um desenvolvimento significativo dos corpos calcários, ocultos sob outras formações, e, além disso, é possível que aqueles actuem como um dreno das outras litologias, que teriam uma função semelhante à de um aquífero (Fernandes, 1992).

...

2) Não foram realizados quaisquer novos ensaios ou reinterpretações de anteriores, nem foi estudada a relação hidráulica do aquífero com a ribeira das Covas, nem foi realizada a reinterpretação de características quantitativas do armazenamento em aberturas cársticas e em fissuras do aquífero da Cova da Lua, que fundamentem uma nova estimativa de recursos.

A simplificação geométrica apresentada, assumindo uma forma paralelepípedica das formações carbonatadas, como base para o cálculo do volume total de rochas carbonatadas, não se coaduna com um contexto geológico/estrutural complexo de rochas metamórficas afectadas por dobramentos hercínicos.

Assim, o cálculo da capacidade total de armazenamento das formações calcárias de 0,126 hm³, baseado na aplicação de uma porosidade eficaz de 50% ao volume de rochas anteriormente calculado, também suscita fundamentadas dúvidas.

Além disso, o volume de armazenamento associado às formações carbonatadas pouco tem a ver com o volume de recursos anuais disponíveis, uma vez que existindo ligação hidráulica, não só com a Ribeira mas também com as formações geológicas adjacentes, como é reconhecido neste estudo, haveria que considerar a recarga induzida inerente ao modelo conceptual considerado.

SABARIZ

4) Não foi feita a avaliação do estado actual das captações existentes nas bacias anteriormente referidas, no sentido de interpretar a origem das reduções de produtividade.

No aquífero da Cova da Lua, a tentativa de sustentação do valor calculado para o armazenamento máximo nas formações carbonatadas, com base num volume médio anual da extracção nas captações durante 5 anos, não tem em conta prováveis reduções de produtividade dos furos relacionadas com deficiências na exploração dos sistemas de captação.

5) No que respeita à qualidade da água, não são apresentados no estudo quaisquer parâmetros que comprometam a utilização destes recursos no abastecimento público.

Pelas razões apresentadas considera-se que a avaliação de recursos hídricos subterrâneos do aquífero da Cova da Lua e da bacia de Sabariz não foi satisfatoriamente atingida com o estudo em apreço.

Alfragide, 6 de Junho de 2011

(Augusto Teixeira Marques da Costa)- Hidrogeólogo



Vejam onde é que está o nível isostático aqui! Á superfície! Ou seja, todo este lameiro está inundado de água, passamos lá e ninguém a vê. Porquê? Porque está em subterrâneo, mas ela está lá.....

----- Eu queria aqui dizer, e para terminar, o seguinte: Este assunto nasceu aqui e eu gostava que morresse aqui. Se o Sr. Presidente da Câmara se entender que as suas declarações foram proferidas

com uma situação em que pretendia atingir-me mas atingiu segundos e terceiros, e se hoje ele aqui nos demonstrar que efetivamente foi longe de mais nessas declarações, o assunto pode morrer aqui, mas se o Sr. Presidente da Câmara continuar a insistir nas declarações que proferiu, então este assunto terá que ser deslindado noutras instâncias, com outros intervenientes, porque me atingiu, mas atingiu segundos e terceiros.....

----- Para terminar, existe uma carta na Mesa que foi dirigida ao Presidente da Mesa e eu gostaria que fosse lida para todo o Plenário ter conhecimento dessa carta, de uma pessoa que não estava cá, que não tem nada a ver com isto, mas que se sentiu profundamente ofendido em relação a esta situação. Eu gostava que a Mesa lesse essa carta.....

----- **Presidente da Mesa** – Eu não quis cortar o raciocínio, mas sugeria que da próxima vez estas intervenções sejam cuidadas antecipadamente para ver.....

----- -

----- **Presidente da Mesa** – Sim, o PS tinha quinze minutos e a verdade é que foi avisado um minuto antes dos quinze minutos e a verdade é que gastou vinte e um. Há aqui uma falha da Mesa, mas eu avisei-o várias vezes, não sei se temos que tomar atitudes mais drásticas neste sentido de impor aqui, de facto, uma regra de trabalho.

----- Eu vou ler a carta, que me foi pedido pelo Senhor Deputado, e depois concedo a palavra ao Dr. Amândio.

----- Então vou ler:

----- “Tendo tomado conhecimento das declarações proferidas pelo Sr. Presidente da Câmara, na Assembleia Municipal, em 30 de setembro de 2011, as quais considero ofensivas da minha ética profissional e do bom nome da Instituição que servi durante cerca de quarenta anos - a Universidade de Lisboa - sinto-me na obrigação de clarificar a situação, demonstrando a insustentabilidade e a incorreção das suas afirmações.....

----- Começo por apresentar a minha declaração de interesses: sou Professor Catedrático da Faculdade de Ciências de Lisboa, especialista em Hidrogeologia. Fui o Orientador - Científico da tese de Mestrado do Doutor Luis Filipe Fernandes . Sou o Professor referido, pelo Hidrogeólogo Senior, nos documentos que elaborou, aos quais V. Ex.ª teve acesso.

----- Na sua intervenção afirma: " Porque é que foi retomada esta questão de Cova de Lua e levou novamente o estudo a ser reprovado? Trata-se de um erro cometido numa tese de Mestrado, apresentada pelo Dr. Luis Filipe,.....que teve que ser contrariada, nesta fase ainda, por um estudo, por um Hidrogeólogo,..".

----- O Sr. Presidente ao fazer esta afirmação, comete um erro grosseiro, e entra em contradição com o que afirma logo de seguida, " que mesmo assim não foi considerada essa avaliação por parte desse Hidrogeólogo ", pois nunca foi posto em causa o conteúdo da tese.

----- O Hidrogeólogo referido é o Sr. Eng.º Joaquim Braga dos Santos que, em todos os documentos que elaborou, nunca põe em causa o conteúdo da tese de Mestrado, como o próprio fez questão de me referir.....

----- Mas o Sr. Presidente na sua intervenção, refere ainda que como o Hidrogeólogo não se pronunciava (no sentido do seu desejo) achou necessário recorrer a mais um estudo (pago pelo erário publico) e vai mais longe afirmando ".. no entanto teve que se recorrer, de seguida, à contratação do Centro de Geosistemas do Instituto Superior Técnico ".

----- Este estudo, realizado pelo Sr. Professor Luis Ribeiro e pelo Mestre João Nascimento, cujo conteúdo vi com toda a atenção, mas que não comento, também nunca põe em causa a tese de Mestrado do Doutor Luís Filipe (antes pelo contrário, a ela recorre bastantes vezes - 6 citações -).....

----- Assim, pela sua gravidade, não são admissíveis, nem desculpáveis as afirmações com que, V. Ex.ª, termina a sua intervenção : " Esta tese de Mestrado seria chumbada, de forma inequívoca, por um Hidrogeólogo sénior, foi o que teve que acontecer através de um Centro de Estudos do Laboratório de Engenharia Civil. "

----- Significa isto que ainda houve mais um estudo do LNEC? ou trata-se apenas de um erro de identificação da Instituição envolvida??

----- Consideramos profundamente lamentável o ocorrido e não admitimos que o Sr. Presidente da Câmara, por razões que não conhecemos, possa proferir tais afirmações que ofendem a dignidade e o bom nome das pessoas e Instituições envolvidas.....

----- Ora, as suas afirmações em Assembleia Municipal e a justificação dos vários estudos efetuados pretendem pôr o ónus da não aprovação do Estudo de Impacto Ambiental na tese do Dr. Luís Filipe o que não faz qualquer sentido.....

----- De resto, eu também defendo que a resolução plena do problema do abastecimento de água ao concelho de Bragança implica necessariamente a construção da Barragem de Veiguinhas o que em nada tem que ver com o conteúdo científico da referida tese que, é bom lembrar, foi elaborada, em 1992, com o objetivo claro e bem preciso de conhecer o modelo e as características hidrogeológicas dos sistemas aquíferos de Sabariz e Cova de Lua.....

----- Tenho uma ligação a Bragança de cerca de quatro décadas e sei, como especialista em Recursos Hídricos, que a solução do abastecimento ao concelho passa pela execução do

aproveitamento de Veiguiñas. Mas porque este tipo de afirmações, que não são verdadeiras, atingem a minha ética profissional e o rigor praticado nas provas académicas na minha Universidade, quero deixar expresso de forma clara e, inequívoca o meu repúdio por tais afirmações e espero que o Sr. Presidente da Câmara não deixe de tirar as suas ilações tomando, como lhe compete, uma atitude de desagravo do meu bom nome e da Instituição que servi.....

----- Lisboa, 12 de dezembro de 2011

a) Manuel Oliveira da Silva

(Professor Catedrático de Hidrogeologia).....

----- É o documento que me pediu para ler, que, de resto, foi remetido para os líderes dos grupos parlamentares, têm já uma cópia deste documento.....

----- Terminou a sua intervenção, julgo que havia um pedido de esclarecimento por parte do Dr. Amândio Gomes, à intervenção do Sr. Deputado Luís Filipe Fernandes. Tem a palavra o Dr. Amândio Gomes.

----- **Amândio Gomes** – Raramente eu faço perguntas ingénuas, mas devo dizer-lhe que não combinei nada com o Sr. Presidente da Câmara, na medida em que eu fiz a pergunta na convicção de que queria saber o que se passava acerca da aprovação da construção da Barragem de Veiguiñas, porque havia várias versões a correr aí pela Imprensa local, de maneira que por causa disso eu fiz a pergunta que entendi dever fazer ao Sr. Presidente da Câmara.

----- No entanto devo dizer-lhe que em mil novecentos e oitenta eu estava na Câmara e o Sr. Engenheiro José Luís Gomes Pinheiro informou naquela altura porque eu lhe propus o aproveitamento da água de Cova de Lua, com o qual na altura ele não concordou, e que me foi dito que tinham feito nos furos que lá existiam já há muitos anos, que tinham sido lá colocadas duas bombas, na altura, para deitar aquela água fora, e que ao fim de sete, oito dias, já não havia lá água. Por isso eu queria perguntar ao Sr. Engenheiro em que é que se baseia para afirmar que lá estão dois milhões de metros cúbicos, que é uma quantidade muito semelhante à da Barragem da Serra Serrada.

-----

----- **Presidente da Mesa** – Quer responder? Para resposta, Luis Filipe Fernandes.

----- **Luís Fernandes** – Ó! Sr. Dr., eu como não sou Engenheiro, sou Dr., Licenciado em Geologia, aqui é que está o “basílio” da questão e a confusão toda, é que já na altura do Sr. José Luís Pinheiro já os furos tinham vinte e tal anos, ou seja, não deitavam água fora, mas sabe porquê? Porque os

furos estão colmatados, desde que foram feitos nunca mais ninguém olhou para aqueles furos, nunca mais ninguém fez manutenção daqueles furos e o que é que estava a acontecer? À medida que os anos iam passando a Câmara vai subindo a bomba. Porquê? Porque os furos ficam colmatados, ganham sujidade e vão subindo a bomba para cima e por isso é que não tira água.....

----- **Luís Fernandes** – Não! não! O que vai diminuindo é a capacidade de extração do furo, que é diferente, o furo fica sujo, e nunca ninguém o limpou.....

----- Agora os dois milhões de metros cúbicos que falámos, estamos a falar de recursos renováveis, ou seja, existem lá dois milhões de metros cúbicos, agora, a água que é possível extrair, é diferente! Não é isso, nem coisa que se pareça, muito menos, e na minha tese nunca eu referi que a água a extrair é “x”, porquê? Porque nunca tive financiamento, nem tive recursos para fazer esses estudos. Agora, que eu garanto que naquela bacia existem esses metros cúbicos, isso garanto. Agora, retirá-los, isso é diferente, retirá-los é muito menor, por isso é que eu nunca defendi, nem defendo, que Bragança tem ali uma solução.....

----- **Luís Fernandes** – Não! Mas isso não está em questão, essa questão veio toda para baralhar, para confundir isto tudo, pelas Águas de Trás-os-Montes e pela Câmara de Bragança! Está a perceber?

----- **Presidente da Mesa** – Está feito o esclarecimento. Vamos avançar para a inscrição seguinte, quero só lembrar aos presentes que os pedidos de esclarecimento podem surgir logo após a intervenção do Deputado que fez a intervenção anterior, sendo que o tempo disposto é de um minuto Regimental.....

----- Vamos passar, agora, a palavra ao Sr. Deputado do PSD, Eduardo Malhão, para a sua intervenção.

----- **Eduardo Malhão** – Sr. Presidente da Mesa, Sr.ª Secretária, Sr. Secretário, Sr. Presidente do Executivo, Srs. Vereadores, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sras. Presidentes de Junta, Srs. Presidentes de Junta, minhas senhoras e meus senhores.....

----- Depois deste momento pouco afirmativo e de algum lavar de roupa suja, gostaria de deixar aqui um momento de afirmação das nossas instituições, porque, de facto, nem só de pão vive o homem, porque, de facto, esta Assembleia tem também o desidrato de estimular a sociedade civil e puxar para cima, pelas nossas instituições. A vida da nossa comunidade não se encerra só pelas atividades da Câmara, como nós bem sabemos, são atividades importantes, é o motor fundamental

do desenvolvimento local, mas há, para além disso, um conjunto de instituições que têm muita atividade, muita dinâmica e que têm muito mérito no dia a dia e no desenvolvimento do nosso Concelho. Há muitas IPSS's, muitos concidadãos nossos que exercem a sua missão em função do voluntariado, de uma forma altruísta, que é preciso também, da nossa parte, estimulá-los e promovermos a cidadania e o seu bom desempenho. Gostaria, assim, de dedicar aqui, como disse, alguma atenção à valorização daquelas atividades que são atividades imateriais, mas atividades bastante importantes na perspetiva cultural e económica da Cidade, promovendo assim uma cultura de mérito e seguindo aqui um pouco do princípio da “cenoura e do pau”, ou seja, reconhecer o mérito a quem o tem, sublinhar aqueles momentos em que as instituições também não estão tão bem como deviam estar e como é sua responsabilidade.....

----- Daria então, assim, o primeiro lugar nesse pódio de mérito e neste período que antecedeu esta Assembleia, precisamente à “Fundação Mensageiro de Bragança” pela recente edição e publicação de um livro de banda desenhada sobre a vida e obra de um insígnio bragançano, historiador, etnógrafo, concretamente “Abade de Baçal”, apresentada precisamente na sua Terra Natal, num espaço simbólico, bastante importante, um evento simples mas bem organizado que valorizou, de forma positiva, o acervo literário e cultural do nosso Concelho. Parabéns aos responsáveis pela “Fundação Mensageiro de Bragança”.....

----- O segundo lugar deste pódio de mérito e dessa cultura que eu falava, da “cultura da cenoura”, vai também para a ACISB (Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Bragança) pelo formato desenhado na última edição do evento “Bragança é moda” e também pela escolha do lugar, numa perfeita interação e simbiose entre as expressões culturais e artísticas, escolhendo muito bem o local e havendo, como disse, uma cooperação fundamental a esse nível, sem grandes desperdícios e sem grandes gastos, permitiu que as pessoas visitassem o centro emblemático da nossa cidade, permitiu também que a prata de casa pudesse brilhar, criar novos públicos e fomentar, como eu disse, a auto estima e a cidadania dos Brigantinos.....

----- Daria depois o terceiro lugar do pódio para o Centro Social dos Santos Mártires, pela organização de uma ação de sensibilização para a problemática das barreiras arquitetónicas; promoveu no âmbito das comemorações que aconteceram recentemente, o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, sem dúvida um bom momento também de afirmação e de valorização de concidadãos, nem sempre tão bem tratados.

----- E referia aqui também que esta é uma boa oportunidade para a Câmara de Bragança refletir sobre a questão das barreiras arquitetónicas, assumindo até algum pioneirismo e tomando algumas

medidas de diferenciação positiva ao nível da criação de cordões de mobilidade para as pessoas com deficiência.

----- No sentido oposto e com o devido respeito para o Partido Socialista, atribuo aqui o pau preciosamente ao Partido Socialista pela fraca sensibilidade em matéria ambiental e até paisagística, em termos de paisagem urbana. Recordo que passados seis meses das últimas eleições legislativas ainda mantêm a exibição do cartaz do filme “ Adeus José Sócrates “, seis meses depois da sua saída de cena, não procedendo, como é sua responsabilidade, à remoção do outdoor, contribuindo para a poluição ambiental e não como lhe compete no Partido Político.

----- Também um sinal menos positivo para a Câmara Municipal de Bragança por, de facto, manter há muito tempo, um poste de iluminação na Praça da Sé, sem ser substituído, que aquela é a nossa principal sala de visitas, e, se calhar, até se justificava tirar o poste da dispensa ou da cozinha e colocá-lo na sala de visitas. Há muito tempo que o poste permanece ali, há muitos cidadãos que me têm manifestado também essa reclamação e é também o nosso papel ser aqui porta voz das preocupações e dos anseios dos nossos concidadãos.

----- Também na mesma linha do que eu disse em relação ao Partido Socialista, a Câmara Municipal de Bragança mantêm o outdoor da promoção da Norçaça, passados dois meses de ela ter decorrido, também deve ser célere na sua remoção e também dando exemplo em termos ambientais.

----- Termino com uma palavra de simpatia para a Freguesia de Alfaião, uma Freguesia que eu bem conheço, uma Freguesia que também me tem chegado algumas inquietações e de algumas perturbações de moradores da Freguesia por causa de este processo de Reorganização das freguesias. Alfaião, como sabem, é uma Freguesia, e não é muito grande em termos de população, mas é uma Freguesia com uma dinâmica muito própria, com umas excelentes atividades, ainda agora foi beneficiada com mais uma acessibilidade relativamente à A4, uma Freguesia que está dotada de todos os principais equipamentos, tem um poder local reivindicativo, atento às preocupações, tem uma população muito laboriosa, que eu conheço bem, aliás muitos dos meus negócios os trabalhadores são de Alfaião, tem também uma comunidade de imigrantes muito ativa, muito ligada à terra e ao País, com transferência de importantes divisas para o País, e, de facto, percebo que neste momento de alguma agitação e de alguma perturbação estejam preocupados com o futuro da Freguesia.

----- É importante que estas freguesias, que tendo as suas dinâmicas próprias, tendo sido qualificadas por um grande esforço no poder local, que agora tenham como prémio precisamente

esta desclassificação. Não me parece bem, aliás já manifestei aqui algumas reticências em relação a este processo, é um processo que está a surgir de cima para baixo, havia de ter sido discutido primeiramente nas bases e não tem sido. Por isso deixo aqui uma palavra de solidariedade e de compreensão para a Freguesia de Alfaião e os meus cumprimentos de solidariedade para o Sr. Presidente da Junta de Alfaião. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Concedemos agora a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Parada.

----- **Norberto Costa** – Boa tarde, Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara e Srs. Vereadores, Srs. Deputados, Comunicação Social, digníssimo Público e amigos camaradas Presidentes de Junta.

----- Eu digo-vos, estou um bocado não sei como, porque hoje era um dia para termos uma Assembleia alegre, estamos na quadra natalícia, mas parece-me que foi das piores que eu tenho assistido. A quadra natalícia fala de amor, nascimento, qualquer um de nós que nos nasce um filho, um neto, ficamos felizes, contentes, e é isso que hoje devíamos estar aqui também contentes e felizes.

----- Pagar-nos o almoço, isso não é importante, porque já vos vou a dizer, porque não há muito tempo, a minha senha de presença, como nos anos anteriores, tem sido a favor da APADI, este ano continua igualmente. Portanto aquilo que não recebo não me faz falta nenhuma.

----- Estamos todos, aqui, com medo à crise.

----- Dizem: “Olha! A mim cortaram-me quinhentos euros no vencimento”; “a mim cortaram-me trezentos”. Ainda bem que recebeis muito mais, ainda bem, porque no tempo dos meus pais queriam comprar um litro de petróleo, tinham que vender um alqueire de cereal para o ire comprar! E eu aprendi muito, porque eu tinha seis anos e era obrigado a ir à missa às sete e meia da manhã, e então aprendi que o Presidente da Junta da minha aldeia fazia a reunião para os Conselhos e eu pequenito lá no meio dos outros a ouvir “ Senhores, o Bairro tal, quarta ou quinta-feira, ou sexta, há um Conselho”, vai o bairro tal, o bairro tal. Ao toque do sino todos se apresentam. Infelizmente hoje os sinos estão enferrujados, ninguém toca os sinos, eu digo-vos, já fiz obra com o povo, fiz um Conselho para caminhos, éramos cerca de vinte e dois tratoristas, a quinhentos euros, como se previa, a cada trator, fezei-lhe as contas, quanto não era!

----- Em Paredes fez-se o arranjo do Cemitério, foi o povo que o fez. Portanto não podemos estar à espera de esmolas. Porque a CEE nos enganou, deu-nos três, tira-nos sete, temos que o pagar, eu sei que nós os portugueses somos compreensivos, somos trabalhadores para conseguir pagar essa

divida. Eu não tenho medo à fome! As nossas aldeias são muito ricas, antigamente, vocês sabem, que a maior parte é das aldeias, vocês sabem bem que era a aldeia que enchia a cidade, enchia o mercado, portanto é dar luz verde, as aldeias produzem muito, eu vou pelos meus terrenos e olho para eles, eles ficam a rir-se para mim, mas paço por outros, ficam tristes a olhar para mim. Trabalhai-o! Trabalhai-o! Não podemos ter vergonha, eu já fui pastor, já fui tudo, e durante o ano, naquela altura, sabem quantos meses eu dormia em casa? Cinco! O resto era no campo! É por isso que eu apanhei amor ao campo e gosto do campo, e estou-vos aqui a transmitir, não tenhais medo à crise, antigamente havia mais crise do que há hoje.

----- Também quero agradecer aqui à Mesa, ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, ao longo destes dois anos e tal, como tem conseguido dirigir esta Mesa. Também quero agradecer ao Sr. Presidente da Câmara, não é pelo muito que nos dá, que a mim terá me dado tanto como vos dá a vós, mas é da maneira como nos tem sempre a porta aberta e nos recebe com um sorriso, com um cumprimento, isso é muito importante. E ele me ensinou, aquilo que fizesse que o fizesse bem feito, e é isso que eu estou a fazer e já fizemos muita obra em Parada, em Paredes.

----- Quero agradecer também aos Srs. Deputados a maneira como enfrentam os problemas, e à Comunicação Social também como apresenta os problemas que aqui são apresentados.

----- Quero agradecer também aos Presidentes de Junta, porque há muita gente que diz que os Presidentes de Junta não pedem, as pessoas da aldeia dizem – “os Presidentes não pedem nada, nós temos tudo feito” - é mentira, se o Sr. Presidente da Câmara se fintasse em nós, o Orçamento da Câmara ia todo para as aldeias, isto é uma verdade, se se fintasse em nós, o que nós pedimos, então a cidade não tinha nada.

----- Como estamos na quadra natalícia temos que ter fé, os Senhores sabem bem qual foi a arma destes seis pescadores que há vinte dias estiveram três dias e duas noites no alto mar, qual foi a arma deles? Foi esta, e é a fé que nos há de salvar, e nós portugueses temos que ter fé.

----- Também vos quero dizer que Parada, dia vinte e seis, tem a Feira do Artesanato, quero convidar toda a gente, os espetáculos têm uma data mas nós tivemos que mudar porque a Câmara às segundas-feiras tem reunião de Câmara e então será a missa, temos as inaugurações das obras que fizemos a partir das dez até às dez e meia, às dez e meia é a missa, até meio dia e meio, a partir daí há comida para toda a gente, por isso eu convido todo o pessoal da Câmara, Mesa da AM, Presidente de Junta, Deputados, Público, Comunicação Social, há comida, há comida, quem paga sou eu, quem paga sou eu, é o povo de Parada que paga, eu sou Mordomo, o Dr. Rocha é Mordomo, portanto não tenham medo à fome, não tenham medo à fome, porque em Parada há comida para

toda a gente. E a feira abre dia 26 portanto vamos fazer a abertura da feira às 15:30h por culpa da reunião de Câmara e depois daí parte o carro do Santo Estêvão com os Mordomos, como de costume, se a Câmara pudesse alterar esse dia, eu acho que quando os homens querem, faz-se tudo, porque já dizia o João Paulo Segundo – “homens! sede homens!”, e temos que ser homens, é isso que nos manda a doutrina e foi as leis que eu aprendi, que minha mãe me ensinou: respeita, não roubes, não tenhas ódio a ninguém e ajuda a levantar aquele que cai, por vezes não é preciso dinheiro, bonda as palavras de conforto.

----- Também queria aqui falar na Cruz Vermelha porque eu já o ano passado e não assino declarações a ninguém, e o ano passado houve três que receberam e que não precisam, não precisam porque eu sei que não precisam, porque eu trouxe destes do Cabaz do Natal a limpar uma mata onde ganhavam cinquenta euros, e seguro, e carro e chegou ao meio e abandonaram, portanto não precisam! Essas pessoas não precisam! E este ano a Cruz Vermelha já foi lá e depois nem perguntam ao Presidente da Junta! Procuram ao povo - quem é fulano, quem é fulano - o povo fica revoltado, porque dizem: Então tem boa saúde, eu que não ganho para os medicamentos e a Cruz Vermelha está a pedir para quem? Há instituições que precisam, eu sou contra isso.

----- Pronto não vos estou a maçar mais, convidado toda a gente, está tudo convidado, se a Câmara nos puder apoiar mais um bocadinho porque nós, a despesa é muito grande, porque a Feira do Artesanato começou com 17 diques, hoje já vai com 25, portanto tem vindo a crescer, muito obrigado e Boas Festas, um Santo Natal para todos e muita saúde.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente da Junta.

----- Tem a palavra, agora, o Sr. Deputado Amândio Gomes, do PSD.

----- **Presidente da Mesa** - Prescinda? Então tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Morais, do PSD. --

----- **Aníbal Morais** – Mais uma vez, boa tarde, renovo os cumprimentos à Exma. Mesa, Sr. Presidente, agradecer também ao Sr. Presidente a possibilidade de fazer a minha intervenção, que já estava desde de manhã à espera e não era para intervir neste ponto, mas sim no PAOD.

----- Ora bem, isto só para vos dar uma nota do que tem sido os trabalhos da Comissão face ao Documento Verde da Reforma da Administração Local.

----- Assim sendo no passado dia doze de dezembro a Comissão de Administração Autárquica Segurança e Cooperação, reuniu com o propósito de analisar a iniciativa realizada no dia 18 de

novembro de 2011, e planificar futuras diligencias com vista à discussão do tema “Documento Verde - Reforma da Administração local”.

----- Assim no que respeita à análise feita à iniciativa, discussão pública do Documento Verde da Reforma da Administração Local, a Comissão considerou que a iniciativa tem uma adesão bastante satisfatória, serviu para reforçar a importância deste tema, incentivou e promoveu a discussão e o debate. No que respeita a futuras iniciativas, a Comissão, por unanimidade, e ao abrigo do art. 52.º, ponto nº4, do regimento da AM, entendeu convocar todos os Presidentes Junta do Concelho de forma a poder auscultar as suas opiniões face ao assunto em questão. Entendeu também convocar o Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Bragança, bem como os restantes elementos do Executivo. A audição será agendada para o início de janeiro em data a determinar.

----- Por último, a Comissão decidiu apresentar à digníssima Mesa uma proposta com vista à marcação de uma reunião extraordinária da AM, tendo por ponto único a discussão do referido “Documento Verde da Reforma da Administração Local”, proposta que eu passo a ler de seguida.

“Proposta

(Documento Verde – Reforma da Administração Local)

Considerando que:

- a)** A reforma da Administração Local é um assunto de extrema importância que irá afetar todos os cidadãos de forma direta ou indireta;.....
- b)** Estamos num período de discussão pública, debate e análise, na qual deverão ser produzidos e apresentados documentos orientadores e de opinião.

A Assembleia Municipal de Bragança, reunida em Sessão Ordinária, no dia 16 de novembro de 2011, vem ao abrigo do disposto no art. 65.º, n.º1, b) do Regimento da Assembleia Municipal, propor à Excelentíssima Mesa:.....

1. A convocação de uma reunião extraordinária para o final de janeiro de 2012 tendo como ponto único a discussão do Documento Verde – Reforma da Administração Local.....

Os Membros da Comissão de Administração Local, Segurança e Cooperação:.....

- a)** Anibal de Jesus Raimundo Morais, Luís Vale, Raquel Grande Tomé, José Brinquete, Paulo Hermenegildo de Castro João, José João Martins Lourenço e Vítor Prada Pereira”.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.
----- Srs. Deputados, pedidos de esclarecimentos sobre esta proposta entregue na Mesa?
----- Pedidos de intervenção?
----- Vamos votar.

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM DOIS VOTOS CONTRA, NOVE ABSTENÇÕES E SESENTA E CINCO VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SETENTA E SEIS MEMBROS PRESENTES.**

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto?
----- Uma declaração de voto. Sr. Deputado Bruno Veloso, tem a palavra para a sua declaração de voto. --

----- **Bruno Veloso** – Naturalmente o Grupo Municipal do PS não podia votar de outra forma que não fosse a favor, inclusive na sequência da nossa proposta apresentada de manhã e que foi chumbada. Queríamos apenas salientar, de facto, um ponto e o porquê da nossa proposta de manhã, de ir ouvir as pessoas e de ouvir as Juntas de Freguesias e quem nos acusou, durante a manhã, de termos estado, de alguma forma, a subjugar os Presidentes de Junta, era exatamente uma coisa que não queríamos e parecia-nos mais democrático ir exatamente às Juntas de Freguesia, falar com eles, do que os chamar cá para serem ouvidos, mas de qualquer forma estamos abertos e queremos efetivamente que esta discussão seja profícua e que os interesses das populações sejam salvaguardados.

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Estão terminadas as intervenções inscritas, julgo que não nos esquecemos de ninguém.....

----- Sr. Presidente, quer fazer uma intervenção? Tem tempo, Sr. Presidente, tem 11 minutos.

----- **Presidente da Câmara** – Muito obrigado, Sr. Presidente. De forma breve, relativamente ao dia Nacional do Exército, a Câmara Municipal não pagou nenhuma viagem, alojamento, a autoridades civis ou militares, ou aos seus familiares. O apoio da Câmara Municipal restringiu-se a algum apoio logístico, exemplo: espaços privados, de âmbito privado, para exposições, conferências, ou espaço público para logística da operação e um almoço restrito a autoridades com a presença do Sr. Ministro da Defesa.

----- Achamos que o evento dignificou Bragança, terra que mantém cidadãos em alguns lugares de destaque nos três ramos das Forças Armadas, e com uma tradição militar inquestionável.

----- A gestão do Município tem sido concretizada com rigor e prudência e por isso a situação financeira do Município é relativamente boa, com a mais baixa dívida dos últimos 14 anos, por isso bem diferente do que se passa no País.

----- Outra nota que queria dar, tem a ver com uma intervenção do Deputado José Brinquete. José Brinquete! Peço desculpa, de facto há uma resposta que não está ainda concretizada. Confirmei para os serviços e, apesar de há cerca de duas semanas ter visto o parecer do Gabinete Jurídico da Câmara, ter considerado não dever ser enviado o parecer jurídico ao interessado, mas sim uma resposta mais compreensível, o que pensei ter já ocorrido.

----- Relativamente à questão das obras entre troço da Estrada Nacional 206 entre Martim e Melhe, essas obras estiveram calendarizadas para este ano, o Município tem insistido bastante, quer relativamente à estrada EN 217, troço do Penacal, quer relativamente a esta estrada, a última resposta que nos chegou, já de onze de Novembro, que distribuímos às Juntas de Freguesia da área, com interesse directo, dizem-nos –“ Informamos que o troço em epígrafe se encontra em condições de entrar em obras mas por motivos orçamentais do conhecimento dos Portugueses o início da beneficiação foi reprogramada para o ano de 2012”

----- Relativamente ao arquivo existente na Fundação Afonso Henriques desconhecemos, o edifício foi comprado há vários anos (durante a década de oitenta), pela Câmara Municipal.

----- Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Luís Filipe, eu disse que todos os processos de contratação de estudos são da responsabilidade da ATMAD. Relativamente à questão colocada, de forma directa, nada mais tenho a acrescentar ao que foi respondido pelo ofício nº 9270 de 28 de Outubro de 2011, dirigido ao Sr. Presidente da AM, sobre a matéria em causa, com o qual pretendemos encerrar o processo, salientando que interessa, acima de tudo e a todos, um envolvimento positivo no sentido da resolução de um problema que é estrutural, do abastecimento de água ao Concelho, que beneficia todos os cidadãos e que esta solução seja resolvida com empenho de todos.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente.....

----- Vamos então entrar no ponto seguinte,

4.2 -DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:

4.2.1 – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2012 – ORÇAMENTO; PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS; PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL E MAPA DE PESSOAL; ...

.....Seguidamente se transcrevem **as duas propostas** da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

“ I – CERTIDÃO (Primeira)

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e oito de novembro do ano de dois mil e onze, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, Jorge Manuel Nogueiro Gomes, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, José Leonel Branco Afonso e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2012 – ORÇAMENTO; PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS; PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL E MAPA DE PESSOAL

Pelo Sr. Presidente e em cumprimento da alínea c) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e para efeitos do disposto nos artigos 4.º e 5.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, foram presentes as propostas dos documentos acima referidos, para aprovação, tendo concretizado com a seguinte apresentação:

APRESENTAÇÃO

Elaborámos o orçamento para o ano de 2012 num contexto de graves problemas orçamentais e económicos no País, situação que se prolonga no tempo e se estende à zona Euro, com sinais de elevada incerteza. Portugal passa por um dos períodos mais difíceis da sua História recente, com um programa de ajustamentos e reformas estruturais no sentido da consolidação orçamental que inclui a reorganização e redimensionamento do Estado e transformação estrutural na economia, com o desígnio de encontrar um caminho de prosperidade para o País, com melhor administração, melhor justiça, mais equidade, menores desigualdades, maior coesão social e territorial.

Neste contexto, os municípios sofrem com a redução na arrecadação de receitas próprias e nas transferências devidas por parte da Administração Central e com a maior exigência dos cidadãos face às dificuldades crescentes na quebra de rendimentos das famílias resultante do aumento dos impostos e do aumento do desemprego.

Os municípios portugueses no seu conjunto, apesar de muitas dificuldades, estão a contribuir positivamente para o esforço de consolidação das contas públicas, esforço dificultado pelo não cumprimento da Lei das Finanças Locais, pelo desajustamento entre o que são as atribuições e competências dos municípios e pela não consideração do que é a diferença de realidades dos

municípios do interior e os do litoral, situação que se agrava desde o ano de 2007, em particular nos municípios do interior.

O Memorando de Entendimento subscrito pela Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional, impõe nas transferências para as autarquias, uma redução de 25 % em três anos, feita a comparação com a previsão para o Orçamento de Estado para 2010 e 32% no mesmo período, se feita a comparação com o previsto na Lei das Finanças Locais. Por efeitos resultantes dos PEC e acordo com a TROIKA, ocorreu uma redução de transferências 2.05 milhões de euros comparando com o previsto no OE para o ano de 2010.

A recessão económica prevista para 2012 em 2,8% do PIB, com valores de desemprego previstos acima dos 13%, acentua os problemas nos municípios do interior, muito dependentes das transferências devidas e provenientes de impostos nacionais (IRS, IRC, IVA), com a agravante da redução nos impostos diretos, redução que no 1.º semestre de 2011 se situava nos 11% para o conjunto dos municípios.

Desde o ano de 2005 que, em cada ano, o Orçamento de Estado é pior para os municípios, com redução progressiva da autonomia do Poder Local, e de asfixia financeira, que condiciona o acesso aos Fundos Comunitários necessários para ajudar a economia local. A partir do ano de 2007, as transferências da Administração Central para os municípios têm em termos relativos menos expressão, face ao aumento dos impostos nacionais, significando que o Governo Central gasta mais, reparte menos com os municípios, enquanto aumentam as competências e atribuições dos municípios, asfixiando-os financeiramente. Cita-se como um dos muitos exemplos, o transporte escolar em que o Município de Bragança gasta acima de 600 000€ e só 20% são financiados pela Administração Central.

O Município de Bragança, tem vindo desde o início declarado da crise, ano de 2008, a isentar, reduzir ou não aumentar as taxas e tarifas do município, salientando-se: isenção de aplicação de Derrama, imposto local autárquico sobre o lucro tributável das empresas, até ao limite máximo de 1,5%; no âmbito do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, o Executivo Municipal, tem vindo a adotar uma política de redução progressiva das taxas de cálculo do imposto quer para os prédios urbanos não avaliados (redução de 14,3%), quer para os imóveis urbanos avaliados (redução de 8,75%); também no âmbito da revisão/atualização do zonamento, foram revistos em baixa os coeficientes de localização e que resultou no abaixamento do valor patrimonial dos imóveis (edifícios e terrenos) e assim do valor do imposto de IMI e de IMT; não aumento de um modo geral das taxas e tarifas.

Já do lado da despesa, somos confrontados com o aumento do IVA, com particular incidência nos combustíveis e energia e que só para estas componentes de custo representam 500 000€ de agravamento nas compras, valor que sobe visto, o município adquirir muitos outros produtos em que o IVA aumentou, sendo o IVA um custo não dedutível. Somos confrontados com muitas outras despesas obrigatórias cujo custo tem aumentado, e por isso o exercício de equilíbrio está a ser feito com muita contenção e redução noutras despesas, de modo a manter o equilíbrio nas finanças do município. Em resumo temos, mais despesa pela via do aumento dos impostos, das crescentes necessidades sociais, menos receitas transferidas pela administração central e menos receitas próprias, resultado da recessão económica e do menor orçamento disponível das famílias.

Assim, é claro que estando o orçamento do município, cada vez mais condicionado pela grave situação económico-financeira do País, nos obrigamos a continuar com uma boa gestão de otimização dos recursos, minimização do desperdício e elevada seletividade no investimento, concentrando recursos em projetos elegíveis a Fundos Comunitários.

O Orçamento da receita, no valor de 41,45 milhões de euros apresenta um crescimento de 10,58% (3,9 milhões €) relativamente a 2010, crescimento proveniente do aumento do financiamento comunitário que representa 26,63% da receita global e 51% da totalidade do investimento previsto, salientando que no PPI se prevê um valor de investimento superior em 5,06 milhões de euros relativamente a 2010.

No Orçamento da despesa corrente regista-se uma diminuição de 2,85%, apesar dos aumentos elevados nos custos, designadamente do aumento do IVA e de a despesa ter sido orçamentada por valores que consideramos muito próximos do concretizável, o que dá conta do forte exercício de redução que foi necessário concretizar. No sentido de assegurar alguma folga para fazer face a eventual diferença entre o que é o valor calculado pelas regras de previsão e a arrecadação em cenário de elevada recessão e incerteza, durante a fase de concretização do Orçamento, poderá ser adotada uma regra de “cativação” de 5% das dotações a todos os Serviços, nas rubricas relacionadas com aquisição de bens e serviços e no investimento não cofinanciado por fundos comunitários.

Prevemos a elaboração de ajustamentos nos tarifários, no sentido de serem tomadas decisões de melhoria da relação entre a receita e a despesa, relativas aos serviços de tratamento de saneamento (56,25%); de limpeza urbana, recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos (58,81%); do serviço de transportes urbanos (16,03%); serão revistas orientações relacionadas com a utilização do cartão de munícipe, garantindo que a todas as famílias em situação de carência

económica, no sentido definido nos regulamentos municipais, beneficiarão de redução ou isenção no acesso a serviços prestados pelo município e que o desconto de 20% sobre a fatura de água, saneamento e limpeza urbana continuarão a ser aplicados para as famílias de menores rendimentos e famílias numerosas.

Será promovido ajustamento ao nível do arrendamento social, considerando que desde a construção dos bairros sociais (1978 e 1982) não foram realizadas atualizações, ocorrendo que nesta data algumas famílias pagam valor excessivo para o seu nível de rendimento e outras um valor muito baixo face ao rendimento do agregado familiar, existindo casos de rendas de 2,00€, quando o mínimo é de 4,85€, sendo a renda mensal média atual por fogo de 20,05€. Impõe-se, por razões de justiça social, proceder a ajustamentos ainda que progressivos.

Quanto à dívida do município, a previsão da dívida de Médio Longo Prazo é de 8,174 milhões de euros, registando-se uma diminuição de 14,23% face ao previsto em 2011, período homólogo. Em termos de dívida global registava-se a 30 de setembro, uma diminuição de 12,55% relativamente a igual período de 2010. Quanto aos limites de endividamento, o município mantém uma folga considerável de 59,21% no endividamento de Médio Longo Prazo e de 81,02% em termos de endividamento líquido.

Para melhor sustentar o elevado investimento previsto, está em curso o processo de contração de financiamento de 2,734 milhões de euros, no âmbito de Empréstimo Quadro negociado pelo Governo, designado de QREN EQ feito pelo Banco Europeu de Investimento para financiamento de operações cofinanciadas pelo FEDER e FC, a aplicar se contratado durante os anos de 2012 e 2013, sendo que as amortizações de empréstimos de MLP a efetuar durante idêntico período, são de valor idêntico o que significa que o município deverá no final de 2013, estar com um nível de endividamento baixo, ou seja com valores próximo do atual.

Quanto ao património do município, o ativo fixo no ano de 2011 cresceu, prevendo-se um incremento superior durante o ano de 2012 face ao investimento previsto. Já quanto às participações detidas pelo município em outras entidades, é de prever uma redução, considerando que durante o ano de 2012 deverá ser alienada a participação na empresa Município E.M., S.A., extinta a empresa Mercado Municipal de Bragança E.E.M. e a empresa, Terra Fria Carnes Lda.

O mapa de pessoal prevê 375 trabalhadores nas diferentes relações jurídicas de emprego público, enquanto no ano de 2011 previa 388 trabalhadores. Em situação de pedido de aposentação voluntária/antecipada e de pedidos de aposentação por incapacidade estão 17 trabalhadores. No ano de 2011 foi aprovada uma reorganização dos serviços, considerando o projeto de construção e

requalificação urbana das instalações da sede do município, ainda não totalmente implementada, sendo previsível que durante o ano de 2012 nova reorganização parcial, ao nível das chefias face às orientações constantes da proposta de OE para 2012.

Aos trabalhadores do município continuaremos a assegurar o Serviço de Segurança Higiene e Saúde no Trabalho (de reconhecida utilidade), a necessária formação profissional conforme as necessidades de evolução no serviço e muito ligadas ao processo de modernização administrativa em curso, que pretendemos esteja consolidado até final do primeiro semestre de 2013, ano de conclusão prevista para a ocupação das novas e requalificadas instalações municipais.

As Juntas de Freguesia, com o apoio constante da Câmara Municipal realizaram uma obra extensa que marca um período de grande investimento e de elevada melhoria da qualidade de vida e bem estar das populações, investimentos e iniciativas que a população valoriza e que dão às nossas aldeias uma boa imagem de organização, de coesão de responsabilidade social e ambiental. O trabalho feito, numa relação de grande proximidade com os cidadãos tem resultado num bom aproveitamento dos escassos recursos, de um modo geral sem desperdício, atitude agora ainda mais exigente dada a incerteza do tempo presente e próximo.

A verba diretamente afeta a transferências para as freguesias, superior à do ano de 2011 apesar da redução de transferências para o município e previsível redução de receitas próprias, face à elevada recessão económica, está orientada para investimentos ainda considerados como prioritários em algumas freguesias e para pequenos investimentos, se necessários, sendo sempre utilizados em complemento de recursos das próprias freguesias.

Para o movimento associativo, estão previstos alguns apoios, seja para investimento, para atividades ou funcionamento, tendo sido feita uma redução de 29,2%, valor com algum significado, considerando que no ano de 2010 já havia sido concretizada uma redução e que no valor orçamentado estão incluídas transferências para investimento a realizar na concretização do Parque de Ciência e Tecnologia. Apesar disso, será mantida uma atenção especial às Instituições Particulares de Solidariedade Social e Associações de Bombeiros Voluntários, instituições de reconhecido e necessário apoio à comunidade e à missão de Proteção Civil Municipal.

Na elaboração do orçamento iniciou-se, este ano, um processo limitado de abertura à comunidade em geral, no sentido de obter a participação na definição de prioridades de investimento relativamente a um conjunto de pequenos projetos, processo experimental, que poderá evoluir com a experiência de participação dos cidadãos e melhor enquadramento institucional, dessa dimensão de cidadania nas opções de gestão. Um processo de orçamento

participativo adquire maior relevância quando os recursos são escassos, processo que deverá ser compatível com as opções políticas democraticamente legitimadas, e que pode, se devidamente compreendido, aproximar mais a gestão dos anseios dos cidadãos.

Após a apresentação dos documentos, o Sr. Presidente solicitou aos Srs. Vereadores que se pronunciassem sobre os mesmos, tendo-se procedido à votação dos documentos previsionais para o ano de 2012 – Orçamento; Plano Plurianual de Investimentos; Plano de Atividades Municipal e Mapa de Pessoal.

Os documentos foram aprovados, com quatro votos a favor, dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Maria de Fátima Gomes Fernandes e Hernâni Dinis Venâncio Dias, dois votos contra dos Srs. Vereadores, Jorge Manuel Nogueiro Gomes e José Leonel Branco Afonso e uma abstenção, do Sr. Vereador, Humberto Francisco da Rocha.

Pelos Srs. Vereadores foram apresentadas as seguintes Declarações de Voto:

Srs. Vereadores, Jorge Gomes e Leonel Afonso

É de todos conhecida a conjuntura económico-financeira e política em que se encontra a Europa de uma forma geral e o país em particular. Historicamente, dificuldades no país tendem a repercutir-se de forma mais vincada no nordeste transmontano e, mais concretamente, no concelho de Bragança.

Nesse sentido, de uma forma preliminar, deve enquadrar-se o orçamento para 2012 com estes contornos conjunturais, conferindo-lhe as indispensáveis especificidades de encaixe e amortecimento dos constrangimentos referidos, concomitantemente com uma componente que induza, antecipe e potencie a agilidade e a flexibilidade necessárias a uma ulterior etapa de expectável e desejável crescimento económico.

Por outro lado, em momentos desta natureza, a solidariedade não pode ser uma palavra vã, sendo que dever-se-á traduzir em atos e ser substantiva em sede de dotação orçamental. Apenas assim se concretizará um eficaz e eficiente apoio aos mais desfavorecidos e aos mais vulneráveis às vicissitudes conjunturais.

O reforço em termos absolutos e relativos das rubricas de índole social demonstraria atenção, sensibilidade acrescida e coerência com o discurso próximo passado, face ao também expectável acréscimo de dificuldades e constrangimentos, em oposição ao incompreensível reforço orçamental de rubricas direcionadas para ações que, na nossa ótica, não são conjunturalmente prioritárias, mas antes coerentes com políticas de concretização de equipamentos e estruturas que

se revelaram agónicas, em alguns casos incapazes de induzir mais-valia e de relançar e consolidar a atividade económica.

Registamos também a preocupante falta de pragmatismo patente no orçamento 2012, por ausência de incorporação de conduta de severa acuidade, inscrevendo ações com elevado grau de incerteza quanto à sua concretização, designadamente no que concerne a perspectivas de encaixe financeiro.

Assinalamos a falta de indução de fatores de crescimento económico e de fatores anticíclicos na economia concelhia, que contrariam o fio condutor das políticas emanadas pelo atual governo do país, postura recriminada por diversas vezes avalizadas e oriundas de todos os setores do leque político português. Por outro lado enveredar, apenas, em 2012 pelo início do processo de concretização de uma Área de Localização Empresarial (ALE) é demasiadamente tardio.

Assinalamos, ainda, a premência de auxiliar e de agilizar a atividade dos privados na criação de estruturas empresariais capazes de absorver a elevada capacidade técnica da massa crítica emanada das instituições de ensino superior da região.

Por considerar que os documentos que suportam o Orçamento Municipal, o Plano Plurianual de Investimentos e o Plano de Atividades corporizam e materializam projetos em cuja conceção não participamos e não nos revemos e, por outro lado, não sustentam preocupações e linhas de força que consideramos fulcrais para o desenvolvimento, afirmação e projeção do concelho, por ausência de:

- Reforço e implementação de políticas sociais e de solidariedade;
- Pragmatismo e de visão proactiva no desenho e na consecução de políticas de crescimento e de afirmação sustentáveis para o concelho;
- Promoção de infraestruturas que assegurem a fixação e a empregabilidade de quadros técnicos e de outra mão de obra qualificada, nos diferentes setores de atividade;
- Intervenções de revitalização do centro urbano como forma de consolidar e reestruturar o centro cívico e a identidade da cidade;
- Melhoramento das condições de mobilidade para peões e veículos e de promoção da segurança, em diversos pontos críticos, designadamente, através de redimensionamento e intervenção nas vias;

Votamos contra o Orçamento apresentado, visto que o documento é, por referência aos pressupostos supracitados, exíguo e pouco ambicioso, respondendo apenas a questões com mais de

dez anos de existência, sendo que algumas respostas são já consequência de intervenções erradas da responsabilidade da maioria que, atualmente, governa a Câmara Municipal.

Sr. Vereador, Humberto Rocha

O meu sentimento em relação a este Plano e Orçamento é de frustração já que mais uma vez se assiste a um adiar de obras consecutivamente previstas neste e em anteriores planos, por motivos de obras megalómanas que não tem contribuído na proporção dos seus custos para a resolução dos problemas das populações que deviam servir, tanto a nível do meio rural, como da Sede do Concelho.

A título de exemplo cito o seguinte projeto: Reconversão Urbanística da Zona do Forte de São João de Deus, Remodelação dos Edifícios da Sede do Município”, (sem pôr minimamente em causa a qualidade do projeto) e a necessidade de alguma intervenção nesta zona, que inevitavelmente irá provocar a canalização de recursos fundamentais para a execução de várias obras que referi na declaração de voto que fiz na apreciação do Plano e Orçamento de 2011 e que peço que seja transcrita na íntegra na ata relativa a esta reunião, uma vez que as preocupações que então manifestei são hoje tão atuais, como eram há um ano atrás.

Efetivamente, e no caso concreto do projeto atrás referido, entendo, dada a situação de grave crise económica que atravessamos que a Câmara Municipal deveria repensar os timings da sua execução não só pela absorção de recursos fundamentais para a execução de outras obras, mas também pelo facto de o setor privado, parte ativa neste investimento estar neste momento a atravessar enormes dificuldades.

Mais uma vez, à semelhança do ano anterior e porque os motivos se repetem, o sentido do meu voto é de abstenção. Quero no entanto deixar bem claro que a não se executarem as obras que especifiquei na declaração de voto referente ao ano de 2011 e cuja execução tem sido sistematicamente adiada pelo Sr. Presidente e pelos Srs. Vereadores que compõem a maioria deste executivo, não obstante terem sido suas bandeiras em sucessivas campanhas eleitorais, denunciaremos no momento oportuno tal facto.

Transcrição da declaração de voto do Sr. Vereador, Humberto Rocha na Reunião desta Câmara Municipal realizada em 22/11/2010, de apreciação do Orçamento; Plano Plurianual de Investimentos; Plano de Atividades Municipal para o ano de 2011.

Da leitura atenta que fiz do Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos, ressaltam as seguintes ideias:

1 – São documentos globalmente pobres, numa altura de crise grave que atravessamos e em que o município devia aparecer como pólo dinamizador do Concelho;

2 – A par dos reflexos que as severas medidas de austeridade acionadas pelo governo central provocam nas receitas da Autarquia verifica-se também a cativação de parte muito significativa dos restantes recursos financeiros, para satisfação de compromissos correntes de obras anteriormente executadas, muitas delas em períodos de campanhas eleitorais, cujos benefícios para a população em geral, ainda hoje se me afiguram muito duvidosos;

3 – Não fosse o facto de nesses documentos, escasso de iniciativas e ideias novas e positivas para o Município, aparecerem algumas (poucas) exceções de obras que eu considero estritamente necessárias para o Concelho:

Projeto 8 de 2010; Projeto 79 de 2002 e Projetos 21 e 24 de 2010, do PPI para 2011, esses documentos mereceriam da minha parte um rotundo “não”.

No entanto e pelo referido no ponto anterior abstenho-me da sua votação, manifestando votos de que no próximo ano o Executivo apresente um Plano e Orçamento mais ricos em termos de iniciativa estruturante e dinamizadores do desenvolvimento local.

Espero também que algumas obras referidas nestes documentos e que tem transitado sucessivamente de ano para ano, tenham concretização em 2011, já que a não ser assim, a sua inscrição sucessiva no PPI e Orçamento mais parecem, por parte do Executivo um aliciante ao eleitorado para o momento de exercício de voto.

Sr. Vice-Presidente, Rui Caseiro

Voto favoravelmente os documentos que suportam o Orçamento; Plano Plurianual de Investimentos; Plano de Atividades Municipal e Mapa de Pessoal para o ano de 2012, por considerar que os mesmos traduzem uma política de desenvolvimento sustentado do concelho, contemplando a execução de um conjunto de investimentos e apoios financeiros necessários à melhoria da qualidade de vida e bem-estar dos nossos concidadãos.

Face à situação económica e financeira que o país vive, os documentos apresentados pelo Sr. Presidente, espelham uma gestão de rigor, transparente e realista, atuando, com determinação, a nível do controle das despesas, procurando maximizar a aplicação de verbas comunitárias em investimentos fundamentais para o desenvolvimento do concelho.

Sra. Vereadora, Fátima Fernandes

Voto favoravelmente os documentos previsionais para o ano de 2012, pelas razões expostas no texto da apresentação. Tendo em conta as dificuldades económicas que o país

atravessa; o decréscimo acentuado nas transferências da Administração Central e na receita municipal; o acréscimo de despesa, nomeadamente em áreas como a Educação e Ação Social, este documento apresenta-se como o orçamento adequado à atual conjuntura.

Reflete o trabalho que tem desenvolvido ao longo dos últimos anos com uma boa gestão de otimização dos recursos, a minimização do desperdício e elevada seletividade no investimento. É apresentado de forma realista, rigorosa e transparente, traduzindo a continuidade dos objetivos estratégicos de investimento, sem descuidar a preocupação dada às questões de índole social, nomeadamente nos apoios às famílias carenciadas no âmbito da ação social escolar e, também, no apoio à melhoria das condições habitacionais.

Sr. Vereador, Hernâni Dias

Tendo em conta que o documento que apresenta o Orçamento e Plano de Atividades para 2012 é muito explícito e a justificação do Senhor Presidente não deixa dúvidas na apresentação do caminho seguro para que Bragança possa ter um futuro melhor, apresento apenas algumas ideias que me levam a, de forma particular, justificar o meu voto favorável.

Numa altura de grandes dificuldades económicas, com graves consequências para os orçamentos das famílias, das empresas e das instituições públicas, fruto do acordo com a Troika, subscrito pelo anterior governo de Portugal, o Município de Bragança veio a perder receitas significativas provenientes do Orçamento de Estado, superiores a dois milhões de euros, comparativamente com os valores do ano de 2010. Esta situação agrava-se devido ao aumento do IVA que vai ter reflexos diretos no aumento da despesa, fruto da incidência do imposto sobre produtos de grande consumo no município.

No entanto, apesar do momento de grave crise económica e do corte de verbas para as autarquias, a Câmara Municipal fez uma avaliação séria das necessidades de maneira a ganhar eficiência e a concentrar esforços naquilo que é realmente fundamental para Bragança, bem evidente nos bons projetos que se pretende levar a cabo, fruto da grande capacidade do município na captação de receitas provenientes de fundos comunitários para a concretização de obras estruturantes, dos quais destaco a EcoPolis - reconversão urbanística do Forte São João de Deus, o recinto de valorização de raças autóctones, o espaço para instalação definitiva da feira e a ampliação da zona industrial das cantarias, que contribuirá para um futuro com crescimento económico e que ajudará à criação de postos de trabalho. Saliento, também, o grande esforço do município para continuar a apoiar o desenvolvimento do meio rural através da realização de obras que ajudem ao

bem estar dos cidadãos, não descurando a vertente social, com relevantes investimentos nesta área, nomeadamente ao nível da habitação, na ajuda aos mais desfavorecidos.

É evidente que a CMB tem um projeto de futuro para o concelho de Bragança, com a apresentação de ideias coesas e coordenadas que constituem um rumo sério e coerente para a Bragança do futuro.

Mais foi deliberado, por unanimidade, submeter as propostas dos documentos, para aprovação da Assembleia Municipal, para efeitos das alíneas b) e o) do n.º 2 do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e do disposto nos artigos 4.º e 5.º da Lei n.º 12- A/2008, de 27 de fevereiro, e em conformidade com o previsto na alínea a) do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro .”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 29 de novembro de 2011.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”

II - ANEXO 1 - Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal/ 2012

“I – CERTIDÃO (Segunda)

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia 12 de dezembro do ano de dois mil e onze, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, Jorge Manuel Nogueiro Gomes, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, José Leonel Branco Afonso e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“CORREÇÃO DE DOIS PROJETOS INSCRITOS NO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO PARA O ANO DE 2012

Pelo Sr. Presidente foi dado conhecimento que na elaboração dos documentos previsionais para o ano de 2012, não foram devidamente inscritos no PPI, dois projetos, respetivamente, o projeto n.º 1/2011 – “ECOPOLIS- RECONVERSÃO URBANÍSTICA DO FORTE S. JOÃO DE DEUS- CENTRO

DE REFERÊNCIA EM CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL (EDIFÍCIOS MUNICIPAIS) ”, sendo da responsabilidade desta Autarquia, 42% da despesa do referido projeto e não 20%, conforme constava no documento inicial; e, o projeto n.º 12/2010 – “EXECUÇÃO DE REDES E INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO BÁSICO NAS SEGUINTE ALDEIAS: LAGOMAR, TERROSO, GONDESENDE, FRIEIRA, VILA BOA, PARÂMIO, FREIXEDA, QUINTAS DE MONTESINHO E OUTRAS”, com a inscrição de previsão de despesa no montante de 300.000,00€ para o ano de 2013, a qual não constava no documento aprovado na anterior Reunião desta Câmara Municipal realizada no dia 28 de novembro de 2011.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de correção dos dois projetos inscritos no PPI de 2012 e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, para efeitos das alíneas b) do n.º 2 do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e em conformidade com o previsto na alínea a) do n.º 6, do artigo 64.º, do referido diploma.

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 12 de dezembro de 2011.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”

II - ANEXO 2 : Páginas 1 e 7 do Plano Plurianual de Investimentos

----- **Presidente da Mesa** - Sr. Presidente da Câmara, julgo que terá intenção de apresentar o documento, aos Srs. Deputados, passaremos depois aos pedidos de esclarecimento e intervenções.

----- **Presidente da Câmara – Apresentou, por escrito, o seguinte:**.....

----- “A apresentação da proposta das “Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa do Pessoal “ e o seu enquadramento no contexto das restrições económico-financeiras resultantes da recessão económica, do ajustamento estrutural no sentido da consolidação das contas públicas e da reforma da Administração Pública e consequente redução das receitas próprias e das transferências para o município por parte da Administração Central, consta da certidão de aprovação pela Câmara Municipal e do texto de apresentação da proposta.
Na elaboração da proposta adoptamos quatro grandes orientações estruturantes que se referem: ...

- a) redução da despesa corrente no sentido de “encaixar” o aumento dos custos na actividade corrente do município em consequência do aumento dos impostos nacionais e simultaneamente garantir redução global efectiva na despesa;
 - b) concentração do investimento em projectos elegíveis a fundos comunitários, de modo a maximizar o investimento, beneficiando da disponibilidade adicional proveniente da baixa taxa de execução nacional, podendo o município beneficiar face à sua autonomia de recursos próprios, correspondentes à componente nacional do investimento;
 - c) proteger as finanças do município, perante a grave situação financeira e de recessão económica do País, continuando com um baixo endividamento global e consequentemente com elevadas folgas no endividamento de médio e longo prazo e no endividamento líquido;
 - d) assegurar condições para no âmbito das exigências e competências sociais do município garantir respostas sociais compatíveis. “
- De seguida procede-se à apresentação dos elementos essenciais da proposta do Plano e Orçamento.

MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

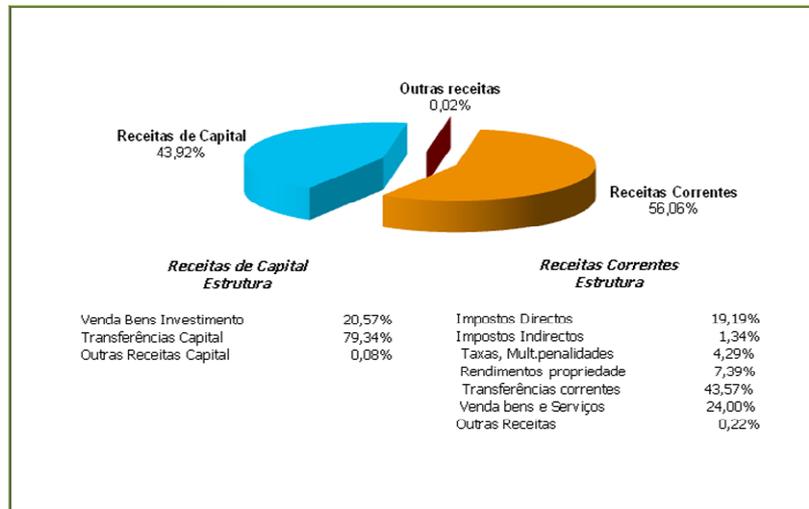


Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal | 2012

----- Temos uma receita de Capital que representa 43.92%, receitas correntes 56.06%, outras receitas sem expressão, está indicada a desagregação por cada uma, ... conforme a estrutura da receita.



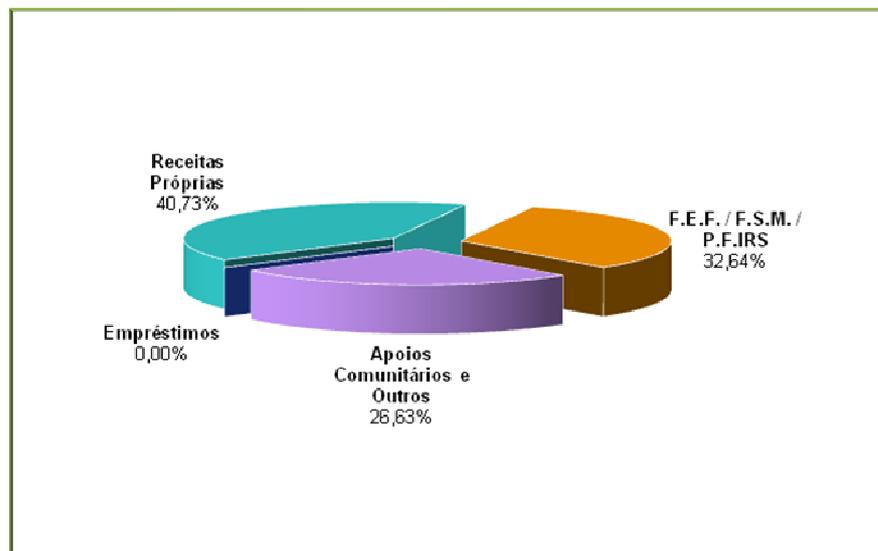
Composição do Orçamento da Receita



----- As receitas próprias representam 40.73%, apoios comunitários 26.63% da totalidade do orçamento e as transferências da Administração Central descem para 32.64%.



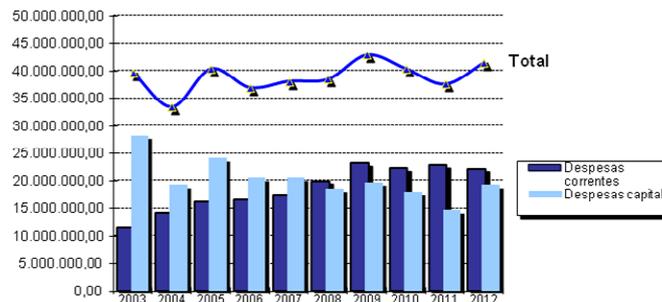
Estrutura do Orçamento de Receita por fontes de financiamento



----- A indicação da relação entre a despesa corrente e despesa de capital, salientando a caixa do lado direito, que a média de despesa corrente dos Municípios a nível Nacional de acordo com dados de trinta do setembro, da Direcção Geral do Orçamento, é de 71.80% e enquanto no Município de

Bragança é ainda de 53.65%, significa que estamos ainda com quase 20% em termos de investimento acima daquilo que é média dos Municípios a nível Nacional.

Evolução da estrutura da despesa (2002 a 2011)



Município de Bragança
Previsão 2012

- Despesas Correntes :53,65%
- Despesas Capital: 46,35%

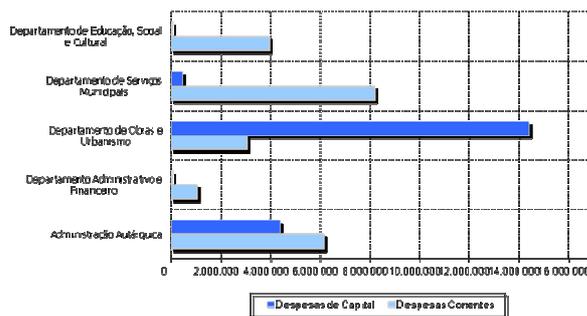
Média de 306 Municípios
Em 30/09/2011

- Despesas Correntes :71,80%
- Despesas Capital: 28,20%

* Fonte: Síntese da Execução Orçamental de Nov. –
Direcção-Geral do Orçamento

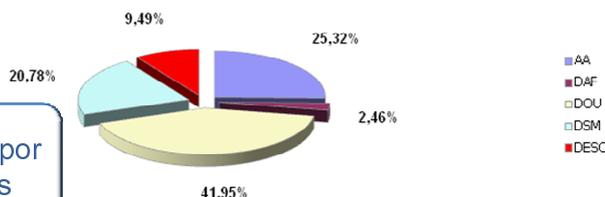
----- A desagregação da despesa por Departamentos, no Município, naturalmente o essencial vai para Departamento de Obras e Urbanismo, responsável pela generalidade do investimento.

Desagregação da despesa



Despesas
Departamentais
por natureza

Despesa Global por
Departamentos



----- Nesta projecção estão indicados os principais projectos co-financiados com fundos comunitários, o que nos permitirá utilizar durante o ano de 2012, em actividade normal, cerca de

nove virgula oito milhões de euros de Fundos Comunitários, já contratualizados, valor de cerca de cinco milhões de euros acima do orçamento do ano anterior.



Principais projectos co-financiados

Designação dos Projectos	Origem do Financiamento	Valor
Circuito de Manutenção de Santa Apolónia	FEDER	250 000,00
Parque Verde da Coca	FEDER	120 000,00
Escola de Dança	FEDER	204 000,00
Domus Universitária	FEDER	473 000,00
Casa da Cidade	FEDER	160 000,00
Casa da Seda	FEDER	128 000,00
Criação da Ciclovia da Mãe d'Água	FEDER	180 000,00
Criação da Praça da Nova Mãe d'Água	FEDER	160 000,00
Conservação de Fogos de Borno de Habitação Social Mãe d'Água - Melhora da Eficiência Energética em Habitações de Famílias de Baixos Rendimentos a.	FEDER	400 000,00
Construção da Circular Interior "Troço da Mãe d'Água"	FEDER	560 000,00
Construção da Circular Interior Ligação Abade Bagaí	FEDER	200 000,00
EcoPela - Reconversão Urbanística do Forte São João de Deus - Construção Sustentável	FEDER	2800 000,00
EcoCemus	FEDER	1200 000,00
Ciclo Urbano da Água - Variante em Baxa - Bragança	FEDER	1232 000,00
Integração das TIC nos Processos de Ensino e Aprendizagem	FEDER	240 000,00
Menor Mobilidade	FEDER	60 000,00
POC ^{TEP}	FEDER	270 000,00
Recanto de Promoção e Valorização de Raças Autóctonas	FEDER	192 000,00
Recanto da Fera de Bragança - Porta da rota da terra fca de Bragança	FEDER	600 000,00
Promoção e Desenvolvimento Empresarial	FEDER	238 784,92
Rede de la Acessibilidade Territorial I	FEDER	162 827,58
TOTAL		9.765.593

----- Relativamente à dívida do Município, os valores de endividamento de médio e longo prazo e limites de endividamento estão com uma folga significativa.



Dívida do Município

Projeção estimada da dívida e encargos para o ano de 2012

Descrição	Ano de 2011		Ano de 2012			Var. 2010/2011	
	Dívida (01.01.2011)	Amortizações (31.12.2011)	Dívida (01.01.2012)	Amortizações (31.12.2012)	Dívida (31.12.2012)		
Empréstimos contratados até 31.12.2011	9.264.899	1.090.219	8.174.680	8.174.680	1.163.226	7.011.454	-14,23%
TOTAL	9.264.899	1.090.219	8.174.680	8.174.680	1.163.226	7.011.454	-14,23%

Limites ao endividamento municipal para 2011

Ano de 2011	Limite EL 2011 (art.º 37º LFL)
Limite ao endividamento de curto prazo	1.810.280,02
Limite ao endividamento de médio e longo prazos	18.102.560,18
Limite ao endividamento líquido	22.688.252,23

----- Respectivamente em termos de dívida de médio e longo prazo estamos com 40.74% limite legal, salientando que o limite legal foi reduzido em 50%, recentemente, e para o limite líquido de endividamento estamos a cerca de vinte por cento, portanto com uma folga muito significativa, estes indicadores melhoraram naturalmente ao longo do ano de 2011, como salientei na intervenção sobre o Estado e Vida do Município, em que ocorrer uma redução global da dívida de cerca de dezoito por cento. A nossa perspectiva relativamente a 2012, apesar de um investimento

muito significativo, vai no sentido de que devemos concluir o exercício mantendo um nível de endividamento baixo, ou seja, não deixar deteriorar as finanças do Município uma vez que corresponde a uma orientação expressa, estratégica, da elaboração do Orçamento.

Dívida do Município

**Situação face aos limites ao endividamento municipal para 2011
(informação reportada a 30.09.2011)**

	Designação	Montante (euros)	Observações
Município	Endividamento bancário de curto prazo	0,00 €	Empréstimos de curto prazo
	Capital em dívida de médio e longo prazos	8.371.480,62 €	Empréstimos de médio e longo prazos
	Endividamento líquido	5.460.960,24 €	O endividamento líquido corresponde à diferença entre passivos e activos financeiros. Para efeitos deste apuramento não se consideram as contas 2.245, 2.249 e 404
Sector empresarial local	Contribuição do sector empresarial local para o endividamento bancário de médio e longo prazos	1.243.965,94 €	Valores proporcionais à participação devida pelo Município nos termos do disposto no art. 36º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 67/4/2007, de 31 de Dezembro (CE 2008)
	Contribuição do sector empresarial local para o endividamento líquido	1.073.608,00 €	Valores proporcionais à participação devida pelo Município nos termos do disposto no art. 36º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 67/4/2007, de 31 de Dezembro (CE 2008)
Município e Sector empresarial local	Capital em dívida excepcionado dos limites de endividamento	2.238.628,98 €	Capital em dívida de empréstimos de médio e longo prazos excepcionados dos limites de endividamento municipal nos termos das alíneas a) e b) do n.º 2 do art.º 62.º da Lei n.º 175/2002
	Capital em dívida de médio e longo prazos a considerar	7.375.627,48 €	Capital em dívida de médio e longo prazos, excluindo montantes legalmente excepcionados
	Endividamento líquido a considerar	4.294.739,86 €	Endividamento líquido, excluindo montantes legalmente excepcionados

**40,74% do limite legal:
18.102.580,18 €**

**18,98% do limite legal:
22.628.225,23 €**

----- A Evolução do Activo fixo bruto do Município, que se situa na ordem dos duzentos e trinta e cinco milhões de euros, a expectativa para 2012 será naturalmente com um crescimento talvez mais acentuado, uma vez que vamos fazer mais investimento e haverá uma evolução mais acentuada. ...

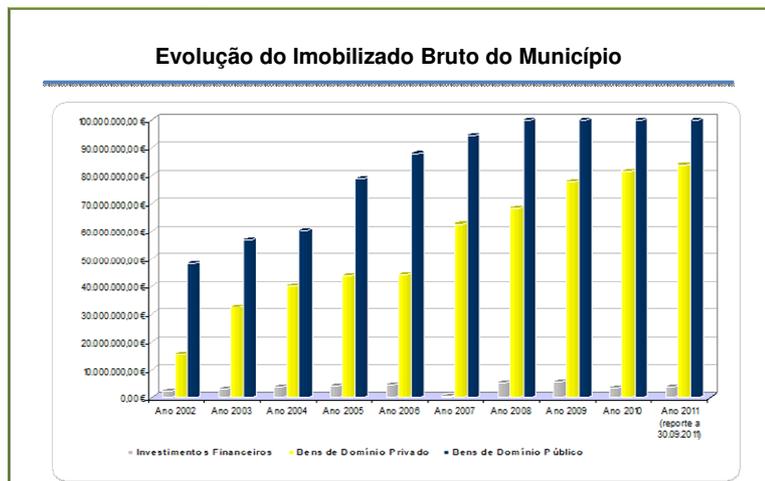
Património do Município



----- A desagregação de Imobilizado bruto do Município - investimentos financeiros, bens do domínio privado, domínio público, portanto a projecção que fazemos para 2012 vai no sentido de que os bens do domínio privado e do domínio público irão aumentar, não tanto os investimentos financeiros uma vez que o investimento feito com a Brigantia Eco Parque talvez vai aumentar.



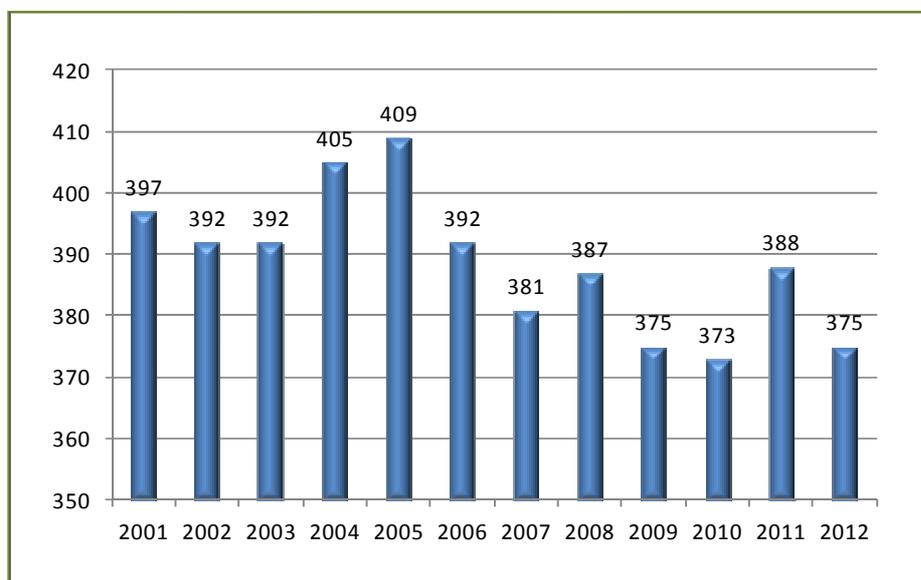
Património do Município



----- A nível de recursos humanos a previsão, em termos de mapa de pessoal para 2012, é de 375 trabalhadores, durante o ano de 2012 ocorrerá, provavelmente, uma diminuição no sentido de acolher as orientações do Orçamento de Estado para 2012, orientação da qual não resultará nenhum despedimento mas sim acomodar-se-á essa orientação através das aposentações.



Recursos Humanos (2001-2012)



----- Em traços gerais o orçamento está apresentado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente.....

----- Tal como tínhamos dito, pedidos de esclarecimento, Srs. Deputados, sobre o Orçamento? ...

----- Guedes de Almeida e José Brinquete são as inscrições que registamos para pedidos de esclarecimento. Guedes de Almeida, tem a palavra.

----- **António de Almeida** – Muito boa tarde a todos. Colocar algumas questões ao Sr. presidente da Câmara.

----- O Sr. Presidente da Câmara aqui no Relatório que apresenta, ou nas grandes Opções do Plano de Orçamento, refere aqui, na página oito – “Pre vemos a elaboração de ajustamentos nos tarifários, no sentido de serem tomadas decisões de melhoria da relação entre a receita e a despesa”. Objetivamente é isto, isto significa que vão aumentar as taxas Municipais.....

----- E em que setores é que vão ser aumentadas? Na água, obras, todo tipo de licenciamentos, certidões. Solicito um esclarecimento sobre esta matéria, porque aqui é previsível haver aumento de taxas no próximo ano.

----- O Sr. Presidente fala também aqui na página nove – “o mapa de pessoal prevê 375 trabalhadores”. Prevê ou estão já enquadrados os 375 trabalhadores? Encontra-se preenchido o quadro orgânico da Câmara?.....

----- E depois tem aqui, na página nove, uma justificação que eu gostaria de ser mais esclarecido – “nas diferentes relações jurídicas do emprego público”. O que é que isto significa efetivamente.

----- Também gostaria e acho que já foi pedido por uma Comissão Municipal e o Sr. Presidente não falou, sobre obras de beneficiação do Forte São João de Deus, objetivamente o que é isto, já o apresentou, quanto é que vai custar ao Município e quais as provisões orçamentais para pagar esta obra e ser referido o seu montante.

----- E agora aqui mais duas questões, só.

----- Refere também aqui na página trinta e quatro, e é um ponto que vai ser debatido a seguir, que é o autónomo, na página trinta e quatro, sobre o Mercado Municipal, Empresa Municipal. O Sr. Presidente fala aqui na integração do pessoal, podendo já adiantar a esta pergunta, de que forma é que vai ser feita a integração desse pessoal, se se rege pelos requisitos legais da admissão de pessoal, quais são, digamos assim, os princípios legais para enquadramento desse pessoal? Porque a proposta que vem a seguir, e apesar de requerida, não apresentou os contratos iniciais dos trabalhadores que estão ao serviço do Mercado Municipal, porque pode haver várias formas de integração ou desintegração, concretamente a indemnização, depende dos requisitos legais do contrato inicial.

----- Ora, aqui outra questão que eu não entendi, Sr. Presidente, a página cinquenta e três, no Plano de Atividades para 2012, resumo no final na página, quase no penúltimo ponto, tem: “No

setor dos estabelecimentos industriais: Construção do Parque de Ciência e Tecnologia- Brigantia EcoPark, transferências de capital para a Terra Fria carnes Lda”. Qual é a similitude para haver transferências de capitais do Brigantia EcoPark para o Matadouro, digamos assim?

----- **Presidente da Mesa** – Lamento, tem três minutos, Sr. Deputado, tem que terminar.

----- **António de Almeida** – Então tenho que terminar, está bem, até logo.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado, mas é o tempo que está consignado no Regimento.

----- Sr. Deputado, José Brinquete, tem a palavra. Recordo, três minutos para os pedidos de esclarecimento.

----- **José Brinquete** – Eu vou ser muito rápido, Sr. Presidente da AM, e neste ponto não era tanto pedidos de esclarecimentos sobre a proposta do Orçamento, do Plano Plurianual e de Atividades, era sobre o Orçamento Participativo, e para dizer o seguinte: A Câmara surpreendeu-nos com um trabalho prévio de Orçamento Participativo, e eu, assim que vi esta notícia, digo – olha! Finalmente estão a cumprir uma decisão da AM. Porque aqui, há dois anos ou três, aprovámos aqui uma decisão de que a elaboração do Orçamento devia ser antecipado pelo Orçamento Participativo, cuja proposta veio do Bloco de Esquerda, mas depois passou a ser nossa porque foi aprovada pela maioria. Mas eu depois olho para isto, aliás todos devem ter visto, estive no *Site da Net*, e não sei se ainda lá está, às tantas ainda lá está, e o que o Executivo, que eu acho que isto não é só do Sr. Presidente da Câmara é do Executivo em geral, o que o Executivo aqui nos propõe é que as pessoas digam se estão de acordo com alguns passeias da cidade - estão de acordo que se construa o passeio ali no campo redondo até lá à frente, estou de acordo que se construa o passeio não sei aonde – Bem, isto não é nenhum Orçamento Participativo! E eu queria deixar aqui esta minha crítica porque mesmo a proposta que foi aprovado tinha alguma metodologia, que, a meu entender, ainda era muito insuficiente, mas que já era qualquer coisa de jeito.....

----- Porque, por exemplo: Podíamos até dizer assim, se fosse para consultar as pessoas - estão de acordo com esta ou com aquela obra? - Pelo menos com alguma obra que fosse de nós todos, não é?

----- Eu vou dar dois exemplos, para perceberem o meu ponto de vista. Esta obra dos Paços do Concelho, que vai ser a casa de todos nós, já fazia sentido que neste simulacro de Orçamento Participativo se perguntasse - estão de acordo que a casa de todos nós seja no mesmo local e mantendo o barracão, e construindo uma coisa nova, cheia de vidros, para que lhe chamemos eco qualquer coisa? - e nós podíamos dizer, não é?

----- Outra - que ideias é que podemos prosseguir para revitalizar a zona antiga da cidade, o coração da cidade, a alma da cidade, onde tudo começou, e que está praticamente moribunda?

----- Aqui temos duas coisas...

----- **José Brinquete** - Outra vez porque continua na mesma. Sr. Presidente da Junta de Santa Maria, o Sr. tem que carregar com este calvário às costas, é que não consegue dinamizar a sua Junta de Freguesia, o que é certo é que há uma parte significativa da cidade que continua sem vida e temos que dar volta a isso, não é?.....

----- Bem, depois tirando os passeios, porque eu não quero levar ao engano, quem não leu, tirando os passeios tem aqui uma coisa dos açudes, vamos construir uma série de açudes, mesmo em relação aos açudes é preciso ter cuidado, porque, por exemplo, nós sabemos aquela situação de Rabal que construíram um palco que agora ninguém lá atua, em cima do rio Sabor, não se pode voltar a fazer isso.

----- Por último, dizer também em relação à consulta sobre o Monte de São Bartolomeu, ora, nós sabemos que há quatro ou cinco anos a Câmara encomendou a elaboração de um plano e de um estudo ao Arquiteto Sidónio Pardal, e agora vêm perguntar! Isto não é sério! Vêm perguntar - acham que o monte de São Bartolomeu pode ser recuperado?.....

----- E portanto eu concluía com uma pergunta, gostava que o Sr. Presidente da Câmara esclarecesse, que é a seguinte: qual foi o resultado desta consulta? Quantas pessoas responderam? O que é que disseram? Trataram mal o Executivo? Porque eu só não respondi porque ficava mal tratá-los mal, não é? Isto não tem pés nem cabeça.

----- Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Bom, tivemos então aqui algumas questões formuladas ao Sr. Presidente da Câmara. Sr. Presidente pretende responder às questões formuladas?

----- Talvez seja melhor agora porque foram formuladas agora e pode condicionar intervenções seguintes.

----- **Presidente da Câmara** – Temos previsto fazer alguma reflexão de ajustamento de taxas e tarifas, em sectores que são essenciais à sustentabilidade do Município e que se relacionam também com situações de apoio social, constante de famílias com alguma carência.....

----- Refiro-me designadamente ao serviço de tratamento dos esgotos, em que a relação entre receitas e despesas é de 56.25%, a de resíduos sólidos de 58.81% e a transporte urbano de 16.30%.

No transporte urbano não se faz receita para pagar o combustível gasto, por isso temos que fazer alguns ajustamentos. Também tencionamos equacionar uma melhor resposta em termos sociais, estando a ser elaborado estudo relativo às rendas no sentido de promover ajustamentos necessários.

----- Relativamente ao regime jurídico de contratação do pessoal da Câmara Municipal, o mapa de pessoal define o regime de contratação caso a caso, respectivamente por tempo determinado, indeterminado, certo, incerto, ou seja no mapa de pessoal estão definidos rigorosamente o regimes jurídicos de emprego.

----- Relativamente à pagina 53, não se trata de nenhuma transferência entre a Associação Brigantia EcoParK e a Terra Fria Carnes Lda., mas sim no âmbito e de acordo com a classificação Económica que é a de Estabelecimentos Industriais, proceder à transferência destinada ao Brigantia EcoParK para efeitos de construção do Parque de Ciência e Tecnologia, o assumir da componente do esforço nacional para a construção de investimento e transferência.....

----- Relativamente ao orçamento participativo, fez-se um primeiro exercício, parece-nos positivo, procurou-se, para um conjunto de oito projectos, que se definissem prioridades foi esse o objectivo e portanto pensamos que não tendo feito na perfeição pelo menos iniciámos e no próximo ano poderemos fazer melhor.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente.....

----- Inscrições para pedidos de intervenção?

----- A Mesa vai intercalando, já tínhamos tomado essa decisão na Comissão Permanente.

----- Eu vou ler então as inscrições que registámos para ver se não esquecemos ninguém, embora a formula como eu ler pode não ser aquela que dá origem à chamada, no sentido de intercalarmos como combinámos na Comissão Permanente:

----- Luís Pires, José Lourenço, Jorge Novo, Nuno Reis, Guedes de Almeida, José Brinquete, Luís Vale, Sr. Presidente de Junta de Freguesia de São Pedro.

----- Esquecemos de registar algum pedido de intervenção? Não. Muito bem. Então eu chamava para a sua intervenção o Sr. Deputado Luís Pires, do PS.

----- **Luís Pires** – Bom mais uma vez muito boa tarde a todos. Dar aqui um pequeno compasso para que me coloquem ali uma pequena figura que eu pedi, esta Assembleia, hoje, está muito Multimédia e eu também decidi meter um pequeno contributo Multimédia, à bocadinha até tive um *Déjà vu* pensei que estava aqui o professor Marcelo a fazer aqui um concurso e uma atribuição de

pontuações, só faltou mostrar aqui a parte dos livros da semana, mas mais um bocadinho e acho que consegue.

----- Já agora uma pequena resposta também para lhe dizer que relativamente ao cartaz do Sócrates, ele ainda não saiu porque e eu vou utilizar aquela analogia que está ali, que é um gráfico que não é meu é da Visão, em que o autor que é um professor do ISEG (Instituto Superior de Economia e Gestão) e diz assim em cima: Quando olhamos para o comportamento de alguns indicadores macroeconómicos ao longo dos últimos anos, percebemos que afinal não somos assim tão diferentes dos nossos parceiros do euro e gostava que atentassem na linha vermelha, reparem além da *decalagem* da base, um é 2.5 e outro é 2.9 negativos como é obvio elas mantêm-se muito uniformes, há ali um pico na de Portugal em relação à média Europeia 2005 que acho que era um tal, do Santana Lopes, depois começa a descer, e quando o Sr. Sócrates pega naquilo e depois há praticamente uma concorrência e uma paridade em que ali em 2008 dispara pela crise dos Mercados Europeus, por isso o cartaz mantêm-se para colocarmos – volta, estás perdoado - mas enfim.-

----- Se me permitem, então passando à nossa intervenção do Orçamento.

----- **Apresentou, por escrito, o seguinte:**.....

----- “A gestão das cidades é uma atividade de elevado relevo económico-social com repercussões efetivas e concretas nas vidas das populações, influenciando desde o mais incógnito dos cidadãos, até à atividade das empresas mais pujantes. Essa atividade de gestão terá manifestações mais ou menos imediatas em função do nível de resiliência das medidas tomadas, sendo que algumas são de perceção imediata, e outras vão de forma lenta condicionando rumos, enquadrando-se em medidas estratégicas de largo espectro, acondicionando por vezes e absorvendo outras vezes, as virtudes e erros da persistência das medidas mais imediatas.

----- Perante situações em que com persistência, e de uma forma tenaz, as más decisões superam significativamente as virtudes, o mérito de planos estratégicos é cabalmente prejudicado pela ineficácia dessas medidas perniciosas de ação imediata.

----- Os executivos Municipais têm à sua disposição ferramentas que lhe possibilitam condicionar em termos de rumo o sentido de desenvolvimento da área que gerem. Esse condicionamento poderá ser realizado a longo prazo, via Planos Diretores e de pormenor, ou de uma forma mais imediata, anualmente, com recurso ao Orçamento Municipal, ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades.

----- As medidas a inscrever nesses planos mais imediatos devem contemplar o diagnóstico da realidade presente, as expectativas expressas face à evolução conjuntural, bem como medidas proactivas no intuito de corrigir e condicionar tendências, recolocando a evolução na linha dos desejos dos decisores e em conformidade com as estratégias de curto e longo prazo.....

----- Desde há algum tempo, com executivos anteriores indissociáveis do atual e mais recentemente com as propostas do presente elenco, temos manifestado inequivocamente, a nossa não conformidade com os rumos decididos. Situação regular em democracias consolidadas, não revelando qualquer tipo de menorização intelectual das partes. Nessa perspetiva estratégica, a visão de cidade não converge com os preceitos que defendemos, originando desde logo um primeiro momento divergente.

----- Independentemente da conjuntura, a ação da autarquia, em termos macro, deverá desenvolver-se em três vetores homogeneamente robustos que se reforçam mutuamente. O vetor funcional, o vetor do apoio social e o vetor da economia.

----- O atual momento da Europa e do país, com consequências óbvias na cidade, exige uma ação decidida e firme ao nível da solidariedade social. Nesse sentido, uma evidente identificação de ações concretas e adequadas, acompanhadas pela respetiva dotação orçamental, visíveis nos valores absolutos e relativos inscritos no orçamento, seriam um sinal desejável.....

----- O progresso de toda a sociedade Brigantina, quando se trate de um fenómeno qualitativo, deverá significar sempre um melhoramento, o que na nossa perspetiva tem antes resultado num estagnamento, fruto de ações que incidem no acessório e não no prioritário, com elevada prevalência em iniciativas corretivas e não de progresso. O progresso social deverá ser desejado como a realização do bem-estar comum de uma sociedade e não de uma visão muito particular, isolada e, mais tarde ou mais cedo, comprovadamente desadequada. Sendo que cada sociedade tem como referência a sua própria ordem de valores ou de entendimento das prioridades, é difícil que todos os grupos compartilhem a mesma ideia de progresso e isso têm-se verificado ao nível desta assembleia e vai-se evidenciando de forma mais vincada no dia a dia de cada habitante da nossa cidade, incapaz de conter a desilusão.

----- O progresso social, entendido como uma evolução para melhor, implica várias formas de melhoria: melhoria das condições de vida, permitida pelo progresso económico, que leva a um bem-estar maior das populações. Ao melhorar as relações sociais entre grupos e classes sociais, leva à integração social através da solidariedade entre os membros de essa mesma sociedade.

----- Trata-se de um progresso geral da sociedade, que opera modificações ao nível das suas estruturas e instituições, assumindo diversas dimensões ao nível da sociedade e geralmente leva o seu tempo, sendo uma década o intervalo mínimo necessário para inflexões e recolocação do rumo coletivo em conformidade com os preceitos pretendidos.

----- Fica desta reflexão a importância do cuidado a direcionar ao vetor económico, elemento startup desta cadeia fechada. Cuidado esse que nem vemos no presente documento, nem vimos nas atitudes do passado, apesar de várias vezes focado pelo GMPS nesta assembleia.

----- Vasconcelos Raposo, professor catedrático de Psicologia da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) afirma que "se não houver alterações ao nível das estruturas económicas geradoras de emprego e que permitem consolidar a qualidade de vida" o interior não estancará a fuga de população.

----- Complementando esta visão, e indicando soluções, Rui Gama, do centro de estudos geográficos da Universidade de Coimbra, refere que a política industrial tem vindo a ser enquadrada no âmbito da política de desenvolvimento regional segundo uma nova lógica de articulação entre políticas.

----- Na opinião do mesmo, no essencial, as políticas regionais/industriais têm como objetivo levar ao investimento endógeno ou atrair investimento, combinando três eixos de intervenção:

----- i) a infraestruturização e preparação de zonas industriais e das respetivas utilidades de enquadramento;

----- ii) a implantação local de instituições e estruturas públicas e privadas de enquadramento e suporte às necessidades "horizontais" das empresas industriais, nomeadamente PME's;

----- iii) a concessão de subsídios e incentivos financeiros e fiscais às empresas total ou parcialmente "deslocalizadas", desde que revelem capacidade de criação de emprego local.

----- Distinta Assembleia;

----- Não é de hoje, que afirmamos com veemência que as prioridades em Bragança não estão bem definidas. Nem tão pouco o peso relativo e a atualidade com que são apresentadas.

----- A divergência com o primeiro eixo de intervenção é patente, mais no que ao timing e inércia, concerne.

----- A estratégia hoje apresentada pela Autarquia Brigantina, foge à realidade por inconsciência, e não incorpora a astúcia proactiva que é uma postura audaz e corajosa que dota um orçamento de esperança num momento de menor fulgor socioeconómico.

----- Tal como referido pelos vereadores do PS, “Existe a premência de criar condições que auxiliem e agilizem a atividade dos privados no sentido de criarem uma estrutura empresarial capaz de absorver a elevada capacidade técnica da massa criada pelas instituições de ensino superior da região. A inclusão dessas diretivas no orçamento do ano de 2012, para Bragança, já nem um ato paliativo se poderá considerar face à inércia patenteada na última década. Enveredar em 2012 pelo início do processo de concretização de uma ALE é deveras tardio”. Um desconsolo, diríamos.....

----- O ponto dois representa para o Município uma lacuna comportamental, onde o desgaste, a falta de tenacidade, de oportunidade e de astúcia são evidenciadas, em suma, um marasmo, uma vez que outras flores ou túneis ou ciclo-vias, solicitavam atenção.

----- Já relativamente ao terceiro eixo a divergência é praticamente total. Retirando a derrama, todo o processo e atitudes que têm rodeado várias iniciativas de consolidação de unidades ou investimentos, que têm vindo a público, revelam desincentivo total, sendo o resultado a fuga para outras paragens, algumas até bem perto de nós.....

----- Sras e Srs Membros da Assembleia,.....

----- A tríade, Fator económico, emprego, gente, com tudo que consubstanciam, são os elementos nos quais Bragança se deve concentrar, garantido a sustentabilidade de cada um deles e do sistema global. Até hoje, tal não tem sido conseguido, e mais uma vez, de forma recorrente, são-nos apresentadas as soluções para bandeiras de 1997 salpicadas por logros instituídos.

----- Não nos resignamos para que o legado seja, além de uma miríade de despesas tendencialmente crescentes e problemas fundamentais e críticos por resolver, mais uma ideia desconexa, não prioritária, pouco discutida, fruto de uma persistência inconsciente e um total alheamento para uma realidade que bate à porta com persistência e cuja energia potencial se transformará numa torrente cinética que atordoará os ainda inconscientes.”

----- Muito obrigado.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- José Lourenço, do Movimento Sempre.

----- **José Lourenço** – Boa tarde a todos, Sr. Presidente da Mesa, Caros Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Executivo, Vereadores presentes, Colegas Deputados, Comunicação Social e demais Público.

----- Utilizando palavras mais simples que o anterior orador, mas no mesmo sentido. Consideramos que este Plano está, e mais uma vez em contra mão, com as opções governativas no atual contexto em que estamos a viver, mas uma vez vemos a previsão de obras anteriormente

consignadas e que não chegaram a ser realizadas e especificamente no meio rural, nas juntas de Freguesia. Efetivamente consideramos essas obras fundamentais para a dinamização e reconhecimento da importância das Freguesias por este Executivo, o que não tem acontecido, salvo raras exceções.....

----- A opção é mais uma vez a concentração de recursos financeiros que são cada vez mais escassos, é megalómana as obras de betão e sempre na sede de Concelho. Neste caso concreto o projeto de reabilitação da área envolvente do Forte de São João de Deus é, em nossa opinião, um erro, por vários motivos. Os montantes envolvidos são dispares, atendendo e comparando com outras opções que o Governo deixou para trás, a nível Nacional poderíamos comparar a TGVs ou algo assim. Efetivamente o montante que a Autarquia terá que adjuvar a esta obra afinal não são 20%, são 42% desses cerca de onze milhões de euros. Não entendemos a necessidade de criar um espaço físico novo, uma Câmara, digamos assim, uma casa de todos como disse o colega Brinquete, nova, de raiz, atendendo não só às mínimas condições de conforto e de trabalho que os funcionários Camarários tem, mas também pela disponibilidade de vários espaços nesta cidade onde a eventual necessidade da ampliação desses recursos podia ser possível.

----- Outras Câmaras de diferente nível de atuação tem efetivamente os seus serviços inseminados por vários edifícios dentro da cidade e não concentrados como é aqui o plano.....

----- Também não acreditamos que a área residencial que se pensa ou que se deseja despoletar neste Projeto, possa ir a bom termo, efetivamente não acreditamos que a capacidade de financiamento das famílias para os 160 fogos previstos seja fácil nos tempos que correm, se é que existem 160 famílias à procura de casa em Bragança ou se há possibilidade de virem novas 160 famílias para Bragança.

----- Por fim, efetivamente a área comercial que este projeto implica, a concretizar-se, vai pura e simplesmente significar a morte do Comércio Tradicional e da Zona Histórica de Bragança. Este arrastar de uma zona comercial já extremamente empobrecida e cada vez mais controlada por agentes externos à nossa comunidade para não utilizar qualquer designação ofensiva para pessoas provenientes de outros países, é um erro, que efetivamente as pessoas que estão aqui hoje tem em suas mãos a decisão de efetivamente perante o comércio, e temos aqui representantes efetivamente das empresas não só industriais, mas também comerciais de Bragança, é uma decisão que vamos tomar todos e que esperamos num futuro, caso isto não seja impedido, num futuro possam explicar às pessoas que ainda têm estabelecimentos, que têm a coragem, resistência de ter

estabelecimentos comerciais abertos no centro da cidade, possam explicar porque é que isto vai acabar, porque é que isto efetivamente se decidiu e quem o decidiu.

----- Por tudo isto o Movimento efetivamente atendendo e salvaguardando algumas obras que louvamos, no meio Rural, não poderá votar senão contra o Orçamento do Plano e Investimentos que temos hoje aqui em mãos.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Chamamos, agora, para a sua intervenção, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, Jorge Novo.

----- **Jorge Novo** – Sr. Presidente da Mesa, Sra. e Sr. Secretário, Sr. Presidente da Câmara, Sr. Vereador, caríssimos colegas Presidentes da Junta, Srs. Membros desta Assembleia.

----- A minha intervenção vai no sentido de expressar a minha concordância, a minha forte concordância com o orçamento e plano aqui em apreciação e para votação. Esta minha concordância consubstancia-se no facto de que há vários projetos ali presentes e consignados, que são ao contrário do que diz o Deputado José Brinquete, substanciais, fundamentais, importantíssimos, para Freguesia de Santa Maria e por conseguinte também para a cidade.

----- E são projetos de agora, não são projetos de ontem nem de anteontem, nem de há anos, são de agora e que dão continuidade aos projetos que têm vindo a ser implementados e que denotam, desde logo, uma visão estratégica para a Zona Histórica, demorará anos, poderá demorar o tempo que for necessário, mas há uma visão estratégica para que a Zona Histórica continue a ter cada vez mais e alcance cada vez mais uma dinâmica não só social mas também económica.

----- E refiro a estes projetos aqui presentes e refiro-os: começo pela construção da Ciclo Via do Fervença, segunda fase de ligação ao Centro de Ciência Viva, no valor de 839.447.00€ mais IVA; a construção da micro Central hidroelétrica, no de 145.000.00€, mais IVA; a recuperação de 3 edifícios para residências universitárias, a Domus Universitária, no valor de 876.341.00€, mais IVA; a reconstrução da Casa da Cidade; a sede das Associações de Santa Maria, ou da Cidade, no valor de 216.000.00€, mais IVA; a recuperação de imóvel municipal para sede da Academia da Máscara, que ainda bem, foi inaugurada nesta Mascararte, na 5.ª Bienal da Máscara de 2011, no valor 14.000 €, mais IVA, no Castelo, uma casa que estava devoluta e que agora fica ocupada, e com dinâmicas; o Prolongamento da Bancada no campo do CEE (Centro de Educação Especial) no valor de 15.000€, mais IVA; o prolongamento da Casa da Seda, no valor de 94.686.00€; o próprio Brigantia EcoPark, que aqui foi já referido, no valor sensivelmente, se não estou em erro, de oito milhões de euros.

----- Mas agora, acrescento eu, e queria dar esta nota muito interessante, no âmbito daquele que foi o orçamento participativo, sabendo da dificuldade que os municípios hoje atravessam e sobretudo os municípios do interior, pelas restrições financeiras e económicas, o próprio Município assumir esta opção de adquirir dois ou três imóveis para os recuperar e para ali instalar com condições, casais jovens, eu acho que isto é de aplaudir e é de manifestar de facto a nossa concordância. E se isto não é uma visão estratégica para a Zona Histórica de ocupação das casas, de recuperação das casas, digam-me o que é que é uma visão estratégica, o que é que é uma ação em prol do benefício da Zona Histórica.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta.

----- Tem a palavra, agora, o Sr. Deputado do PSD, Nuno Reis, para a sua intervenção.

----- **Nuno Reis** – Muito obrigado, Sr. Presidente, permita que comece esta minha intervenção antes de saudar vossas excelências e de entrar na minha intervenção que hoje é escrita, portanto será menos emotiva, mas queria saudar o Deputado Luís Pires pela sua recente designação para líder da bancada do PS, sem desprimor para o líder cessante da bancada que também conduziu os trabalhos da sua bancada parlamentar com grande dignidade e elevação e colaborou para a produção de bons debates aqui no âmbito da Assembleia, permita-me que felicite o Luís Pires, e estou certo que este seu regresso a uma maior visibilidade e participação no debate da AM, certamente favorecerá o debate político, o debate autárquico, e a aprovação de ideias mais construtivas para a nossa terra.

----- Dizer também que tenho, desde já, que agradecer ao Luís Pires pela intervenção que aqui fez, porque me ajudou a compreender uma coisa que eu ainda não tinha compreendido, que era como é que tinha sido possível, depois de tanto tempo, o PS demorar tanto tempo a perceber aquilo que qualquer cidadão já tinha percebido, que o País estava arruinado e que estávamos à beira da banca rota! Bom, percebi hoje, passaram demasiado tempo a olhar para o boneco. De facto os gráficos são gráficos bonitos, hoje até nos venderam a ideia de que a nossa realidade não é muito diferente da Europeia, só não percebo é porque é que não há então realidades Europeias que tenham obrigado à intervenção de agendes estrangeiros para os resgatar da situação tenebrosa em que o PS com a sua magnífica gestão, e fantástica, porque nós vimos pelo boneco que apresentaram, de facto, exerceu.

----- E portanto tenho que lhe agradecer esse contributo para a minha formação política e para a compreensão deste momento histórico.

----- Entrando muito concretamente no ponto da ordem de trabalhos, eu começo por cumprimentar o Sr. Presidente de Mesa, Sra. e Sr. Secretários, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Sras. e Srs. Membros da A.M.

----- **Apresentou, por escrito, o seguinte:**.....

----- “Ninguém desconhece o momento extraordinariamente difícil e exigente que o país atravessa. Submetido à necessidade de pedir auxílio internacional para garantir a manutenção e funcionamento dos serviços públicos, designadamente por via do respetivo financiamento, a República Portuguesa encontra-se obrigada ao cumprimento estrito e rigoroso de um conjunto de políticas necessárias, não apenas para a garantia da reforma estrutural do Estado, mas também para a obtenção dos meios necessários à subsistência do país e da sua economia.....

----- É neste quadro político, económico e financeiro que os brigantinos enfrentam o ano de 2012, que se acredita vir a tornar-se o mais difícil e exigente da história democrática portuguesa.

----- Com um quadro macroeconómico marcado pela contração da economia nacional em mais de 2,8%, com um crescimento da taxa de desemprego acima dos 13%, o decaimento acentuado dos consumos público e privado e uma taxa de inflação crescente, a gestão dos recursos e meios públicos deve constituir um exercício, ainda, mais consciencioso, rigoroso e de contenção, a par da necessidade de prover à satisfação da demanda social que necessariamente tenderá a aumentar durante o próximo ano.

----- No entanto, impõe-se que, para além do esforço de ajustamento, contenção e de consolidação orçamental que todos os setores das administrações públicas devem empreender, dando, uma vez mais, cumprimento aos compromissos internacionais assumidos pelo nosso país, os decisores públicos procurem, na medida do possível, prosseguir os esforços de desenvolvimento económico e social do país.

----- Contenção e rigor orçamental não são termos opostos ou antagónicos aos conceitos de investimento e de desenvolvimento.

----- É possível o crescimento e o desenvolvimento económico e social do nosso país e do nosso concelho se soubermos tomar as decisões corretas e se soubermos canalizar os poucos recursos públicos, de que ainda dispomos, no sentido da execução de projetos capazes de impulsionar a competitividade da economia e dos territórios.

----- Os documentos previsionais municipais para o ano 2012, propostos pela Câmara Municipal e sob avaliação desta Assembleia, matriciam-se na ideia de que é possível continuar a realizar um

exercício orçamental equilibrado e exigente e em simultâneo continuar a investir no potencial económico, social e cultural do nosso concelho.

----- Com efeito, apesar da projetada redução do valor das transferências da administração central, que no próximo triénio ascenderá a 32%, face ao valor previsto pela Lei das Finanças Locais, a proposta de Orçamento Municipal para 2012 contempla um crescimento da receita na ordem dos 10%, destacando-se neste domínio a previsão de captação de fundos comunitários em montante superior aos nove milhões e setecentos mil euros.

----- Importa, no entanto salientar a diminuição, superior a 2%, da despesa corrente do Município, apesar dos previsíveis aumentos do IVA e da inflação, sendo digna de registo a diminuição das rubricas orçamentais correspondentes a despesas com pessoal e com a aquisição de bens e serviços, bem como uma diminuição de 14,23% da dívida de médio e longo prazo face à previsão para 2011.

----- Senhor Presidente

----- Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal

----- O exercício sério e rigoroso realizado pela Edilidade do Partido Social Democrata ao longo da última década contrasta com o desnorte e descontrolo financeiro em que os executivo nacional, liderado pelo maior partido da oposição, lançou o país, pelo que também os resultados e consequências serão diversos em função dos correspondentes exercícios.

----- Só a solidez e sustentabilidade do tesouro municipal admite a previsão de aumento, em valor superior a 46%, face ao ano passado, do montante de investimento afeto à execução, em 2012, do Plano Plurianual de Investimentos, com um investimento previsto superior a 16 milhões de euros, inscrevendo-se uma dotação superior a 2 milhões de euros para a execução do Plano Plurianual de Atividades Municipal.

----- Efetivamente, apesar das dificuldades e constrangimentos financeiros e orçamentais impostos pelo quadro económico e orçamental nacional, o Município de Bragança prevê realizar um investimento, durante o próximo ano, superior a 18 milhões de euros, atenuando os efeitos e consequências negativas que decorrem do atual quadro económico e financeiro do país, canalizando para a economia local recursos e meios importantes para a estimulação do tecido económico do nosso concelho a par de um esforço no sentido de impulsionar a sua modernização e desenvolvimento.

----- São por isso incompreensíveis e injustificadas as críticas lançadas por alguns setores da oposição que acusam o Partido Social-democrata de megalomania e de gastos supérfluos com

obras, pese embora não concretizem. Na verdade, o PSD não se conforma com a visão modesta e provinciana que alguns advogam, numa interpretação meramente gestonária e passiva da atividade autárquica municipal.

----- O PSD inscreve para o próximo exercício autárquico a realização de um conjunto multifacetado de investimento no concelho, com impacto no desenvolvimento e modernização da nossa terra, destacando-se:

----- No domínio da modernização e qualificação dos serviços municipais, o investimento de mais de €6.900.000 na reconversão urbanística do Forte S. João de Deus e de mais de € 300.000 na modernização das redes de informação e comunicação do Município;

----- No domínio da habitação, o investimento de € 750.000 na remodelação de imóveis na zona histórica para residências de estudantes e o investimento de mais de € 500.000 para a conservação de habitações sociais;

----- No domínio das redes viárias e rodoviárias, a inscrição de um investimento de € 298.000; ...

----- No domínio das redes e infraestruturas de saneamento básico destacam-se as respetivas execuções nas povoações de Lagomar, Terroso, Gondesende, Frieira, Vila Boa, Parâmio, Freixeda, Quintas de Montesinho, entre outras, num investimento de aproximadamente € 900.000, bem como a construção de ETAR's nas povoações de França, Rabal, Rebordãos, S. Pedro, entre outras, com um investimento na ordem dos € 640.000;

----- No domínio da educação e cultura, destaca-se o esforço de modernização dos equipamentos educativos do primeiro ciclo, num investimento superior a € 140.000, a ampliação da Casa da Seda, num investimento de aproximadamente € 100.000 com a construção da escola de dança, com um investimento inscrito de € 256.000; No domínio da economia, salienta-se o investimento de € 700.000 na construção de um novo espaço para a Feira e de € 320.000 na construção do recinto de promoção e valorização de raças autóctones;

----- No domínio da qualificação dos espaços urbanos, destacamos a inscrição do investimento de € 150.000 para a construção do Parque Verde da Coxa e de € 150.000 para execução de arranjos de arruamentos da cidade.

----- Os investimentos que sumariamente enumeramos, de forma não exaustiva, refletem o esforço e determinação da maioria social democrata no sentido de manter e impulsionar o processo de modernização e desenvolvimento equilibrado do concelho, associado ao esforço de captação e injeção de fundos na economia local.

----- O conjunto de obras projetadas para o próximo ano são verdadeiras oportunidade de negócio e crescimento para os operadores e agentes económicos do concelho, pelo que não se compreendem, e refutam-se com veemência, as críticas de falta de preocupação do Município com as questões da economia local.

Finalmente, impõe-se, também, refutar as críticas de insensibilidade social que nos são dirigidas por parte de alguns setores da oposição.

----- Não compreendemos quais os fundamentos em que tais críticas são sustentadas. Na verdade, desde que assumiu a liderança do concelho de Bragança, o PSD procurou desenvolver uma rede de segurança e proteção social, capaz de dar resposta aos desafios colocados pelos nossos concidadãos que, no tecido social, se encontram mais expostos e vulneráveis.

----- Desenvolvemos programas de requalificação e de melhoria das condições de conforto habitacional de muitos cidadãos que habitam no meio urbano e rural.

----- Desenvolvemos parcerias e cooperamos, com as IPSS's, em projetos de índole social, dos quais destacamos: o Contrato Local de Desenvolvimento Social, com o Centro Social dos Santo Mártires e Pontes de Inclusão, com a Casa de Trabalho *Dr. Oliveira Salazar*.

----- Para o próximo ano, os documentos previsionais contemplam, no plano social, para além da manutenção e incremento dos programas de proteção social que vimos desenvolvendo, a revisão das orientações relacionadas com a utilização do cartão de munícipe, garantindo que a todas as famílias em situação de carência económica, no sentido definido nos regulamentos municipais, beneficiarão de uma redução ou isenção no acesso a serviços prestados pelo município e que os descontos de 20% sobre a fatura de água, saneamento e limpeza urbana continuarão a ser aplicados para as famílias de menores rendimentos e famílias numerosas. O Município aceita e age no quadro das exigências e responsabilidades sociais que legalmente lhe incumbem, mas não pode, nem aceita, substituir a Administração Central na execução de políticas de apoio e proteção social dos cidadãos mais expostos às contingências da crise que agora vivemos.

----- As propostas de Plano e Orçamento Municipais para 2012 são ambiciosas e exigentes, constituindo um desafio que apela à capacidade política, não apenas dos responsáveis autárquicos, mas também de todos os agentes económicos e sociais do concelho que terão nesta proposta uma oportunidade de negócio e de envolvimento no processo de modernização e desenvolvimento do concelho, pelo que as propostas de Plano e Orçamento para 2012 não poderão deixar de merecer a aprovação e apoio da bancada social-democrata, nesta Assembleia.”

----- Muito obrigado, Sr. Presidente.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra, agora, o Sr. Deputado Guedes de Almeida, do CDS/PP.

----- **António de Almeida** – Desde já anunciar que o voto do CDS/PP será contra estas grandes opções do Plano. E isto porque? Porque quem anda aqui praticamente desde o vinte e cinco de abril de mil novecentos e setenta e quatro, se somássemos todos estes livrinhos, nós hoje emprestavamos dinheiro e bem estar ao poder central, isto hoje era um reino maravilhoso, não é, e confrontando este plano que nos é apresentado hoje, é este que estamos a discutir, e olhando para o nosso Concelho, para a realidade social e para a realidade humana, isto não trás nada para essas pessoas, para aquelas que efetivamente precisam.

----- E mais, já nos foi aqui anunciado que depois da sobrecarga do poder central, retirando subsídios de férias, retirando nas reformas, vai ainda haver um agravamento nas taxas da água, dos resíduos sólidos e nos transportes, e quem anda em transportes são efetivamente aquelas pessoas que mais precisam, que não tem carro, e portanto aquelas receitas que vai a haver a mais vão ser retiradas de onde? Daqueles que precisam efetivamente das taxas, daqueles que consomem a água e não podem fugir ao consumo da água? Portanto há aqui más notícias neste orçamento, que as pessoas, sobretudo os mais carenciados, vão ter que pagar. E se isto satisfaz os munícipes de Bragança, sobretudo os Srs. Presidentes da Junta que são de meios rurais, eu abstenho-me dessa satisfação porque efetivamente vão ter que provar, se aprovarem isto, que a água nas ladeiras vai subir e vai subir bem, vão pagar pelos resíduos sólidos e vão pagar bem, e não vão dizer depois que foi o Sr. Presidente da Câmara ou que foi a Assembleia, foram quem vota nesta Assembleia e quem concordada com estas políticas, eu não concordo, e não concordo precisamente porque há pessoas lá fora que têm necessidades, e tem necessidades no sentido de quê? Nós não vemos neste plano,... nós somos uma região de quê? Não temos serviços, nós somos uma Concelho que os serviços públicos debandaram, perante o silêncio de todos os políticos.....

----- Falou-se aqui que o José Sócrates já não tem imagem, já não está lá a imagem do José Sócrates, já saiu, ontem reparei, foi retirada.....

----- Devia lá ter ficado talvez com outro desenho, digo eu, mas não está, agora o que há que refletir é que desapareceu tudo, um jovem que tira um curso aqui, há um Instituto Politécnico, não tem emprego aqui neste Concelho, não tem emprego neste distrito, eu lembro-me do meu tempo eu arranjei emprego em Bragança, arranjei emprego em Mogadouro e Vimioso, onde queria, que não tinha qualquer dificuldade, serviços públicos e onde o estatuto era igual ao de Lisboa ou Porto ou Braga, não! Retiram tudo, nós não temos nada, temos aqui uma região agrícola, neste momento

bem que há que recomeçar de novo, quer dizer, aquilo que era região essencialmente agrícola, e há dias o Sr. Eng. Baltazar falou que um quilo de azeitona, ou dois quilos, não chegam para um café, nós temos o melhor azeite do mundo. E o que é que nós vemos neste plano? Não vemos qualquer apoio da Câmara Municipal ao incentivo da agricultura dos munícipes do Concelho de Bragança, que são essencialmente agricultores, não são mais nada, depois há aí uns funcionários públicos, uns polícias, uns GNRs que também são lavradores na aldeia, mas não há apoio para nada, para a comercialização, há apoio para alguns, quer dizer, uma, duas ou três empresas que manipulam tudo, e portanto não há aqui qualquer proteção aos mais desprotegidos.....

----- Nós vemos aqui, vai apoiar instituições de solidariedade social, tem que apoiar por mais uns anos, depois não apoia mais ninguém. Uma das grandes questões depois da queda do governo José Sócrates foi - faz-se o Aeroporto, não se faz o Aeroporto, faz-se ali - acabou por não se fazer. Há TGV, não há TGV - pois nós vamos começar um TGV em Bragança, que não faz qualquer sentido, o grande desidrato de Bragança já do tempo antes do antigo regime é a única cidade, o único Concelho que não tem uns Paços do Concelho, é histórico, não tem um Paços do Concelho, houve um espaço reservado também pelo Eng. José Luís Pinheiro, que seria a Moagem Mariano, na Avenida, aquele espaço está a cair, nunca foi negociado, nunca foi sequer feito um estudo para serem ali feitos os Paços do Concelho com dignidade, não! Vai -se apostar em mais habitação, quando há dezasseis empreiteiros e conhecidos neste Concelho e neta Cidade, requereram insolvência e foi-lhes decretada a insolvência, há mais processos, começam a haver processos, às dezenas, de insolventes individuais, portanto a situação económica do Concelho é má, é péssima, e estar aqui a falar naquele projeto da recuperação do Forte de São João, todo envidraçado, tipo Palácio de Cristal, para quê e para quem?

----- Nós vamos hoje aqui acabar com uma empresa Municipal, que é o Mercado Municipal, que é o exemplo de que não se deve arrancar outro, mas não! Nós vamos acabar com um e começar outro para acabar daqui a anos e mais caro, porque este que vamos acabar hoje, logo a seguir, custou milhares, já não direi milhões, mas talvez vá para os milhões de euros que pagamos, estamos a pagar, vem aqui referido, o Município investiu lá e agora vai acabar, e portanto isto será um exemplo que não há que apostar, o Mercado Municipal, se bem se lembro, iniciou-se inicialmente como uma empresa, e foi aqui discutido quando o Mercado Municipal económica e financeiramente se começou a notar que aquilo era deficitário, que a Câmara compra a participação social do outro parceiro por 600.000€ para ficar com as dívidas que agora nós todos vamos pagar, quer dizer, é esta

a política que efetivamente se quer com estes planos? As pessoas não são tidas em conta, é só aumentar, é só pagar?

----- Portanto eu não vejo neste Plano Plurianual nada que olhe para as pessoas, não há nada que diga que as condições de vida no Concelho de Bragança vão melhorar, não há nada que diga que o setor empresarial do Estado, ou público, ou privado, vai apostar no Concelho de Bragança, não há sequer intenção manifestada nestas grandes opções que digam que o Município vai lutar por isto ou vai lutar por aquilo, não há nada. O que está aqui, apenas - vão-se cortar despesas - que despesas? Vai -se cortar ao pessoal, diz aqui, o pessoal já vai cortar, já vai pagar, é-lhe imposto por lei, irá haver mais impostos, vai aumentar a água, mas há outras despesas.

----- Aqui houve uma despesa que criou algum mal-estar, por exemplo, vão diminuir os almoços que se pagam, e a Câmara Municipal, não vem aqui descrito, de certeza pagou centenas de milhares de almoços em confraternizações com personalidades que até são alheias ao Concelho, e não vem aqui. Hoje queria pagar o almoço! Quer dizer, isto é reduzir? Isto é reduzir? Não há mais almoços? Não há mais jantares? Não há mais festas? Não vêm mais *Cátias* Guerreiros? Não vem mais ninguém? Quer dizer, é isto que está em causa também, ou pagam uns, ou suportam o encolher do cinto todos, ou não podem só ser aqueles que mais precisam que vão ser sacrificados porque efetivamente a crise social, a crise de debilidades vão acentuar-se, e há condições de vida de famílias a morarem em condições que eu considero degradantes e que a Câmara nem devia permitir, porque quando uma pessoa quer morar numa determinada habitação vai tirar a licença da habitabilidade que certifica que está conforme a obra e que tem condições de habitabilidade.

----- Há, neste momento, famílias, eu lembro, no Campo Redondo, conhecido pelo lote de ciganos e há outros, que vivem ali, pagam as rendas e não têm condições da habitabilidade, e é permitido, e a Câmara fecha os olhos e não tem um movimento, um gesto de melhorar as condições da habitabilidade daquelas pessoas, que são pessoas.

----- E é perante isto tudo que o CDS/PP, partido político que aqui represento, irá votar contra, porque efetivamente estas opções de Plano em nada trazem a esperança para a população do Concelho de Bragança, para o reanimar económico/empresarial do Concelho de Bragança, para o futuro dos jovens perspetivando esperanças para virem a conseguir emprego, e portanto é mais um continuar, digamos assim, no definhar de um Concelho que foi paradigma ao nível do País, algumas décadas atrás, não muitas, mas que eu ainda me recordo e que neste momento definha a passos livres e apenas, em cada dia, acelera a vontade de quem tem pelo menos a minha idade, de só cá está por resistência e por luta, ainda hoje tivemos aqui um exemplo, um senhor de noventa anos

que vem cá, entristecido, porque efetivamente até manda um projeto para aqui e a Câmara fecha os olhos, é um Senhor daqui, que vem aqui - Meus amigos, despertem que isto vai para mal, tenho aqui um plano - ele até oferece e afinal é secundarizado e não lhes ligam, e portanto ou as pessoas sentem e a grande revolução será fugirem quanto tiverem a A4, se não fugirem antes, e para isto como eu repeti e como dizia o meu amigo Leal, que não consegue identificar os prédios dele na Serra de Montezinho, que ele diz isto agora - vão aos lobos que eles devem saber quais são os meus artigos matriciais.

----- Portanto ninguém cultiva nada, não há gente, não há pessoas, isto é feito apenas para meia dúzia de figurantes que, de certa forma, manuseiam o orçamento que todos pagam e que depois do qual não recolhem ou recolhem muito poucos benefícios, e era tudo.

----- Só queria aqui um parêntesis, eu vi no Mensageiro de hoje, diz o Zé, e aqui tem a ver com as apostas culturais, foi-me entregue hoje, que tem ali – “Casa do Abade de Baçal - vende-se - telefone tal”. E diz isto - parte da casa do Abade de Baçal foi adquirida por um familiar que já fez a devida recuperação, a outra parte está na posse de um particular, numa degradação completa. E tem o anúncio de venda com a imagem do Abade. Aproveitamento comercial, interrogação, claro que sim, a utilização da imagem do Abade de Baçal para promover a venda é um autêntico abuso e uma demonstração da falta de princípios éticos. O Abade de Baçal como figura tutelar da cultura Transmontana não pode ser utilizado indevidamente, quem de direito, família, Câmara, Junta de Freguesia, tem que agir no sentido da remoção da imagem do vulto cultural.

----- Ora bem, isto é importante, não vem nada do tal apoio cultural, uma das referências Concelho de Bragança, talvez o homem mais culto do século XX, é o Abade de Baçal, pois não vemos aqui um gesto neste Orçamento de recuperar a casa do Abade de Baçal, que pode ser demolida de um momento para o outro e depois que referencia fica? Fica apenas nenhuma, o desinteresse, a memória de uma autarquia que não quis saber, não quis prestigiar, não quis honrar, não quis memoriar o que há de eterno, aquele que foi o seu vulto, aquele que deu a conhecer as suas memórias eco históricas. Portanto esta imagem revela também, não é o dono da casa que tem que agir, a Câmara aqui tem um papel fundamenta, é preservar, tentar negociar, comprar e recuperar a casa e não a deixar cair, porque o Abade de Baçal não é uma figura qualquer, efetivamente tem que ser preservada e merece a homenagem de todos os Bragançanos e de todo o Distrito.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Chamava, agora, para a sua intervenção, o Sr. Deputado José Brinquete.

----- **José Brinquete** – **Apresentou, por escrito, o seguinte:**.....

----- “Exmo. Senhor

----- Presidente da Assembleia Municipal de Bragança

----- A maioria PSD apresenta-nos uma proposta de Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2012, que não serve os interesses dos trabalhadores e das populações do concelho de Bragança..

----- Também o Governo/PSD-CDS apresentou e votou um Orçamento de Estado para 2012, com o voto favorável do PS (em votações desta importância a «abstenção» significa concordância), que empobrece o País e os Portugueses e, subordina os interesses nacionais aos interesses gananciosos e rapaces do pacto de agressão da troika.....

----- A Lei do Orçamento de Estado para 2012 exhibe e impõe um modelo que, para lá da flagrante violação do princípio constitucional da autonomia, exprime uma conceção centralista e de grosseira subalternização do poder local, procurando transformar as autarquias em meras dependências do poder central administradas e reguladas em matérias decisivas (como as financeiras, orçamentais e de pessoal) a partir não das decisões dos eleitos com legitimidade para o fazer, *provavelmente se não for a última vai ser a penúltima vez que estamos aqui a decidir estas coisas*, mas sim de atos discricionários de membros do governo.

----- A Lei do OE para 2012 põe a nu as reais motivações, conteúdos e objetivos que o Documento Verde da Reforma da Administração Local (conhecido como «Livro Verde», mas que é mais um Livro Negro) dissimula sob um punhado de frases feitas e falsos desejos ali proclamados.

----- Às altissonantes proclamações contidas neste Livro dito de Verde (de que são exemplo as repetidas referências a “ganhos de escala”, “coesão territorial”, “sustentabilidade financeira”, “racionalização e eficiência”) se revela exposto contrapõe, em toda a sua exuberância e brutalidade, esta proposta de lei de Orçamento de Estado que, em si mesma, em matéria de autarquias locais, é um exercício de condenação do poder local democrático e um ataque sem precedentes ao municipalismo e à vida democrática no plano local.

----- Esta conceção (em flagrante contraste e negação da retórica exibida pelo «Livro Verde» sobre “reforço saudável do municipalismo) significa que decisões como as de abertura de concursos para admissão de pessoal, de fixação da estrutura municipal ou da definição elenco de pessoal dirigente ou de contração de empréstimos passam a ser determinadas pelo Ministro da Finanças, num quadro conceptual de gestão local que a aproxima perigosamente daquela a que a Revolução de abril veio pôr fim.

----- A Lei do Orçamento de Estado para 2012 dá um novo passo, agora qualitativamente de outro nível, no processo de asfixia financeira das autarquias (evidenciado pela perda crescente de

peso das transferências para as autarquias quando comparadas quer na sua relação com a evolução dos impostos cobrados pelo Estado, quer na sua relação com o Produto Interno Bruto) e que há já largo tempo se vem desenvolvendo ao arrepio do preceito constitucional que determina a justa partilha de recursos públicos entre os níveis central e local do Estado em flagrante violação dos regimes legais de finanças locais (cada um deles construído, no plano dos montantes a afetar às autarquias, sobre os escombros de sucessivos incumprimentos dos que o antecederam).....

----- O Governo/PSD-CDS não só retira mais de 120 milhões euros aos valores transferidos pelo Orçamento de 2012 face ao de 2011 (num processo de subtração de verbas a que as autarquias tinham direito que ascenderá a uma verba superior a 700 milhões de euros no período de 2010 a 2012 e a cerca de 1.200 milhões de euros até 2013 se não for interrompida a aplicação do Pacto de Agressão que está a ser imposto ao país) como lança mão de novos e intoleráveis expedientes para cobrir novos roubos ao poder local.

----- É inaceitável num estado de direito e democrático, que o Governo decida, tenha em vista não só reduzir, arbitrariamente e discricionariamente, reduzir para metade os limites estabelecidos em Lei para efeitos de endividamento (de 125 para 62.5% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, da participação dos municípios no FEF, da derrama e da participação nos resultados das entidades do setor empresarial local, relativas ao ano anterior) e colocando, de um momento para o outro, mais de 180 municípios numa situação de “incumprimento” sem que tenham alterado nenhum elemento material relevante.

----- Mais considerando que, defraudando os mais elementares princípios da boa fé, o mesmo Governo, suportado nesse golpe, pretende justificar uma retenção de verbas que ascenderá a mais de 150 milhões de euros.

----- Ou a intenção de roubar aos trabalhadores da administração local (a exemplo do que sucederá nos outros níveis da administração pública e à generalidade dos pensionistas) as remunerações correspondentes aos subsídios de férias e de Natal que, a par da prorrogação das reduções salariais que vigoraram este ano e dos novos cortes nos pagamentos devidos pela prestação de trabalho extraordinário, constituirá um golpe nos rendimentos familiares com consequências não apenas nas condições de vida e dignidade de milhares de famílias como um fator de retração na vida económica local e nas possibilidades de sobrevivência de pequenos empresários.....

----- A drástica redução de verbas transferidas para as autarquias fica não apenas comprometida a capacidade de investimento e de resposta necessária às funções de serviço público, mas também

a possibilidade de apoio e estímulo à atividade das coletividades e do movimento associativo em geral que hoje têm como único parceiro o poder local para a múltipla e insubstituível ação de promoção do desporto, da cultura e do recreio que desenvolvem.

----- A chamada “reorganização administrativa” destinada à liquidação (pomposamente disfarçada no Livro Verde sob a designação de “agregação”) de quase duas mil freguesias constitui em si mesmo um deliberado fator de empobrecimento da dimensão democrática e participada do poder local e do valor que representa a alargada intervenção de cidadãos na gestão da vida pública local (uma redução de quase 20 mil eleitos da intervenção cívica e política) e um visível reflexo das conceções antidemocráticas instaladas no Governo.

----- *E neste ponto fazia só um pequeno parágrafo para dizer que infelizmente temos aqui nesta Assembleia alguns Presidentes da Junta suicidas.*

----- Esta “reorganização” não é determinada por nenhuma intenção séria de dignificar e elevar a eficácia da gestão das autarquias ou de “modernizar” a administração do território que exigiria, para ser levada a sério, não um processo cego de liquidação de centenas de autarquias mas sim a concretização do processo de regionalização.

----- São efetivamente estas medidas que o PSD/PS/CDS aprovaram na Assembleia da República e que os autarcas destes partidos no concelho de Bragança também apoiam, que determinaram a elaboração da proposta de Orçamento e Plano de Atividades para 2012, que hoje aqui apreciamos e iremos votar.

----- Pela nossa parte, tal como rejeitamos o pacto de agressão, o orçamento de estado/2012 e o livro negro pintado de verde e, lhe damos firme combate, também não podemos votar favoravelmente esta proposta do Executivo Municipal porque, como disse logo no início da minha intervenção, não serve os trabalhadores, nem as populações do concelho de Bragança.

----- Porque a luta é parte integrante do direito e do dever dos portugueses de exigirem a rejeição do Pacto de Agressão que, imposto pelo estrangeiro e subscrito pelos promotores da política de direita, empobrece e compromete o futuro dos portugueses e do país.

----- Aos Brigantinos só lhes resta a mobilização, o protesto e a manifestação em defesa dos seus legítimos interesses e direitos, em exigência e defesa do desenvolvimento do seu concelho – Bragança.

----- Muito obrigado”.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Antes de chamar o Sr. Deputado que está inscrito no momento seguinte, eu queria pedir aos Srs. Deputados o seguinte: quem fez intervenções que as tem de forma escrita, que as remeta para os Serviços de Apoio à Mesa da Assembleia, de forma digital para que elas possam poupar imenso trabalho à audição das gravações, portanto esse é um esforço que eu peço a cada um de vocês que fizeram intervenções ou moções, que possam passar essas documentos de forma digital para a Mesa de Apoio à Assembleia.

----- Bom, então eu queria chamar o seguinte inscrito, o Sr. Deputado Luís do Vale, do Bloco de Esquerda.

----- Pedimos desculpa ao Sr. Deputado Luís do Vale, há um pedido de esclarecimento para o Sr. Deputado que fez a intervenção anterior, feita pelo Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Rabal, Paulo Hermenegildo.

----- **Paulo Hermenegildo** – Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Secretário, Sr. Presidente, Sr. Vice-presidente, Colegas Presidentes de Junta, Dignísimos Elementos da AM, Comunicação Social e Público em geral.

----- Eu só vinha aqui perguntar ao amigo Brinquete quem é que são os Presidentes de Junta suicidas, e por outro lado, há bocado também não estava na sala, está fora do contexto, mas dizer que o palco de Rabal não está em cima do rio Sabor, aconselho a marcar uma consulta de oftalmologia porque anda a ver de esquelha.

----- **Presidente da Mesa** – Resposta ao pedido de esclarecimento, vai ser efetuada pelo Sr. Deputado José Brinquete, da CDU.

----- **José Brinquete** – Então tenho todo o gosto e prazer em responder ao Sr. Presidente da Junta de Rabal e às duas questões que colocou. Há Deputados suicidas do sentido figurado, e não são poucos, no sentido figurado, de que apoiam a extinção das suas Freguesias, e aqui há muitos, e claro que agora vão dizer que não é bem assim, mas no momento quando virmos quais é que vão ser extintas, porque essa palavra doce e simpática da agregação não vale nada, é extinção pura e dura, não nos venham enganar com palavras de agregação, portanto é no sentido figurado de que se querem acabar com uma coisa que é sua estão a suicidar-se, são suicidários, não se estão a suicidar a eles próprios, estão a suicidar a entidade que representam, fiz-me entender?

----- Sobre o palco, eu dei o palco como exemplo, eu sei que o palco não está em cima do rio, também era melhor, também era melhor que vocês metessem mesmo o palco em cima do rio, mas está ali a uns palmos do rio, mas eu critiquei foi toda a estrutura, toda a estrutura que se aproxima a menos de vinte metros, trinta metros do rio, está errado, e dei como exemplo um trabalho mal

feito, sendo certo que parte daquele Parque até tem algum interesse, o resto está mal feito e é um crime na medida em que estávamos a falar de açudes, eu sou a favor de açudes, mas os açudes têm regras, e então dava o exemplo de que ali se fez um mau trabalho, é a minha opinião que o Sr. tem que respeitar.

----- Eu já uso óculos para ler, mas ainda sei medir as distâncias, e portanto sei que aquilo está em cima do rio, dentro desta ideia de que não deve haver construções a menos de cinquenta metros do rio.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra, agora, o Sr. Deputado Bloco de Esquerda, Luís do Vale, para a sua intervenção.

----- **Luís Vale** – Obrigado, Sr. Presidente.

----- **Apresentou, por escrito, o seguinte:**.....

----- “Exmos. Senhores.....

----- Perante as propostas apresentadas neste documento para votação, uma vez mais vimos aqui manifestar a nossa discordância e o nosso desagrado por se insistir numa lógica construtivista e expansionista e num conjunto de políticas que, a médio e longo prazo, serão penalizadoras para os cidadãos que habitem a nossa cidade e o nosso concelho.

----- Por outro lado, seria importante depois de um exercício tão longo de gestão autárquica, conseguir libertar-se dos paradigmas que têm norteado esse mesmo exercício e aqui referimo-nos à permanente vontade de rasgar, impermeabilizar e construir, numa lógica de procurar novas e difusas centralidades à cidade, mas onde não se consegue transformar os espaços em lugares, pois para que tal acontecesse seria necessário haver pessoas, haver dinâmicas sociais e económicas, enfim, haver vida.

----- Sr. Presidente,

----- A cidade e os seus habitantes, o concelho e os seus habitantes carecem de um recinto para a promoção e valorização de raças autóctones, que em português corrente se chama, praça de touros?

----- A cidade e os seus habitantes, o concelho e os seus habitantes carecem da reconversão urbanística da zona do forte de São João de Deus?

----- Pois é. Conjunturalmente, parecem-nos dois bons exemplos de escolhas ou opções erradas. Num tempo de elevadas incertezas (palavras do Sr. Presidente) parece-nos que as certezas locais não são adequáveis com a realidade da comunidade e com as expectativas dos cidadãos.

----- Sr. Presidente,

----- Bragança está particularmente exposta aos efeitos da crise económica, senão vejamos a realidade do nosso tecido empresarial e comercial, vejamos o sangramento de mão de obra e de gente válida que se vê obrigada a partir. Tal como disse a Professora Teresa Noronha da Universidade do Algarve, “as pequenas e médias cidades tenderão a transformar-se em territórios de fuga para os que privilegiam a qualidade de vida o que, naturalmente, terá um preço elevado”. Essas cidades "manter-se-ão por questões de romantismo" e serão acessíveis aos que as possam pagar.

----- Para além disto, são várias as situações recorrentes, das quais poderemos destacar:

 a) - A tendência para a redução dos encargos com o pessoal;

 b) - A permanente preocupação com as receitas provenientes dos impostos diretos;

 c)-- A persistência na contratação de serviços externos em substituição dos serviços municipais;

----- Por último, voltar a realçar a ausência dos resultados daquilo a que chamaram “Orçamento Participativo”. Não há qualquer sinal de vida naquilo que é proposto para 2012. Uma vez mais as recomendações desta Assembleia foram desconsideradas pelo executivo. É pena.

----- Obrigado.”

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Eu passava a palavra, agora, ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro, Sr. António Carlos de Sá, tem a palavra.

----- **António Sá** – Sr. Presidente da Mesa, Sr. Secretário, Sr. Presidente da Câmara, Sr. Vereador, Srs. Deputados e Colegas Presidentes de Junta, muito boa tarde.

----- Todo e qualquer Presidente de Junta quando recebe o compêndio com as Grandes Opções do Plano e Orçamento, a primeira preocupação que tem é direccionar-se para a parte do plano de investimento na esperança de ver contemplada alguma ou algumas das obras julgadas de interesse e da necessidade para a sua Freguesia, essa foi também a minha atitude e a minha primeira preocupação.....

----- Li com muito interesse a rubrica respeitante ao saneamento constante das páginas 89 a 92, foi com muito agrado que eu vi a minha Freguesia contemplada na previsão de trabalhos a realizar durante o ano de 2012/2013, mas a condicionante - caso se obtenham apoios comunitários absolutamente necessários ao investimento - deixou-me muito preocupado.

----- Reconheço que a Câmara Municipal apostou, e muito bem, num investimento muito elevado nesta rubrica e no que respeita à parte rural, na esperança que os apoios comunitários

surjam e contemplem o vasto elenco de obras programadas a este nível, o que será excelente caso se concretize.

----- A conjunta presente e as previsões do futuro prejudicadas pela recessão da economia, pelas medidas de austeridade, pela redução das transferências do Poder Central para os Municípios, numa palavra, pela falta de verbas, leva-nos a ficar cétricos e duvidosos se esta candidatura aos apoios comunitários vem a ser aprovada no seu todo ou em parte, podendo as nossas expectativas ficarem frustradas e os investimentos adiados cine dia.

----- O que está em causa e a razão desta minha intervenção é no que me diz respeito à construção do emissário e estação de tratamentos de águas residuais na Freguesia de São Pedro dos Sarracenos. Trata-se de uma obra cujo projeto se encontra aprovado desde 2007. A sua realização embora prioritária, na nossa opinião, tem vindo a ser adiada ano após ano, dando lugar a obras julgadas mais urgentes ou por o seu custo não ser comportável pelos valores orçamentados para saneamento e tratamento de águas residuais.

----- Reconhecemos e somos sensíveis e solidários com as necessidades dos outros, apoiando e louvando o esforço hercúleo feito pela Câmara Municipal em investimento concretizado na última década, nesta área, atingindo, neste momento, uma percentagem de cobertura prestigante de cerca de 92%.

----- Até agora temos sido condescendentes e compreensivos, mas estamos a ficar apreensivos porque nos apercebemos do tempo a fugir e as soluções não aparecem à vista. As condicionantes para realização destes investimentos pouco ou nada tem, de certeza, pelo que teremos de pensar em soluções alternativas para que este projeto não venha cair no eterno esquecimento da quem o possa vir substituir, Sr. Presidente da Câmara. Perante a incerteza dos apoios comunitários e numa atitude de esperança e confiança, ousou solicitar e expor à Câmara Municipal aqui representada pelo seu Presidente, Sr. Eng. Jorge Nunes, um esforço financeiro adicional que posso contemplar a realização desta obra tão reclamada como merecida pelas gentes da minha terra.

----- Além da minha insistência, os meus encontros, tanto institucionais como ocasionais, com V.ª Ex.ª, esta infraestrutura já foi nesta Assembleia reclamada pelo Deputado e Presidente da Assembleia de Freguesia, António Eduardo Malhão, e a situação atual da fossa séptica foi denunciada por um Deputado da oposição, no intuito de denegrir tanto a Junta de Freguesia como a Câmara Municipal. Trata-se efetivamente de uma promessa de campanha de que a oposição política local se serve para achincalhar tanto em reuniões de Assembleia de Freguesia, como fora dela, os órgãos de poder constituídos.

----- As atuais fossas com a existência de cerca de vinte e cinco anos, não foram dimensionadas para dar respostas às necessidades dos nossos dias, pelo que a sua capacidade e a sua deficiente construção, permitem que as águas residuais se espalhem nas áreas circunvizinhas, provocando um mau estar e prejuízos muito reclamados pelos proprietários dos terrenos. Apesar de lhe reconhecermos a razão, a nossa atitude tem sido sempre de evitar conflitos e aclamar os ânimos, continuando a manter de pé a promessa que a Câmara Municipal está em via de ultrapassar este problema. Mas a compreensão não é total, porque as represálias já começam a parecer. Há pouco tempo alguém sem pejo nem princípios, encheu de calhaus dois poços da conduta do saneamento impedindo o percurso normal das águas residuais, conspurcando terrenos intactos e conseqüentemente obrigando à intervenção dos serviços da Câmara Municipal.

----- Sr. Presidente da Câmara, todas estas razões confirmam a necessidade urgente da execução desta obra, pelo que toda a população de São Pedro lhe recomenda, agradecendo todo o apoio e atenção que a Freguesia, até hoje, lhe tem merecido.

----- A todos muito Bom Natal, e Boas Festas de 2012.

----- Muito obrigado.

----- **Primeiro Secretário da Mesa** – Obrigado, Sr. Presidente.

----- Para uma intervenção, chamo o Sr. Deputado Luís Pires.

----- **Luís Pires** – Muito boa tarde a todos, mais uma vez. Venho fazer aqui um complemento a algumas ideias que aqui expressei e também faço às ideias que foram expressadas por alguns oradores que me antecederam.

----- Já agora, como é época Natalícia, poderíamos comprar uma sineta aqui ao Presidente da Assembleia para ele começar a fazer como o Durão Barroso, a ver se o pessoal faz menos barulho, acho que era gesto agradável, um sino de uma igreja, sim, pode ser.

----- Meus caros amigos, foi falado aqui que o Orçamento apresentado pela Câmara, para 2012, era um Orçamento que previa o encaixe financeiro que lhe iria permitir, conjuntamente com outras fontes, executar alguns dos projetos que estão previstos ou que são espectáveis na ótica deste Orçamento, conjuntamente com outras fontes, principalmente fontes comunitárias. No entanto eu, desde logo, digo uma coisa, é que aquilo que às vezes se inscreve num orçamento, ou num plano, às vezes não converge com aquilo que é realidade futura, eu tenho sérias dúvidas, muitas dúvidas, de que aquelas receitas que estão inscritas no Orçamento que vão ser originadas por vendas de terreno e etc., para construção, aliás tenho quase certeza absoluta que não se vão concretizar, porque da maneira que está o estado atual das coisas no nosso País e principalmente na nossa região, eu acho

que essas vendas não se vão concretizar e essas fontes de financiamento que estão previstas no Orçamento não vão ser concretizadas. Portanto partimos logo de um pressuposto que não é correto, o que vai, na minha ótica, inviabilizar todo o Orçamento que vem para a frente.

----- Depois há outra coisa que eu acho que também, pelo menos eu tinha uma visão diferente, a execução de obras, o betão. Há empresas que vão fazer essas obras, essas empresas trazem funcionários fora de Bragança, o dinheiro não fica cá, o dinheiro sai, não fica na nossa região, é quase uma canalização de Europa, com um *contributozinho* do nosso orçamento daquilo que ainda conseguimos arranhar e depois vai para fora de Bragança. Isto não resolve os problemas da nossa região, claramente, meus caros amigos.....

----- O que é que resolveria? Imaginem, eu dou sempre este exemplo: ainda hoje houve a cotação em bolsa, não é? Do facebook, um fenómeno interessante, que dá para estudar muita gente, a Sra. do FarmVille, a responsável, a criadora do FarmVille ganhou 767 milhões de euros, imaginem que era um de vocês e não era essa Sra. e que decidia investir em Bragança - vou montar uma unidade industrial em Bragança com 600 ou 700 postos de trabalho. Meus caros amigos não temos pessoas em Bragança se houver algum nível de especialização para pôr a trabalhar nessa fábrica, não conseguimos atrair gente de outras regiões para cá, porque o ordenado daquilo que chamam gestão de fábrica, de 600€, não permite as pessoas virem do Minho para cá, não serve. Resolveria de outra forma, eu já aqui disse isso várias vezes, eu acho que na altura quando foi o Governo de Sócrates eles tiveram alguma coragem ao fazer um Centro de Nanotecnologia, não no Porto ou em Lisboa, vieram para Braga, já é um bocadinho fora daquele eixo normal, a coragem devia ter sido maior e vir para aqui, ser numa cidade do interior, podia ser em Castelo Branco, etc., mas como eu sou de cá preferia que fosse aqui. Porque? Porque vai criar postos de trabalho para pessoas altamente qualificadas, falamos de ordenados na ordem de mil oitocentos, mil e quinhentos euros, e isso permite que essas pessoas se desloquem e eventualmente que tragam também as suas famílias, só isso vai inverter o problema da população que nós temos em Bragança, problema fundamental, na minha ótica, para a nossa região, enquanto não invertermos isso não vamos ter saída. -

----- E mais, é um problema que não é de um, dois, ou três anos, isto vai ser mais uma década, por isso é que eu me refiro ao atraso que nós temos tido face aos investimentos que a Câmara tem realizado.....

----- Meus caros amigos, os investimentos que a Câmara realizou são já alvo deste Orçamento para fazer ações corretivas, quando nós precisamos é de progresso e não de corrigir, além disso

muitas delas foram feitas e não têm retorno, hoje foi dito aqui que vamos fechar uma delas, sucederam-se outras.....

----- Já agora, meus caros amigos, houve tempos em que criticavam que a Câmara era PSD, o Governo era PS, e que não havia aqui uma convergência de intenções, o que eu duvido e não concordo porque não foi isso que se passou, mas já agora faço esse desafio, o PSD está na Câmara, o PSD está no Governo do País, não façam como fizeram com a Nissan, não a deixem ir embora, criem-se energias e tragam para aqui algo que resolva os problemas efetivos de Bragança. É só.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.....

----- Há um pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado, faça o favor Sr. Deputado Nuno Reis, do PSD, vai fazer um pedido de esclarecimento.

----- **Nuno Reis** – Sr. Presidente, muito rapidamente gostaria de interpelar o orador que me antecedeu e deixando a realidade virtual do Facebook e regressando à realidade concreta dos dias e da nossa terra, eu gostava que o Deputado Luís Pires me esclarecesse o seguinte:

----- Quais são as taxas de execução orçamental do Município ao longo dos últimos 10 anos?

----- Nenhum de nós desconhece que o Plano Plurianual de Investimentos, o Plano Plurianual de Atividades Municipais e as Grandes Opções do Plano e Orçamento são tudo documentos previsionais, ou seja, expectativas. Agora, existe um nível mínimo de confiança e de convicção nessas expectativas, e para isso nós precisamos de compreender quais foram os resultados dos exercícios orçamentais anteriores, e portanto eu gostaria que o Deputado Luís Pires, já que veio dizer que essas expectativas são infundadas e nós não devemos acreditar nelas porque são demasiado otimistas, me viesse dizer quais são as taxas de execução que este Município, liderado pelo PSD, foi apresentando ao longo da última década.

----- Muito obrigado, Sr. Presidente.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.....

----- Para responder à questão, o Sr. Deputado Luís Pires.

----- **Luís Pires** – Meu caro amigo Nuno, perfeitamente enganado, eu não me interessa absolutamente nada e vou-te explicar porquê. As taxas de execução podem ser a 100% se forem aplicadas em algo que não é o interesse da população não servem para nada, vou-te dar um exemplo.....

----- Imagina que no tempo que andavas a estudar, alguém te dizia assim:

----- Olha! Meu caro amigo, eu tenho aqui 500,00€. E dava-te os 500,00€. E tu, todo contente, e com estes 500€ dizias - É agora mesmo que eu vou comprar aquele sofá que preciso para a minha sala ou a escrivaninha para estudar.....

----- E afinal não compravas isso.

----- Vias uma loja de multimédia - é Pá! Está aqui uma Playstation porreira.

----- Compravas a Playstation, 250,00€. Chegavas a casa montavas aquilo.

----- -Mas agora falta-me uma consola para poder jogar Playstation, vou buscar aquilo.

----- Chegavas lá gastavas o dinheiro todo e aquilo que era prioritário ficava por fazer, tinhas uma Playstation porreira, mas que não serve para nada.

----- **Nuno Reis** – Sr. Presidente da Mesa, Sr. Secretário, Sr. Presidente da Câmara, Sr. Vereador, Sras. e Srs. Membros da AM.

----- Caro amigo Luís, não foi nada disso que eu perguntei, nada disso, nós podemos divergir daquilo que são as opções inscritas nos investimentos, é legítimo, da vossa parte, acreditar que o caminho é outro, mas a minha pergunta é muito concreta.

----- Quais foram as taxas de execução orçamental que o Município apresentou nos últimos dois anos? Por um motivo, porque para o meu amigo vir aqui levantar dúvidas sobre a exequibilidade do Orçamento que nós agora apresentamos, o meu amigo vai ter que vir aqui dizer que as taxas de execução dos nossos orçamentos anteriores eram más execuções orçamentais.....

----- E o meu amigo levantou a suspeita acerca da exequibilidade dos documentos apresentados do próximo ano, tem que vir aqui dizer em que é que sustenta essa suspeita, porque todos os orçamentos municipais anteriores têm elevadas taxas de execução, quer no domínio da execução financeira, quer no domínio da execução física, têm elevada execução, tem elevada execução no domínio da receita, como tem elevada execução no domínio da despesa, e portanto o meu amigo pode discordar das obras e dos investimentos que estão previstos, não pode é vir dizer que estes documentos geram expectativas infundadas na medida em que não são exequíveis, porque não tem um único dado concreto que lhe permita afirmar.

----- Finalmente eu gostava de dizer o seguinte: Foi aqui dito que não há empresas em Bragança a fazer obras, pois eu devo andar noutra cidade, porque eu percorro a minha rua na Zona Histórica, que aqui tantas vezes é falada, e a empresa responsável pela reabilitação de alguns dos imóveis que vão acolher as habitações para estudantes do Instituto Politécnico, peço desculpa, os Srs., agora, têm que ter paciência, mas têm que se acalmar, porque eu também estive ali sossegado a ouvi-los com toda a paciência, sem grande prazer mas com toda a paciência, agora, os Srs., peço desculpa, os

Srs. tem que me dizer qual é a empresa que está a executar as obras, os Srs. perguntem aí aos Presidentes de Junta de Freguesia, temos aqui muitos, perguntem, não são empresas de Bragança que executam as obras nas vossas Freguesias? Os trabalhadores são todos de fora?

----- Eu peço desculpa, aliás eu gostava muito era que viesse aqui um quadro comparativo entre as adjudicações que foram feitas pela Administração Central, no tempo do PS, para saber quantas empresas de Bragança ganharam concursos para executar obras no Distrito e no Concelho de Bragança e gostava que a Câmara nos demonstrasse aqui quantas das obras que foram executadas por este Executivo Municipal, aprovadas por esta AM, não foram executadas por empresas da região ou com empresas da região associadas. Era um bom exercício e era importante nós percebermos isso.

----- Portanto aquilo que aqui é dito é muito simples, o Orçamento Municipal apresentado é um Orçamento sério, credível, e os Srs. não foram capazes de trazer aqui um único argumento que demonstrasse a falta de seriedade e sustentabilidade da proposta que nos é apresentada.

----- Disse.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Pode responder à questão.

----- **Luís Pires** – Meus caros amigos, completamente enganado, tenho toda a legitimidade para dizer aquilo que disse porque o dinheiro é dos contribuintes, e como tal tem que ser justificado, ponto número um.

----- Ponto número dois - a empresa que anda a fazer a requalificação das obras que têm a ver com Instituto Politécnico, é a MultiNordeste, cujos subempreiteiros são todos da Zona do Porto, exceto o Eng. Civil que é o gestor de projeto.

----- Mais, ó! meu caro amigo, quem é o dono da obra não interessa, porque o dinheiro é distribuído pelos funcionários e vão-se embora, não é? Ó! meu caro amigo, calma lá, mais alguma coisa? Deixe-me responder ao Nuno, se não se importa, está bem?

----- Outra coisa, FDOs; essas coisas todas, são empresas que têm um chapéu com várias empresas lá em baixo, que são empresas que não são daqui, portanto o dinheiro não fica cá, não fica cá, são pessoas que vêm para cá temporariamente e vão-se embora. E mais, às vezes nem gastam aqui as refeições, que ainda é pior, vão a Macedo, por exemplo, conheço casos desses, há exemplos.

----- Portanto, meu caro amigo, relativamente à seriedade eu acho que tu usaste aí a palavra num contexto que não devias usar, porque eu não usei aqui a falta seriedade, eu não acredito é que

aquele Orçamento se concretize e estaremos cá no final do próximo ano para verificar, porque é assim, da maneira que está a conjuntura, com a volatilidade que existe, ninguém consegue fazer uma previsão demasiado correta.

----- Agora, o bom senso, o bom senso diz que aqueles números são elevados, e tu andas pela cidade a passear pelo teu bairro e vez o que é que acontece, não vez uma pessoa à noite, não vez ninguém andar por aí de um lado para o outro, a atividade económica está a decair, não é por estar frio, vocês sabem do que é que eu estou a falar, portanto se quiserem assumir, assumem, se não quiserem o problema é vosso.

----- Agora, meus caros amigos, em dois mil e doze nós vamos ver se isto acontece, agora eu não estou mais para aceitar que desde mil novecentos e noventa e sete até agora me venham aqui sugerir obras que vão resolver este problema, aquele e outro, e aquilo que encontramos são problemas em cima de problemas e temos que andar sempre a resolvê-los, se isto não é despesismo e uma má aplicação dos dinheiros públicos, então eu não sei o que é.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Bom, para terminar, vamos dar a palavra ao Sr. Deputado Luís Filipe Fernandes do PS.

----- **Luís Fernandes** – Ora, uma vez mais, boa tarde e vamos acalmar os ânimos, que isto está um bocado exaltado.

----- Eu venho aqui falar duma questão que já aqui levantei há cerca de dois, três anos, e que, na altura, o Sr. Presidente da Câmara me respondeu dizendo que esperava que o PS cumprisse a sua palavra em relação à criação da A4 e nomeadamente ao nó de Mós.

----- Estou a falar disto porquê? E lamento que os Srs. Presidentes de Junta aqui da minha zona estejam tão caladinhos em relação a isto, queremos fazer agregações, queremos juntarmo-nos, mas depois quando é hora de exigirmos alguma coisa para a nossa zona, estamos calados.

----- E estou a falar de que? Estou a falar de uma questão fundamental para a zona sul do Concelho que, quanto a mim, neste momento, é a zona mais desprotegida em termos de acessibilidades.

----- Telmo, Não faça essa cara, que é verdade, você está bem servido, mas vá para aquela zona e veja.-

----- Sr. Presidente, naquela altura eu falei aqui na recuperação ou revitalização da estrada de Valverde/Mós e o Sr. Presidente disse-me que tinha tudo projetado, tudo previsto, logo que o nó de Mós estivesse pronto, aquela estrada era retificada, era melhorada. Ora bem, o nó de Mós está praticamente pronto, a terraplanagem está feita, asfaltar eventualmente, dentro de pouco tempo

estará pronto, e eu sei que tem no Orçamento esta obra, mas tem lá 1000€, se não me engano, quer dizer que estes 1000€ são para ir andando, ir fazendo.

----- Eu gostava de saber efetivamente Sr. Presidente se tem intenções ou não de pegar a sério naquela zona sul em termos de acessibilidades, porque já vimos que com a situação atual e com o Governo que temos, o Penacal é para esquecer porque nunca mais aquela estrada vai ser retificada dentro dos prazos aceitáveis para aquela zona, então esperamos que a Câmara cumpra aquilo que prometeu em relação à retificação da estrada de Valverde de Mós.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Estão terminados os pedidos de intervenção sobre este ponto. Vamos passar à votação. Informando os Srs. Deputados que estão presentes oitenta e dois deputados na sala.

----- Ainda, para finalizar, quero só dar duas informações, que são duas certidões que foram entregues aos Srs. Líderes dos Grupos Municipais, que tem a ver com: uma, com uma correção dos valores inscritos, uma do valor da taxa de comparticipação da despesa, portanto **valores de CORREÇÃO DE DOIS PROJETOS INSCRITOS NO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA O ANO 2012**. Um deles é o **PROJETO N.º 1/2011 - ECOPOLIS - RECONVERSÃO URBANÍSTICA DO FORTE SÃO JOÃO DE DEUS - CENTRO DE REFERÊNCIA EM CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL (EDIFÍCIOS MUNICIPAIS)**, sendo da responsabilidade desta Autarquia, 42% da despesa do referido projeto e não 20%, como estava inscrito nos documentos e no documento inicial.

----- E no **PROJETO N.º 12/2010, com o título “EXECUÇÃO DE REDES E INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO BÁSICO NAS SEGUINTE ALDEIAS: LAGOMAR, TERROSO, GONDESENDE, FRIEIRA, VILA BOA, PARÂMIO, FREIXEDA, QUINTAS DE MONTESINHO E OUTRA”**, com a inscrição de previsão de despesa no montante 300.000,00€ para o ano 2013, a qual não constava no documento aprovado na anterior Reunião da Câmara Municipal realizada no dia 28 de novembro de 2011.

----- São duas correções constante da página um e sete do documento entregue.

----- Também uma outra informação, que na certidão enviada aos Srs. deputados relativa à votação ocorrida na Câmara Municipal, não constava a declaração na totalidade inscrita a declaração de voto do Sr. Vereador Humberto Rocha. Portanto neste momento a certidão que está aqui, e que está na posse dos Srs. Líderes dos Grupos Municipais, já faz a transcrição global e na íntegra, da declaração de voto do Sr. Vereador Humberto Rocha, que faltava na sequência da declaração de voto, um exemplo relativo à sua declaração de voto. E portanto essa declaração de voto já consta na certidão que foi remetida para os Srs. Líderes dos Grupos Municipais e constará naturalmente na ata.

----- Srs. Deputados, vamos passar à votação da proposta remetida pela Câmara, relativa aos **DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2012 – ORÇAMENTO; PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS; PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL E MAPA DE PESSOAL**.....

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM VINTE E UM VOTOS CONTRA, UMA ABSTENÇÃO E SESSENTA VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE OITENTA E DOIS MEMBROS PRESENTES.**

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto?

----- Registo a intenção de declaração de voto de Guedes de Almeida e Luís Pires, são as duas declarações de voto que eu registo, por isso passo a palavra ao Deputado Guedes de Almeida, para a sua declaração de voto.

----- **António de Almeida** – Sinteticamente e resumindo, o voto contra este Plano Plurianual, do CDS/PP, tem a ver contra o aumento da faturação da água e dos tratamentos dos resíduos sólidos, é contra o aumento da faturação da água a partir do próximo ano, contra o aumento dos transportes, contra o não apoio aos agricultores deste Concelho, e com a salvaguarda e chamada de atenção de que estes aumentos sobre as classes mais desfavorecidas, quer do meio urbano da Cidade Bragança, aquela mais flagelada pela pouca sorte, quer no meio rural, que se deve também aos votos dos Srs. Presidentes de Junta que deverão responder perante os seus Municípios, os seus fregueses, nas respetivas Freguesias. Portanto o CDS opõe-se a estes aumentos.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Para a declaração de voto, em nome do PS, Luís Pires.

----- **Luís Pires** – O Partido Socialista votou contra este Orçamento porque numa altura de menor fulgor socioeconómico é necessário que olhemos de uma forma atenta e cuidada por os mais desfavorecidos, componente essencial para que as assimetrias socioeconómicas não se vinquem ainda mais, no entanto consideramos pertinente e fundamental que se ponha também a perspetiva económica a funcionar, no sentido de criar uma ação de contra ciclo, cujo resultado permita, por um lado fomentar a parte social e por outro fazer um relançamento económico.

----- Não é isso que este Orçamento nos apresenta, é um Orçamento que não é proativo, é um Orçamentos que gasta muita verba em situações que consideramos que não vão ser reprodutivas para o nosso Concelho, como tal o PS não podia deixar de votar contra.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Continuam a fazer imenso ruído, não põem só um problema da questão da perturbação da intervenção dos Srs. Deputados, mas também, eu recebi, enfim, uma informação dos Serviços de Apoio que no momento da audição desta sessão, em que os funcionários têm que ouvir as gravações e reproduzi-las a escrito, este ruído de fundo perturba muito a audição e portanto é um esforço suplementar que se pede aos funcionários para produzirem um documento de forma escrita que verterá as intervenções feitas aqui de forma verbal.

----- Por isso peço o favor de entenderem também, por essa via, a vossa compreensão para a diminuição do volume das conversas.

----- Passamos ao

PONTO 4.2.2 - EXTINÇÃO DA EMPRESA MMB-MERCADO MUNICIPAL DE BRAGANÇA, E.M.

.....Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

“I -CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e oito de novembro do ano de dois mil e onze, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, Jorge Manuel Nogueiro Gomes, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, José Leonel Branco Afonso e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“EXTINÇÃO DA EMPRESA MMB-MERCADO MUNICIPAL DE BRAGANÇA, E.E.M.

Pelo Sr. Presidente foi apresentada, sob proposta do Conselho de Administração do MMB – Mercado Municipal de Bragança E.E.M., o Relatório Final elaborado pela empresa “Gestluz-Consultores”, documento previamente distribuído aos Srs. Vereadores, e que apresenta um plano de reorganização de processos e funções do Mercado Municipal de Bragança, E.E.M. e que expõe nomeadamente:

1. Caracterização económica e financeira do Mercado Municipal de Bragança, E.E.M.;
2. Caracterização económica e financeira das Feiras Municipais e Regionais;
3. Enquadramento sócio - económico de Bragança e Trás-os-Montes;
4. Enquadramento sectorial de Bragança e Trás-os-Montes;
5. Cenários de desenvolvimento futuro;

6. Conclusões;
7. Plano de ação; e
8. Anexos.

Em Reunião do Conselho de Administração de 24 de novembro de 2011, foi deliberado propor à Câmara Municipal de Bragança, para se pronunciar sobre o Plano de Ações proposto no Estudo que recomenda:

“1. Extinção da empresa Municipal que gere o Mercado Municipal, a MMB Mercado Municipal de Bragança E.E.M., salvaguardando-se nos termos da lei geral e da lei específica que regula as empresas municipais o processo que leve à:

- Migração dos atuais quadros compostos por um gestor, um fiscal e três auxiliares de limpeza, para os quadros da Câmara Municipal de Bragança, nas categorias compatíveis com os atuais, e mesmas condições salariais;
- Transferência de propriedade dos equipamentos para a Câmara Municipal de Bragança;
- Liquidação da dívida a fornecedores e transferência de ativos e passivo bancário para a Câmara Municipal de Bragança;
- Extinção da empresa.

2. Migração de processos de suporte da MMB para os serviços da CMB, (Departamento Administrativo e Financeiro, Departamento dos Serviços Municipais e Departamento de Obras e Urbanismo).”

Assim proponho, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 44.º, da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro, conjugado com o artigo 30.º dos Estatutos da MMB- Mercado Municipal de Bragança, E.E.M., deliberar sobre a sua extinção, liquidação do passivo da Empresa a fornecedores, transferência do passivo à banca e do ativo da Empresa para o Município de Bragança e a integração dos trabalhadores da Empresa no Mapa de Pessoal Municipal, após a extinção da mesma.

Em anexo Balancete Geral da Empresa, datado de 30 de setembro de 2011, Relação dos Postos de Trabalho e Relatório da Auditoria, reportado a 30 de junho de 2011.

Proponho ainda, que a proposta apresentada seja submetida à Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º conjugado com a alínea l) do n.º 2 do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 44.º, da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro.”

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a referida proposta.

Mais foi deliberado, por unanimidade, submeter, para aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º conjugado com a alínea l) do n.º 2 do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 44.º, da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro.

Intervenção dos Srs. Vereadores, Jorge Gomes e Leonel Afonso

Os Srs. Vereadores apresentaram a seguinte Declaração de Voto:

A decisão da CMB em encerrar o velho mercado da Praça Camões, determinou a construção do atual, através do estabelecimento de uma parceria com a SIMAB, para o efeito.

A CMB preconizava (conforme sítio na internet), a quando da tomada de decisão de construção, que *“um dos desafios do novo Mercado Municipal de Bragança será tornar-se líder na oferta de soluções para a economia da região. Através de produtos do agricultor para o consumidor, aliado a uma gestão e articulação de espaço, inovador, que possa, num só local, satisfazer com elevada qualidade, o grau de exigência, cada vez maior, de todos os seus potenciais utilizadores, dinamizando, assim, a economia da região”*.

Sem aprofundar a análise, é perceptível que, tais objetivos não foram atingidos, não se conseguindo sequer uma aproximação que fosse, visto que a criação da MMB - Mercado Municipal de Bragança, EM sempre foi desajustada às necessidades da cidade e do concelho e, com localização sempre, muito contestada, a empresa adotou um modelo empresarial desadequado.

A tipologia construtiva, a arquitetura e a filosofia económica que presidiu à construção da infraestrutura, denominada de *“mercado de 3ª geração”*, não serve as funções de mercado tradicional de frescos (no interior do edifício) nem dispõe dos requisitos essenciais para o setor, para além de dispor de exiguidade de oferta de espaços de comercialização de carne e de peixe (3 de cada).

A política de empresarialização da Câmara redundou em fracasso estratégico, facto indubitável que tem que ser assumido, sem dramas, com naturalidade, e de onde se devem retirar as devidas ilações e consequências políticas.

Os défices de exploração foram sucessivos, desde a criação da empresa, tendo-se verificado em 2010, nos termos do Relatório de Contas e do Relatório de Auditoria, uma diminuição de 2,83% na redução do volume de negócios. A forma de suprimento adotada foi sempre a mesma – aumento de capital – o que mereceu a nossa oposição, até porque, no caso vertente, a forma de subsídio era a desejável para colmatar o défice anual de exploração.

O estudo elaborado pela Gestluz, por um lado, focaliza-se na tentativa de encontrar o rumo económico da região e, por outro, centra-se no diagnóstico da empresa, sendo, porém, redutor no que concerne às hipóteses elencadas e aos possíveis cenários de exploração.

No entanto, e com o intuito de contribuir para a resolução do problema dos sucessivos aumentos de capital e dos consecutivos défices de exploração da MMB, EM, votamos favoravelmente a proposta de extinção da empresa e de incorporação no património Municipal.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 29 de novembro de 2011.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”

II – Anexos :

Anexo 3- Postos de Trabalho do MMB; Anexo 4 - Balancete Geral (analítico) e

Anexo 5 - Relatório de Auditoria

----- **Presidente da Mesa** - Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara, para apresentar o ponto agora em início de discussão.

----- **Presidente da Câmara – Apresentou, por escrito, o seguinte:**

----- “Fez ontem nove anos de início do funcionamento do novo Mercado Municipal um processo de concepção e construção que envolveu uma situação inicial de colaboração empresarial com a SIMAB – Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, empresa com a missão pública de modernização do Mercado Abastecedor Nacional. A iniciativa evoluiu positivamente, ano a ano, estando actualmente instalada actividade económica que garantem 202 postos de trabalho.

----- Desde há algum tempo que o município é o único accionista e por isso iniciou-se um processo tendente à evolução da solução de gestão com a perspectiva de integração na estrutura organizativa da Câmara Municipal, mantendo como é claro toda a actividade do equipamento. Portanto quando se fala na, o encerramento de encerrar uma empresa não significa encerrar a actividade do equipamento, é uma confusão que não pode ser mantida. Assim, e de acordo com estudo adjudicado pela Câmara Municipal à empresa “Gestluz- Consultores”, decidiu o Conselho de Administração da empresa a 24 de Novembro de 2011, propor à Câmara Municipal:

1 – Extinção da Empresa Municipal – MMB – EM, que gere o Mercado Municipal de acordo com a seguinte metodologia:

I) migração dos actuais quadros de 5 trabalhadores, para o mapa de pessoal da Câmara Municipal.

II) transferência da propriedade dos equipamentos para a Câmara Municipal.

III) liquidação de dívidas a fornecedores e transferência de activos e passivos bancários para a Câmara Municipal.

IV) extinção da empresa.

2 – Migração dos processos de suporte da actividade do Mercado Municipal para os serviços da Câmara Municipal.

Toda a informação necessária à decisão foi disponibilizada, destacando das demonstrações financeiras do Relatório de Auditoria elaborado pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas a 30 de Junho de 2011 que o activo total da empresa é de 4 894 838€ (sendo o valor do activo não corrente de 4 733 522€ e do activo corrente de 161 316€), o capital próprio de 2 970 354€ e no passivo destaca-se o financiamento de médio e longo prazo no valor de 998 203€ e dívida de curto prazo de 145 722€. Nota-se que estando as dívidas da empresa consolidadas no Relatório de Gestão da Câmara Municipal, esta operação não altera o endividamento do município e aumenta o Activo Bruto, pela integração do activo não corrente da empresa no valor de 4 733 522€.”

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente.....

----- Pedidos de esclarecimento sobre esta matéria? Guedes de Almeida pode fazer o seu pedido de esclarecimento, tem a palavra.

----- **António de Almeida** – Os esclarecimentos pedidos são os seguintes: em termos globais qual é o montante de défice que é transmitido da empresa MMB para a Câmara Municipal. O montante global, quero o já vencido, quero aqueles que é necessário pagar, os créditos que foram pedidos à banca ou a outros investidores.....

----- Outra pergunta que se faz é a seguinte: Como justifica, os postos de trabalho que referiu, 202, que são mantidos no Mercado Municipal.

----- A terceira pergunta é como que se faz, em termos legais, a transferência do pessoal afeto ao Mercado Municipal, para integração nos serviços Municipalizados, é de imediato, há concursos, não há concursos, há cessação de contratos. E eu pedi os elementos que seriam fundamentais e que não foram fornecidos, e que seriam fundamentais precisamente para tratar deste assunto, isto é, da transferência do pessoal ou da integração do pessoal da empresa que vai ser extinta nos serviços da

Administração Local, porque segundo consta e é vós corrente, para admissão como funcionário ou trabalhador da Administração Central há um limite de idade, e pelos vistos o Mercado Municipal tem inclusivamente trabalhadores que se consta que já estão reformados, vão ser integrados ou como é que vai ser feito?

----- Há pagamento de indemnizações e são despedidos?

----- Estes elementos foram pedidos, e foram pedidos ontem através de requerimento ao Sr. Presidente da AM, que seria fundamental para discutir isto, que seria os contratos individuais de trabalho que foram celebrados por esses trabalhadores no início da atividade da Empresa Mercado Municipal. Como é que foi feito o seu recrutamento, que tipo de contrato estabeleceram para agora se poder discutir efetivamente como é que é feita a rescisão desses contratos, que direitos eles têm ou que deveres eles têm. Portanto não foram fornecidos, houve dificuldades que se estranha, quer dizer, que não se traga para aqui um documento exaustivo para extinguir uma empresa, embora também não seja difícil, quer dizer, uma empresa tem como Conselho de Administração, o Presidente da Câmara e o Vice Presidente, isto é a mesma coisa, quer dizer, isto também é um conceito de empresa que não se entende.

----- O que lhe queria perguntar também, fala aqui em termos globais, mas nunca esta Assembleia soube, por exemplo, qual é o pagamento em termos de ocupação de espaço, da PT ao Mercado Municipal. Deve dinheiro? Não deve dinheiro? porque há operadores privados que devem dinheiro e estão em Tribunal. Quanto é que paga o Banco ao Mercado Municipal? Qual é o valor das rendas? Qual é a forma de contrato? Como é que se está a redigir esse contrato ocupação? Quanto paga o Inatel? Quanto paga o mini preço? Que, pelos vistos, há uns que pagam tudo e outros que não pagam nada. E há, inclusivamente, operadores que foram à falência e tiveram já que fugir, que estão no estrangeiro.

----- Portanto este é um problema complexo e que revela, acima de tudo, e há uma outra questão que é importante. O Sr. Presidente falou aqui na apresentação deste processo da extinção, começou há nove anos, começou como um grupo empresarial por dois parceiros, mas em que o outro a meio do processo quando estava a correr mal é pago e põe-se a andar e ficando a Câmara, neste caso o Concelho de Bragança, agora com este volume de défice que já está, digamos assim, englobado no défice da Câmara, porque isto é única e a mesma coisa.

----- Portanto eram estes esclarecimentos que eu perguntava, essencialmente aquele que tem a ver, para além do montante, onde é que estão os duzentos e dois postos de trabalhos que diz que estão ocupados ali, que não se vêem. E depois também há uma figura, os serviços continuam, mas

como é integrado nos serviços Municipais a ocupação de espaço daqueles operadores é preciso saber que destino vão ter, porque à partida e legalmente não poderão continuar a manter um contrato que tinham com uma empresa Municipal que é extinta, aí ter-se-á que aplicar a Tabela de Taxas e licenças da Câmara Municipal, o valor das rendas de ocupação terão que ser diferentes, terão que ser postos a concurso. Portanto não é tão simples quanto isso.....

----- Evidentemente que aquele espaço não vai fechar as portas, vai ter que ser ocupado, agora vai ter que ser ocupado com outra filosofia, com outra metodologia e com outra, digamos assim, base jurídica de apoio, portanto para essa exploração, para essa atividade, não é uma empresa passa a ser os serviços Municipais.

----- E, agora, o que eu pergunto ao Sr. Presidente, nesta fase até integração qual vai ser o pagamento da ocupação dos espaços daqueles serviços que lá estão? Pelo mesmo valor dos contratos, se os contratos se extinguem? Vão a concurso aqueles espaços? Os espaços são avaliados em função da tabela de taxas e licenças da Câmara Municipal, que é isso que tem ser, na minha perspetiva?.....

----- Portanto são estes esclarecimentos que eu gostava de saber, e lamentar que efetivamente se traga um assunto tão importante que já aqui foi discutido e que na altura estava tudo muito bem, de uma forma aligeirada como quem diz - fechamos a porta, aquilo acabou, agora não é nada com vocês - acho que há elementos fundamentais de uma empresa que tem encargos municipais que são elevados, que têm que ser quantificados para saber efetivamente qual foi o prejuízo da gestão daquela empresa.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Não havendo mais pedidos de esclarecimento, penso que o Sr. Presidente da Câmara quererá responder a algumas questões, neste momento.

----- **Presidente da Câmara** – Muito obrigado, Sr. Presidente. Do relatório da auditoria distribuído a cada Deputado, basta ler a parte das demonstrações financeiras para perceber que o activo corrente é de 161.316.00,00€ e as dividas de curto prazo são 145.722.00,00€, que o passivo de médio e longo prazo, ou seja, os empréstimos que o mercado tem junto da banca, contraídos para efeitos da construção, no valor de 1.750.000,00€, estava, nesta data, a 998.203,00€ sensivelmente a cerca de 50%, ou seja, a empresa tem satisfeito os seus compromissos, com regularidade plena, junto da Banca. E que o activo bruto que transita para o Município é de 4,7 milhões de euros, está no relatório de auditoria, pois estão os números todos desagregados de forma mais fina, que podem ser lidos.

----- Dizemos na metodologia, aprovada em reunião de Câmara, que no que diz respeito aos processos da empresa, seja os contratos de pessoal, os contratos com os operadores, etc. que migram, portanto a migração de processos que suporta a actividade do Mercado Municipal para os Serviços da Câmara Municipal. Evidentemente que não se está a imaginar que se despede o pessoal, que se coloque os operadores na rua, e que se abrem concursos públicos para ocupar espaços novamente, naturalmente os processos migram todos pelos valores que têm, mudam, alterar-se-ão os contratos nas mesmas condições, é essa a deliberação que é pedida à AM, de outra forma nunca seria viável extinguir a empresa.....

----- As questões de pessoal são tratadas nos termos da lei, aquilo que está previsto ao nível do sector empresarial local e demais legislação neste âmbito, não daremos passo nenhum errado nesse sentido, por isso gastámos também algum dinheiro a nível de consultoria, que o Sr. Deputado achou que não devia ser feita, nós achamos que devia ser contratada, o processo foi devidamente avaliado, avaliámos com as Finanças, também foi fornecida essa informação aos Sr. Deputados, e quais eram as consequências de transferência do activo da empresa para o Mercado sobre o ponto de vista do IVA, uma operação dessas podia representar demasiado dinheiro para o Município, essa documentação também foi distribuída aos Srs. Deputados, portanto acho que têm documentação suficiente para que a decisão seja tomada.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente.....

----- Inscrições para este período de trabalhos? Guedes de Almeida, José Brinquete, Bruno Veloso e Luís do Vale. Guedes de Almeida tem a palavra para a sua intervenção, e depois José Brinquete, Bruno Veloso e Luís do Vale.

----- **António de Almeida** – Ora bem, o Sr. Presidente, houve aqui questões que eram importantes, que não respondeu, quer dizer, não interessa, ou não interessará tanto, mas que não respondeu, foi perguntado quanto é que pagava a PT, de renda ou de ocupação de espaço, e não disse, quanto pagava o Banco não disse, quanto pagava o INATEL não disse.....

----- -

----- **António Almeida** - mas deveria ter! Quando se vem para um debate da extinção de uma empresa, deveria ter trazido, portanto a informação é prestada logo na integra, o que é facto é que há aí operadores individuais que foram à falência, que requereram a insolvência, que estavam em Tribunal para execução dos seus bens e alguns já fugiram, e, digamos assim, os grandes grupos , aqueles que têm dinheiro continuam ali, nós não saímos de cá e nem se sabe na certeza quanto é

que pagam. E foi essa questão que não foi esclarecida. E, aliás, este ponto já foi aqui trazido pelo CDS, como foi para extinguir também o Matadouro, o matadouro continua, vai ser extinto.

----- Quanto ao contratar uma empresa para estudar, será que é preciso, acho que Bragança tinha três pessoas, quatro pessoas, vinte pessoas para fazer este estudo, e não levaria doze mil e quinhentos euros, para dizer que tem que fechar? É fácil, faziam-se as contas, basta frequentar lá, não há gente, a maior parte se calhar nem paga renda, tem que fechar, dá prejuízo.....

----- Extinguir uma empresa, como extinguir uma empresa privada, obriga a uma prestação, no caso da privada, de uma série de elementos que são fundamentais para levar à extinção de uma empresa, e quando se prestam falsas declarações, há, neste momento em Tribunal até casos porque prestaram falsas declarações, não há ativos nem passivos, nem aparecem passivos. A natureza é diferente, mas trazer aqui para extinguir, pedir o aval da Assembleia e não trazer todos os elementos e sobretudo todos os elementos que mexem com a vida profissional das pessoas, acho que é uma lacuna muito grande, porque efetivamente celebraram contratos que agora vão ser integrados, têm que ser integrados, devem ser integrados, mas devíamos saber em que condições é que eles foram contratados inicialmente, qual é a idade que eles têm neste momento, se podem ser integrados na função pública, ou tem que ser indemnizados.

----- Quanto ao pagamento, ficam a pagar o mesmo? Não podem! Ou vão a concurso os espaços, ou não podem manter-se, o contrato é alterado, a entidade locatária é outra, entre aspas, digamos assim, e tem que se aplicar ou através de concursos em carta fechada para ocupação de espaços, ou através da área ocupada como era no Mercado, aquilo é um Mercado e há tabelas para ocupação de espaços nos Mercados.

----- Pronto, tudo isto aqui não foi esclarecido, agora eu voto favoravelmente com a salvaguarda de respeito pelos interesses dos trabalhadores integralmente. Não diz aqui para onde é que vão ser integrados e como é que vão ser integrados, como é que vão ser as negociações, como é que deixam de ser, mas salvaguardar esses interesses, salvaguardar os interesses dos operadores, daqueles que efetivamente pagam e que lá se encontram, e obrigar, se é que não pagam, a que a PT pague, a que o Banco Santander que lá está, pague, a que pague a INATEL, e que toda a gente pague, e que o direito de igualdade relativamente à ocupação de espaço seja efetivamente cumprido por todos e que não haja regime de exceção e sobretudo que sejam excecionados aqueles que nada precisam ou menos precisam. A questão é esta, mas voto favoravelmente à extinção como assim recomendo já que se vote a extinção, numa próxima Assembleia, do Matadouro Municipal.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra, agora, o Deputado da CDU, José Brinquete.

----- **José Brinquete** – Sr. Presidente da AM, eu pedi a palavra para dizer que estando de acordo e ir votar favoravelmente esta proposta, devo dizer duas coisas. A primeira é de que, eu, em relação às dúvidas que o Dr. Guedes de Almeida aqui colocou, acho que são pertinentes, mas parti do pressuposto que estão todas salvaguardadas como é afirmado ali, os trabalhadores são reintegrados, o património transita para a Câmara etc., nesse pressuposto que está lá escrito, isto foi estudado antes, não é? E espero que isso aconteça e estou confiante que sim. Mas o que eu queria dizer mais era o seguinte, estamos vistos que o capitalismo é terrível, sempre que não lhe interessa passa para o público, é assim em muitas coisas, para o país todo, é assim em Bragança.

----- A CDU chamou aqui a atenção de que se a Câmara Municipal achasse que a cidade de Bragança devia ter uma Mercado Municipal, que é um equipamento de serviço público, devia de ser Municipal, mas estas modernices de desviar capitais ou de aplicar capitais por outras vias etc., são as tais modernices de favorecer meia dúzia, como é normal. Depois quando as coisas estão mais ou menos resolvidas, o betão foi construído, as caixilharias, as ruas e tal, então começa a haver os custos da conservação e então aí passa-se para o público outra vez, isto tem a ver com uma questão mais grossa, vamos lá, que está agora na linha ideológica do Governo e que já vem de outros Governos inclusive do PS, é quando nos vêm dizer que devemos ter menos Estado, eu normalmente pergunto quando nos estão a dizer isto - menos Estado para quem? - é porque o Estado é sempre a favor de alguém, e quando dizem - é preciso menos Estado - está-se logo a ver para que é, menos Estado para o povo Português, para os trabalhadores, para os reformados, mas mais Estado para os tubarões, e portanto aqui quando deu jeito não era do Estado, agora é do Estado, claro que eu tenho que ser coerente com a posição que a CDU tem que é os Mercados Municipais, tal como outros equipamentos públicos, devem ser ou da Administração Central ou da Administração Local. É a mesma coisa em relação ao Matadouro, se chegarmos à conclusão que o Matadouro pode ser um serviço público para a economia local e designadamente para a produção animal, e que vale a pena a Autarquia, com os fundos de que dispõe, porque a Autarquia tem que gastar os fundos que dispõe em coisas úteis, então deve construir um Matadouro Municipal, tal como fez, e portanto nem é nada do outro mundo passar a ser Municipal na sua plenitude, até porque, quer o Mercado Municipal, quer o Matadouro Municipal, neste momento só têm capitais exclusivos da Câmara e sendo da Câmara são de todos nós.

----- Portanto tirando estes aspetos todos que são da maior importância que são políticos e ideológicos vou votar a favor.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra, agora, para a sua intervenção, o Sr. Deputado do PS, Bruno Veloso.

----- **Bruno Veloso** – Muito obrigado Sr. Presidente.

----- Sr. Presidente de Câmara, o PS saúda que ao fim de nove anos de empresa Mercado Municipal, o Sr. Presidente tenha dado razão àquilo que tem sido o papel e a voz do PS relativamente a esta matéria, mas o Sr. Presidente diz ainda, de facto, com pouca humildade, que foram cumpridas todas as funções da Empresa Mercado Municipal.

----- Sr. Presidente, eu não vi cumprida qualquer missão desta empresa, por várias razões. Em primeiro lugar porque o Mercado Municipal foi criado para substituir um verdadeiro Mercado Municipal que existia, hoje temos um Mercado Municipal, como já mais que uma vez lhe dissemos, não existe, não funciona.

----- Vem-me aqui com números, dizer que tem duzentos e dois postos de trabalho, perguntava quantos trabalhadores trabalham no *Call Center*? Fica a pergunta, todos certamente saberão que será, com certeza, mais de metades ou quase metade dos trabalhadores do Mercado Municipal, naturalmente que isso não são funções do Mercado Municipal.

----- E, ó! Sr. Presidente, não sejamos ingénuos, se, de facto, esta empresa tivesse cumprido a sua missão certamente que os investidores da SIMAB não tinham abandonado a empresa tão precocemente e naturalmente nesta altura estaríamos de uma outra forma. Mas, de facto, Sr. Presidente naturalmente atendendo a todas as posições do PS não podemos deixar de votar favoravelmente a extinção desta empresa inútil durante 9 anos, que não cumpriu a missão, que foi um trampolim para extinguir o Mercado Municipal, esse sim verdadeiramente Municipal e verdadeiramente Mercado, que existia no centro da cidade, e portanto naturalmente cumprimos, com a ressalva, naturalmente, sobre os direitos dos trabalhadores. E foi aqui chamado à atenção, mas pressuponho também que a nossa votação englobe todos os pressupostos que a Câmara nos dá como adquiridos quando apresenta a esta AM. Mas temos certo que no futuro, quando o PS ganhar de novo a Câmara, Bragança terá, com certeza, um novo e um verdadeiro Mercado Municipal. Pode lhe chamar o que quiser, terceira geração, ao seu Mercado, mas de certeza que não é um Mercado Municipal, Sr. Presidente.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra, agora, o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, Luís do Vale, para a sua intervenção.

----- **Luís Vale** – Obrigado Sr. Presidente.

----- **Apresentou, por escrito, o seguinte:**.....

----- “É por todos sabido que o BE sempre se opôs à criação arbitrária de empresas municipais, pois cedo percebeu que tais entidades não passam de expedientes administrativos e financeiros para as necessidades políticas e *clientelistas* de cada executivo camarário. É também conhecida por todos vós a opinião do BE em relação ao elefante branco criado sob a bonita designação de Mercado Municipal. Não foi uma, nem duas, nem três vezes que aqui o dissemos e aqui alertamos o executivo para esse facto.....

----- O Mercado Municipal foi destruído e extinto convém lembrar por este executivo. Aquilo que se construiu lá em cima nunca o foi, nem nunca o pareceu ser. Foi um ato falhado e há que o admitir. Agora, depois de anos de teimosia e de injeção de capitais, finalmente, perceberam-no e arrepiaram caminho.....

----- Mas este processo é também paradigmático no que concerne à política e à visão que este executivo tem do que é a iniciativa empresarial e comercial local. Apostar numa localização externa a qualquer centralidade, apostar numa construção denominada de 3ª geração, quando o que as pessoas precisavam, queriam e gostavam era de ir ao mercado, ainda que de 1ª geração, mas onde se estabeleciam relações de cumplicidade, de amizade e de negociação, apostar numa arquitetura disfuncional e depois querer induzir-lhe a componente tradicional, só poderia resultar num tremendo fracasso. E não é de agora.

----- Em relação ao estudo que nos é dado a conhecer, parece-me notória a falta de perspetiva ou de rumo a dar a um equipamento como este. Se não serve de Mercado Municipal também não é através deste tipo de estudo que iremos perceber qual a vocação de tal espaço. O que irão fazer, num futuro mais próximo do que possam imaginar, com este elefante branco?!... ..

----- Mais. Seria bom que este caso servisse de exemplo para memória futura e que sempre que se pensar em criar este tipo de empresas espertas, os autarcas reflitam muito bem sobre a sua utilidade e as suas mais-valias para os municípios e suas populações. A este propósito, gostaria de vos dizer que nada move o BE contra o objetivo expresso no Documento Verde de redução significativa do atual número de entidades que compõem o Setor Empresarial Local, por extinção e/ou fusão, acautelados que estejam o princípio da autonomia local e os direitos dos trabalhadores. Também, em relação às Empresas Municipais que subsistam, defendemos o aumento de competências das Assembleias Municipais quanto ao Setor Empresarial Local, designadamente na aprovação dos respetivos planos e contas, aumentando desta forma o controlo democrático sobre o seu funcionamento.

----- Regressando ao caso em apreço, Sr. Presidente,.....

----- Não foi por falta de informação, por falta de avisos, ou sugestões. Foi por teimosia sua que assim aconteceu. só.

----- Entretanto, como é lógico, votaremos favoravelmente esta proposta.

----- Obrigado.”

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra o Sr. Deputado do PSD, Amândio Gomes.

----- **Amândio Gomes** – Eu só queria dizer que efetivamente aquela obra não é tão inútil como aqui se quis pintar, é que ela realmente ainda mantém duzentos e tantos postos de trabalho, o que não é mau para a cidade de Bragança. \

----- Relativamente à sua localização, podemos não concordar plenamente com ela, desde sempre as coisas não são sempre como nós queremos, mas se não tem sido feita aquela obra, hoje, se calhar, não teríamos possibilidade de ver ali trabalhar duzentas e tantas pessoas, portanto a obra não foi inútil.

----- A forma como se arranjar ou como se conjugaram as coisas para levar a efeito aquela obra, bom, foi uma das formas possíveis, havia uma empresa, havia a Câmara, conjugaram-se esforços, fez-se a obra, foram-se buscar verbas que era necessário ir buscar e a obra concluiu-se e ela aí está..

----- Quanto à extinção do Mercado no sítio em que ele estava, ali também não me parece que tivesse grande viabilidade, mas, para além disso, vemos que um simples hipermercado faz a função que fazia lá o Mercado.....

----- Portanto nós vamos votar a favor pela extinção e agradeço muito as suas informações mas não as sigo, portanto nós vamos votar a favor da sua extinção e estamos convencidos que até aqui ou nos dois/ três primeiros anos a oposição bradava incessantemente contra a feitura daquele Mercado. Depois, como viu que ele estava a funcionar, e bem, calou-se! Calou-se! E agora concorda com a sua extinção nos moldes com que a Câmara apresenta, de maneira que vamos efetivamente votar a favor.

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Veloso, julgo que será a última intervenção.

----- **Bruno Veloso** – Ó! Meu querido amigo, Dr. Amândio, sabe que tenho muita estima por si, mas deixe-me que lhe diga uma coisa, o que disse não é verdade, o PS sempre, e todos os anos, e em muitas destas Assembleias, mostrou total discordância com o Mercado Municipal, que nunca

sentiu e que nunca sentiu que existia e que nunca funcionou como um verdadeiro Mercado Municipal, e isso foi sempre dito, em todos os programas eleitorais, desde há nove anos para cá, o PS reafirmou aos seus eleitores, sempre, essa mesma posição, e é esta a verdade, uma empresa Mercado Municipal que mais de metade dos seus trabalhadores são empregados de uma discoteca, funcionários dum banco, funcionários de um restaurante, funcionários de mini preço, de um *Call Center*, não é garantidamente um Mercado Municipal, o Mercado Municipal ou algumas lojas locais que existem naquele infraestrutura são: o mínimo dos mínimos que existe para se poder chamar àquilo uma pequena praça local de comércio muito pequena e muito reduzida, aquilo não é de facto um Mercado Municipal nem nunca o será, Dr. Amândio, por muito boa vontade que tenha.

----- Mas deixe-me que lhe diga também uma coisa. O Dr. Amândio também, se bem me recorde, no início deste ano, quando aprovamos as contas para este ano e o plano de atividades, também já se propunha a extinção do Mercado Municipal. Ó! Dr. Amândio, nós aqui nesta AM, nesse mesmo dia, propusemos a extinção da Empresa Mercado Municipal, e sabe qual foi a votação do PSD? Foi contra! E sabe o que é que isso custou? Olhe aquilo que já aqui alguém disse, mais de doze mil e tal euros ou mais qualquer coisa para se fazer um estudo para aquilo que o PS tem vindo sempre a reafirmar - extinção da Empresa Mercado Municipal . Bem vindos.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Terminamos a discussão deste ponto com uma intervenção do Sr. Presidente da Câmara. Tem a palavra, Sr. Presidente.

----- -

----- Pede com que figura Dr. Amândio? Eu vou pedir desculpa mas o adiantar da hora já ultrapassou, não nos permite tal intervenção, terminávamos estas intervenções com a intervenção do Sr. Presidente das Câmara.

----- **Presidente da Câmara** – Obrigado Sr. Presidente. Salientar que há elementos que o Dr. Guedes de Almeida pediu ontem, ao final do dia, segundo me comunicou a Directora de Departamento, toda a informação que solicitou ter-lhe-ia sido entregue sem qualquer reserva se solicitada com tempo, nem imagina nesta Assembleia que o Banco Santander não paga regularmente e mensalmente aquilo que está contratado, por exemplo, não faz sentido colocar problemas desses na Assembleia. Também não fará sentido imaginar que a extinção de empresas não irá ser feita de forma absolutamente regular seguindo os passos necessários, é obvio que sim, assim será feito.

----- Por outro lado lembrar que este investimento não foi construído no âmbito de uma parceria público/privada foi no âmbito de uma parceria de duas empresas públicas, uma empresa pública SIMAB, de capitais 100% públicos, a quem o Governo tinha atribuído a missão de reorganizar o mercado abastecedor no País. Depois do PS sair do Governo, com a entrada do PSD, a SIMAB teve que concentrar a sua missão no Mercado Abastecedor de Lisboa, basicamente, e abandonou as outras situações em que estava envolvida e foram suspensos, nessa altura, todos os projectos que não tinham sido concretizados.

----- Portanto salientar que este projecto é, indiscutivelmente, um projecto, do meu ponto de vista, positivo. Pode discutir-se a localização, o futuro dirá se a localização está correcta ou não, a minha convicção é de que está correcta, com o espaço demarcado de produtos da terra, com espaço próximo, com parque de estacionamento, com a futura e próxima localização definitiva da feira, ali ficará uma grande unidade que *há-de* continuar a desenvolver-se, renovando os operadores, como é obvio também, os operadores de hoje não são exactamente os operadores que existiam quando o Mercado operava na Praça Camões, as coisas não são estáticas, vão evoluindo, vão mudando, evidentemente que nesta mudança cabe a diversidade de opiniões sobre as opções que são feitas, eu pessoalmente acho que o sentimento que existe à volta deste investimento é hoje bem mais positivo do que era quando foi iniciado.

----- Por outra lado, no que diz respeito às contas de exploração do Mercado, nos mesmos documentos que foram entregues aos Srs. Deputados, a empresa tinha o resultado líquido do exercício do primeiro semestre deste ano, negativo, de 5.700,00€, portanto não está tão mal como isso, portanto há equilíbrio. Este passo tem que ser dado, a extinção não é por força de qualquer anormalidade que exista na empresa, simplesmente porque a Câmara é detentora de 100% do capital social e não faz sentido manter uma empresa em actividade nestas condições, só por essa razão. -

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente.....

----- Vamos passar então à votação sobre este ponto “Extinção da Empresa Mercado Municipal de Bragança”.....

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE, ESTANDO MOMENTANEAMENTE OITENTA MEMBROS PRESENTES.**

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de Voto? Não há declarações de voto. Muito obrigado Srs. Deputados.

----- Temos aqui um problema neste momento está esgotado o Período de 4h, da tarde, falta muito pouco para terminarmos a agenda de trabalhos, a Mesa vai colocar à consideração dos Srs. Deputados a prorrogação dos trabalhos da Assembleia por mais meia hora, que é o que o Regimento prevê. Srs. Deputados portanto a devida atenção, vamos por à votação a prorrogação dos trabalhos de hoje por mais 30 minutos, pedindo a atenção dos Srs. deputados para concentrarem na discussão dos pontos seguintes, serem sintéticos, o suficiente, para terminarmos hoje a agenda, seria muito desagradável prolongar a Assembleia de hoje para um outro dia de trabalhos, significava uma despesa acrescida de cerca de 6000€ para o Município, portanto peço que sejam sintéticos.....

----- Vamos então votar a autorização para prorrogação dos trabalhos por mais trinta minutos. ...

----- **PROLONGAMENTO DOS TRABALHOS**- A Mesa propôs o prolongamento dos trabalhos por mais trinta minutos.

----- **A PROPOSTA FOI APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM CINCO VOTOS CONTRA, UMA ABSTENÇÃO E SETENTA VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SETENTA E SEIS MEMBROS PRESENTES.**.....

----- **Presidente da Mesa** - Eu pergunto se há declarações de voto sobre esta votação? Não há....

----- Avançamos para o Ponto seguinte.....

PONTO 4.3 – TOMADA DE CONHECIMENTO E DISCUSSÃO sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:.....

4.3.1 - BRIGANTIA ECOPARK - PROPOSTA DE AUMENTO DO FUNDO SOCIAL PELA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA;

.....Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

“CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e oito de novembro do ano de dois mil e onze, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, Jorge Manuel Nogueiro Gomes, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, José Leonel Branco Afonso e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“BRIGANTIA ECOPARK - PROPOSTA DE AUMENTO DO FUNDO SOCIAL PELA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta elaborada pelo Departamento Administrativo e Financeiro e que a seguir se transcreve:

1 - A Câmara Municipal de Bragança, deliberou, em Reunião Ordinária realizada no dia onze de agosto de 2008, aprovar a Adesão do Município à ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO BRIGANTIA ECOPARK - PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, aprovar os Estatutos e Projeto do respetivo Regulamento Interno.

A Assembleia Municipal em Sessão Extraordinária, realizada no dia oito de setembro de 2008, aprovou, sob proposta da Câmara Municipal, que o Município de Bragança integrasse aquela Associação.

A referida Associação, visa contribuir para o desenvolvimento económico da região em que se insere, através da instalação de empresas de base tecnológica, centros de investigação e do ensino superior.

A Assembleia Geral é o Órgão Deliberativo e é constituído por todos os associados em pleno gozo dos seus direitos sociais.

De acordo com o n.º 1 de artigo 22.º dos Estatutos, “o fundo social é constituído por Unidades de Participação (UP), com o valor nominal de 500,00€ (quinhentos euros) cada uma, e realizado do seguinte modo:

2. A UP constitui e corresponde a uma quota mínima indivisível para efeitos de subscrição do património associativo.

3. O fundo social poderá variar mediante a entrada ou saída de associados ou o reforço da participação dos associados já inscritos.”

O Regulamento Interno estabelece, na Cláusula Quarta que:

“1. O fundo social inicial é de € 159 000,00 (cento e cinquenta e nove mil euros), distribuídos por 318 Unidades de Participação (UP), subscritas do seguinte modo:

- a) O Município de Bragança, que subscreve 200 UP (100 000,00€ - cem mil euros);
- b) O Instituto Politécnico de Bragança, que subscreve 100 UP (50 000,00€ - cinquenta mil euros);
- c) O Município de Vila Real, que subscreve 4 UP (2 000,00€ - dois mil euros);

d) A Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, que subscreve 4 UP (2 000,00€ - dois mil euros);

e) A Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto – PortusPark, que subscreve 10 UP (5 000,00€ - cinco mil euros).

2. O Município de Bragança garantirá em qualquer circunstância, e a todo o tempo, pelo menos a subscrição nominal de 51% das UP, do património associativo.

3. Fica expressamente vedada a transmissão de UP entre os associados.

4. Os associados que abandonem a ASSOCIAÇÃO não têm o direito de repetir as UP que tenham subscrito, sendo porém responsáveis por todos os pagamentos que lhe sejam imputáveis e se encontrem em dívida, relativos ao período em que foram associados.”

2- A Assembleia Geral da ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO BRIGANTIA ECOPARK reuniu, extraordinariamente, no dia quinze de novembro de 2011, para analisar e votar uma proposta de aumento do fundo social, a subscrever pela Câmara Municipal de Bragança e pelo Instituto Politécnico de Bragança, nos termos do número 3 do artigo 22.º dos Estatutos “no sentido de serem satisfeitos compromissos vencidos com empresas fornecedoras, visto o primeiro pedido de pagamento, justificativo da despesa no âmbito da candidatura de financiamento ao QREN, só poder ser realizada após a elaboração do auto de consignação dos trabalhos de construção do Parque de Ciência e Tecnologia - Brigantia Ecopark, processo este em fase de contratação pública”.

Nestes termos, foi aprovada a seguinte proposta:

a) Reforço de 200 Unidades de participação (UP), no valor nominal de 100.000,00€ (cem mil euros), a subscrever pelo Município de Bragança; e

b) Reforço de 100 Unidades de participação (UP), no valor nominal de 50.000,00€ (cinquenta mil euros), a subscrever pelo Instituto Politécnico de Bragança.

Assim, o Município de Bragança passa a subscrever 400 UP correspondente a 200.000,00 e o Instituto Politécnico de Bragança passa a subscrever 200 UP, correspondente a 100.000,00€ (cem mil euros).

A proposta apresentada respeita a regra de detenção maioritária do património social da ASSOCIAÇÃO pelo Município de Bragança, estabelecida no número 2 da Cláusula 4.ª do Regulamento Interno da Associação - O Município de Bragança garantirá em qualquer circunstância, e a todo o tempo, pelo menos a subscrição nominal de 51% das UP, do património associativo, - no entanto é

necessário proceder à alteração do n.º 1 e alíneas a) e b) da cláusula 4.ª, do respetivo Regulamento que reporta à composição do fundo social.

De acordo com a proposta aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia quinze de novembro de 2011, a Cláusula Quarta do Capítulo II do Regulamento Interno da Associação passará a ter a seguinte redação:

CAPITULO II

PATRIMÓNIO

Cláusula Quarta

Fundo social inicial

1. O fundo social inicial de 309 000,00€ (trezentos e nove mil euros), distribuídos por 618 Unidades de Participação (UP), subscritas do seguinte modo:

- a) O Município de Bragança, que subscreve 400 UP (200 000,00€ - duzentos mil euros);
- b) O Instituto Politécnico de Bragança, que subscreve 200 UP (100 000,00€ - cem mil euros);
- c) O Município de Vila Real, que subscreve 4 UP (2 000,00€ - dois mil euros);
- d) A Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, que subscreve 4 UP (2 000,00€ - dois mil euros);
- e) A Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto – PortusPark, que subscreve 10 UP (5 000,00€ - cinco mil euros).

2. O Município de Bragança garantirá em qualquer circunstância, e a todo o tempo, pelo menos a subscrição nominal de 51% das UP, do património associativo.

3. Fica expressamente vedada a transmissão de UP entre os associados.

4. Os associados que abandonem a ASSOCIAÇÃO não têm o direito de repetir as UP que tenham subscrito, sendo porém responsáveis por todos os pagamentos que lhe sejam imputáveis e se encontrem em dívida, relativos ao período em que foram associados.

Considerando que, a Assembleia Municipal em Sessão Extraordinária realizada no dia oito de setembro de 2008, autorizou o Município de Bragança a integrar a ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO BRIGANTIA ECOPARK, aprovando simultaneamente os Estatutos e o Regulamento Interno, é agora competente a Câmara Municipal para aprovar um reforço do fundo social, nos termos expressamente previstos nos Estatutos da mesma.

Assim, propõe-se, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 22.º dos Estatutos da ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO BRIGANTIA ECOPARK, a aprovação do aumento do fundo social

através de um reforço de 200 Unidades de participação (UP), no valor nominal de 100.000,00€ (cem mil euros), a subscrever pelo Município de Bragança, passando o mesmo a deter 400 UP no valor nominal de 200 000,00€ (duzentos mil euros).

Mais se propõe que, nos termos do previsto na alínea d) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, se dê conhecimento à Assembleia Municipal.”

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar o aumento do fundo social através de um reforço de 200 Unidades de participação (UP), no valor nominal de 100.000,00€ a subscrever pelo Município de Bragança, passando o mesmo a deter 400 Unidades de Participação (UP), no valor nominal de 200 000,00€.

Mais foi deliberado, por unanimidade, dar conhecimento à Assembleia Municipal, nos termos do previsto na alínea d) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 29 de novembro de 2011.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”

----- **Presidente da Mesa** - Sr. Presidente da Câmara, tem a palavra.

----- O Sr. Presidente da Câmara prescinde, neste momento, da sua intervenção.....

----- Pedidos de esclarecimento? Não há.

----- Intervenções sobre este tema? Luís Pires, do PS, e Guedes de Almeida.

----- **Luís Pires** – Bom, dado o adiantado da hora eu vou resumir umas ideias que eu tinha para aqui. Relativamente a este ponto o Grupo Municipal PS tem uma abordagem a dois níveis, tal como referimos no ponto de Orçamento esta é uma concretização desejável, necessária, crítica. A maior crítica que nós colocamos relativamente esta, não relativamente ao aumento do fundo social, mas sim ao projeto em si, é que ele aparece com uma década de atraso, claramente, esta é a nossa perspetiva, que este investimento é estratégico e surge com muito atraso, aliás citamos o exemplo das cidades de Braga e Aveiro que há muitos anos começaram este tipo de procedimentos e as empresas foram-se criando, foram-se fechando, entretanto foram-se criando outras etc. e neste momento existe um Parque Industrial em cada uma delas, significativo, e que dão uma solvência à cidade.

----- No entanto gostaríamos também de chamar a atenção para um fator, este é um projeto que tem uma ligação profunda com o Instituto Politécnico de Bragança. E, nesse sentido, gostaríamos de alertar a Câmara para o facto de que, mesmo o povo sábio de uma forma empírica, refere a necessidade de diversificar, a diversificação constituiu um elemento crítico da estratégia corporativa e nesse sentido complementa as estratégias de atuação de uma terminada organização, pouco contribui para um crescimento sustentado no longo prazo. Exige-se em consequência uma leitura atenta e lúcida no entorno e seus indicadores bem como uma definição rigorosa das linhas de atuação estratégicas.

----- Estamos seguros que relativamente a este projeto o mais importante ainda está por definir, importa perceber face a este aumento de unidades de participação como é que será realizada à gestão operacional do Parque, nomeadamente no que respeita às interações funcionais, e mais fundamental e premente, quem liderará os processos operacionais.

----- Recordo-me de, em tempo, aqui nesta mesma sala, ser referida a intenção, por parte do Sr. Presidente, de um concurso público para encontrar a individualidade com a experiência e o dinamismo suficientes para levar o projeto a bom porto.

----- Cremos que este é um fator crítico relativamente ao sucesso desta empreitada, e em consequência um sucesso também para a cidade. Não tenhamos ilusões, levará o seu tempo, os resultados não serão, por norma, imediato, daí a nossa crítica ao timing e ao atraso que já temos neste momento. Somos absolutamente favoráveis a este empreendimento, agora, não o estraguem com más decisões.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- O Sr. Dr. Guedes de Almeida tem a palavra, para a sua intervenção sobre este tema.

----- **António de Almeida** – A intervenção é votar contra esta proposta, aliás é só para conhecimento, não é? É só intervenção, não tem votação? É para conhecimento. Mas, discordar efetivamente desta proposta, atendendo que é, neste momento, uma falsa expectativa, à semelhança de outra, ou outros, que já foram aqui discutidos no Plano Plurianual, na perspetiva do CDS/PP trata-se de um fadyver mais para gerar expectativas que nada terão a ver com a realidade e porque está convicto que efetivamente este projeto Brigantia EcoPark será um projeto que não vai ser concluído, quase com todo a certeza, devido à inviabilidade financeira e económica do Município.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Muito bem, estão terminadas as intervenções, não sei se o Sr. Presidente da Câmara quer fazer alguma intervenção.....

----- Tem a palavra, então, o Sr. Presidente.

----- **Presidente da Câmara** – Trata-se um projecto importante para o futuro de Bragança, para a competitividade da economia, para a empregabilidade do quadros superiores e para a fixação de empresa tecnológicas, não tenho dúvida. Fizemos uma caminhada de nove anos, para angariar boas vontades, nove anos, até assegurar os fundos necessários e a parceria necessária para que o projecto avançasse. Nã região houve momentos, que estão registados, em que foram anunciados outras localizações de Parques de Ciência e Tecnologia, havia parques em tudo que era canto, chegámos a este momento, com uma boa parceria, do meu ponto de vista, e sabemos ou temos a ideia como dar passos próximos, designadamente no que diz respeito à liderança, executiva, operacional, os órgãos estão definidos nos estatutos e manterão a regra que aí está estabelecida. A nossa preocupação foi encontrar, ou que o Presidente do IPB encontrasse dentro do próprio IPB, uma pessoa que pudesse assegurar essa orientação, e a nossa total concordância já foi dada e a pessoa está designada, portanto nesse âmbito nós sabemos como fazer e como promover parceria.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente.....

----- Terminámos a discussão deste ponto, passamos ao ponto seguinte, também para tomada de conhecimento e discussão e não para votação.

PONTO 4.3.2 – AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL RODOVIÁRIO – DECISÃO DA NÃO ADJUDICAÇÃO E REVOGAÇÃO DA DECISÃO DE CONTRATAR.

.....Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

“CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e quatro de outubro do ano de dois mil e onze, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, Jorge Manuel Nogueiro Gomes, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, José Leonel Branco Afonso e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL RODOVIÁRIO – DECISÃO DA NÃO ADJUDICAÇÃO E REVOGAÇÃO DA DECISÃO DE CONTRATAR.

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte informação elaborada pelo Gabinete Jurídico e que a seguir se transcreve:

Sobre o assunto em epígrafe, foi solicitado ao Gabinete Jurídico, pela Exma. Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro parecer sobre a proposta de não adjudicação/revogação da decisão de contratar do procedimento concursal – Ref.ª n.º 2/2011-DF e de lançamento dos procedimentos de aquisição de combustível rodoviário para o presente ano e para o ano subsequente, que a seguir se transcreve:

Analisado o processo cumpre emitir parecer

Enquadramento fáctico – jurídico

1. A adjudicação é o ato administrativo pelo qual a administração aceita e escolhe uma das propostas apresentadas e indiretamente individualiza o concorrente com o qual o contrato será celebrado (necessariamente aquele que apresentou a proposta escolhida).

2. A decisão de adjudicação é um ato predominantemente vinculado quanto à sua emissão, no sentido em que só pode não ter lugar nos casos enunciados taxativamente no artigo 79.º, n.º 1 do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

3. No caso em apreço, a proposta de decisão de não adjudicação teve por base o preceituado na al. c), do n.º 1 do artigo 79.º do CPP e fundamenta-se na “...necessidade de alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento, nomeadamente através da definição de uma data de referência que servirá de base à fixação do preço das propostas...”

4. Dispõe a alínea c) do n.º 1 do artigo 79.º do CPP “ Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para a apresentação das propostas:”

5. Estipula por seu turno o n.º 4 do mesmo artigo “A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, deve ser notificada a todos os concorrentes.”

6. A apreciação do fundamento legal da decisão de não adjudicação prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 79.º, envolve o exercício de margem de livre decisão por parte da entidade pública contratante, mas a decisão deve ser devidamente fundamentada.

7. Reportando-nos ao caso em análise, somos de parecer que a proposta de não adjudicação encontra sustentação jurídica na alínea c) do n.º 1 do artigo 79.º do CCP e cumpre os requisitos de fundamentação legalmente exigido pelo artigo 125.º do CPA.

8. A decisão de não adjudicação com base no disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 79.º do CPP, determina ou legitima a decisão de revogação da decisão de contratar (artigo 80.º do CPP).

9. Revogada a decisão de contratar, não se vislumbra impedimento legal à utilização do procedimento de ajuste direto para aquisição do combustível rodoviário até ao termo do presente ano, desde que seja **salvaguardado o disposto no n.º 2 do artigo 113.º do CPP**: “ Não podem ser convidadas a apresentar propostas entidades às quais a entidade adjudicante já tenha adjudicado, no ano económico em curso e nos dois anos económicos anteriores, na sequência de ajuste direto adotado nos termos do disposto na alínea a) do artigo 19.º, na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º ou na alínea a) do n.º 1 do artigo 21.º, consoante o caso, propostas para a celebração de contratos cujo objeto seja constituído por prestações do mesmo tipo ou idênticas às do contrato a celebrar, e cujo preço contratual acumulado seja igual ou superior aos limites referidos naquelas alíneas.”

10. Finalmente, o recurso por parte do Município, enquanto entidade voluntária, à Agência Nacional de Compra Públicas, E.P.E. (ANCP), para contratação do fornecimento ou aquisição de bens móveis, incluindo combustíveis rodoviários, está legalmente previsto nos artigos 260.º e segs do CPP.

Proposta

Termos em que se propõe a adoção do procedimento proposto pelo Júri do Concurso, salvaguardado o disposto no n.º 2 do artigo 113.º do CPP.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a decisão de não adjudicação com base no disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 79.º do CPP, que determina ou legitima a decisão de revogação da decisão de contratar (artigo 80.º do CPP), de acordo com a informação prestada pelo Gabinete Jurídico.

Mais foi deliberado, por unanimidade, dar conhecimento à Assembleia Municipal.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 29 de novembro de 2011.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”

----- **Presidente da Mesa** - Sr. Presidente de Câmara, algum esclarecimento neste momento? Não há. -----

----- Pedidos de esclarecimento? Não há pedidos de esclarecimento. -----

----- Intervenções sobre esta matéria? Não há intervenções sobre esta matéria. -----

----- Sr. Presidente da Câmara, há algum esclarecimento adicional? Não há. -----

----- Então passamos para ao ponto seguinte -----

PONTO 4.4 – A solicitação do Grupo Municipal da CDU, com vista ao exercício da competência prevista na alínea a) do n.º 1 do Art.º 87.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação introduzida pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, e Art.º 18.º do Regimento da Assembleia Municipal de Bragança, DISCUSSÃO SOBRE “O DESENVOLVIMENTO DO CONCELHO DE BRAGANÇA – DINAMIZAÇÃO DAS ÁREAS: ECONÓMICA, SOCIAL, CULTURAL E AMBIENTAL”.....

----- **Presidente da Mesa** - José Brinquete tem a palavra.

----- **José Brinquete – Apresentou, por escrito, o seguinte:**.....

----- “Sr. Presidente da Assembleia Municipal.....

----- O agendamento, nesta Assembleia Municipal, do ponto “O DESENVOLVIMENTO DO CONCELHO DE BRAGANÇA – Dinamização das áreas: Económica, Social, Cultural e Ambiental”, por parte da CDU, surge pela necessidade que há de procurarmos caminhos novos e criativos que coloquem o concelho de Bragança, enquanto Capital do Nordeste Transmontano, no lugar que lhe cabe por mérito próprio e, sobretudo, face às potencialidades de que dispõe, tanto ancoradas nos seus recursos endógenos, como quanto aos recursos humanos de que efetivamente dispõe.

----- Temos, da realidade que nos cerca, um capital de análise e diagnóstico de elevada qualidade. Veja-se, por exemplo, todo o acervo saído do III Congresso de Trás-os-Montes e Alto Douro, que se realizou em 2002, na cidade de Bragança (onde se inserem as suas conclusões) ou, todo o trabalho científico desenvolvido, há cerca de três décadas, pelo Instituto Politécnico de Bragança e as suas Escolas Superiores: Agrária, Tecnologia e Gestão, Educação e Artes e de Saúde....

----- Se é verdade que os Censos de 2010 dão um pequeno acréscimo de população para o concelho de Bragança (de cerca de 600 habitantes) não é menos verdade que os restantes 11 concelhos do distrito perderam dezenas de milhares de habitantes que não se refletem no magro crescimento verificado. E, por outro lado, provavelmente esse pequeno crescimento demográfico já foi anulado com a debandada que se tem verificado, nos últimos meses, por parte de muitos Bragantinos que, para não morrerem de fome, tiveram que sair da sua terra para sobreviverem, à procura de trabalho noutras paragens do mundo, eles e as suas famílias. Certamente que cada um de nós conhece familiares ou amigos próximos que nos últimos meses o fizeram.

----- A situação económica e social do nosso concelho é na verdade dramática. O desemprego aumenta todos os dias, o trabalho precário e sem direitos é o “pão-nosso de cada dia” e, não se vislumbram dias melhores para os que resistem e teimam em ficar, na terra que os viu nascer.

----- A nossa juventude, essa então, depois de tirar um curso não volta há sua terra, pela simples razão de que aqui não encontra trabalho, de forma a constituir família e aqui se fixar. Já para não falar das centenas de jovens (rapazes e raparigas) que se formam no IPB e que aqui não ficam a

exercer a atividade para que foram capacitados. Em boa verdade, os poucos que por cá continuam, sobrevivem com empregos mal remunerados e sem direitos, em caixas de hipermercados ou, no balcão de um qualquer café ou pizzeria.

----- Acresce que, para cúmulo de toda esta dramática situação, a cidade de Bragança não só é hoje uma cidade moderna e atrativa, como dispõe de equipamentos sociais e públicos para cerca de 100 mil habitantes, enquanto, como é sabido, tem neste momento somente 20 mil.

----- Objetivando ainda mais o nosso ponto de vista:

----- É nossa convicção de que isto não pode continuar assim! Há que dar a volta a isto! Até porque o concelho de Bragança e a região em que se insere dispõem de imensos recursos que estão por aproveitar e que podem ser realmente um contributo para colocar “Portugal a Produzir” e criar melhores condições de vida aos cidadãos e às suas famílias.

----- Se não vejamos:.....

- **No setor primário** temos, entre muitos outros: um couro mineiro muito relevante que urge voltar a explorar; uma agricultura e agropecuária que produzem imensos produtos, a maior parte com denominação de origem controlada, como sejam – a raça mirandesa, o bísaro, os enchidos, o cabrito de Montesinho, o cordeiro bragançano, o mel do Parque Natural de Montesinho, a castanha da Terra Fria, o azeite e o vinho, etc. Igualmente, o setor florestal é da maior importância, como fator económico, mesmo no contexto nacional. Para já não falar das importantes reservas estratégicas de água doce aqui existentes e das áreas protegidas de que dispomos mas que não temos sabido aproveitar devidamente.....

- **No setor Industrial** – podemos dizer que ainda estamos na “idade média”. É verdade que temos duas zonas industriais devidamente infraestruturadas e, até podíamos ter mais, mas estes equipamentos, até face aos avultados investimentos públicos que tiveram, não podem servir só para armazém de mercadorias. Sendo certo que nenhuma região se consegue desenvolver se não tiver uma pujante atividade industrial – é urgente definir políticas claras e objetivas para este setor.

- **No setor do turismo**, nos últimos anos, surgiram novas unidades de alojamento capacitando Bragança com uma boa oferta. No entanto, este setor não está devidamente organizado, face à centralidade que efetivamente Bragança apresenta. Pela oferta de excelência, que o concelho e a região oferecem nesta área, importa tomar medidas que levem à captação de novos visitantes e isso não se compadece com amadorismos ou arranjinhos de capela.

- **No setor cultural** – face ao nosso riquíssimo património cultural (construído, imaterial e ambiental), existem todas as condições para virmos a ter uma política e uma atividade cultural

marcante, no contexto nacional e mesmo internacional. No entanto, como sabemos, isso também não se compadece com a inexistência de um plano estratégico cultural para o concelho.....

----- Podíamos estar aqui, por muito mais tempo, a elencar todas as nossas potencialidades e recursos, tanto ao nível do mundo rural como urbano, bem como das possibilidades de melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes. Julgamos ser desnecessário na medida em que, felizmente, temos diagnósticos suficientes e de alta qualidade. **Importa pois agir e agir depressa**.....

----- É nosso entendimento, que é possível e viável “meter mãos à obra”, confiar que Bragança tem futuro e que o futuro de Bragança está nas mãos dos Bragançanos!.....

----- Daí, acreditarmos que a Autarquia de Bragança, em conjunto com; o Instituto Politécnico de Bragança; o Núcleo Empresarial de Bragança; a Associação Comercial, Industrial e Serviços de Bragança e demais Instituições e Associações culturais, recreativas, desportivas e de solidariedade social, do concelho, podem e devem procurar entender-se e trabalhar no sentido de encontrar novos caminhos e caminhos inovadores, com vista ao desenvolvimento efetivo do concelho.

----- Assim, apresentamos a seguinte:.....

**“PROPOSTA/RECOMENDAÇÃO
BRAGANÇA CAPITAL DO NORDESTE TRANSMONTANO!**

Considerando que o concelho de Bragança:

- Vive uma acentuada depressão económica e social patente nos níveis de desemprego, nos altos índices de envelhecimento da população, nas dificuldades de fixação dos jovens, etc.;...
- Continua a não registar níveis satisfatórios de crescimento demográfico, com vista a garantir o seu futuro;.....
- Ao nível do tecido económico urbano e rural vive uma crise efetiva que afeta sobretudo, de forma mais acentuada, a agricultura, o comércio e os serviços.....
- Tem reunido todas as condições para dar um forte impulso ao sistema produtivo, aproveitando todas as potencialidades, designadamente: no conhecimento, investigação e cultura; na indústria; na agricultura; no setor agroindustrial; no turismo; no comércio e nos serviços.....

A Assembleia Municipal de Bragança reunida, em 16 de dezembro de 2011, decide aprovar a seguinte recomendação:

1. **Que o Executivo da Câmara Municipal de Bragança, envolvendo as demais entidades, delinieie e defina, a breve prazo, Linhas Estratégicas que visem o Desenvolvimento Sustentado do concelho de Bragança.**

O Eleito da CDU,

a) José Brinquete”

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Srs. Deputados, portanto é uma proposta para a votação, não sei se tomaram atenção! Eu leio então o ponto que é para votar.

----- *A Assembleia Municipal de Bragança reunida em 16 de dezembro de 2011, decide aprovar a seguinte recomendação:*

Ponto um e único.

1. **“Que o Executivo da Câmara Municipal de Bragança, envolvendo as demais entidades, delinieie e defina, a breve prazo, Linhas Estratégicas que visem o Desenvolvimento Sustentado do concelho de Bragança.”**

----- Pedidos de esclarecimento sobre esta proposta? Não há.

----- Intervenções? Uma intervenção. Eduardo Malhão, tem a palavra.

----- **Eduardo Malhão** – Boa tarde a todos. Assistimos aqui a uma verdadeira quadratura do círculo, de facto critica-se a Câmara por intervir na economia e por ter empresas municipais e aplaude-se a sua extinção e logo a seguir apela-se a que seja a Câmara a intervir na economia.....

----- A Câmara tem as suas competências bem definidas, que não são, com certeza, de estímulo direto, e intervenção direta na economia. À Câmara compete criar o ambiente favorável ao desenvolvimento económico da região, a todos nós cidadãos empresários, compete-nos, de facto, executar medidas efetivas ao nível do *empreendedorismo*. E não vale a pena continuarmos a insistir nestes diagnósticos primários, feitos de uma forma muito superficial, o que o Sr. Deputado da CDU aqui trouxe é uma coisa muito vaga, muito ambígua e mais uma descrição e um diagnóstico superficial do que aqui vem sendo referido. Não há nada de novo e recorde que o Partido Comunista tem uma grande responsabilidade em tudo que de mau há em termos de competitividade e em termos de produtividade. Tudo que seja flexibilizar condições laborais o PCP está contra, o PCP é o principal mobilizador e principal instigador das greves que em nada contribuiu e nada ajudam para a economia, para o desempenho e para o futuro do País.

----- Por isso não me parece que o PCP tenha muita moral para vir aqui a desafiar e a propor à Câmara que faça um trabalho que não é da Câmara. Esse trabalho tem que ser das Associações Empresariais, tem que ser dos empresários, a Câmara não se pode substituir aos agentes económicos e não pode ser um ator direto na economia, tem que ser um facilitador, tem que criar um ambiente amigo dos negócios e das famílias, no bom sentido, mas não como um ator direto. Obviamente que a Câmara não tem uma varinha mágica para resolver esse problema, quando muito podemos *reivindica* ao nível central aquilo que de manhã foi *reivindicado* na moção que aqui foi aprovada, por unanimidade, que, no fundo, verte muito do que aqui foi dito.

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Sr. Brinquete, quer esclarecer? Eu peço que seja conciso porque temos apenas já dez minutos, pouco mais.

----- **José Brinquete** – Eu senti necessidade só para explicar porque acho que o Eduardo Malhão não percebeu a proposta, não se propõe que a Câmara substitua o setor privado, o que se propõem é que a Câmara lidere um processo em conjunto com as entidades que eu referi, e outras, com vista a poderem ser delineadas linhas estratégicas, até para depois podermos negociar com o Governo, porque o Governo vai querer encontrar-se com o NERBA, com a Câmara, com o Instituto Politécnico, e se houver um trabalho feito só ganhamos. O Sr. Presidente da Câmara está farto de nos dizer aqui que consegue muitas obras a candidatura porque tinha projetos feitas antes.

----- Bem, dito isso, que era um esclarecimento, não se propõe que a Câmara substitua os privados, antes pelo contrário, mas que seja o motor dinamizador da elaboração desta grandes linhas.-

----- Também não podia deixar de passar o seguinte. O Deputado Eduardo Malhão que é um homem extremamente simpático, que até vem aqui ler livros, vem aqui apresentar livros à Marcelo, com a dificuldade que teve de atacar a proposta que eu aqui apresentei, puxou-lhe um bocado o chinelo para o anticomunismo, e isso ficou-lhe mal.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Sr. Presidente da Câmara, pretende fazer alguma intervenção sobre esta matéria? Não.....

----- Então vamos à votação sobre esta proposta.

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA RELATIVA, COM DOIS VOTOS CONTRA, QUARENTA E UMA**

ABSTENÇÃO E TRINTA E CINCO VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SETENTA E OITO

MEMBROS PRESENTES.

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto? Não há

----- Vamos ao Ponto seguinte, e último.

**PONTO 4.5 – A solicitação do Grupo Municipal da CDS/PP, com vista ao exercício da competência prevista na alínea a) do n.º 1 do Art.º 87.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação introduzida pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, e Art.º 18.º do Regimento da Assembleia Municipal de Bragança, DISCUSSÃO SOBRE “AS TAXAS E ÍNDICES INCIDENTES NA FATURA DE ÁGUA AO CONSUMIDOR NO CONCELHO:
a) INCIDÊNCIA SOBRE A ESPECIFICIDADE COMO TAXA NO DESIGNADO “ QUOTA DE DISPONIBILIDADE;
b) O PRINCÍPIO DO CONSUMIDOR/PAGADOR E O CUSTO DA ÁGUA PAGO NO MEIO RURAL”**

----- **Presidente da Mesa** - Peço que seja sintético, Sr. Deputado, porque não temos muito tempo para terminar.

----- **António de Almeida** – Vou ter que ser efetivamente sintético. Este ponto agendado tem a ver efetivamente com as queixas das pessoas, dos consumidores das águas do Concelho.

----- E depois de confrontar uma das faturas que me foram entregues e todas as pessoas se queixam, esta é do dia cinco do dezembro de dois mil e onze, portanto recente, verifica-se o seguinte: Num consumo de 7m³, isto na cidade, em que está o primeiro escalão de 0 a 5m³ a 0,46€ , depois mais dois metros, que vão de seis a quinze, de 0,82€, isto é o consumo efetivo de água da Água, dá 3,94€, no entanto o valor global da fatura é de 14,24€. Isto quer dizer que quase é o triplo do consumo de água que as pessoas pagam. E porque? Analisada a fatura, existe aqui uma série de índices em que alguns sugerem algumas dúvidas em termos de legalidade, e há aqui um que objetivamente é este - A quota de disponibilidade é considerada uma tarifa fixa em toda a faturação e que tem o valor de 2,36€, isto é, são quase quinhentos escudos na moeda antiga, assim talvez soe mais um bocadinho, que vem sempre.

----- E agora o que se questiona é isto - Afinal o que é a quota de disponibilidade?

----- Eu tentei saber qual era a definição disto, se isto corresponde a uma contrapartida, a um serviço prestado pela Câmara, que tenha que se pagar, e afinal não é nada, quer dizer, ninguém sabe o que é, isto acaba por ser quase um imposto, e aqui entramos assim em conflito com a legalidade, a Câmara não pode cobrar impostos, e este não está definido no Código Tributário, na Tabela de Taxas, são 2,36€ que vêm em todas as faturas, isto é, cada consumidor paga 2,36€ sem gastar, e não foi dito se isto corresponde ao serviço que a Câmara presta, e em que sentido? Ninguém sabe, e é essa explicação que eu aqui gostaria de saber.

----- Depois há o tratamento de esgotos, no tratamento de esgotos há uma quota que é fixa, tem 1,58€, só estou a falar em tarifas domesticas, depois também há as tarifas comerciais que não sabem os critérios, são diferentes, como não se sabe, que, por exemplo, as IPSS's tenham a natureza de estabelecimentos comerciais, pagam como estabelecimentos comerciais, mas eu vou assentar mais, até porque há uma brevidade nisto, relativamente aos consumos familiares. Neste aspeto há aqui depois um tratamento de resíduos de zero a cinco tem uma tarifa, isto para os sete metros, depois há uma de seis metros cúbicos, tem 0,32€, mais, e depois ainda há de sólidos, há aqui uma triplicação para tratamento de resíduos. Quer dizer, isto é elevado. E ainda se falou aqui que vai aumentar a taxação de todos estes consumos, isto é, uma família normal que gasta sete metros cúbicos, que vão ter que lavar a louça e lavar a roupa, quando consome 3,49€, isto sem IVA, também sem IVA paga mais 13,86€ da diferença, e isto é que não é explicado e deveria ser explicado.

----- Depois há também um tratamento desigual nas aldeias, no meio Rural. No meio Rural é o seguinte. Um exemplo, uma pessoa na cidade, se não consumir fecha a porta, não consome, a ter que pagar mesmo entrando em conta com a quota de disponibilidade, que eu considero que é ilegal, 2,36€, irá pagar mais a tarifa fixa de resíduos sólidos, que são 1,38€, isto é, pagará 3,74€. Pois nas aldeias, quer consumam, quer não, pagam sempre 5€ por mês.

----- Aqui há uma desigualdade, há um tratamento desigual, como há um tratamento desigual ao contrário, mas nas aldeias se consumirem cinco metros, são de borla, na cidade não têm, isto é, são de borla, não pagam, só pagam a partir dos cinco metros,

----- **António Almeida** - Não foi a informação que me prestaram nos Serviços de Água da Câmara, e só pagam aquilo, não têm tratamento de resíduos, não têm mais nada. Portanto é esta diferenciação e sobretudo a existência de aqui de pagamentos de faturas que não correspondem a serviços prestados, que neste caso o CDS/PP quer esclarecimentos, não vai ter tempo para os ter, mas entretanto eu deixo uma Moção, já de imediato, que é esta, não há tempo para mais:

“MOÇÃO

----- O Grupo Municipal do CDS/PP, no âmbito da discussão do ponto 4.5 da Ordem de Trabalhos da Assembleia Municipal de Bragança, proposto pela referida força política, após discussão sobre as “taxas e índices incidentes na fatura da água aos consumidores no Concelho”, apresenta a seguinte Moção e com os fundamentos seguintes:

1 – Da discussão e em confronto com a faturação, verificando tratar-se o índice “quota de disponibilidade” de uma tarifa fixa a que não corresponde qualquer prestação de serviço por parte

da Câmara Municipal para ser considerada “taxa” e antes uma tarifa descaracterizada na sua especificação legal – atípica – a Assembleia Municipal delibera:.....

- Que o referido índice “quota de disponibilidade”, seja retirado da faturação emitida pela Câmara Municipal aos seus consumidores no Concelho”

O Requerente,

a)António Guedes de Almeida”.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Eu tenho que esclarecer que quando foi feita a votação para prorrogar o prazo desta Assembleia, eram sete e seis minutos, faltam dois minutos para terminarmos esta sessão, as folhas estão disponíveis apenas quando terminar a Assembleia, que será daqui a dois minutos, mas temos que fazer a votação deste para terminar a Assembleia.....

----- O Sr. Presidente quer intervir? Sr. Presidente, tem a palavra para fazer uma intervenção sobre esta matéria.

----- **Presidente da Câmara** – Sr. Presidente, muito obrigado. Para este ponto eu vinha preparado com oito folhas escritas, embora manuscritas, para responder de forma exaustiva sobre este processo, naturalmente não há tempo, e esta situação carece de alguma explicação, dá-la-ei na próxima AM, mesmo que seja no Estado e Vida do Município.

----- A proposta contraria 100% as orientações da entidade reguladora.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente.....

----- Fica, então, aqui, o compromisso do Sr. Presidente, na próxima Assembleia, de aprofundar este tema.

----- Srs. Deputados, pedidos de esclarecimento? Não há.

----- Intervenções? Não se registam.

----- Passamos à votação.

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA MOÇÃO SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO REPROVADA, COM QUARENTA E UM VOTOS CONTRA, TREZE ABSTENÇÕES E ONZE VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SESENTA E CINCO MEMBROS PRESENTES.....**

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto? Duas declarações de voto, temos que terminar, Luís Pires tem a palavra e a seguir Guedes de Almeida.....

----- **Luís Pires** – Meus caros amigos eu sei que está toda a gente com pressa, mas estes assuntos são sérios e nós não estamos aqui a brincar. Nós votámos com a posição de abstenção porque isto

exige mais clarificações. Este tema já veio aqui numa moção que nós apresentamos há quatro anos, tenho aqui uma cópia da Moção e há um decreto lei, que é o decreto lei de 23/96, que no seu artigo 8.º tem 3 pontos e nós não sabemos em qual das alíneas do ponto 2 ou se com o ponto 3 é que a Câmara faz esse tipo de taxaço.....

----- Portanto a única posição possível face ao tempo foi abstenção, na próxima Assembleia o Sr. Presidente disse que traria aqui esclarecimentos e depois manifestaremos a nossa opinião.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra o Sr. Deputado Guedes de Almeida, para a sua declaração de voto.

----- **António de Almeida** – Resta o mérito, pelo menos, da discussão, do Sr. Presidente vir preparado com 8 páginas, até aqui não conhecíamos nenhuma página, e resta também o voto contra que efetivamente os consumidores vão pagar mais 2,36€ porque há pessoas que querem que continuem a pagar sem terem a certeza se efetivamente esta quota de disponibilidade é ilegal ou não é ilegal.

----- E permitam-me aqui também dizer que a gravidade da situação vai no setor empresarial e há aqui pessoas que conhecem, há pessoas que têm furo próprio, que gastam zero metros cúbicos à Câmara e que lhes são apresentadas faturas de quase 400€ por mês, isto é empresas que estão em dificuldade. Pergunta-se se isto é legítimo, não prestando qualquer serviços nem tratamento de resíduos, se têm que pagar uma fatura, nem que gastem um metro cúbico de água à Câmara, faturas de quase 400€ por mês, e a passar. Esta é uma realidade também na Zona Industrial das Cantarias.....

----- Se isto se mantém, se dão o aval a isto tudo, se se faz o que se quiser, estamos esclarecidos.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Chegámos ao final.

----- Srs. Presidentes de Junta de Freguesia, ali na saída têm uns saquinhos com uma folheto, entregue pela CMB, estão por ordem alfabética, podem naturalmente levá-los.

----- Resta-me dar os trabalhos como terminados, não esqueçam de assinar a folha, e votos da Mesa de Assembleia, para todos vocês, de Bom Natal e um Feliz Ano Novo de 2012.

PRESENCAS: Seguem-se as presenças e faltas dos membros que constituem a

A – Assembleia:

I – PRESENCAS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:

1 – Mesa:

Presidente – Luís Manuel Madureira Afonso
Primeiro Secretário – Acúrcio Álvaro Pereira
Segunda Secretária – Maria Madalena Morais Morgado

2 – Membros:

Adriana da Conceição Vilares Angélico
Amândio dos Anjos Gomes
Ana Cristina de Carvalho Alves Botelho
Anibal de Jesus Raimundo Morais
António Almeida Dionísio
António Eduardo Fernandes Malhão
António Manuel Pereira
António Nuno Neves Pires
Cândido Vaz Alves
Domingos Moura dos Santos
Élia Fátima Moreira Ferreira Cordeiro
Isabel Maria Lopes
João Paulo da Veiga Matos
José Alberto Moutinho Moreno
Maria Eugénia Cerqueira Barreira Afonso
Maria Natália Rodrigues Alves
Maria Teresa
Nuno Filipe Machado Reis
Pedro Luís Esteves Fernandes
Vânia Alexandra da Silva Rodrigues

PARTIDO SOCIALISTA

Alcídio Augusto Castanheira
Alzira da Conceição Bento
Bruno Viriato Gonçalves Costa Veloso
Dinis Manuel Prata Costa
Fernando Carlos da Silva Paula
João Batista Ortega
Luís Filipe Pires Fernandes
Luís Carlos Magalhães Pires
Luís Manuel Silvestre
Manuel António Pires
Maria Aurora Correia
Maria Celina da Silva Paula
Maria de Fátima Renovato
Vítor Prada Pereira

MOVIMENTO SEMPRE PRESENTE

Agostinho Gonçalves Esteves
Hugo Manuel Rodrigues Pereira
Jorge Manuel Xavier Laranjinha
José João Martins Lourenço
Manuel Agostinho Pires Diz
Normando dos Santos Lima
Paula Cristina Liberato Teixeira Soeiro

COLIGAÇÃO DEMOCRATA UNITÁRIA

José António Saraiva Brinquete

CENTRO DEMOCRATICO SOCIAL/ PARTIDO POPULAR

António Guedes de Almeida

BLOCO DE ESQUERDA

Luis Miguel Vale Fernandes Vale

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

Alfaião	João Adriano Rodrigues
Aveleda	José Carlos Fernandes Valente
Babe	Alberto Manuel de Sousa Pais
Baçal	João Luís Correia Rodrigues
Calvelhe	Ernesto Augusto Morgado Gomes
Carragosa	Jorge Augusto Ala
Carrazedo	César Luís Gonçalves
Castrelos	Henrique Manuel Pires (Substituto)
Castro Avelãs	José Vicente Fernandes
Coelhoso	Paulo Manuel Almeida da Veiga
Deilão	Manuel Benites Inácio
Donai	Luís Aníbal Rodrigues Martins
Espinhosela	Telmo Ramiro Afonso
Failde	Gualter Dinis Gonçalves Garcia
França	Amândio dos santos Costa
Gimonde	João Victor Alves
Gondesende	Anibal Gilberto Rodrigues Afonso
Gostei	Carolina de Jesus Fernandes
Grijo Parada	Maria Helena Santos Branco
Izeda	Maria Rosa Galhardo Pinto Pires
Macedo do Mato	João Nascimento Fernandes
Meixedo	Luís Urbano Gonçalves

Milhão	Raquel Grande Tomé
Noguera	José António Prada
Outeiro	João Manuel Dias Sardinha
Parada	Norberto Santos Costa
Parad. Nova	Domingos António Seca
Parâmio	José Augusto Afonso
Pinela	António Jorge Brás Pires
Pombares	Afonso Augusto Pires Domingues
Quintanilha	José Carlos Rodrigues Fernandes
Quintela de Lampaças	Vítor Manuel Costa
Rabal	Paulo Hermenegildo de Castro João
Rebordainhos	Albino Alves Rodrigues
Rebordãos	Adriano Augusto Correia Rodrigues
Rio de Onor	António José Preto
Rio Frio	Humberto Amândio Garcia
Salsas	Filipe Osório Caldas
S. Pedro	António Carlos Sá
Samil	Eduardo Joaquim Portela
Santa Comba Rossas	Elídio Alexandre Morais
Santa Maria	Jorge Manuel Esteves Oliveira Novo
São Julião	Elias dos Santos Vara
Sendas	Dinis Augusto Dias Pinela
Serapicos	Armando Augusto Venâncio Dias
Sortes	Juvêncio Alves de Carvalho
Zoio	Helder Jorge dos Santos

II – FALTAS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:

Carlos José Cadavez
 José Luís Baltazar
 Rui Fernando Rodrigues Correia

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

Sé Paulo Jorge Almendra Xavier (justificada)
 Mós Anselmo Anibal Martins

B- CÂMARA PRESENCAS:

Presidente - António Jorge Nunes
Vereadores: Rui Afonso Cepeda Caseiro
 Humberto Francisco da Rocha

----- Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão cerca das vinte horas e do que nela se passou se lavrou a presente acta que depois de achada conforme – vai ser aprovada na segunda sessão ordinária desta Assembleia Municipal a realizar em 24/02/2012 – vai ser assinada pelos membros que constituem a Mesa.....

O Presidente, _____

O Primeiro Secretário _____

A Segunda Secretária _____

NOTA: Os anexos encontram-se na Ata original, arquivada na Secção de Apoio à Assembleia Municipal.